FOLHA DE S.PAULO 105

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 106 ★ Nº 35.449 QUINTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2026 R$ 7,90

Reino Unido vai proibir venda de cigarro a jovens para sempre

O Parlamento britânico aprovou projeto de lei que proíbe de forma permanente a venda de cigarros e vapes a nascidos a partir de 1º de janeiro de 2009. A medida, que depende de sanção real, impede que quem tem 17 anos ou menos hoje compre os produtos mesmo na maioridade. O tabaco causa 75 mil mortes ao ano no Reino Unido. Saúde A44

BRB aprova aumento de capital; rombo deve custar R$ 5 bi ao DF

No total, previsão é de aporte de até R$ 8,8 bi para cobrir prejuízo com operações do Master

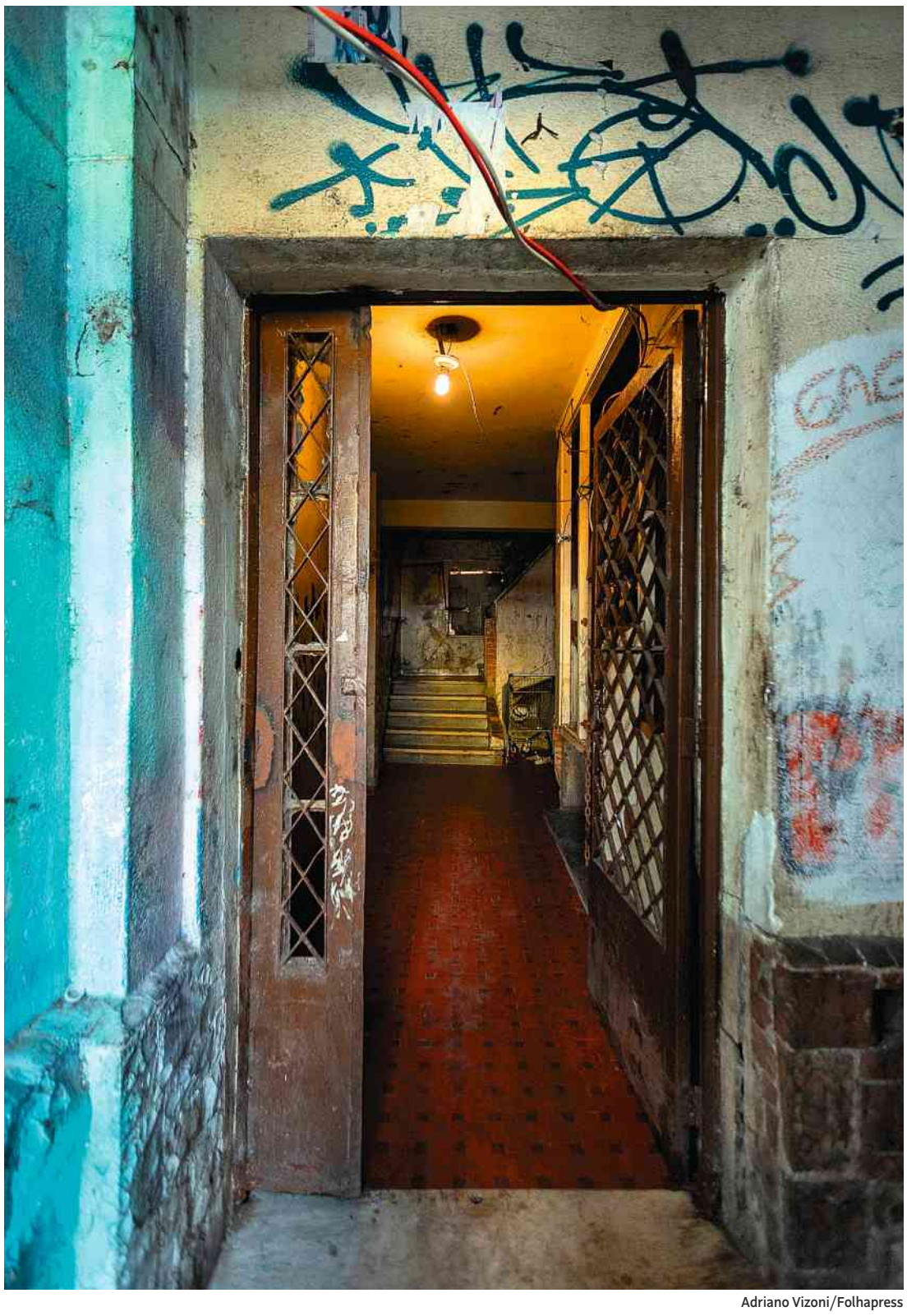
Em ação para cobrir o rombo deixado pelo Master, acionistas do Banco de Brasília aprovaram ontem o aumento do capital social de até R$ 8,8 bilhões. Segundo investigações, o BRB comprou R$ 12,2 bilhões em créditos fraudulentos do banco de Daniel Vorcaro.

O governo do Distrito Federal, acionista controlador do BRB, votou a favor. A gestão de Celina Leão (PP) terá de aportar, no caso do valor máximo, cerca de R$ 5 bilhões no BRB. Como não tem os recursos necessários em caixa, estuda empréstimo de até R$ 6,6 bilhões.

O BRB deveria ter divulgado seus resultados até 31 de março, mas desrespeitou o prazo legal para companhias de capital aberto. Sem as demonstrações financeiras, o tamanho do rombo deixado pelas operações feitas com o Master continua desconhecido.

Hoje, o capital social do BRB é de R$ 2,344 bilhões. Nelson de Souza, presidente do banco, disse que o objetivo é deixá-lo "cada vez mais sólido". Economia A13

STF tem 2 votos para manter ex-presidente do BRB preso; Toffoli se declara suspeito A14



Adriano Vizoni/Folhapress

Prédio ocupado na Oscar Freire, em SP, enfrenta precariedade

Entrada do edifício Peixoto Gomide, nos Jardins, que corre o risco de desabar, diz a Defesa Civil; segundo Justiça, ocupação de 20 anos foi incentivada por construtora, a proprietária majoritária Cotidiano A37

Messias deve defender limites do Judiciário em sabatina para o STF

Jorge Messias, indicado ao STF, deve defender em sabatina no Senado a separação entre Poderes, limites para juízes e código de ética da magistratura.

O advogado-geral da União tem visitado senadores e contado os votos (são necessários 41 de 81). A sabatina foi remarcada para o dia 29. Política A6

PF retira credencial de agente americano em represália a Trump A10

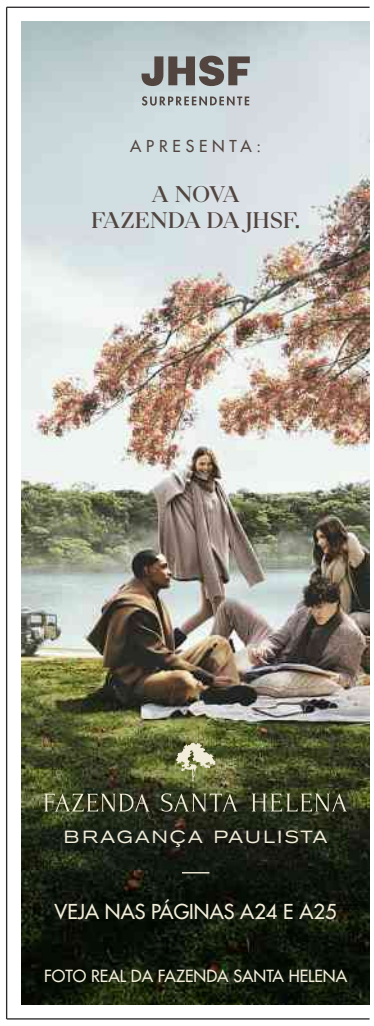
Adriana Fernandes
Flávio Bolsonaro não resiste a 24 horas de ajuste fiscal A3

Lúcia Guimarães
Os norte-americanos mais novos não vão aos protestos A35

ISSN 1414-5723

PEC da escala 6x1 passa em comissão e avança na Câmara

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara aprovou o relatório favorável à tramitação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que muda a jornada 6x1. O mérito do texto agora será discutido em uma comissão especial e, se aprovado, vai a plenário. Economia A16



Tombamento de escola de arte em SP causa disputa

Conselho em São Paulo votará no dia 27 a reversão do tombamento da antiga Escola Panamericana de Arte e Design, em Higienópolis. Decisão opõe herdeiros de fundador a arquiteto do prédio. A38

EDITORIAIS A2

Hora da verdade para o BRB Acerca de corrupção e rombo no banco estatal.

Trump se enreda na guerra com o Irã Sobre mais um recuo nos ultimatos à teocracia.

ilustrada
Familiar, cinebiografia de Michael Jackson foge das polêmicas B4

turismo
Miami, sede da Copa, é velha conhecida dos brasileiros B11

esporte
Lesão na coxa pode tirar Estêvão do Mundial A46

opinião

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Hora da verdade para o BRB

Banco estatal de Brasília abriga indícios mais claros, até o momento, de corrupção de autoridades pelo Master; governo distrital, que descarta privatização, precisa arcar com os custos sem socorro federal

Enquanto as suspeitas de maior repercussão política e institucional se concentram no Supremo Tribunal Federal, foi no Banco Regional de Brasília (BRB) que se encontraram, até aqui, os indícios mais palpáveis de corrupção de autoridades pelo Banco Master.

O ponto de partida do escândalo, afinal, foi a tresloucada tentativa de compra do Master pela instituição controlada pelo governo do Distrito Federal, em março do ano passado —que despertou desconfiança imediata e levou a Polícia Federal e o Banco Central a aprofundarem investigações sobre o caso.

Descobriu-se que o banco de Daniel Vorcaro vendera ao BRB uma carteira de cerca de R$ 22 bilhões em créditos, dos quais mais de R$ 12 bilhões se mostraram fraudulentos. Neste mês, foi preso o então presidente do banco brasiliense, Paulo Henrique Costa, e nesta quarta (22), a Segunda Turma do STF começou a julgar se a prisão será mantida.

Mensagens obtidas pela PF revelam que Costa tratava Vorcaro como amigo e prometia se empenhar em questões de seu interesse, além de relatar que o então governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), pedira argumentos para defender a compra do Master. De acordo com a apuração policial, Costa, de quem se cogita uma delação premiada, teria recebido seis imóveis como propina.

Em paralelo ao avanço da coleta de evidências, resta tapar um rombo bilionário no BRB —cujas dimensões exatas são desconhecidas porque a instituição distrital até hoje não publicou o balanço de 2025. Mas há pistas.

Também nesta quarta, o banco estatal aprovou em assembleia de acionistas um aumento de capital de até R$ 8,8 bilhões. Trata-se de uma enormidade diante do capital atual, de R$ 2,3 bilhões.

Se isso dá uma ideia do estrago resultante das relações com Vorcaro, muito mais incerto é como o governo do Distrito Federal, que detém 53,7% das ações, poderá cumprir sua parte na operação e não perder a condição de controlador —a privatização, lamentavelmente, é opção descartada pelas forças políticas locais.

Por ora, só se conhecem paliativos. O BRB começou a vender o que pôde da carteira comprada do Master, mas não espera conseguir mais do que algo entre R$ 3 bilhões e R$ 4 bilhões à vista. O governo distrital tenta um empréstimo de até R$ 6,6 bilhões do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), mantido pelo sistema bancário, mas não tem garantias confiáveis a oferecer.

Assembleia de acionistas aprovou aumento de capital de até R$ 8,8 bi, o que dá uma ideia do estrago resultante das relações com Daniel Vorcaro, mas não se sabe como o DF arcará com sua parte na operação

Não espanta, pois, que a governadora Celina Leão (PP) tenha procurado o bom e velho socorro do governo federal, solução histórica para bancos públicos em apuros financeiros. Felizmente, no entanto, as portas do Tesouro parecem fechadas desta vez.

Que assim permaneçam. Não se justifica jogar sobre o contribuinte os custos da gestão temerária, para dizer o mínimo, de uma instituição estatal. O BRB precisa estar submetido às regras de mercado e do Banco Central.

Trump se enreda na guerra com o Irã

Pressionado pela resistência da teocracia islâmica, pelos efeitos nefastos do conflito sobre a economia dos EUA e pela queda de popularidade, presidente americano estende indefinidamente o cessar-fogo com Teerã

Donald Trump busca desesperadamente uma saída para a guerra contra o Irã, na qual embarcou ao lado de Israel no fim de fevereiro.

Reprisando mais um episódio de Taco, a sigla em inglês para "Trump sempre se acovarda", o americano decidiu, na terça-feira (21), estender por tempo indeterminado o cessar-fogo com Teerã —mesmo após ter sido esnobado pelos iranianos nas negociações em curso no Paquistão.

Inebriado pelo sucesso da captura do ditador venezuelano Nicolás Maduro, no início deste ano, o republicano achou que poderia repetir o feito no Irã. O regime, entretanto, sobreviveu.

Teerã fechou o estreito de Hormuz, causando alta global nos preços de petróleo, gás, fertilizantes e seguros marítimos. Desde então, a guerra se tornou uma disputa sobre a capacidade de resistência. E aí o americano perde para os novos líderes iranianos.

Não que o país persa tenha sofrido pouco. A Força Aérea e a Marinha foram quase destruídas. Mais de duas dezenas de autoridades políticas e comandantes militares foram assassinados, sem mencionar os milhares de civis mortos nos bombardeios. A situação econômica, que já era dramática, deteriorou-se ainda mais.

Contudo, ao contrário de Washington, o Irã não precisa dar satisfações à opinião pública interna. Lá, manifestantes são tratados à bala. Ademais, a economia do país está habituada ao estresse, convivendo com diferentes graus de sanções e embargos do Ocidente desde 1979.

Já Trump é duplamente sensível. A guerra prejudica a economia dos EUA, e os índices de desaprovação do seu governo atingem 62%. Dinheiro e aplauso são os dois fatores que sempre fazem o republicano recuar.

Vale observar que, desta vez, até o eleitor irredutivelmente trumpista está descontente com o conflito —já que o presidente violou sua promessa de não envolver o país em novas guerras.

Ao contrário de Washington, Teerã não precisa dar satisfações à opinião pública interna. Lá, manifestantes são tratados à bala. Ademais, a economia do país está habituada ao estresse

Pela lógica da redução de danos, o mais sensato, para EUA e Irã, seria deixar que a diplomacia encontrasse uma fórmula que permitisse aos dois lados cantarem vitória e cessarem as hostilidades. Mas Trump sabota essa possibilidade, expelindo diuturnamente postagens hiperbólicas que dificultam as negociações.

Para tornar o quadro mais complexo, haverá eleições legislativas nos EUA em novembro. A desaprovação à gestão Trump poderá levar o Partido Republicano a perder a maioria que mantém nas duas Casas, o que limitaria um pouco a capacidade do presidente de agir por capricho e impor reveses ao mundo.

FOLHA DE S.PAULO ★★★

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

DIRETORES-GERAIS Judith Brito e Carlos Ponce de Leon

EDITOR-EXECUTIVO Vinicius Mota

CONSELHO EDITORIAL Candido Bracher, Demétrio Magnoli, Dora Kramer, Mônica Bergamo, Maria Alice Setubal (Neca), Oscar Vilhena, Paulo Junqueira Moll, Vera Iaconelli, Vinicius Mota, Wilson Gomes, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)*, Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Luciana Pandolfi *(recursos humanos)* e Alexandre Cres *(comercial)*

CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR BDO)
875.579 - Fechamento 2º Semestre de 2025
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

Pedro Vinicio

COLUNISTAS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

SÃO PAULO

No caso Ramagem, Brasil agiu corretamente

Thiago Amparo

Regras diplomáticas preveem formas pacíficas pelas quais tensões entre Estados soberanos podem se desenrolar em vez de uma guerra. É melhor um Fidel Castro discursando na ONU por 4 horas ou um Netanyahu com mandado de prisão por uma corte internacional do que conflitos armados serem a principal forma de solução de controvérsia.

Uma dessas formas é a declaração de persona non grata. O mecanismo, previsto na Convenção de Viena ratificada em 1965, permite que a diplomacia do país, por meio do Itamaraty, designe que a permanência em seu território de uma pessoa enviada por outro Estado não é mais aceitável. Não é o caso, ainda, envolvendo o policial envolvido na prisão de Ramagem. O caso das tensões mais recentes não se enquadra, ainda, na declaração de persona non grata, estando aquém desta.

A decisão do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, de retirar as credenciais de um agente de imigração americana que atua no tema em missão de cooperação no Brasil não significou, por ora, a designação pelo Itamaraty da presença no país do oficial dos EUA em específico como inaceitável, mas apenas a negação do seu acesso aos sistemas da PF.

Não procede a retórica de bolsonaristas de que o Brasil tenha burlado mecanismos de cooperação internacional com os EUA. Os dois agentes —tanto o delegado brasileiro em Miami como o agente de imigração dos EUA no Brasil— atuam no setor de cooperação de cada país. Proporcional, a resposta da PF reage em menor tom em relação ao que fizeram os EUA com o agente brasileiro; recíproco seria demandar a saída do agente americano.

Há espaço para o Brasil escalar ainda mais as tensões com os EUA —declaração de persona non grata, retirada do agente dos EUA do Brasil, suspensão da cooperação, convocação de embaixador, entre outras. Não é de interesse do Brasil fazê-lo, no entanto. Faz sentido ao Brasil, com uma mão, mostrar de forma recíproca ser uma nação soberana e, com a outra mão, manter o diálogo para que os EUA não sirvam, como hoje, de abrigo para golpistas fugitivos da Justiça.

BRASÍLIA

Flávio não resiste a 24 horas de ajuste fiscal

Adriana Fernandes

O senador Flávio Bolsonaro (PL) não resistiu a 24 horas de ajuste fiscal nas redes sociais. Pré-candidato à Presidência, chamou de fake news reportagem da **Folha** de que fará um ajuste inicial da ordem de dois pontos percentuais do PIB, caso seja eleito.

Para isso, teria como planos reajustar aposentadorias e despesas com saúde e educação só pela inflação.

O senador esqueceu de combinar o jogo com a equipe a cargo do seu programa econômico. Em busca de apoio, seus assessores têm passado para a Faria Lima e setores empresariais a mensagem de que ele seria o ministro da tesourada das despesas.

O próprio pré-candidato vem se vendendo como salvador das contas públicas em contraponto a Lula, apontado como gastador.

As propostas de ajuste têm sido detalhadas nos bastidores, como antecipou o jornalista Fernando Canzian na reportagem que incomodou, pois atiçou os lulistas.

Não é fake news. São consideradas pela sua equipe a desvinculação de despesas com saúde e educação e a separação entre a política de aumento real do salário mínimo de trabalhadores na ativa e os reajustes da Previdência e do BPC. A desindexação é a mais difícil das medidas.

A negativa do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro revela que propostas de ajuste fiscal são granada no pé de um candidato.

No Congresso, Flávio nunca foi um defensor do ajuste fiscal durante a gestão de seu pai. A chamada PEC "DDD" (Desobrigar, Desindexar, Desvincular), apresentada em 2019 como solução para as contas públicas pelo ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, não teve apoio do bolsonarismo, além de palavras de ordem vazias em favor da responsabilidade fiscal.

Jair Bolsonaro rejeitou acabar com abono salarial, um benefício sabidamente ineficiente, e patrocinou a PEC Kamikaze, com custo de bilhões

Se o 01 de Bolsonaro diz que é fake news, terá que falar de viva voz o que pretende fazer para ajustar as contas. Do contrário, ou está vendendo gato por lebre para o mercado ou está fazendo estelionato com eleitores.

RIO DE JANEIRO

Carmen assombrou a Broadway

Ruy Castro

Entre os vídeos com que a internet me mimoseia regularmente, recebi um outro dia sobre Carmen Miranda. E, como em tantas publicações sobre Carmen, sou informado de que ela foi para a América em março de 1939 por uma manobra da política da Boa Vizinhança, o plano dos EUA para bajular os países latino-americanos e compensar a perda dos mercados europeus pela Segunda Guerra Mundial. Ou seja, Carmen foi para lá por uma conveniência política, não por seu talento. É mesmo?

Vejamos. Em março de 1939, o zilionário americano Nelson Rockefeller ainda não tinha vendido ao presidente Roosevelt a ideia de um intercâmbio cultural para nos seduzir —só faria isto em junho de 1940. Em março de 1939, os EUA também ainda não tinham entrado na guerra, o que só aconteceria em 7 de dezembro de 1941, depois do bombardeio de Pearl Harbor pelo Japão. E, finalmente, em março de 1939, nem a Segunda Guerra havia começado, o que ainda teria de esperar até setembro daquele ano de 1939. Portanto, se não havia política da Boa Vizinhança, os EUA não estavam em guerra e sequer havia a guerra, por que levaram Carmen para lá?

Porque, no Carnaval de 1939, Lee Shubert, o maior empresário teatral dos EUA, estava no Rio. Foi ver Carmen no Cassino da Urca e, confirmando o que amigos americanos aqui residentes haviam lhe dito, ela tinha mesmo tudo para ser um sucesso na Broadway. Então contratou-a, levou-a para Nova York e, na noite de 8 de junho, assim que Carmen adentrou o palco no musical "Streets of Paris", ele se certificou de que tinha descoberto, não uma estrela, mas uma superestrela.

Tudo isso está contado com detalhes, inclusive os termos do contrato, os valores e as condições, em meu livro "Carmen – Uma Biografia", publicado há alguns anos. Para isso, consultei toda a papelada do Arquivo Shubert em Nova York.

Mas meu amigo Carlos Heitor Cony já tinha me advertido: "Não adianta, Ruy. A gente escreve, escreve e escreve, e ninguém toma providências". Cony tinha razão. Por que contrariar uma ideia feita, mesmo que falsa?

O risco de apostar no populismo moderado

A derrota de Orbán anima a discussão sobre a profundidade das mudanças promovidas pela extrema direita

Maria Hermínia Tavares

Professora emérita da FFLCH-USP, é pesquisadora do Cebrap. Escreve às quintas

O húngaro Viktor Orbán foi batido por uma coalizão que uniu direita e centro-esquerda em torno da candidatura de Péter Magyar, um dissidente do partido do primeiro-ministro que governou o país por longos 16 anos, a ponto de virar modelo da extrema direita mundial.

Inesperada para os analistas que já davam como favas contadas a inclusão do país no rol das autocracias eleitorais, a vitória de Magyar já anima a discussão sobre a natureza e a profundidade das mudanças políticas promovidas pelo populismo de extrema direita quando chega lá, bem como sobre a continuidade do sistema. Afinal, as mesmas regras eleitorais criadas por Orbán para se garantir no poder permitiram o triunfo arrasador da oposição democrática.

Há pouco, o site Persuasion, dirigido pelo cientista político Yascha Mounk, da Universidade Johns Hopkins, publicou polêmico artigo do professor Damon Linker, da Universidade da Pensilvânia, intitulado "O populismo já é parte de nosso tecido político".

Nele, o autor argumenta que, desde meados dos anos 2010, vivemos uma era populista em que governos e instituições estabelecidas enfrentam ondas recorrentes de desgosto popular. Tem-se assim uma oscilação: ora liberais governam e se tornam alvo de insurgências populistas, ora populistas chegam ao poder e passam a ser contestados por opositores liberais.

Os populistas se distinguem não só pela agenda retrógrada próxima à direita tradicional. Sua marca é o ataque às instituições da democracia liberal representativa e ao pluralismo

Linker aponta que não haveria nada de inerente às posições substantivas da direita populista —como restrições à imigração, protecionismo econômico e conservadorismo social— que exigisse manipular regras democráticas. Assim, o conflito central hoje colocaria frente a frente não mais esquerda e direita tradicionais, porém liberais e populistas de direita. Ambos, porém, seriam legítimos em termos democráticos, desde que aceitassem competir em eleições livres e justas, alternar-se no poder e submeter-se à responsabilização.

Implícita no argumento está a ideia de que o jogo democrático pode moderar o populismo extremista. As evidências, porém, estão longe de ser taxativas. Populistas se conformaram às regras democráticas da alternância no poder segundo os resultados eleitorais na Itália, na Polônia e, agora, na Hungria. O mesmo, no entanto, não aconteceu com Donald Trump, que nunca reconheceu a derrota para Joe Biden em 2020; muito menos com o venezuelano Nicolás Maduro, que se agarrou ao cargo promovendo escandalosa fraude eleitoral. E muitíssimo menos com Jair Bolsonaro, que tentou ficar no poder mediante um golpe.

O que distingue os populistas não é só a agenda retrógrada que pode aproximá-los daquela direita aclimatada à vida democrática. Sua marca é o ataque às instituições da democracia liberal representativa: aos freios e contrapesos institucionais; à liberdade de imprensa; à autonomia da sociedade civil; e à própria aceitação da alternância no poder.

As circunstâncias em que eles venham a aceitar resultados eleitorais adversos não são ainda bem entendidas. Até que o sejam, não dá para apostar que, se eleito, um candidato com pedigree de extrema direita —um Flávio Bolsonaro, por exemplo— escolha a moderação, mesmo quando com ela flerta por razões eleitorais. Pois, se não o fizer, a fatura será demasiado alta para os brasileiros.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Será que o Brasil foi atingido por um gás paralisante?

No atual ritmo de crescimento, país só alcança a renda per capita uruguaia em 2060; entre 123 nações, 111 cresceram mais do que nós entre 2010 e 2024

Eduardo Oinegue
Jornalista, âncora do Jornal da Band e da Bandnews FM, colunista do Bandnews TV e professor da ESPM

Para saber se estamos bem, vale olhar para a grama do vizinho. Olhar para um país aqui ao lado, com menos de 4 milhões de habitantes. E para um país que em 1960 tinha renda per capita semelhante à do Brasil ou menor. Em 2010, a renda per capita do Uruguai era 22% maior que a brasileira. Hoje é o dobro. A da Coreia do Sul era o dobro. Hoje é quatro vezes maior. Numa amostra de 123 países com dados do FMI e do Banco Mundial, 111 cresceram mais que o Brasil entre 2010 e 2024.

Se contam que alguém correu 100 metros em 8 segundos, recomenda-se aplicar o teste do xixi, porque tem doping. É difícil imaginar doping no PIB per capita do Uruguai ou no da Coreia, até porque a renda em 90% dos países acelerou mais do que a brasileira quando medida em dólar. Se não estão todos dopados, será que o Brasil não foi sedado, atingido por algum gás paralisante?

Quem cresceu mais que o Brasil, em geral, seguiu uma de duas rotas. Ou virou fábrica do mundo, produzindo peças, tecidos e eletrônicos que outros países usam para fechar o produto final. Foi o caminho escolhido por países como Vietnã, Bangladesh, Polônia e República Tcheca, por exemplo. Outra rota foi apostar em estabilidade institucional e reformas para atrair capital estrangeiro produtivo, aquele que some quando a Selic cai. Irlanda, Estônia, Chile e Singapura são exemplos conhecidos. O Brasil não fez nem uma coisa nem outra.

Imaginemos, por um instante, que o Brasil se una num projeto ambicioso: alcançar a renda per capita uruguaia em dez anos. Como o PIB per capita do Uruguai tem crescido 2,5% ao ano, sabe quanto a renda no Brasil precisaria crescer? 9,3% ao ano por uma década seguida. Mais rápido que no milagre econômico, entre 1971 e 1980, quando cresceu 8,6%. Para alcançar a renda per capita coreana até 2036, muito mais: 17% ao ano. Nenhum país fez isso na história. Nem a China, recordista absoluta, que cresceu 10% ao ano entre 2001 e 2010. No ritmo atual, menos de 2% ao ano, o Brasil só chegaria na renda uruguaia de hoje em 2060. E na coreana em 2097.

O paradoxo é que essa decadência relativa aparece no momento em que o mundo olha o Brasil com interesse renovado, porque os grandes destinos de capital se desorganizaram. Os Estados Unidos vivem a maior inconsistência econômica de sua história recente. O dólar perde força e o Federal Reserve está preso a uma cilada: se cortar juros, a inflação de 3,3% escapa; se mantiver, a economia freia. A guerra comercial de Donald Trump assusta o capital de longo prazo. A Europa atravessa um período de quase estagnação, com a zona do euro projetando crescimento de 1,1% em 2026. A China desacelera para 4,4%. O Japão cresce 0,7%. E o investidor precisa alocar dinheiro em algum lugar.

Nesse cenário, o Brasil chama atenção. É exportador líquido de energia, tem reservas internacionais sólidas, opera com câmbio flexível e baixa dependência de dívida em moeda estrangeira. O FMI revisou o crescimento brasileiro para 1,9% em 2026 e projeta o país de volta às dez maiores economias, com PIB acima do Canadá. Até a semana passada, entraram mais de R$ 65 bilhões na B3, o melhor início de ano desde 2022.

O capital não enxerga no Brasil um novo eldorado, mas aceita vir porque as alternativas estão piores. (...) A eleição está chegando. Nenhum pré-candidato bate forte nos temas centrais, como reforma administrativa, da Previdência ou fim das vinculações. O que dá voto é a marquetagem rasa

Esse entusiasmo, porém, convive com um desconforto estrutural, porque o capital encontra no Brasil um Estado disfuncional. Com dívida pública aproximando-se de 100% do PIB no final do ano que vem, a Previdência com um megarrombo, 80% das famílias endividadas, o salário real menor hoje do que era em 2020. Sem falar na carga tributária que beira os 35% do PIB, no engessamento do Orçamento público, na casa de 92% travados em gastos obrigatórios, e na conhecida insegurança jurídica. O capital não enxerga no Brasil um novo eldorado, mas aceita vir porque as alternativas estão piores.

A eleição está chegando. Nenhum pré-candidato bate forte nos temas centrais, como reforma administrativa, da Previdência ou fim das vinculações. O que dá voto é a marquetagem rasa, como a promessa de escala 5 por 2 ou 4 por 3. Se Uruguai, Coreia e 111 países do mundo não estão dopados, e o Brasil parece sedado, o mínimo que o eleitor tem que exigir dos postulantes à Presidência da República é um programa que acorde a nação. Não precisa ter nome bonito. Basta conter ideias que funcionem.

Acordo EUA-Goiás e a linha vermelha do federalismo

Tratativas diretas sob elevada temperatura geopolítica fazem memorando para cooperação em minerais críticos suscitar questionamentos relevantes

Alberto Kleiman e Gilberto M. A. Rodrigues
Advogado, é especialista em relações internacionais e cooperação para o desenvolvimento
Professor da Universidade Federal do ABC, é membro do Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (Opeb)

A recente assinatura de um memorando de entendimento entre o governo de Goiás e os Estados Unidos para a cooperação em minerais críticos reacende um debate sensível e necessário sobre os limites da atuação internacional de entes federados no Brasil.

Em um contexto global marcado por crescente competição geopolítica por recursos estratégicos —como terras raras e minerais críticos, essenciais à transição energética—, ações subnacionais internacionais, também conhecidas como paradiplomacia, não são, em si, novidade. Ao contrário, fazem parte de um processo consolidado nas últimas décadas, no qual estados e municípios passaram a atuar como vetores complementares da inserção internacional do país.

No entanto, a natureza, o timing e o conteúdo político dessa iniciativa específica suscitam questionamentos relevantes. Teria o estado de Goiás ultrapassado a linha vermelha?

Ainda que o acordo seja não vinculante, por se tratar de memorando de entendimento, ele é assinado em um momento de elevada temperatura política e geopolítica, e cujas implicações ultrapassam nitidamente a cooperação técnica. Em particular, ao tratar de recursos estratégicos do país em tratativas diretas com uma potência estrangeira, a iniciativa extrapola competências que a Constituição brasileira reserva à União, como a condução da política externa e a gestão de recursos do subsolo em território nacional (artigos 21 e 84; artigos 20 e 176, respectivamente).

Além disso, o episódio evidencia um risco mais amplo: o uso da cooperação internacional federativa para fins que extrapolam o interesse público e se aproximam de agendas políticas conjunturais. Em vez de fortalecer a ação coordenada do Estado brasileiro, iniciativas dessa natureza podem gerar ruídos institucionais e tensionar o equilíbrio federativo.

Em vez de fortalecer a ação coordenada do Estado brasileiro, iniciativas dessa natureza podem gerar ruídos institucionais e tensionar o equilíbrio federativo

É importante lembrar que a internacionalização de estados e municípios no Brasil foi historicamente incentivada como instrumento de desenvolvimento e inovação institucional. Desde o final dos anos 1990, o governo federal passou a reconhecer esse fenômeno e, desde os anos 2000, passou a estruturá-lo, criando mecanismos de coordenação e diálogo que permitiram ampliar a presença internacional do país de forma capilarizada e coerente.

Experiências como a cooperação descentralizada Brasil–França, o Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) e a atuação internacional de estados em áreas como comércio, turismo, meio ambiente e inovação são exemplos de como essa agenda pode gerar ganhos concretos.

O caso Goiás-EUA, contudo, aponta para a necessidade de reafirmar princípios básicos: a cooperação federativa deve ser orientada pelo "interesse nacional", pela coordenação institucional e pelo respeito às competências constitucionais. Quando esses limites são confrontados e ultrapassados, abre-se espaço para riscos que vão além da disputa política: fragiliza-se o arcabouço institucional, elemento central para a credibilidade internacional do país.

Fortalecer mecanismos de coordenação —como o Conselho da Federação, instituído em 2023— e reafirmar o papel da União na condução da política externa — sem deixar de reconhecer as ações subnacionais internacionais cooperativas— são passos essenciais para garantir que a internacionalização dos entes federados seja um ativo e não um fator de risco e de instabilidade.

opinião

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br

Presidente Lula concede entrevista à imprensa durante evento em Barcelona, na Espanha Nacho Doce - 17.abr.2026/Reuters

Eleições 2026

"Lula intensifica na pré-campanha contraponto a Trump, de olho em desgaste para Flávio Bolsonaro" (Política, 21/4). É preciso considerar o estado de espírito de Trump em função das eleições. Por mais simples os temas, a cautela deve ser avaliada diplomaticamente, sem arriscar a soberania brasileira.
Tadêu Santos (Florianópolis, SC)

*

Aguentar a esquerda de novo será a pá de cal do Brasil.
Lenise de S. Ferreira (Joinville, SC)

*

A direita não tem projetos, trabalhos ou resultados. Sem o antipetismo ninguém votaria nela.
Felipe Macedo
(São João del Rei, MG)

Pautas simbólicas

"A política de indignação moral não elegerá Lula" (Wilson Gomes, 21/4). A questão moral e identitária já foi arapuca na eleição passada, bastante explorada pela extrema direita. Propor medidas para temas que afligem a população é o que renderá votos. Não adianta acabar como campeão moral, mas derrotado nas urnas.
Ricardo Nascimento
(Belo Horizonte, MG)

*

Cabe à esquerda não cair na pauta moralista da direita. Basta navegar por outras tantas, como a economia ou projetos para o país, que a extrema direita não domina.
Anete Araujo Guedes
(Belo Horizonte, MG)

Manifestação

A assessoria de imprensa do senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) vem a público desmentir as informações veiculadas pela reportagem publicada nesta data a respeito de supostos planos de reajuste para aposentadorias e verbas de saúde e educação ("Flávio planeja reajustar aposentadorias e despesas com saúde e educação só pela inflação", Economia, 21/4). O senador Flávio Bolsonaro nega ter tratado do tema ou autorizado qualquer equipe a formular propostas a respeito.
Rodrigo Saccone, assessor de imprensa (Brasília, DF)

RESPOSTA DO JORNALISTA FERNANDO CANZIAN A reportagem mantém o publicado, obtido de responsáveis pelo plano e outros informados a respeito. A **Folha** procurou o coordenador da campanha de Flávio, senador Rogério Marinho (PL-RN), mas não obteve retorno.

No Supremo

"Presidente da CNI defende indicação de Jorge Messias para o STF" (Painel, 22/4). Ele tem notório saber jurídico e sólida experiência? Pelo que se sabe, não. Não deveria ser indicado pelo presidente nem aprovado pelo Senado.
Max Morel (São Paulo, SP)

*

O STF não pode seguir ocupado por pessoas apenas de acordo com suas ideologias.
Carlos M. de Neiva Melo (Recife, PE)

Charge

(Laerte, Opinião, 22/4) Manifesto minha indignação com a charge publicada hoje. Ao retratar um soldado israelense de forma brutal e devidamente punido por sua ação, a charge simplifica de forma irresponsável uma realidade complexa e contribui para a desumanização e generalização. A liberdade de expressão é essencial, mas não pode sustentar narrativas que alimentam preconceitos. Espero mais equilíbrio, responsabilidade e sensibilidade da **Folha**.
Elisa Nigri Griner (São Paulo, SP)

Perseguição

"Boom de canetas emagrecedoras leva empresas de maconha dos EUA a repensar produtos" (Economia, 21/4). Os EUA, que no século 20 impuseram a proibição da maconha ao mundo, curtem a maior brisa. Aqui na colônia, a proibição implica que o Estado deixe de arrecadar, o usuário seja tratado como bandido e pessoas viciadas não tenham tratamento adequado. O beneficiado é o crime organizado, que vende lixo a preço de ouro e lava dinheiro como se fosse louça. É patética e hipócrita a perseguição à cannabis.
Daniel Choma (Florianópolis, SC)

Contra vícios e danos

"Reino Unido vai proibir venda de cigarros aos nascidos depois de 2008" (Saúde, 22/4).Uma proposta melhor seria aumentar o preço do cigarro a níveis proibitivos. Além de inibir o consumo pelos mais jovens, desestimularia e reduziria o consumo dos tabagistas. Mesmo no mercado paralelo o preço subiria muito.
Sérgio Akira (Londrina, PR)

*

Sou contra o fumo, mas essa lei é esdrúxula. Cria uma divisão ilógica na sociedade.
Rodrigo Negrão (São Paulo, SP)

*

A intenção para a criação da lei pode ser boa, mas parece que ela vai na contramão das regulamentações do uso de maconha com o objetivo de reduzir o tráfico.
Francisco Xavier de Azeredo Neto
(Rio Grande, RS)

Encontro de homens

"Juliano Cazarré cria 'encontro de homens' e é criticado" (F5, 22/4). Se fosse conservador seria suportável, mas seu posicionamento é de extrema direita, o que o torna perigoso.
Iraia Galindo (Recife, PE)

*

Ele não pode ser conservador? Vivemos numa democracia. Sociedade hipócrita!
Marcelo Ramos (Niterói, RJ)

Vida em Pequim

"Brasileiro mostra como é morar em favela chinesa pagando R$ 30 de aluguel: 'Minha viagem nunca acabou'" (Mundo, 22/4). Admiro muito esse lindo e nobre país.
Maria Antonia di Felippo
(Santo André, SP)

FOLHA DE S.PAULO UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA	R$ 34,90 (plano mensal)		
EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM	R$ 49,90 (plano mensal)		
EDIÇÃO IMPRESSA	**VENDA AVULSA**		**ASSINATURA MENSAL***
	seg. a sáb.	**dom.**	**Todos os dias**
SP	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 219,90
MG, PR e RJ	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 224,90
DF e SC	R$ 8,90	R$ 11	R$ 285,90
ES, GO, MT, MS e RS	R$ 9,90	R$ 12	R$ 358,90
AL, BA, PE, SE e TO	R$ 14,90	R$ 15,50	R$ 387,90
Outros estados	R$ 15,90	R$ 16,50	R$ 480,90

* Com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

REDAÇÃO SÃO PAULO
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

OMBUDSMAN
ombudsman@grupofolha.com.br
0800-015-9000 (das 14h às 18h)

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

agenda

ATMOSFERA

São Paulo

Hoje 15º 29º

0h 6h 12h 18h 24h

Amanhã 16º 31º

Hoje		
Rio	18º	31º
Brasília	17º	29º
Ribeirão	19º	31º
Amanhã		
Rio	19º	32º
Brasília	17º	30º
Ribeirão	19º	30º

Fonte: www.climatempo.com.br

ARTESANATO EM SP

O QUE A Prefeitura de São Paulo abriu inscrições para os artesãos e manualistas credenciados no programa Mãos e Mentes Paulistanas e interessados em participar do evento Mega Artesanal 2026.

COMO FUNCIONARÁ O programa municipal voltado ao setor artesanal levará 120 empreendedores manuais credenciados para a feira, que acontecerá entre os dias 11 e 15 de julho, no São Paulo Expo.

Os selecionados contarão com um estande compartilhado, onde poderão expor e comercializar suas produções manuais autorais.

Os artesãos serão distribuídos em três turmas de 40 expositores cada uma, divididas em três períodos: 11 de julho; 12 e 13 de julho; e 14 e 15 de julho.

INSCRIÇÕES A inscrição e participação são gratuitas. Interessados devem acessar https://shre.ink/7O16 e se inscrever até o dia 31 de maio por meio de formulário online. A seleção será realizada por meio de curadoria de produtos, que avaliará os critérios de técnica aplicada, segmento do produto, acabamento, matéria-prima utilizada e criatividade.

REQUISITOS Para participar do evento, o empreendedor deverá ser credenciado e ser certificado em uma das 15 turmas do programa ou ter concluído, até o dia 30 de abril, cursos da qualificação empreendedora oferecida pelo programa.

Além disso, é preciso ter disponibilidade para permanecer no evento durante todo o período, ter CNPJ ativo, em nome próprio ou no quadro societário, e estar apto a emitir nota fiscal para vendas.

ACERVO FOLHA

Leia mais em acervo.folha.com.br

HÁ 100 ANOS | 23.ABR.1926

Folha da Manhã

PROPRIEDADE DA EMPRESA "FOLHA DA NOITE", LIMITADA

Ano I | S. PAULO — Sexta-feira, 23 de Abril de 1926 | N. 295

FACTOS e BOATOS

COISAS DA CITADE

O PARQUE D. PEDRO II, TRANSFORMADO EM DEPOSITO DE LIXO

Foi lançado em Nova York

A Argentina na Liga das Nações

O embaixador inglez

Abra a bocca e feche os olhos! meu Juca

Parque Dom Pedro 2º tem lago esvaziado e acumula muito lixo

SÃO PAULO As poucas praças ajardinadas em São Paulo estão em lastimável estado de abandono. Por exemplo, na região central, o parque Dom Pedro 2º, antes carinhosamente cuidado, vem oferecendo agora um aspecto quase que pior ao da época em que era apenas um lamacento terreno da várzea do Carmo. Um dos cantos do parque acumula lixo e o lago no jardim, que propiciava uma linda vista e que era uma atração aos visitantes, foi esvaziado, transformando-se em um local cheio de lama, com poças de água, mau cheiro e mosquitos. Além de tudo isso, negociantes expulsos do mercado se estabeleceram nas alamedas.

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Plano de carreira

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) teve conversas com aliados nos últimos dias para tratar da sua sucessão em SP, em 2028. Ele planeja apoiar alguém da gestão. Entre os mais cotados estão Fabrício Cobra, secretário de Subprefeituras, e Sidney Cruz, que se desincompatibilizou da Habitação e voltou a ser vereador pelo MDB. Homem forte da administração, o secretário de Governo, Edson Aparecido, avisou que não planeja concorrer. Nunes não cogita apoiar o vice, Mello Araújo (PL), com quem tem relação instável.

PACOTÃO Após o ministro do STF Flávio Dino apresentar uma proposta de reforma do Judiciário, o colega Gilmar Mendes defendeu um pacto mais amplo, entre todos os Poderes, que inclua mudanças administrativas e legislativas. "Está tudo muito confuso. Quando aperta, todos correm para o Supremo", diz. Para ele, a crise do Master expôs fragilidades na Comissão de Valores Mobiliários. Regras sobre o funcionamento das CPIs, poder das agências e mudanças na Lei do Impeachment também estão no radar.

SEM... Os cinco coronéis da PM do DF presos na Papudinha pelo 8 de Janeiro fizeram um "acordo de paz" e deram uma trégua nas rixas que mantinham na corporação, segundo familiares e advogados. Fábio Vieira e Klepter Gonçalves foram comandantes-gerais, enquanto Jorge Barreto e Marcelo Casimiro estavam na fila de sucessão. Apenas Paulo Ferreira estava na reserva.

...SAÍDA Pessoas próximas dizem que eles sempre disputaram espaço na PM e mantiveram a rixa nos primeiros dias da prisão, trocando acusações sobre as responsabilidades no episódio. Hoje presos na mesma cela, os militares estão tentando ter uma relação amistosa, de acordo com pessoas ouvidas pelo Painel.

FRASE DO DIA
JOSÉ GUIMARÃES

Este é o verdadeiro Flávio, a fiel cópia do pai. É o inimigo da saúde e da educação

Do ministro das Relações Institucionais, sobre a proposta do pré-candidato, revelada pela **Folha**, de reajustar as despesas nessas áreas apenas pela inflação

VISITA À FOLHA 1 José Ronaldo Marques da Silva, presidente do Sindicato Nacional dos Cegonheiros (Sinaceg), esteve no jornal nesta quarta-feira (22). Acompanhavam-no Ronaldo Marques da Silva, vice-presidente da Federação Interestadual dos Cegonheiros (Feiceg), e Andrea Michael, assessora de imprensa.

VISITA À FOLHA 2 Paulo Macedo, presidente-executivo da Abrava (Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento), esteve no jornal nesta quarta-feira (22). Acompanhavam-no Leonardo Cozac, presidente do conselho administrativo, Marcelo Mesquita, vice-presidente-executivo, Suelen Scalise, coordenadora de marketing, e Graziele Do Val, sócia da Communicação Assessoria Empresarial.

Com Carlos Petrocilo, Gabriela Echenique e Thaísa Oliveira

Cláudio

Messias conta votos para vaga no Supremo e deve defender a senadores limites a Judiciário

AGU tenta reunião com Alcolumbre após conversar com mais de 75 congressistas; sabatina de indicado de Lula é remarcada para dia 29

Ana Pompeu, Carolina Linhares e Luísa Martins

BRASÍLIA O advogado-geral da União e indicado para vaga no STF (Supremo Tribunal Federal), Jorge Messias, tem visitado senadores e se preparado para responder sobre temas espinhosos. Na reta final para a sabatina do Senado para a cadeira, ele mantém a expectativa de um encontro com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Nesta quarta-feira (22), senadores remarcaram a sabatina, de novo para o dia 29, data originalmente prevista —eles chegaram a adiantar em um dia o agendamento, mas voltaram atrás.

Em meio a recentes embates entre o Legislativo e o STF, Messias deve defender a senadores que a separação entre os Poderes é essencial e que o Judiciário por vezes avança em prerrogativas do Congresso Nacional e do Executivo. Deve afirmar que juízes precisam ter limites e que um código de ética para a magistratura seria importante.

A indicação de Lula (PT) anunciada em novembro e enviada ao Senado apenas no último dia 1º contrariou o presidente da Casa, que passou a trabalhar inicialmente contra a aprovação, condicionada ao aval de ao menos 41 dos 81 senadores.

O que Messias e aliados conseguiram em quatro meses foi a neutralidade de Alcolumbre, cuja relação com Lula vem melhorando. O grupo ainda conta os votos e diz acreditar que o AGU será aprovado, apesar de a oposição bolsonarista afirmar que não.

Aliados também se valem do fato de a votação ser secreta, o que permite a opositores referendarem o nome indicado por Lula.

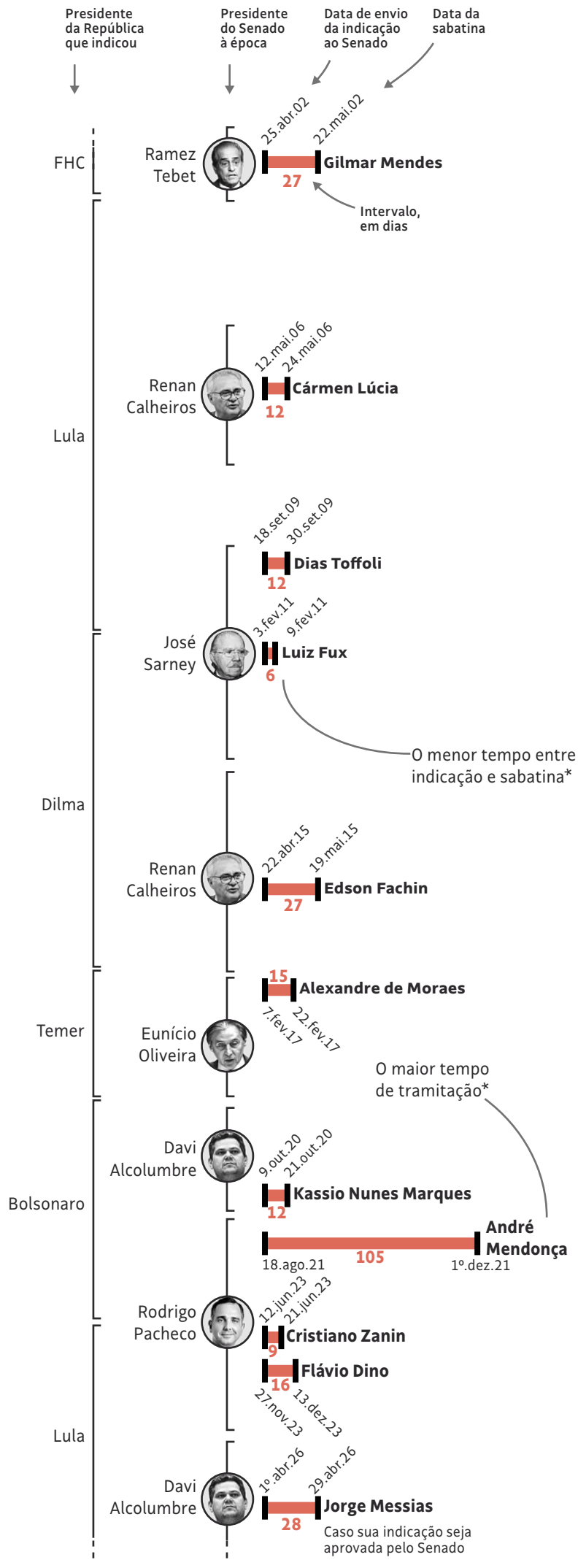
Interlocutores de Messias dizem confiar na habilidade do ministro nas conversas pessoais. Nos encontros com senadores, tem apresentado sua história e experiência em cargos públicos para tentar desconstruir a imagem de petista ideológico.

Nos últimos dias, o advogado-geral esteve com opositores como Carlos Portinho (PL-RJ) e senadores da base governista, principalmente do MDB. O beija-mão já alcançou mais de 75 senadores, e a contagem otimista de votos favoráveis gira em torno de 48.

O entorno do indicado espera que Alcolumbre o receba e que o encontro consolide o entendimento entre eles. Para o advogado-geral, seria natural que o chefe do Senado preferisse o aliado Rodrigo Pacheco (PSB-MG), cujas aspirações ao STF também são vistas como legítimas.

Continua na pág. A7

Veja como foi a tramitação das indicações ao STF desde 2002



*Considerando os indicados desde 2022
Fontes: Senado e STF

Continuação da pág. A6

Esse grupo comemorou o que viu como sinais positivos de Alcolumbre, como marcar a sabatina e permitir a conversa com senadores na Casa. Apesar de ainda trabalharem por apoio, senadores pró-Messias dizem não poder exigir endosso de Alcolumbre, que respeitam a posição do congressista e que sua neutralidade já é de grande ajuda.

Da mesma forma, gestos de Pacheco, que já elogiou Messias publicamente, também foram lidos como importantes. A avaliação do indicado à corte a pessoas próximas é a de que a torcida pelo senador na Casa era esperada, assim como a frustração, que exige tempo de cura.

A articulação por votos envolve várias frentes. No STF, a ajuda dada pelos ministros André Mendonça e Kassio Nunes Marques foi essencial, segundo aliados. Cristiano Zanin e Gilmar Mendes também tiveram participação.

No Senado, Teresa Leitão (PT-PE) e Dra. Eudócia (PSDB-AL), evangélica, estão a cargo de convencer a bancada feminina, de 15 membros. Além dos evangélicos e dos governistas, Messias conta com o apoio do MDB e do PSD.

Para ser aprovado, o advogado-geral da União deve tentar evitar disputas políticas e a contaminação pelo caso do Banco Master. A sabatina ocorre em um momento de alta tensão entre o Senado e o STF, depois do embate em torno de CPIs e do pedido de indiciamento de ministros do tribunal.

Discursos de bolsonaristas contra a corte dominaram o plenário na última semana, com respingos em Messias.

"Se queremos preservar uma democracia liberal, que permita que haja visões diferentes de mundo, chegou o momento, e a grande resposta que este Parlamento pode dar. [...] Nós precisamos dar um não ao senhor Jorge Messias, a quem eu respeito como cidadão, mas não posso acreditar que ele, dentro do Supremo Tribunal Federal, vá contribuir de alguma forma para melhorar a credibilidade daquela instituição", disse o líder da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RN).

Defensor de Messias e relator da indicação, Weverton Rocha (PDT-MA) diz que ele preenche todos os requisitos. "Tem notório saber jurídico, reputação ilibada e é advogado-geral da União. É uma pessoa jovem com uma carreira brilhante", afirmou.

Apesar de esperarem temas difíceis na sabatina, auxiliares de Messias dizem que ele evitará temas como o embate entre Gilmar e Alessandro Vieira (MDB-SE).

Para temas delicados, como o Master, a resposta deve ser institucional, no sentido de que o escândalo é grave, mas que a análise deve ser processual, a respeito de provas e autoria, sem pré-julgamento e com ampla defesa.

O discurso em relação ao escândalo do INSS, tema de CPI, é de que o esquema foi desbaratado no governo Lula. Messias deve defender o trabalho da AGU, dizendo que o órgão encabeçou a construção da proposta para a devolução dos valores aos afetados ainda em julho passado.

Auxiliares do indicado listam aborto e o 8 de Janeiro como possíveis assuntos da sabatina. No primeiro caso, Messias defenderá parecer da AGU de 2024 que opinou pela inconstitucionalidade de resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina) que proibia a interrupção legal da gravidez em fetos com mais de 22 semanas. Ele afirma ter uma postura legalista sobre a matéria.

A respeito dos ataques golpistas, Messias tem dito que cumpriu o papel constitucional ao pedir a prisão em flagrante de quem invadiu e depredou o patrimônio público.

As emendas parlamentares, que motivaram ações no STF, também podem ser discutidas. Messias já defendeu publicamente a constitucionalidade deste tipo de verba, desde que com critérios de transparência e eficiência. Para ele, o legislador é quem melhor consegue acessar as demandas da população.

Placar de aprovação dos ministros do STF

- **Flávio Dino** 47 a 31, com 2 abstenções
- **Cristiano Zanin** 58 a 18, sem abstenções
- **André Mendonça** 47 a 32, sem abstenções
- **Kassio Nunes Marques** 57 a 10, com 1 abstenção
- **Alexandre de Moraes** 55 a 13, sem abstenções
- **Edson Fachin** 52 a 27, sem abstenções
- **Luiz Fux** 68 a 2, sem abstenções
- **Dias Toffoli** 58 a 9, com 3 abstenções
- **Cármen Lúcia** 55 a 1, sem abstenções
- **Gilmar Mendes** 58 a 15, sem abstenções

VIDA PÚBLICA

Desembargadora critica limitação a penduricalhos e fala em 'escravidão'

CURITIBA A desembargadora Eva do Amaral Coelho reclamou durante sessão do TJ-PA (Tribunal de Justiça do Pará) dos novos limites estabelecidos em março pelo Supremo Tribunal Federal para pagamento de penduricalhos a magistrados e acrescentou que "daqui a pouco a gente vai estar no rol daqueles funcionários que trabalham em regime de escravidão".

Eva se manifestou sobre o assunto em 9 de abril, durante uma sessão da 3ª Turma de Direito Penal do TJ-PA. Aos colegas ela pediu desculpas e disse que fazia um "desabafo sobre uma situação muito triste".

A reportagem procurou o Tribunal de Justiça do Pará por telefone na segunda-feira (20), mas não conseguiu contato com a magistrada nem com representantes da corte.

Eva tem 73 anos e foi aprovada em concurso para juiz de direito na década de 1980. Passou a ser desembargadora em 2020. Em março, segundo folha divulgada pelo TJ-PA, ela recebeu R$ 91,2 mil, em valores líquidos. **Catarina Scortecci**

política

Flávio diz que Zema é vítima da Justiça e volta a acusar STF de interferência

Senador afirma que vídeo divulgado por mineiro é 'apenas embate político'; político do Novo chama tribunal de incendiário, e oposição pede impeachment de Gilmar

CURITIBA E BRASÍLIA O senador e pré-candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), afirmou nesta quarta-feira (22) que o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo) é "mais uma vítima da militância do Judiciário" e voltou a acusar ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) de interferirem na eleição para desequilibrar a disputa.

Zema reforçou críticas à corte, que chamou de "incendiária", após ser alvo de uma notícia-crime enviada pelo ministro Gilmar Mendes a Alexandre de Moraes pedindo que ele seja investigado no inquérito das fake news.

Flávio deu entrevista à imprensa em Sinop (MT), onde participou de uma feira ligada ao agronegócio, e disse manifestar solidariedade ao mineiro.

"É mais uma vítima desta militância que existe no Judiciário, esse ativismo judicial, que é muito lamentável. Sabe quantos parlamentares já foram condenados pelo STF desde 1988 por calúnia? Zero. Porque sempre se respeitou a Constituição, a imunidade parlamentar, inclusive no tocante a palavras, opiniões e votos."

Gilmar tomou a iniciativa de apresentar a notícia-crime depois que Zema divulgou um vídeo nas redes sociais em que um boneco que imita o magistrado conversa com outro que representa o ministro Dias Toffoli.

Nas imagens, ambos trocam favores —Gilmar suspende a quebra de sigilos determinada pela CPI do Crime Organizado, e pede em troca "só uma cortesia lá do teu resort que está pago", em referência ao resort no Paraná que era de Toffoli e foi comprado por um fundo ligado a Daniel Vorcaro, ex-dono do Banco Master.

"Não há crime, ofensa, nada disso, apenas embate político. Para mim está muito claro que é uma tentativa de criar este canal, esta prevenção, em especial do Alexandre de Moraes, para que, durante a campanha, nossos opositores busquem o atalho direto para a Primeira Turma do STF, ao invés de acionarem o TSE [Tribunal Superior Eleitoral]", disse Flávio nesta quarta.

Na semana passada, o senador já havia dado declarações semelhantes contra Moraes logo após saber que se tornava alvo de um inquérito por suspeita de calúnia contra o presidente Lula (PT).

Nesta quarta, Flávio disse que Edson Fachin, presidente do STF, deve "deixar que os brasileiros, os eleitores, escolham quem será o próximo presidente da República, sem interferência da Primeira Turma do tribunal".

Zema, por sua vez, esteve nesta quarta em Brasília com congressistas da oposição e disse que o Supremo é o "pior da história".

O governador de Minas Gerais e pré-candidato à Presidência da República, Romeu Zema (Novo) Danilo Verpa - 16.abr.26/Folhapress

"O Supremo, no passado, era a instituição em que o Brasil se apoiava para resolver suas crises. O Supremo era o bombeiro do Brasil. Agora é o contrário: o Supremo é o incendiário do Brasil", afirmou o presidenciável.

Deputados de oposição resolveram apresentar um novo pedido de impeachment de Gilmar em reação à medida contra Zema. Eles também vão levar uma notícia-crime contra o ministro à PGR e uma manifestação a Fachin.

Questionado a respeito da falta de êxito em pedidos de impedimento anteriores contra ministros do Supremo, o líder da oposição na Câmara, Cabo Gilberto Silva (PL-PB), admitiu que não há maioria no Senado para a instauração de um processo.

"Nós estamos vendo um atentado à democracia. Não se pode mais fazer caricatura, ser irônico. [...] Estou sendo tolhido da minha liberdade de expressão. Será que não podemos mais fazer esse tipo de coisa?", disse Zema.

O ex-governador de Minas afirmou ainda que os ministros do STF, a quem chama de "intocáveis", serão "substituídos por brasileiros de bem". Ele elencou propostas em relação à corte para estancar o que chamou de podridão, em referência à relação de Toffoli e Moraes com Vorcaro.

Entre as medidas, estão exigir que o indicado tenha mais de 60 anos, eliminar as decisões monocráticas e determinar que a abertura de um processo de impeachment contra ministros dependa apenas da maioria do Senado. "Não ficar dependendo de presidente omisso que tem o rabo preso", disse o ex-governador, falando a respeito do senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Ex-ministro da Previdência de FHC, Roberto Brant vai coordenar programa de governo de Caiado

SÃO PAULO O pré-candidato à Presidência do PSD, Ronaldo Caiado, afirmou que o ex-ministro Roberto Brant vai coordenar seu programa de governo. Brant foi titular do Ministério da Previdência no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e deputado constituinte, além de ter participado da fundação do PSD.

Em entrevista à CNN Brasil nesta quarta (22), Caiado afirmou que o aliado foi escolhido porque não é um "político fatiado, específico de um tema".

"Ele é um jogador, como se diz, que joga em todas as posições. Se você debater educação, saúde, segurança, programa social, infraestrutura, ele é uma pessoa que tem uma capacidade, uma visão de Brasil, na sua inteireza."

Caiado disse que Brant atuará para não deixar "um plano de governo disperso", em que você "não tem como fechá-lo". Também afirmou que convive com o ex-ministro há muitos anos, além de ter sido colega dele no Congresso Nacional. Na Câmara de 1987 a 2007, Brant passou por partidos como PMDB, PTB e PFL.

No escândalo do mensalão, quando estava no PFL, Brant chegou a ser alvo de processo de cassação depois de ser apontado como beneficiário de contas do empresário Marcos Valério.

À época, afirmou que se tratava de uma "infração eleitoral" e que seu caso se diferenciava das acusações contra os demais parlamentares porque envolvia dinheiro privado. Em votação em 2006, os deputados rejeitaram tirar o mandato. Após o episódio, anunciou que deixaria a vida pública.

Caiado tem indicado entre os principais temas que pretende abordar a segurança pública, o combate à corrupção e o que chama de abusos do STF (Supremo Tribunal Federal).

O presidenciável do PSD também foi questionado sobre nomes para comandar a economia em um eventual governo. Respondeu que não tem como anunciar nomes para não "provocar qualquer constrangimento" a seus interlocutores nessa área.

Ex-governador de Goiás, ele teve sua pré-candidatura oficializada pelo PSD no fim de março. Na mais recente pesquisa do Datafolha, divulgada no último dia 11, ele marcou 5% em cenário de primeiro turno, muito atrás de Lula (PT), que tem 39%, e de Flávio Bolsonaro (PL), com 35%.

Roberto Brant foi deputado por 20 anos e disse que deixaria a vida pública após o Mensalão Alberto Rocha - 5.set.18/Folhapress

Em simulação de segundo turno, Caiado obteve 42% das intenções de voto, ante 45% do atual presidente, um empate técnico.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
aqui o trabalho não para

EstúdioFOLHA

Armazéns solidários registram quase 1,2 milhão de atendimentos, com 12,3 milhões de itens vendidos

Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

O GOVERNO DO BRASIL ESTÁ DO LADO DO POVO DE SÃO PAULO

SÃO OBRAS, AÇÕES E MELHORIAS POR TODO O ESTADO

- Modernização da Via Dutra
- Expansão do Metrô até Guarulhos
- Túnel Santos-Guarujá
- Combate ao crime organizado
- Novos Institutos Federais

Financiamento

Investimento

IMPOSTO DE RENDA ZERO
pra quem ganha até R$ 5 mil por mês

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO DE SÃO PAULO

política

Em resposta ao governo Trump, PF retira credencial de agente americano

O que eles fizerem conosco, a gente vai fazer com eles, diz Lula; Itamaraty afirma que Estados Unidos não respeitaram boas práticas da diplomacia ao expulsar delegado

Constança Rezende e Isabella Menon

BRASÍLIA E WASHINGTON O governo Lula (PT) decidiu retirar as credenciais de um agente de imigração americano que atuava na coordenação do setor no Brasil.

A medida foi tomada em resposta à iniciativa do governo Donald Trump de mandar embora dos Estados Unidos delegado da PF que atuou no caso que levou à prisão do ex-deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) na semana passada. Ramagem, que está foragido da Justiça brasileira por condenação na trama golpista, foi solto dois dias depois.

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, afirmou à GloboNews nesta quarta (22) que o bloqueio ao sistema de dados da PF contra o servidor americano vai durar até que seja esclarecido o motivo que levou os EUA a tomar as atitudes contra o agente do Brasil.

O funcionário brasileiro é o delegado Marcelo Ivo de Carvalho, que atuava em Miami. Ele exercia a função de oficial de ligação junto ao ICE (o serviço federal de imigração) e chegou no Brasil na noite desta terça-feira (21).

Em rede social, Lula elogiou o diretor-geral da PF pela aplicação da reciprocidade. "O que eles [EUA] fizeram conosco, a gente vai fazer com eles, esperando que eles estejam dispostos a voltar a conversar e as coisas voltarem a normalidade."

Em nota, o Itamaraty afirmou que a expulsão do delegado viola a "boa prática diplomática entre nações amigas".

Na tarde da terça-feira, autoridades brasileiras se reuniram com uma representante dos EUA, Kim Kelly, encarregada de negócios interina da embaixada e consulado, para tratar do caso. O Itamaraty confirmou em nota a reunião, promovida em decorrência de um comunicado verbal dos EUA sobre "a interrupção imediata do exercício de suas funções oficiais em território norte-americano", em referência ao caso.

Segundo a pasta, o brasileiro "atuava com base em memorando de entendimento firmado entre os dois governos sobre a facilitação do intercâmbio de oficiais de ligação na área de segurança".

Ainda de acordo com o Itamaraty, a representante dos EUA foi informada, "que o governo brasileiro aplicará o princípio da reciprocidade diante da decisão sumária contra o agente da Polícia Federal, que não foi precedida de qualquer pedido de esclarecimento ou tentativa de diálogo".

À GloboNews, o diretor-geral da PF afirmou que o policial americano trabalhava em uma unidade da polícia no Brasil e deixou de ter "acesso a algumas bases de dados que nós fornecemos para essas cooperações, assim como nosso servidor lá em Miami teve".

Andrei também afirmou que, até o momento, a PF não recebeu nenhum comunicado oficial sobre o ocorrido com Marcelo Ivo e que ele mesmo determinou o seu retorno à unidade em que trabalha. "Ao chegar ao trabalho, o policial brasileiro teve a credencial de acesso ao sistema negado. Portanto, entendi que seria mais prudente mandar ele voltar ao Brasil", declarou.

O chefe da PF também considerou "risível" a alegação do governo Trump de que o funcionário teria atuado para manipular o sistema de imigração e "contornar tanto pedidos formais de extradição quanto prolongar caças às bruxas políticas" nos EUA.

Depois da soltura de Ramagem, houve pressão de bolsonaristas, como o empresário Paulo Figueiredo e o ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), por punição ao governo brasileiro.

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, durante reunião em Brasília Pedro Ladeira - 10.abr.26/Folhapress

Ramagem disse que PF é 'polícia de jagunços'

Após ser solto nos EUA, o ex-deputado Alexandre Ramagem agradeceu ao governo Trump e chamou a PF de "polícia de jagunços" em vídeo publicado nas redes sociais.

Ele foi condenado à prisão no Brasil no ano passado, na mesma ação que levou à cadeia o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ramagem recebeu pena de 16 anos e um mês de prisão por participar da tentativa de golpe de Estado no final do governo de Bolsonaro. Ele fugiu do país e é alvo de processo de extradição.

Bolsonaro pede a Moraes autorização para passar por cirurgia no ombro

Isadora Albernaz

BRASÍLIA A defesa de Jair Bolsonaro (PL), 71, pediu nesta terça-feira (21) ao ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes autorização para o ex-presidente, que está em prisão domiciliar, passar por uma cirurgia no ombro direito. O pedido é que o procedimento seja feito na sexta (24) ou no sábado (25).

Em despacho, os advogados afirmam que Bolsonaro apresenta um quadro de dor persistente e incapacidade funcional no ombro, com necessidade de tomar medicamentos analgésicos todos os dias.

Se autorizado, o procedimento será para reparar o manguito rotador do ombro direito e lesões associadas. Ele será feito pelo médico ortopedista Alexandre Paniago por via artroscópica —um tipo de cirurgia menos invasiva com pequenos cortes por onde são inseridos uma câmera digital para visualização interna do local e os instrumentos para tratar as lesões.

Segundo o documento apresentado a Moraes, os exames de Bolsonaro indicaram "lesão de alto grau do tendão do supraespinhal, com retração importante, comprometimento do terço superior do tendão do subescapular, subluxação da cabeça longa do bíceps e lesões associadas".

"O mesmo relatório médico registra, de modo expresso, que o paciente se encontra apto à realização da operação, circunstância que afasta qualquer alegação de inoportunidade clínica imediata e demonstra que o procedimento não decorre de mera conveniência pessoal, mas de necessidade terapêutica concreta, fundada em avaliação técnica especializada", diz a defesa.

Lula hoje está muito mais à direita que antes, diz rapper pré-candidato a presidente pelo PSTU

Paola Ferreira Rosa

SÃO PAULO Pré-candidato à Presidência da República pelo PSTU, Hertz Dias, 55, defende que a população tem poucas opções fora da direita e que sua candidatura amplia a escolha entre projetos de governo. "Estamos divergindo da esquerda, mas não da classe trabalhadora", afirma.

Para ele, a burguesia e a chamada frente ampla não conseguiram resolver os problemas da população. Critica, inclusive, os governos petistas, afirmando que a sigla participou de um processo de "reprimarização do governo".

"Esse governo entra para a história como o que mais transferiu verbas para o agronegócio, o setor mais decadente da burguesia. Lula hoje está muito mais à direita do que antigamente", diz.

Por isso, ele propõe um governo de transição para estabelecer uma democracia operária, em que os trabalhadores controlariam as riquezas que produzem.

Professor de história na rede pública, rapper do grupo Gíria Vermelha e ativista do movimento negro, Dias foi candidato a vice-presidente em 2018, na chapa com Vera Lúcia. Ele defende a unidade entre trabalhadores, população negra, mulheres, pessoas LGBTQIA+, povos originários, quilombolas e ribeirinhos.

Natural de São José de Ribamar (região metropolitana de São Luís), Dias foi dançarino de breaking na década de 1980. Em 1988 escreveu o primeiro rap, "Menor Abandonado". É formado em história pela Universidade Federal do Maranhão, onde também cursou mestrado em educação.

O professor afirma que o Brasil assume um papel submisso nessa nova configuração internacional. Argumenta que o país passa por um processo de desindustrialização e de recolonização.

O postulante defende ainda que falta democracia nas eleições. "Não é a festa da democracia, é a ditadura da burguesia. A democracia burguesa é a ditadura do capital", defende. De acordo com ele, emissoras têm citado nominalmente outros pré-candidatos, mas não o mencionam.

O professor de história, rapper e pré-candidato à Presidência pelo PSTU, Hertz Dias Maisa Mendes/Divulgação Hertz Dias

CASAFOLHA
CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

NO AR

CONHECIDO POR SUA MEMÓRIA NOTÁVEL, PVC É UM DOS MAIORES JORNALISTAS ESPORTIVOS DO PAÍS. ACESSE AGORA MESMO O CURSO DO NOVO INTEGRANTE DO TIME CASAFOLHA.

GRANDE LANÇAMENTO DE ABRIL

PAULO VINICIUS COELHO

COMANDA O CURSO:

O PODER DA MEMÓRIA: TÉCNICAS E FUNDAMENTOS

Conheça as 8 aulas deste curso:

- AULA 1 – O jornalista além da memória
- AULA 2 – A importância da memória em tempos de IA
- AULA 3 – Como funciona a memória
- AULA 4 – Cuidados ao usar a memória
- AULA 5 – O papel da emoção
- AULA 6 – Como treinar a memória - parte 1
- AULA 7 – Como treinar a memória - parte 2
- AULA 8 – Saiba quando confiar na memória

Assine agora

e aproveite a oferta exclusiva.

DE ~~R$ 59,90*/mês~~ POR APENAS 12x de R$ 19,90/MÊS.

*PROMOÇÃO VÁLIDA PARA O PLANO ANUAL.

Já é assinante Folha? Acesse: casafolhasp.com.br/upgrade e faça o upgrade de sua assinatura.

FOLHA DE S.PAULO
★★★

política

O jornalista esportivo Paulo Vinicius Coelho, que estreia curso na CasaFolha Gabriel Cabral - 10.mar.26/Folhapress

‘É uma honra’, diz PVC, que estreia curso de treinamento da memória na CasaFolha

Aulas exclusivas sobre técnicas para aperfeiçoar seu processo de memorização já estão disponíveis para assinantes da plataforma

Uirá Machado

SÃO PAULO O jornalista esportivo Paulo Vinicius Coelho, o PVC, estreia nesta quinta-feira (23) na CasaFolha, o streaming de conhecimento da **Folha**. Ele comanda o curso “O poder da memória: técnicas e fundamentos”, disponível para assinantes no site casafolhasp.com.br.

Formado em jornalismo, PVC começou a trabalhar no final dos anos 1980. Passou pelos principais veículos impressos e televisivos do país, entre os quais a revista Placar e os jornais **Folha** e Lance!, do qual foi editor-executivo. Atualmente, é colunista do UOL.

Em sua carreira, destacou-se por furos de reportagem, pelas análises táticas no futebol e pela memória prodigiosa —ele traz na ponta da língua as escalações completas de todos os vencedores do Campeonato Brasileiro desde 1959, por exemplo.

Na CasaFolha, PVC ensina técnicas que ele próprio usa para guardar na cabeça tantas informações. Ele também explica como funciona o processo de memorização e mostra como essa habilidade continua útil, mesmo com o avanço da tecnologia.

“É muito valioso você ter o seu conhecimento mesmo em tempos de inteligência artificial”, afirma. “Você vai transformando memória em conhecimento e conhecimento em respeito.”

De acordo com ele, é sempre possível treinar e aperfeiçoar a memória. “É um exercício de atenção e [aplicação] de técnicas —no meu caso, funcionam repetições e associações.”

Para assistir às aulas, é preciso ser assinante da CasaFolha.

É possível se vincular à plataforma pelo endereço casafolhasp.com.br/assine. A assinatura, com desconto promocional de 67%, sai por R$ 19,90 por mês no plano anual (R$ 59,90 sem a promoção) e inclui acesso ilimitado a todas as notícias da **Folha** no site e no aplicativo para celular e tablet.

Quem já é assinante da **Folha** não precisa de uma nova assinatura. Basta fazer o upgrade por R$ 10 adicionais no plano do jornal em casafolhasp.com.br/upgrade.

Com a estreia de PVC, a CasaFolha chega a 36 cursos exclusivos comandados por grandes personalidades em diferentes áreas, como o cineasta José Padilha, que aborda a arte de contar histórias, a monja Coen, que ensina meditação, a escritora espanhola Rosa Montero, que fala sobre criatividade e arte na hora de escrever, e o chef Ivan Ralston, do Tuju, que acaba de ser premiado com estrelas Michelin.

Além disso, novos conteúdos são incluídos todos os meses na plataforma. Em março, por exemplo, estreou o curso “Filosofia para uma vida que vale a pena”, com o professor Clóvis de Barros Filho.

Animado com seu curso, Paulo Vinicius Coelho diz: “É um prazer, uma responsabilidade e uma honra estar aqui na CasaFolha”.

Nas suas aulas, ele recorre a situações de sua longa carreira no jornalismo esportivo para mostrar como ele desenvolveu a memória e como ela pode ser importante não só na televisão ao vivo, mas também no jornal impresso ou em outras profissões.

Na CasaFolha, seu curso integrará o núcleo de “Comunicação e criatividade”, que conta com outros nomes consagrados.

Sérgio Dávila, diretor de Redação da **Folha**, por exemplo, ensina “Jornalismo por dentro: bastidores, princípios e técnicas”; Bob Wolfenson, um dos maiores fotógrafos do país, fala sobre retratos e fotografia de moda; e os campeões de oratória Giovanni Begossi e Micarla Lins ensinam truques para falar em público.

A CasaFolha é uma plataforma de streaming que reúne cursos exclusivos de grandes personalidades em diferentes áreas do conhecimento. Lançada em setembro de 2024 pela **Folha**, ela tem conteúdos apresentados em formato de “masterclasses” que podem ser acompanhados sob demanda.

Como assinar a CasaFolha

Para assinar a plataforma, basta entrar em casafolhasp.com.br/assine. A assinatura, com desconto promocional de 67%, sai por R$ 19,90 por mês no plano anual (R$ 59,90 sem a promoção) e inclui acesso ilimitado a todas as notícias da **Folha** no site e no app.

Quem já é assinante do jornal pode fazer o upgrade em condições especiais para ter todo o conteúdo da CasaFolha. Basta acessar casafolhasp.com.br/upgrade.

Humilhados pela legalidade

Magistocracia sente horror de ser comum, um servidor como outro qualquer

Conrado Hübner Mendes
Professor da USP, é doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC

O grito magistocrático precisa ser entendido pelo que não diz. Desembargadora paraense soava serena: “Daqui a pouco a gente vai estar no rol daqueles que trabalham em regime de escravidão”. E ameaçou: “A população vai sentir quando procurar a Justiça e não tiver”. Sua remuneração recente orbita os R$ 100 mil.

Juiz paranaense parecia sincero: “Minha remuneração vai ser menor que a de um cara que vende sorvete”. E ameaçou: “Vou embora, vou montar uma banca e defender a Lava Jato. Quando vocês caírem presos, eu não vou estar aqui para tirar ninguém. Quero mais é ficar em casa e foda-se”. Seu holerite recente orbita os R$ 100 mil.

Promotor mineiro, em 2019, revelou seu “miserê”: “Infelizmente não tenho origem humilde. Não estou acostumado com tanta limitação. Quero saber se vamos ficar nesse miserê aí”. O promotor que queria ser humilde ameaçou: “O que vamos fazer? Ou nós vamos ficar quietos?”

Difícil resistir à piada, disfarçar o assombro e entender o silêncio institucional diante da quebra de decoro. Mas ironia e indignação, sozinhas, perdem de vista o sintoma psíquico. Existe algo mais sério e profundo que a desfaçatez degenerada.

Não precisamos de psicanalistas para arriscar algumas hipóteses. A perversão, a obscenidade das palavras, a angústia pela perda de privilégios, o delírio de grandeza, os R$ 100 mil como mínimo existencial, abaixo do qual ela diz que não vai mais pagar o médico. Parece desejo material, mas não só.

O magistocrata não quer só dinheiro, quer amor pelo status. Por trás da liturgia forense, há um burocrata de mentalidade banal e infantil

O magistocrata não quer só dinheiro, quer amor sincero por seu status. Ser chamado de privilegiado até agrada, pois soa reconhecimento de superioridade. Quando igualado a cidadão comum, ele explode. Por trás da liturgia forense, há um burocrata ordinário, de mentalidade banal e infantil.

Parece haver um desamparo psíquico: seu valor pessoal está colado no privilégio, e sua subjetividade não suporta a igualdade. E um desamparo ético: sente-se acima da lei. Tem dependência química dessa distinção.

Magistocratas exibem um duplo senso de heroísmo: o intelectual, por terem passado em concurso público, essa olimpíada da memorização; e o moral, por terem de lidar com as disparidades da Justiça brasileira e encontrar uma pessoa pobre na sala de audiência. Desse heroísmo decorre seu senso de merecimento infinito (o “sense of entitlement”, na expressão mais eloquente em inglês).

O concurso funciona como rito de consagração e de compra de indulgências. Daí estarmos em dívida permanente por esse sacrifício que fazem por nós. Nesse delírio do mérito, a lei fica pequena. Seu esforço inigualável justifica seu direito adquirido.

Para o magistrocrata, igualdade não é valor republicano, mas ofensa à sua distinção. Já a legalidade, uma ofensa à sua soberania. Uma mistura de narcisismo e onipotência: “Não sou como eles. Não aceito limites”.

O STF limitou penduricalhos a 35% do teto constitucional (o “sobreteto”). A reação das associações corporativas não foi jurídica, mas de indignação: “profunda discordância”, “desvalorização e destruição de carreiras”.

Chamam de “humilhação” a igualdade republicana. Não igualdade salarial, pois já estão no topo mundial dos salários da Justiça. Só igualdade perante a lei mesmo. Contra ela, investem na autolegalidade, o poder de criar a própria norma. Uma autorização ilimitada para si mesmos.

DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros
SEG. Mafalda Anjos / Lara Mesquita **TER.** Joel Pinheiro da Fonseca
QUA. Elio Gaspari **QUI.** Conrado H. Mendes
SEX. Marcos Augusto Gonçalves **SÁB.** Demétrio Magnoli

Prédio do BRB (Banco de Brasília); governo do DF tem 53,71% das ações totais da instituição financeira Joédson Alves - 19.nov.25/Agência Brasil

DF terá de injetar até R$ 5 bi no BRB para não ter sua participação diluída

Acionistas aprovam aumento de capital social de até R$ 8,8 bi para cobrir rombo deixado por operações com o Master; sem recursos em caixa, governo distrital busca captações

Nathalia Garcia e Adriana Fernandes

BRASÍLIA Os acionistas do BRB (Banco de Brasília) aprovaram nesta quarta-feira (22), em assembleia geral extraordinária, aumento de capital social da instituição de até R$ 8,8 bilhões. A ação busca cobrir o rombo deixado por operações com o Banco Master, de Daniel Vorcaro.

Votaram pela aprovação o governo do Distrito Federal, que tem fatia de 56,48% das ações ordinárias do BRB, e o Iprev-DF (Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal), com 18,73%. Já a ANEABRB (Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionista do BRB), com 13,55%, foi contra a proposta.

Em uma breve fala no encerramento da reunião, o presidente do BRB, Nelson de Souza, manifestou o desejo de deixar o banco "cada vez mais sólido".

Na assembleia, foi autorizada uma mudança no estatuto do banco para permitir o aumento de capital, com elevação do limite de ações para 2,5 bilhões, ante 720 milhões na versão anterior.

Conforme a proposta em discussão, a oferta de ações do BRB será feita por meio de subscrição privada, modelo em que a compra só pode ser efetivada por quem já integra a base de acionistas do banco.

O aporte sugerido aos acionistas do banco é de até R$ 8,817 bilhões, com subscrição mínima de R$ 536 milhões. Atualmente, o capital social do BRB é de R$ 2,344 bilhões. Considerando o valor mínimo, ele subirá para R$ 2,88 bilhões. No caso do máximo, o capital saltará para R$ 11,161 bilhões.

O banco é organizado sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, e seu acionista controlador é o governo do DF, com 53,71% das ações totais.

O DF, porém, não tem os recursos necessários em caixa para fazer o aporte no banco e recorre a um processo de captação. Para não ter sua participação diluída, o governo de Celina Leão (PP) terá de aportar, no caso do valor máximo, R$ 5 bilhões no BRB.

Em março, foi sancionada uma lei autorizando o governo distrital a executar ações para socorrer o banco, como a contratação de até R$ 6,6 bilhões em operações de crédito com o FGC (Fundo Garantidor de Créditos) ou instituições financeiras.

Uma das alternativas trabalhadas pelo governo do Distrito Federal é um empréstimo de R$ 6,6 bilhões pelo FGC. Como mostrou a **Folha**, o ex-governador Ibaneis Rocha fez um pedido de R$ 4 bilhões em março, e a atual gestão demandou um complemento de R$ 2,6 bilhões.

Outra opção para capitalizar o BRB é a estruturação de um fundo para viabilizar a securitização da dívida ativa do DF, estimada em cerca de R$ 52 bilhões.

Na prática, o governo reunirá em um fundo os créditos com maior probabilidade de pagamento. Eles serão transformados em títulos financeiros e ofertados a investidores, que terão direito aos pagamentos futuros dessas dívidas. O governo, por sua vez, receberá parte dos recursos de forma antecipada.

"Com esse modelo, o GDF poderá antecipar parte dos valores a receber por meio do mercado de capitais. A operação será conduzida pelo Banco de Brasília e deve contribuir para equilibrar as contas públicas, melhorando a liquidez e permitindo a realização de investimentos imediatos", disse em nota a Secretaria de Estado de Economia do DF.

O presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, disse à **Folha** que o banco captou R$ 3 bilhões por meio da venda de um título de renda fixa com garantia do FGC.

Chamado de DPGE (Depósito a Prazo com Garantia Especial), esse título auxilia instituições financeiras de porte pequeno e médio a captar recursos. Os compradores costumam ser gestoras de recursos dedicadas a administrar patrimônios e fundos de investimento.

Souza explicou que a captação desses recursos funciona, na prática, como se fosse uma venda de um CDB (Certificado de Depósito Bancário), que também tem garantia do FGC. Souza disse que os recursos deram fôlego de liquidez ao banco junto com a operação fechada recentemente com a Quadra Capital.

Celina Leão, governadora do Distrito Federal, também recorreu à gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por socorro ao BRB, mas falou em má vontade do governo federal.

Na assembleia, foi dada autorização para o conselho do BRB praticar todos os atos necessários à implementação do aumento de capital. Pelo cronograma do banco, o aporte deverá ser realizado até dia 29 de maio.

Os acionistas também homologaram a nomeação para o conselho de administração do atual presidente do BRB, Nelson de Souza, além de Joaquim Lima de Oliveira e de Sergio Iunes Brito.

A **Folha** acompanhou a assembleia na condição de acionista, como detentora de uma única ação fracionada, e se absteve na votação sobre todos os itens da pauta. A participação acionária dessa dimensão não é suficiente para interferir no resultado da assembleia, que teve a votação de detentores de mais de 284 milhões de ações ordinárias do BRB.

O BRB deveria ter divulgado seus resultados até 31 de março, mas desrespeitou o prazo legal. Sem as demonstrações financeiras, o tamanho do rombo deixado pelas operações feitas com o Master continua desconhecido.

Segundo as investigações, o BRB comprou R$ 12,2 bilhões em créditos fraudulentos do Master. Só uma parcela foi recuperada.

Leia mais nas págs. A14 e A15

Plano de socorro ao BRB

MEDIDAS PARA CAPITALIZAÇÃO

- Empréstimo pedido ao FGC e a um grupo de bancos, no valor de R$ 6,6 bilhões
- Constituição de um fundo de investimento imobiliário com propriedades oferecidas pelo governo do DF
- Venda de parte da BRB Financeira por mais de R$ 1 bilhão

MEDIDAS PARA LIQUIDEZ

- Constituição de fundo de investimentos gerido pela Quadra Capital com ativos que tiveram origem no Master
- Captação de R$ 3 bilhões pela venda de título de renda fixa com garantia do FGC, chamado de DPGE

PAINEL S.A.

Alex Sabino (interino)
painelsa@grupofolha.com.br

Zona cinzenta

Gigantes do setor farmacêutico ouvidas pela coluna avaliam que a minuta da Anvisa divulgada na última sexta (19) cria zona cinzenta no mercado em expansão das canetas emagrecedoras. A preocupação está na fiscalização às farmácias de manipulação. Para executivos das empresas, a norma não define, na prática, quem vai garantir o cumprimento de novas exigências em setor que sofre invasão de produtos irregulares, ou como os resultados dos testes a serem realizados serão verificados. A agência estabeleceu procedimentos e requisitos para o uso de princípios ativos presentes no medicamento.

FISCALIZAÇÃO Para representantes da indústria, o sucesso das canetas fez com que a demanda superasse a oferta, abrindo espaço para a entrada de versões manipuladas em farmácias e produtos contrabandeados. Apontam que a exigência da Anvisa de tornar os testes mais rigorosos é avanço, mas dizem que a minuta não especifica quem avalia se o insumo utilizado pelas farmácias de manipulação está adequado, os parâmetros e o nível de transparência. Isso colocaria em dúvida a efetividade da fiscalização.

PERMITIDO A tirzepatida, componente ativo de uma das canetas emagrecedoras presentes no mercado, pode ser manipulado em farmácias, em caráter excepcional e com justificativa técnica.

CABELO EM DOBRO A Novofio, rede especializada em transplante capilar, pretende dobrar de tamanho até o fim de 2026. A franqueadora planeja a abertura de franquias em cidades do interior nos 18 estados em que atua. Hoje, são cerca de 50 clínicas ativas. No ano passado, a rede registrou faturamento de R$ 70 milhões, uma alta de cerca de 80% em relação a 2024. Para 2026, a companhia projeta arrecadar R$ 120 milhões, o que representaria um crescimento de cerca de 70%.

EXPANSÃO Representante do segmento, a ABCBR (Associação Brasileira de Cirurgia da Restauração Capilar) afirma que a busca por transplante capilar cresceu mais de 250% nos últimos 11 anos.

MAIS PRAZO Empresas distribuidoras de combustíveis receberam mais 20 dias úteis para encaminharem à ANP informações semanais sobre suas margens brutas de lucro. A determinação foi publicada nesta quarta-feira (22), no Diário Oficial da União. O data-limite anterior seria nesta quinta-feira (23).

DEPOIS DE QUEIXA O novo texto altera o artigo 20 do decreto 12.930. A coluna havia publicado na edição desta quarta a resistência de empresas do setor com o cronograma oficial e as contradições apontadas entre a medida e recomendações feitas pelo Cade.

RESPOSTA A Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos defende o aumento do imposto de importação de pneus para 35% sob o argumento de que o mercado brasileiro sofre uma invasão de produtos vindos da Ásia. Segundo a entidade, em reação à posição de importadores publicada pela coluna, os artigos são importados, "muitas vezes", a preço inferior ao custo da matéria-prima.

MUDANDO DE ÁREA Pelos dados da associação, cerca de 80% da produção de borracha nacional é consumida pelas fábricas do setor. Seringueiros e produtores rurais estariam migrando para outras culturas, como cana, milho e soja.

com Luana Franzão

COMÉRCIO
A atividade do comércio físico cresceu 3,3% em março de 2026 na comparação com fevereiro, segundo o Indicador de Atividade do Comércio da Serasa Experian. O avanço foi puxado pelas categorias veículos, motos e peças (12,2%) e combustíveis e lubrificantes (5,1%). Supermercados (-1,0%) e vestuário (-0,9%) pesaram contra o resultado do indicador

STF tem 2 votos para manter ex-presidente do BRB preso, e Toffoli se declara suspeito

Medida preserva a ordem econômica e a investigação, avaliam Mendonça e Fux; faltam as análises de Nunes Marques e Gilmar

Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB, é conduzido em carro da PF Gabriela Biló - 16.abr.26/Folhapress

Luísa Martins

BRASÍLIA A Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) tem dois votos para manter a prisão do ex-presidente do BRB (Banco de Brasília) Paulo Henrique Costa, decretada na semana passada pelo ministro André Mendonça. O julgamento é em plenário virtual e acaba na sexta-feira (24).

O ministro Luiz Fux seguiu o relator. Faltam votar Kassio Nunes Marques e Gilmar Mendes. Dias Toffoli não participa do julgamento, pois se declarou suspeito de julgar processos relacionados à investigação do Banco Master.

O ministro disse a colegas que tomou a decisão para evitar questionamentos sobre sua atuação, devido aos negócios feitos pela empresa de sua família com um fundo controlado pelo Master.

Em seu voto, Mendonça reitera os termos da decisão que autorizou a prisão e diz que a medida é fundamental para "resguardar a ordem econômica, a instrução criminal e a aplicação da lei penal". Fux não apresentou voto escrito, só seguiu o relator.

Costa é investigado na operação Compliance Zero, que apura irregularidades na atuação do BRB para comprar o Master, de Daniel Vorcaro, que também está preso e negocia acordo de delação premiada.

O ex-presidente do BRB é suspeito de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Segundo as investigações, ele teria ocultado seis imóveis recebidos como propina, 4 em São Paulo e 2 em Brasília, avaliados em R$ 146,5 milhões, dos quais cerca de R$ 74,6 milhões já teriam sido pagos.

O advogado Cléber Lopes, que defendia Costa, disse que seu cliente não praticou crime algum e que a prisão foi um exagero. Ele deixou a defesa do ex-presidente do BRB nesta quarta (22).

A Segunda Turma também tem maioria para manter a prisão do advogado Daniel Monteiro, apontado como arquiteto jurídico do Master. De acordo com a PF (Polícia Federal), ele teria recebido R$ 86 milhões para participar do esquema, viabilizando pagamentos e ocultando a titularidade dos imóveis.

A defesa de Monteiro afirmou que o advogado foi surpreendido pela decisão. "Sua atuação sempre se deu de forma estritamente técnica, na condição de advogado do Banco Master e de diversos outros clientes, sem qualquer participação em atividades alheias ao exercício profissional", afirmou.

Para Mendonça, manter os investigados em liberdade significaria "risco concreto de desaparecimento de recursos e bens necessários à recomposição dos danos decorrentes dos ilícitos sob apuração".

Ao longo da investigação, Paulo Henrique Costa costumava argumentar que nenhuma decisão foi individual dentro do BRB e que os instrumentos usados na compra de carteiras de crédito são comuns no mercado.

Os seis apartamentos atribuídos a Costa pela PF são de altíssimo padrão. Em São Paulo, ficam no eixo Itaim Bibi-Vila Olímpia, onde o metro quadrado figura entre os mais valorizados da cidade.

Costa esteve à frente do BRB de 2019 a novembro de 2025 por indicação do então governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha (MDB). Antes de assumir o comando do BRB, trabalhou por quase duas décadas na Caixa, onde foi vice-presidente de Clientes, Negócios e Transformação Digital.

O executivo era alvo de investigações desde a primeira fase da operação, deflagrada em 18 de novembro de 2025. Na ocasião, o Ministério Público Federal chegou a pedir a prisão do executivo, mas a medida foi negada pela Justiça Federal, que determinou apenas seu afastamento do comando do banco.

Ele foi afastado do cargo por 60 e demitido no dia seguinte pelo então governador. Foi substituído por Nelson Souza, ex-presidente da Caixa.

Ao todo, o BRB comprou R$ 21,9 bilhões em carteiras do banco de Vorcaro. Parte relevante, cerca de R$ 12,3 bilhões, apresenta indícios de ausência de lastro, inconsistências estruturais e vícios documentais.

colunistas da semana

DOM. Samuel Pessôa, Vinicius Torres Freire, Roberto Campos Neto / Marcos Lisboa / Candido Bracher / Ana Paula Vescovi
SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cucolo / Michael Viriato **TER.** Michael França / Cecilia Machado, Mauro Zafalon
QUA. Bernardo Guimarães /Jerson Kelman, Vinicius Torres Freire **QUI.** Solange Srour, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva
SEX. Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire **SÁB.** Marcos Mendes / Laura Müller Machado

Aviso de Abertura - Pregão Eletrônico nº 90009/2026
O Complexo Penal I de São Paulo torna público o Edital nº 08/2026, referente ao Processo SEI nº 006.00170262/2026-19, destinado à aquisição de artigos de cama, uniformes padronizados e higiene para presos reclusos no Complexo Penal I de são Paulo, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 67.608/2023. A sessão será realizada em 08/05/2026 às 08h00, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br. O edital completo encontra-se disponível em www.gov.br/pncp.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA-SP
AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2.026, do tipo menor preço, com critério de julgamento por item, por meio da utilização da plataforma Bolsa de Licitações do Brasil - BLL, www.bll.org.br, que objetiva a Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para o Departamento de Educação (merenda escolar) e outros Departamentos vinculados a Prefeitura Municipal de Aspásia-SP, pelo período de 12 (doze) meses. Data e horário do recebimento das propostas: até às 08h00min do dia 07/05/2026. Data e horário do início da disputa: 08h30min do dia 07/05/2026. O edital completo estará à disposição dos interessados no site www.bll.org.br, no sitio Eletrônico do Município: aspasia.sp.gov.br e Portal Nacional de Compras Públicas PNCP.Aspásia, 22 de abril de 2.026.IVAN DE PAULA- Prefeito

PREFEITURA DE BOITUVA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
Órgão: Prefeitura de Boituva. Objeto: Registro de Preços para Massa Asfáltica CBUQ Concreto Usinado à quente na temperatura aproximada de 119ºc e pedra lajão britado composto por pedras de formação sedimentar, com granulometria de aproximadamente 3,5 polegadas. Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 24/2026. Encerramento: 08/05/2026 às 09H00. O Edital completo está disponível através do site, www.boituva.sp.gov.br, www.licitardigital.com.br e no portal de compras públicas www.gov.br/pncp/pt-br. **Prefeitura de Boituva, em 22 de abril de 2026. Nivaldo de Assis – Secretário Municipal de Trânsito e Mobilidade Urbana**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. Processo Administrativo SECADM-CCLIC Nº 219/2025 - Pregão(eletrônico) N° 29/2025. objeto: Contratação de serviços de empresa especializada no fornecimento de sistemas de imagens CFTV com transmissão por intranet e central de monitoramento com fornecimento de todos os equipamentos necessários para o pleno funcionamento do sistema, na forma de comodato, com responsabilidade de manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva. Recebimento das propostas a partir do dia: 24 de abril de 2026 às 09h00min. Início da sessão de disputa de preços: 11 de maio de 2026, às 09h00min. Para os editais os interessados deverão acessar o link https://aguai.sp.gov.br/home/. Franciele Rodrigues Luciano Martins – Pregoeira.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026
PROCESSO SEI Nº 2026/0001704
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/compras/pt-br
Encontra-se aberta na Defensoria Pública do Estado de São Paulo licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo escopo será a constituição de Ata de Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de Café tipo A, Café Tipo B – entrega de insumos sem serviço e Kit lanche, incluindo serviços correlatos e de suporte, para eventos organizados ou apoiados pela Defensoria Pública do Estado que serão realizados no Estado de São Paulo, de acordo com as especificações do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.
O certame será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1 º de abril de 2021.
Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 23/04/2026.
Data e hora da abertura da sessão pública: 08/05/2026, às 10h00.
O Edital estará disponível nos sites https://www.gov.br/compras/pt-br e http://www.defensoria.sp.def.br.

Detran.SP SP.GOV.BR
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
Encontra-se Reaberta no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2026, referente ao Processo DETRAN/SP - SEI nº 140.01332338/2025-99, visando à Contratação da prestação de serviços de segurança e vigilância patrimonial na unidade localizada na Rua Teodoro Sampaio, 110 - Jabaquara - CEP 11013-640 - Santos-SP. A data de abertura da sessão pública de processamento do certame se dará no dia 11/05/2026 às 10:00 horas, nesta unidade por intermédio do site "www.compras.sp.gov.br".
O Edital na íntegra estará disponível para consulta através do site https://www.gov.br/pncp/pt-br.

edp **Lajeado Energia S.A.**
CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84 - NIRE nº 35.300.173.902
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os Acionistas a comparecer à **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** ("Assembleia Geral"), da **Lajeado Energia S.A.** sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.460.864/0001-84, com sede localizada na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 23, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, cidade de São Paulo, estado de São Paulo ("Companhia"), a realizar-se no dia **30 de abril de 2026**, às **10:00 horas**, por meio exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: *Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 da Companhia; (ii) aprovar a destinação do lucro líquido, a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 da Companhia; (iii) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026; (iv) consignar a alteração do Jornal de grande circulação no qual serão realizadas as publicações da Companhia; e Em Assembleia Geral Extraordinária: (v) aprovar a substituição de Conselheiro de Administração da Companhia para mandato em curso.* ***Informações Gerais:*** Conforme autorizado pelos artigos 121, parágrafo único, e 124, parágrafo 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), a Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, podendo o Acionista participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, por si, por seus representantes legais ou procuradores, desde que comprovada a titularidades das ações e envio dos documentos acima mencionados. Os documentos relacionados aos temas da ordem do dia encontram-se, a partir da presente data, disponíveis para consulta dos Acionistas na sede da Companhia. O Acionista, ou procurador, que comparecer à Assembleia Geral deverá apresentar o documento de identificação válido com foto, ou, caso aplicável, cópia de referido documento de seu procurador e a respectiva procuração outorgada por Acionista da Companhia, observado o disposto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A. As orientações e os dados para conexão dos Acionistas no ambiente eletrônico, incluindo a senha necessária para tal, serão enviados aos Acionistas que manifestarem o seu interesse por meio do e-mail assessoria.societaria@edpbr.com.br até o dia 28/04/2026, enviando também por e-mail os documentos necessários para sua participação na Assembleia Geral conforme mencionado acima.
São Paulo, 23 de abril de 2026
João Manuel Brito Martins - Presidente do Conselho de Administração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Autos nº 1001206-57.2014.8.26.0126
O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, Dr(a).GILBERTO ALABY SOUBIHE FILHO, na forma da Lei etc.
FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM- DER move uma Ação de Desapropriação contra Emiliano Augusto Campedelli, Cristina Campedelli Melchert, Silvana da Cruz Silva, Mariana Saccomandi Campedelli, Marisa Beatriz Correa Campedelli, Espolio de Emiliano Augusto Correa Campedelli, Ricardo Ruiz Melchert, objetivando o imóvel de Matrícula nº 42.535 localizado na Av. Presidente Castelo Branco, s/n, bairro Martin de Sá, CEP 11662-700, Caraguatatuba, declarados de utilidade pública. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei.
DER Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

economia

Paulo Henrique Costa troca defesa e soa alerta de colaboração premiada

Cleber Lopes, próximo de Ibaneis Rocha, deixa o caso; advogado de ex-governador afirma que preocupação com delação é zero

Thaísa Oliveira

BRASÍLIA Preso no Complexo Penitenciário da Papuda desde a semana passada, o ex-presidente do BRB (Banco de Brasília) Paulo Henrique Costa decidiu trocar sua equipe de defesa, em um indicativo de que pode assinar um acordo de colaboração premiada.

Costa era defendido pelo advogado Cléber Lopes, que é próximo do ex-governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha (MDB) e foi advogado dele no processo relativo aos 8 de Janeiro. Agora, o executivo será defendido pelos advogados Eugênio Aragão e Davi Tangerino.

R$ 146,5 milhões
É o valor somado dos 6 imóveis (4 em São Paulo e 2 em Brasília) que Paulo Henrique Costa teria recebido de Daniel Vorcaro como propina, de acordo com a investigação da Polícia Federal

A troca foi concretizada nesta quarta (22). Questionado se Costa pretende assinar acordo de colaboração premiada, Aragão afirmou que ainda não havia conversado com ele.

A informação foi publicada pelo jornal O Globo e confirmada pela **Folha**. Costa foi preso na quinta (16). Um dos fundamentos para a prisão é a suspeita de que ele tenha ocultado seis imóveis recebidos do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, do Master, como propina.

O advogado de Ibaneis, Antônio Carlos de Almeida Castro, conhecido como Kakay, diz que é zero a preocupação do ex-governador com uma possível delação de Costa.

"Esse episódio foi levantado entre nós [chance de alguém fazer acordo de colaboração], e ele não tem nenhum tipo de preocupação", afirma Kakay.

Costa é investigado por seu papel na tentativa de compra do Master pelo BRB e pela compra de carteiras de crédito consignado falsas, além das operações em que Vorcaro e seus associados se tornaram acionistas do BRB.

A PF afirma que os seis imóveis recebidos por ele, 2 em Brasília e 4 em São Paulo, são avaliados em R$ 146,5 milhões. Na decisão que autorizou a prisão, o ministro André Mendonça, do STF, transcreve conversas entre ele e Vorcaro.

Costa presidiu o BRB desde o começo do governo Ibaneis, em 2019. Ele foi afastado do cargo por 60 dias por determinação judicial na primeira fase da Compliance Zero, em 18 de novembro, e demitido por Ibaneis no dia seguinte.

Em abril, o BRB entregou à PF o relatório de auditoria independente sobre seus negócios com o Master. O material consolidou suspeitas que já eram apuradas.

A auditoria aponta que as operações de compra de carteiras do Master eram tratadas internamente como "negócio do presidente". O relatório indica que as carteiras eram fragmentadas, para evitar a necessidade de aprovação pelo conselho de administração do banco público.

A PF encontrou anotação na agenda da ex-diretora de Controle e Riscos do BRB Luana de Andrade Ribeiro, de julho de 2025, em que afirma que Costa teria determinado a compra de carteiras para salvar o Master.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUAPIAÇU/SP
Torna público o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026; PROCESSO LICITATÓRIO N° 048/2026.** TIPO: MAIOR DESCONTO. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de implantação e operacionalização de sistema informatizado e integrado de administração e gerenciamento de abastecimento de combustíveis, com disponibilização de rede credenciada e utilização de cartões magnéticos ou tecnologia equivalente, destinado ao atendimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município de Guapiaçu, conforme condições, quantidades e demais especificações estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 08/05/2026 às 09:00hrs no site:http://187.9.146.42:8079/comprasedital/. EDITAL no site :www.guapiacu.sp.gov.br. DATA: 22/04/2026. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
AVISO DE ABERTURA
Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico PE DGA 90191/2026, UASG 450161, Processo n° 01-P-7015/2026 do tipo menor preço; destinado ao Registro de Preços de Papel Higiênico. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia 07/05/2026 às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal **https://www.gov.br/compras/pt-br/**).
O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**).

MUNICÍPIO DE PANORAMA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/26
PROCESSO Nº 055/26. OBJETO: AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA NOVA PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE PANORAMA. ENCERRAMENTO: 07 DE MAIO DE 2026 ÀS 08:00 HORAS. O EDITAL PODERÁ SER RETIRADO NO PAÇO MUNICIPAL DE PANORAMA, DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, NO HORÁRIO DAS 08H00 ÀS 11H00 E DAS 13H00 ÀS 16H30 OU PELO SITE (www.panorama.sp.gov.br). DÚVIDAS, NA AVENIDA RODION PODOSLKY, 1995, CENTRO, PANORAMA SP, ATRAVÉS DO TEL: (18) 3871-9092 OU (LICITACOES_PANO.SP@HOTMAIL.COM).
PANORAMA-SP, 22 DE ABRIL DE 2026.
DANIEL GENOVA - PREFEITO

FUNDAÇÃO CASA
CONVOCAÇÃO
WAGNER VIDAL, portador do RG 16716305X, Carteira Profissional n° 09687 - série: 046 - SP, registrado nesta Fundação sob o número RE: 402795, solicitamos seu comparecimento na sede da Fundação CASA, sita à Rua Florêncio de Abreu, 848 - 3º andar - Luz, Seção de Movimentação, no prazo de 24 horas para tratar de assunto de seu interesse. O não comparecimento implicará em Demissão por Justa Causa - Abandono de Emprego, conforme artigo 482 alíneas "i" da CLT.

megaleilões
Unidade 14 - Núcleo 4.0 das Execuções Fiscais Estaduais do Foro Central da Capital/SP
EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação **do executado KIRIAZI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.223.791/0001-97; **bem como do depositário NABIL KIRIAZI.O Dr. Jamil Nakad Junior**, MM. Juiz de Direito da Unidade 14 – Núcleo 4.0 das Execuções Fiscais Estaduais do Foro Central da Capital/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução Fiscal** ajuizada por **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** em face de **KIRIAZI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EIRELI - Processo nº00211150-19.2004.8.26.0286,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 04/05/2026 às 15:30 h** e se encerrará **dia 07/05/2026 às 15:30 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 07/05/2026 às 15:31 h** e se encerrará no **dia 27/05/2026 às 15:30 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação atualizada. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial atualizada. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Os débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão sub-rogados no preço da arrematação, conforme Art. 908, § 1º, do CPC.**DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sobe o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo o mesmo ser analisado pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. O pagamento deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DA REMIÇÃO:** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o Leiloeiro fará jus a comissão no percentual determinado neste edital sobre o valor da arrematação, conforme Artigo nº 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no CPC e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULÁ Nº 27.996 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ITU/SP - IMÓVEL:** Um terreno urbano, situado com frente para a rua Kiriaco Kiriazi, no Bairro Matadouro, nesta cidade, com uma área de 14.060,00m2, contendo dois prédios industriais com 350,00m2 e 1.800,00m2 de área construída, medindo 123,00m de frente; da frente aos fundos, do lado direito de quem olha da rua para o imóvel, mede 100,00m e divide com a Municipalidade de Itu; do lado esquerdo, mede 60,00m, depois deflete à esquerda e segue 44,00m divisando nessas duas faces com George Nicola Kiriazi e outros; depois deflete à direita e segue 40,00m, divisando com a Municipalidade de Itu; e nos fundos mede 167,00m, dividindo com o prolongamento da rua 06, fechando o perímetro. **Consta na Av.01 desta matrícula** que os prédios objetos desta matrícula, atualmente formam um único prédio e possue o nº 344 da referida rua Kiriaco Kiriazi. **Consta na Av.02 desta matrícula** que o prédio objeto desta matrícula, foi ampliado no ano de 1972, em 1.819,00m2. **Consta no R.04 desta matrícula** que nos autos da ação de Execução Fiscal, Processo nº 384/96, em trâmite na 4ª Vara Cível do Foro da Comarca de Itu/SP, requerida por FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra KIRIAZI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e outro foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário NABIL KIRIAZI. **(Av.07** a **Av.29)** diversas averbações de execução fiscal. **Contribuinte nº 05.0048.0001.00.** Valor da Avaliação do Imóvel: R$ 11.680.000,00 para setembro de 2014, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP. **O edital na integra está disponível no site www.megaleiloes.com.br.**
(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

economia

A crise esquecida dos combustíveis

Contenção de reajuste, subsídio e pressão sobre empresas deixaram assunto de lado

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O preço médio do diesel no Brasil parou de subir desde a semana encerrada em 28 de março até a semana finda em 11 de abril, dado público mais recente da estatística da ANP (Agência Nacional do Petróleo). O da gasolina ficou praticamente estável. Na média nacional, favor prestar atenção.

Ainda assim, o aumento do diesel por causa da guerra foi o maior desde que a ANP publica estatísticas semanais de preços. Ainda assim, vamos repetir, o tamanho da alta foi a metade daquela que se viu nos EUA. Pressões altistas permanecem. O risco de desabastecimento sumiu do noticiário (e da vida?), mas é problema em muito lugar do planeta, da Ásia à Europa, com problemas mais imediatos com o combustível para aviões.

Esquecemos o assunto, pois a dita opinião pública passou a se ocupar de dívidas das famílias e da final do BBB, por exemplo.

O que houve? Para usar um eufemismo, houve moderação da Petrobras, que diz não estar perdendo dinheiro. A redução de tributos deve ter tido algum efeito. A pressão do governo sobre distribuidoras talvez tenha intimidado essas empresas. Importante, os preços americanos de referência para o Brasil deram uma acalmada também. O jornalista ouve explicações variadas, mas não tem meios de verificar de modo independente o que ocorreu —faltam dados públicos.

A calmaria relativa vai durar? Como tem se dito de modo enfadonho, mas inevitável, depende do que vai ser desse desastre que Donald Trump criou no Irã. Ou desse cessar-fogo "sujo", com bloqueio americano, ato de guerra econômica, ou com tiros de iranianos contra navios mercantes. Nesta quarta (22), atiraram contra o Euphoria, o Epaminondas e o Francesca. Sim, são os nomes das embarcações, uma gota de pitoresco nesse mar de horrores.

O bloqueio naval do Irã é ato de guerra econômica de Trump; iranianos atiraram contra o Euphoria, o Epaminondas e o Francesca —são nomes dos navios, gota de pitoresco nesse mar de horrores

Além disso, a calmaria depende do ritmo de reabertura de Hormuz e do que vai ser possível produzir de petróleo e gás, dada a destruição. Apesar das aparências, do noticiário de guerra mais frio e da animação de quem negocia dinheiro grande nos EUA, essa crise vai longe, mesmo arrefecendo. Por aqui, é preciso saber se a Petrobras vai aguentar o tranco dos preços e se o governo vai prorrogar os subsídios —difícil que Lula 3 se arrisque a mexer nisso antes da tentativa da eleição de Lula 4.

Da semana encerrada em 21 de fevereiro (a anterior ao do início da guerra) até a finda em 11 de abril, o dado público mais recente disponível, o preço médio nacional do diesel aumentou 24,3%. Em períodos de sete semanas, foi a maior alta desde 2004, início da série de dados da agência reguladora. Apenas em setembro de 2023 houve salto semelhante. Parte dos impostos sobre combustíveis voltou a ser cobrada; a Rússia encrencou a venda de seu diesel barato.

Convém notar: volta de cobrança de impostos. Vai acontecer de novo, talvez em 2027. Lembrete: o preço do diesel americano de referência para o Brasil subiu 55% no mesmo período. O preço da gasolina aumentou menos, na média nacional, 7,4%. No mercado americano de referência, o aumento foi de 49,9%.

Em resumo, alguém está pagando essa diferença de variação de preços —a Petrobras, outros exportadores de petróleo, o Tesouro federal e o dos estados que aderiram ao subsídio. A dita defasagem entre o preço internacional de referência e o preço doméstico diminuiu bem, decerto, mas ainda é relevante. A conta da guerra está longe de ser fechada e vai custar para alguém aqui dentro.

Congressistas comemoram avanço da PEC da jornada 6x1 na CCJ da Câmara Lula Marques/Agência Brasil

Comissão aprova relatório, e PEC que altera escala 6x1 avança na Câmara

Próximo passo é criação de comissão especial; governo enviou projeto de lei, mas presidente da Câmara quer seguir com propostas de emendas

Fernanda Brigatti

BRASÍLIA A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta (22) o relatório favorável à tramitação da PEC (proposta de emenda à Constituição) da jornada 6x1.

A aprovação na CCJ é o primeiro passo para o avanço da proposta na Câmara. Também por isso, a aprovação foi mais fácil —o relatório do deputado federal Paulo Azi (União Brasil-BA) passou em votação simbólica, quando não há declaração de voto.

O texto seguirá para uma comissão especial para a discussão de mérito. De lá sairá o texto que, se aprovado, seguirá para o plenário. Caberá a essa próxima comissão a definição dos pontos-chave da mudança, como o limite de horas e se haverá período de transição ou alguma compensação tributária a setores afetados.

Depois da decisão na CCJ, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), publicou no X que pretende levar o tema ao plenário em maio.

O texto aprovado nesta quarta não trata do conteúdo da emenda, só da constitucionalidade da proposta. São duas PECs tramitando juntas, dos deputados Reginaldo Lopes (PT-MG) e Erika Hilton (PSOL-SP), que propõem a redução da jornada semanal das atuais 44 horas para 36 horas. A proposta de Hilton também altera a escala, fixando-a em quatro dias de trabalho por três de folga.

Esse desenho de jornada é considerado superado pelo governo, que defende a adoção de um limite de 40 horas semanais, sem fixação de regime de escala, que deve ficar para as negociações entre categorias e empresariado.

A redução da jornada de trabalho semanal é uma das apostas do governo para melhorar a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em ano eleitoral. Na semana passada, Motta afirmou que seguiria com a tramitação por meio de PEC, deixando de lado o projeto de lei enviado pelo governo com urgência constitucional.

O relatório de Paulo Azi favorável ao andamento da proposta foi apresentado na CCJ na semana passada, mas a votação foi adiada por pedido de vista da oposição.

O adiamento valeria por duas sessões do plenário. Para garantir a votação nesta quarta, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), convocou sessões de votação virtuais na quinta (16) e na sexta-feira (17) da semana passada.

Kit obstrução

A oposição chegou a montar um "kit obstrução" com pedidos de retirada de pauta, de adiamento da votação e da discussão, mas os deputados Capitão Alberto Neto (PL-AM) e Julia Zanatta (PL-SC), autores dos pedidos, não estavam na reunião. Por fim, a oposição fechou acordo para votar a favor do relatório na CCJ e guardar munição para a comissão de mérito.

É para a discussão no novo colegiado que as bancadas começam a se preparar para atuar e onde o governo precisará negociar ponto a ponto do texto.

Por isso, parlamentares do PT já defendiam que o relator da comissão especial fosse Paulo Azi, o mesmo da CCJ, visto como moderado. O presidente da CCJ, deputado Leur Lomanto (União-BA), também defendeu o nome de Azi.

O relatório de Paulo Azi traz recomendações do que ele considera importante ser discutido na comissão de mérito. Uma delas é a necessidade de regra de progressividade ou transição, por meio da qual a redução da jornada aconteceria ao longo de alguns anos.

O parlamentar diz no texto que, apesar de a negociação coletiva ser mecanismo mais adequado e previsto na reforma trabalhista de 2017, os acordos e convenções coletivas ainda não tratam de reduções na escala de trabalho.

"Isso ocorre porque, na realidade sindical brasileira, verifica-se uma assimetria de poder na relação entre capital e trabalho, o que se agrava com a fragilidade financeira de muitos sindicatos", escreveu o relator. Por isso, na avaliação do deputado, a autonomia para negociar é insuficiente para que trabalhadores consigam redução de jornada ou de escala.

Na semana passada, o presidente Lula enviou um projeto de lei com alterações na CLT e outras legislações que regulamentam profissões específicas como comerciários e aeronautas. A proposta chegou ao Congresso com urgência constitucional, o que exige tramitação expressa —de até 45 dias em cada Casa legislativa.

Lula avisou Motta que enviaria a proposta e que seria um gesto simbólico do governo. O presidente da Câmara disse depois que manteria a tramitação da PEC e que não pretende indicar relator para o projeto do governo.

"O projeto [do Planalto] chegou ontem, mas vamos seguir o cronograma da PEC. Vamos aguardar sair da CCJ, escolheremos presidente e relator [da comissão especial] com data para chegar a plenário", afirmou Motta, na semana passada.

No relatório encaminhado à CCJ, Azi aponta que a comissão de mérito deve considerar de maneira cautelosa "a adoção de instrumentos mitigatórios" e que isso deve ser feito com base em estudos de impacto financeiro e considerando as particularidades dos diversos setores. Esse cuidado, segundo ele, pretende evitar possíveis efeitos indiretos sobre o mercado de trabalho, como alterações nos custos com impactos sobre as contas da Previdência.

O deputado Lucas Redecker (PSD-RS), que encabeçara pedido de vista na semana anterior, disse que pretende liderar, na comissão especial, discussão sobre uma "compensação para quem está garantindo os empregos".

Leia mais na pág. A17

Entenda as diferenças entre as propostas pelo fim da escala 6x1

O QUE MUDA	PEC ERIKA HILTON	PEC REGINALDO LOPES	PROJETO DO GOVERNO
Jornada e escala	36 horas semanais, oito horas por dia, quatro dias de trabalho	36 horas semanais, com limite de oito horas diárias	40 horas semanais, sendo oito horas por dia e com escala 5x2 —cinco dias de trabalho e dois de descanso; o descanso remunerado deve ser aos sábados e domingos de preferência
Salário	Sem redução	Sem redução	Sem redução
12x36	Não trata	Não trata	Fica mantida essa escala, limitada a 40 horas semanais, com dois dias de descanso na semana, por meio de negociação coletiva
Compensação da jornada	Negociação coletiva pode tratar da compensação	Negociação coletiva pode tratar da compensação	Negociação coletiva pode tratar da compensação; diz ainda que os dois dias de descanso são remunerados; com isso, devem ter folga ou pagamento de hora extra em dobro
Negociação coletiva	Pode prever compensação de horários e determinar como será a redução da jornada	Pode prever compensação de horários e determinar como será a redução da jornada	Negociações que preveem regras diferentes para jornada, folgas e compensações seguem valendo e devem respeitar a particularidade de cada categoria
Categorias	Não aborda especificamente, mas vale para todos os trabalhadores	Não aborda especificamente, mas vale para todos os trabalhadores	Vale para todos os trabalhadores, incluindo comércio, domésticos, profissionais da área da saúde, aeronautas, atletas profissionais, radialistas e outros
Validade	360 dias após a publicação	Dez anos após a publicação	Na data da publicação
Tramitação	Votação em dois turnos, com aprovação de 308 deputados e 49 senadores	Votação em dois turnos, com aprovação de 308 deputados e 49 senadores	Votação em um turno em cada casa, com aprovação por maioria simples (50% mais um voto)
Justificativas	Diminuirá burnout e criará empregos	Aumentará o consumo e movimentará a economia	Moderniza a legislação trabalhista e garante descanso ampliado no mercado de trabalho

PL sinaliza apoio à proposta, mas quer novo regime de contratação e compensação para as empresas

BRASÍLIA Principal partido de oposição, o PL sinalizou apoio à PEC que acaba com a escala 6x1, mais importante bandeira do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) neste ano eleitoral.

À **Folha** o líder do partido na Câmara, o deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que a legenda tentará, como contrapartida, emplacar a criação de um novo regime de trabalho com jornada flexível e remuneração proporcional, além de aumentar o prazo de transição para quatro anos e obrigar o governo a compensar empresas afetadas pelas mudanças.

Nos bastidores, a estratégia do PL tem um objetivo prático: evitar municiar a base do presidente Lula contra o partido e o pré-candidato à Presidência da República, o senador Flávio Bolsonaro (RJ).

O temor na sigla é que um posicionamento contrário ao fim da escala 6x1 dê ao PT motivo para criticar a oposição em pauta popular. Segundo pesquisa do Datafolha feita em março, 71% dos brasileiros apoiam a proposta de acabar com a jornada de trabalho 6x1.

Nesta quarta (22), o PL foi favorável à admissibilidade da PEC em votação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara. O colegiado deu aval à admissão constitucional da proposta. Após esta etapa, será criada comissão especial para construir o texto que será levado ao plenário em maio.

"Entendo que não tem problema a gente votar a admissibilidade, até porque temos que debater o mérito e fazer as modificações porque o texto da PEC é horrível. Então nós vamos tentar incorporar na comissão especial o pagamento por hora e também escalonar a redução de 44 para 40 horas semanais em anos vindouros, além de uma compensação do governo às empresas. São três coisas que nós vamos tentar alterar", afirmou Sóstenes.

Os três eixos defendidos por Sóstenes colocam a oposição em rota de colisão com a base do presidente Lula. O governo é contra o estabelecimento de compensação às empresas afetadas pelo fim da escala 6x1 e também quer um prazo de transição mais curto, ainda não especificado. Sóstenes defende redução de 1h na jornada de trabalho por quatro anos, até atingir as 40h semanais.

Augusto Tenório e Fernanda Brigatti

CEM ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A
CEM
IMÓVEIS À VENDA
Bom Jesus dos Perdões — Terreno | 1.000 m²
Brotas — Terreno | 900 m²
Ituverava — Terreno | 900 m²
Mogi Guaçu — Terreno | 4.000 m²
TRATAR: Sr. Junior Cezar Moreira (CRECI 180.858)
(16) 99794-5750

Messias no STF ameaça revisões previdenciárias

Em tese de mestrado, indicado de Lula à corte aponta risco fiscal em medidas

Rômulo Saraiva
Advogado especialista em Previdência, é professor, autor do livro "Fraude nos Fundos de Pensão" e mestre em direito previdenciário

A julgar por sua tese de doutorado, o advogado-geral da União, Jorge Messias, será mais um membro do STF que deve rechaçar grandes teses envolvendo os direitos sociais nas áreas trabalhista e previdenciária caso seja aprovado para fazer parte da corte.

No seu trabalho acadêmico, ele cita sua preocupação com o fato de discussões na Justiça sobre o direito previdenciário poderem causar impacto nos cofres públicos.

Na tese, ele classifica revisões trabalhistas e previdenciárias, com destaque para as de repercussão geral e as que têm potencial de englobar grande universo de aposentados, como um risco fiscal.

Processos que estão nas prateleiras do STF foram narrados em sua tese como de elevado risco, inclusive com precificações de impacto financeiro realizadas por autoria própria dele e do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais.

Os números são exagerados e desacompanhados de metodologia que os justifiquem. Essas cifras aleatórias são um perigo nos tribunais. Às vezes são divulgadas como verdades absolutas (embora sem respaldo científico) e incutidas como argumentos nos processos do STF para negar direito a uma coletividade, o que vem se repetindo nos últimos anos. O argumento econômico supera o argumento jurídico, por melhor que este seja.

Considerando seu perfil na Advocacia-Geral da União e o que produziu academicamente, o possível novo ministro do Supremo Tribunal Federal não será nada amistoso com os aposentados

O trabalho de Messias traz números inflados, embora úteis para endossar os argumentos do governo.

Na área previdenciária, ele cita questões já decididas e pendentes no STF como sendo de grande risco financeiro.

Considerou que o auxílio-alimentação pago na forma de tíquete e benefício no RGPS (Regime Geral da Previdência Social) causaria impacto de R$ 419 bilhões de 2011 a 2017. Já no Tema 616, no qual os ministros do Supremo decidiram ser constitucional a aplicação do fator previdenciário nas aposentadorias, estimou que a revisão impactaria em R$ 75 bilhões os cofres públicos.

No caso da aposentadoria dos vigilantes, mensurou perda de R$ 165 bilhões num futuro indeterminado, sem delimitar o período dessa projeção.

À revisão da vida toda, ainda pendente de julgamento no STF, Messias atrela uma consequência financeira mirabolante. Considera que a revisão, se aprovada, provocaria ônus de R$ 480 bilhões. Além de temerário, esse número é desprovido de qualquer cálculo técnico verossímil. É mais exagerado que os R$ 360 bilhões estimados por Jair Bolsonaro em 2022, quando o ex-presidente disse que a revisão iria "quebrar o Brasil".

Não bastassem os números inflados para justificar que revisões previdenciárias são risco fiscal, o trabalho acadêmico afirma que, nos anos de 2014 e 2023, o governo gastou muito com as chamadas RPVs (Requisições de Pequeno Valor) previdenciárias, pois pularam de R$ 5,4 bilhões para R$ 19,5 bilhões anuais. Ele defende que sejam evitados "processos judiciais que acabarão por demandar o pagamento de juros, correções e honorários".

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou Jorge Messias para a vaga de ministro do Supremo, mas ainda falta seu nome ser aprovado em sabatina do Senado Federal.

Messias não é refém de sua opinião, mas, considerando seu perfil fazendário na AGU e o que produziu academicamente, o possível novo ministro não será nada amistoso com os aposentados.

economia

Aneel aprova reajuste que vai impactar conta de energia em 9 estados

Empresas atendem quase 50 milhões de clientes, e alta chega a 18,9%; tarifa de luz é preocupação do governo para as eleições

João Gabriel

BRASÍLIA A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou nesta quarta (22) reajustes tarifários para oito distribuidoras de energia que atuam em nove estados, com impacto sobre a conta de luz quase 50 milhões de pessoas.

O preço da energia é uma das principais preocupações do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), uma vez que um aumento no custo pode afetar negativamente a aprovação de sua gestão durante a corrida eleitoral de 2026.

O Executivo avaliou propor um empréstimo de até R$ 7 bilhões para as distribuidoras, via BNDES, como forma de reduzir o impacto dos reajustes sobre a conta de luz, mas a ideia não avançou.

A projeção da Aneel é que o reajuste médio seja de 8%, quase o dobro da inflação projetada para o ano —o efeito no custo da energia varia de região para região, de acordo com a empresa que presta o serviço.

"O aumento da conta de luz tem sido puxado pela concessão de subsídios a algumas fontes de geração, como a geração distribuída, quando o próprio consumidor passa a produzir sua energia, principalmente com painéis solares, e as fontes incentivadas", diz Patricia Audi, presidente da Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica).

Nesta quarta, a distribuidora que teve o maior reajuste médio foi a CPFL Santa Cruz, de 18,89%, que atende municípios em São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Também no Sudeste, a CPFL Paulista, que atende ao interior do estado, teve reajuste de 12,13%.

No Centro-Oeste, a Energisa, de Mato Grosso do Sul, teve aumento de 12,1%, e a de Mato Grosso, de 6,86%.

Já no Nordeste, a sergipana Energisa teve reajuste aprovado de 6,68%, a Coelba baiana, de 5,8%, a Enel cearense, de 5,78%, e a Neoenergia potiguar, de 5,4%.

Somadas, essas distribuidoras atendem a uma população de 46,7 milhões de pessoas, segundo dados da Aneel.

O impacto na conta varia de acordo com o tipo da tensão: costuma ser menor para aqueles de baixa tensão, que são as unidades residenciais, e maior para os de alta-tensão, que afeta a indústria.

O reajuste poderia ter sido maior. Isso porque algumas empresas usaram mão de um dispositivo chamado diferimento.

Isso permite que a distribuidora opte por um reajuste menor neste ano, mas compensado no ciclo seguinte.

Ele é usado sobretudo quando as projeções apontam que a próxima alteração será menor que a atual. Dessa forma, as empresas conseguem evitar mudanças bruscas na tarifa e mitigar os impactos do aumento de custos.

A CPFL Paulista, a CPFL de Santa Cruz e a Energisa do Mato Grosso do Sul utilizaram essa ferramenta.

Antes, a Aneel já havia aprovado reajustes para a Roraima Energia, de 24,13%, para a Enel do Rio, de 15,6%, para a Light (que também atende o estado carioca), de 8,6%, e a para a Equatorial (3,54%).

Reajustes aprovados pela Aneel

- CPFL Santa Cruz (SP, PR e MG) **18,89%**
- CPFL Paulista (SP) **12,13%**
- Energisa (MS) **12,1%**
- Energisa (MT) **6,86%**
- Energisa (SE) **6,68%**
- Coelba (BA) **5,8%**
- Enel (CE) **5,78%**
- Neoenergia (RN) **5,4%**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA

COMUNICADO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO 90005/2026 – PROCESSO 300/2026 ILHA/FE

OBJETO: Implantação e gerenciamento do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), com manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar-condicionado. **DATA DA SESSÃO:** 08/05/2026, às 08:00h no portal eletrônico www.gov.br/compras. **MAIORES INFORMAÇÕES:** O Edital poderá ser consultado gratuitamente nos portais eletrônicos https://www.unesp.br/licitacao e https://www.gov.br/pncp/pt-br à partir de 23/04/26. **CONTATO:** materiais.feis@unesp.br ou (18) 3743-1296.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

COMUNICADO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026-PROCESSO Nº 083/2026

O Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de suas atribuições legais, comunica que fica **RETIFICADO** a **Data de Emissão** do Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2026. Onde se lê: 11/05/2026 – Leia-se: 17/04/2026. Mantêm-se inalterados os demais itens do Edital. As alterações estarão disponíveis no site: https://www.laranjalpaulista.sp.gov.br/transparencia/licitacoes e publicadas no Diário do Município, Jornal de Grande Circulação, no Endereço Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL, no Quadro de Avisos do Compras.gov.br.

Laranjal Paulista, 22 de abril de 2026-Antonio Valdecir Berto Filho-Prefeito Municipal.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 024/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90020/2026
OBJETO: Aquisição de medicamentos. A realização da sessão será no dia 07 de maio de 2026, às 8:30 horas, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br.

EDITAL Nº 025/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90021/2026
OBJETO: Aquisição de diversos hortifrutigranjeiros para uso no preparo da merenda escolar. A realização da sessão será no dia 11 de maio de 2026, às 8:30 horas, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br.

Os editais completos estão disponíveis para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes e www.gov.br/compras/pt-br. Barra Bonita, 22 de abril de 2026. Manoel Fabiano Ferreira Filho - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Extrato do Edital do Pregão Eletrônico Nº 017/2026. ÓRGÃO – Prefeitura Municipal de Holambra – MODALIDADE – Pregão Eletrônico, tipo menor preço por lote. OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO E PROGRAMADO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AR: AR CONDICIONADO, CORTINAS DE AR E EQUIPAMENTOS ECOBRISA, COM SUAS DEVIDAS INSTALAÇÕES E GARANTIAS PELO PERÍODO DE 12 MESES, DESTINADOS A DIVERSOS DEPARTAMENTOS DESTA MUNICIPALIDADE- CADASTRO DE PROPOSTAS – Do dia 24/04/2026 às 00h00 até o dia 12/05/2026 às 09h00 (horário de Brasília)- DATA DA ABERTURA DA SESSÃO – **12/05/2026, às 9h00** - ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO - "Plataforma Licita Mais Brasil" através do sítio eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br. Holambra, 22 de abril de 2026. VALMIR MARCELO IGLECIAS, Diretor do Departamento de Saúde.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - O **Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras nas Indústrias de Instrumentos Musicais e de Brinquedos do Estado de São Paulo,** através de sua diretora presidente, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social e a Legislação vigente, convoca todos os empregados das empresas de instrumentos musicais e de brinquedos, filiados ou não ao Sindicato, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada nas seguintes datas, horários e locais: Dia 27 de abril de 2026, na Avenida Celso Garcia, 391, Brás, São Paulo - SP, às 18h em primeira convocação e às 19h em segunda convocação; Dia 29 de abril de 2026, na Rua Conselheiro Antônio Prado, 126, Centro, Laranjal Paulista - SP, às 18h em primeira convocação e às 19h em segunda convocação. A Assembleia terá a seguinte **Ordem do Dia**: 1) Discussão e aprovação da pauta de reivindicações para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027; 2) Fixação da Contribuição de Serviços Sociais e Negociais da categoria profissional; 3) Outorga de poderes à Diretoria do Sindicato para, em caso de insucesso nas negociações, deliberar sobre a deflagração de greve, com paralisação das atividades, e/ou ajuizamento de Dissídio Coletivo de Trabalho; 4) Deliberação sobre a possibilidade de conferir caráter permanente à Assembleia Geral durante o período da campanha salarial, autorizando futuras convocações por meio de comunicados e informativos da entidade nos locais de trabalho; 5) Outorga de poderes à Diretoria do Sindicato para conduzir negociações, firmar Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho e, se necessário, ajuizar Dissídio Coletivo de Trabalho. Esclarece-se que a Assembleia será realizada em datas e localidades distintas com o objetivo de assegurar ampla participação de toda a categoria. São Paulo, 23 de abril de 2026. **Maria Auxiliadora dos Santos** - presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENTIM GENTIL

Aviso de Licitação
Modalidade: Pregão Eletrônico com fundamento na lei 14.133/2021
Processo nº 076/2026 – Pregão Eletrônico nº 041/2026 – Edital nº 044/2026
Critério de julgamento: menor valor por grupo de itens

Encontra-se aberto nesta municipalidade o pregão (eletrônico) acima citado para a Contratação de empresa especializada de tecnologia da informação para fornecimento de solução multifuncional de gateway de segurança integrada com equipamento (appliance físico), respectivo software dedicado tipo Next-Generation Firewall (NGFW), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. A sessão do pregão dar-se-á no dia **12 de maio de 2026, às 09:00h** (horário de Brasília), no endereço eletrônico http://177.39.80.66:8085/comprasedital/. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Praça Jacilândia, 4-33, Centro, pelo telefone (17) 3131-1250, bem como no site www.valentimgentil.sp.gov.br. Valentim Gentil, 22 de abril de 2026. Claudinei Carvassan Rodrigues. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico n° 054/2026 - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal n° 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.421/2024, torna público que realizará Pregão Eletrônico no dia **13 de maio de 2026, às 08h30min**, visando a **AQUISIÇÃO DE MOTOR ESTACIONÁRIO PARA USINA DE LAMA ASFÁLTICA LAHR-550 E SERVIÇO DE RETIRAR MOTOR ATUAL E INSTALAR NOVO MOTOR**. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.

Junqueirópolis/SP, 22 de abril de 2026.
JOAQUIM ROSA CORRADI
Diretor de Planejamento, Obras, Serviços e Manutenção

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2026
Processo n.º 152/2026
OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE NUTRIÇÃO E MATERIAIS PARA ATENDIMENTO DE MANDADOS JUDICIAIS"
Abertura das Propostas: 08 de Maio de 2026, a partir das 07h30 horas.
Início da sessão de disputa de preços: **08 de Maio de 2026**, a partir das **08h30 horas.**
O Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos, sito a Av. Brasil, nº 85, 1º andar, no horário das 09h00 às 16h00 horas, nos sites **www.americana.sp.gov.br** e **www.novobbmnet.com.br** e no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) a partir de **24 de Abril de 2026**.

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/2026
Processo n.º 12.315/2025
OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DE MANDADOS JUDICIAIS"
Abertura das Propostas: **08 de Maio de 2026**, a partir das **07h30 horas**.
Início da sessão de disputa de preços: **08 de Maio de 2026**, a partir das **08h30 horas**.
O Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos, sito a Av. Brasil, nº 85, 1º andar, no horário das 09h00 às 16h00 horas, nos sites **www.americana.sp.gov.br** e **www.novobbmnet.com.br** e no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) a partir de **24 de Abril de 2026**.

Americana/SP, 22 de Abril de 2026
José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores
Secretário Adjunto de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Pregão Eletrônico nº 015/2026 - Edital n° 018/2026 - Processo Eletrônico nº 1179/2025 do tipo menor preço global. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA TIPO B E D, PARA COBERTURA DE EVENTOS, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE E A QUALIDADE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 MESES. O credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura das propostas até dia 07 de maio de 2026 às 09H00M. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no dia 07 de maio de 2026 às 09H00M. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site www.jarinu.sp.gov.br e através do portal BBMNET https://novobbmnet.com.br/ . Informações através do telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 22 de abril de 2026.
Maria Aparecida Adomaitis - Secretária Municipal de Administração

SINDICATO DOS PROFESSORES DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA (Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), ENSINO SUPERIOR, ENSINO PROFISSIONALIZANTE, CURSOS LIVRES E AFINS DE JAÚ – SINPRO Jaú
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REMOTA

O Presidente do Sindicato dos Professores de Jaú – SINPRO Jaú, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.067.627/0001-46, entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, registro sindical n.º 911.027.422.91242-0, sito à Rua Miguel Sancinetti, 217 – Jd Netinho Prado – Jaú/SP, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca as Professoras e os Professores e as Técnicas e os Técnicos de Ensino empregados do SESI-SP e do SENAI-SP, sindicalizados ou não, no município de Jaú, para a Assembleia Geral Extraordinária Remota que se realizará no dia 27 de abril de 2026, às 18h30min, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 19h30min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores e trabalhadoras presentes, por meio da plataforma remota Zoom, cujo link para acesso será encaminhado às Professoras e aos Professores e às Técnicas e aos Técnicos de Ensino que o solicitarem, mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador ou trabalhadora do SESI-SP e do SENAI-SP, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: https://us02web.zoom.us/meeting/register/mgAeaV18SDmFp4WMfwRXdg, impreterivelmente, até às 17h30min da data de realização, acima referida. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

A. Análise e deliberação sobre eventual contraproposta patronal.
B. Em caso de recusa da contraproposta patronal, discussão e deliberação sobre a mobilização e formas de luta.
C. Deliberação sobre deflagração de greve geral, nos termos da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989.

Jaú, 22 de abril de 2026
Lauro Simões de Castro Netto
Presidente

Edital de Convocação - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Marília - Base Territorial: Garça, Vera Cruz, Marília, Oriente, Pompéia, Quintana, Herculândia, Tupã, Iacri, Bastos, Parapuã e Osvaldo Cruz - **Assembleia Geral Extraordinária** - O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE MARÍLIA -** devidamente inscrito no **CNPJ/MF: 44.471.076/0001-70** - Pelo presente edital, convoca **TODOS** os **TRABALHADORES,** dos setores abaixo identificados - com **Data Base em 1º de Maio**, pertencentes ao 3º Grupo da CLT, do Plano da CNTI, **ASSOCIADOS OU NÃO**, todos **COM DIREITO A VOZ E VOTO**, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se no dia 29/04/2.026, em nossa sede social sito na Avenida Feijó, nº 325, Bairro: Rodolfo da Silva Costa, Marília - SP, a saber: a) as 18h: **Construção Civil, Montagem e Manutenção Indústrias, Pinturas, Gesso e Decoração e Instalações Elétricas e Afins e b) as 20h: Móveis e Marcenarias**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1º** .- Leitura, Discussão e Aprovação da ata de assembleia anterior; **2º-** Apresentação, discussão e aprovação do Rol de Reivindicação dos trabalhadores, a ser enviada a Entidade Patronal; **3º** .- Deliberar sobre a concessão de poderes à diretoria do Sindicato, para dar início à negociação para renovação das cláusulas coletivas vigentes até 30/04/2026 em conjunto e/ou separadamente com os demais Sindicatos Profissionais representativos da categoria, de forma direta ou não com a Entidade Patronal e/ou através de mediação ou solução arbitral; **4º** .- Decidir sobre o calendário da negociação, bem como, seus rumos, inclusive sobre a deflagração do estado de greve; **5º** .- Autorizar e conceder poderes a Diretoria do Sindicato, para agir na esfera administrativa e judicial, a fim de firmar acordo ou convenção coletiva de trabalho, suscitar havendo necessidade o competente Dissídio Coletivo Econômico perante o Tribunal Regional do Trabalho, bem como instaurar o Dissídio de Greve, e ainda constituírem se pertinente, comissão de negociação, cujo custeio restará absorvido pelas contribuições descritas no item 7º; **6º** .- Deliberar a manutenção da Assembleia em caráter permanente até o final do processo negocial, para as deliberações que se fizerem necessárias; **7º** - Deliberar, definir e ratificar percentual de desconto a título de contribuição assistencial/negocial, conforme estabelece a CLT no artigo 513, alínea "e" c/c com a tese de repercussão geral fixada no julgamento de mérito (tema 935 STF, ARE 1018459 ED / PR, item 21 do voto, que serão descontados em folha de pagamento dos integrantes da categoria associados ou não, que servirão para o custeio e manutenção das atividades sindicais e pelos serviços desenvolvidos em defesa dos trabalhadores da categoria com garantia de oposição durante a Assembleia; **8º-** Havendo deliberação dos presentes, considerar-se-ão concordes com todas as deliberações desta assembleia os ausentes e omissos, bem como expressa e previamente autorizado à Entidade Sindical a negociar em nome destes. Se na hora aprazada não houver quórum, a Assembleia fica convocada e mantida para o mesmo local, realizando-se em segunda convocação, uma hora após, com quaisquer números de presentes, cujas deliberações terão validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a Categoria. Marília/SP, 22 de abril de 2026, **Carlos Ferreira Silva** - Presidente.

spturis eventos turismo

SÃO PAULO TURISMO S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ NO 62.002.886/0001-60

PREFEITURA DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – AVISO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

www.cvm.gov.br
www.b3.com.br
https://spturis.com/investidores/documentos/DEMONSTRACAO_FINANCEIRA_PADRONIZADA/2025_DFP.pdf

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025, E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	5	69.630	91.089
Contas a receber de clientes	6	44.567	74.495
Tributos a recuperar	7	92.577	181.858
Despesas antecipadas		4.281	4.446
Outros valores a receber		16.898	395
Total circulante		**227.953**	**352.283**
Não circulante			
Realizável a longo prazo	16	2.430	3.464
Clientes	6	43.271	-
Propriedades para Investimento	8	193.003	195.777
Tributos a Recuperar	7	104.917	-
Imobilizado	9	763	781
Intangivel	10	2.510	4.129
Total não circulante		**346.894**	**204.151**
Ativo total		**574.847**	**556.434**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	19.827	43.014
Obrigações trabalhistas	12	7.727	7.945
Obrigações tributárias	13	48.811	18.488
Arrendamentos	14	1.956	1.533
Recursos Carnaval futuro		256	256
Empresas municipais		87	136
Adiantamentos de clientes	15	5.730	2.150
Receita diferida ISS/IPTU	13	2.017	2.017
Subvenções	17	838	840
Total circulante		**87.249**	**76.379**
Não circulante			
Obrigações tributárias	13	118.456	120.137
Arrendamentos	14	772	2.824
Provisões para contingências	16	16.937	40.616
Adiantamentos de clientes	15	44.485	46.276
Receita diferida – ISS/IPTU	13	14.941	16.958
Subvenções	17	7.994	8.831
Total não circulante		**203.585**	**235.642**
Patrimônio líquido	**18**		
Capital social		246.149	246.149
Reserva de reavaliação		110.948	111.803
Prejuízos acumulados		(73.084)	(113.539)
Total do PL		**284.013**	**244.413**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**574.847**	**556.434**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de prestação de serviços	**19**	**570.113**	**726.361**
Custo dos serviços prestados	**20.1**	(492.681)	(546.554)
Resultado bruto		**77.432**	**179.807**
Despesas operacionais		**(46.314)**	**(34.064)**
Despesas administrativas	**20.2**	(48.799)	(42.711)
Outras receitas operacionais		2.485	8.647
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**31.118**	**145.743**
Resultado Financeiro			
Receitas (Despesas) financeiras, líquidas	**21**	15.495	(3.510)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		**46.613**	**142.233**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**22**	(7.400)	8.002
Lucro Líquido dos exercícios		**39.213**	**150.235**
Lucro por ação (Em reais)	**24**	**4,59**	**17,58**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido dos exercícios	**39.213**	**150.235**
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	1.242	2.224
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	(387)	(445)
	855	**1.779**
Resultado abrangente do exercício	**40.068**	**152.014**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Reserva de reavaliação	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldos finais em 31 de dezembro de 2023	**246.149**	**113.582**	**(279.189)**	**80.542**
Realização da reserva de reavaliação	-	(2.224)	2.224	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	445	-	445
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	13.191	13.191
Lucro líquido do exercício	-	-	150.235	150.235
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	**246.149**	**111.803**	**(113.539)**	**244.413**
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.242)	1.242	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	387	-	387
Lucro líquido do exercício	-	-	39.213	39.213
Saldos finais em 31 de dezembro de 2025	**246.149**	**110.948**	**(73.084)**	**284.013**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades operacionais	**34.609**	**160.771**
Lucro líquido dos exercícios	**39.213**	**150.235**
Ajustes – itens que não afetam o caixa:	**(4.607)**	**10.536**
Depreciação e amortização	4.456	7.255
Resultado de baixa de ativo imobilizado e intangível	4.464	-
Realização de subvenção em imobilizado	(837)	(839)
Juros e variações monetárias	13.464	13.478
Receita diferida realizada	(2.403)	685
Provisões para contingências	(23.679)	(10.564)
Provisão de férias	(72)	521
Variações nos ativos e passivos	**(49.927)**	**(126.095)**
Clientes	(13.344)	617
Despesas antecipadas	165	166
Tributos a recuperar	(15.636)	(65.456)
Depósitos judiciais	1.034	(360)
Concessão Complexo Anhembi	(16.502)	(278)
Fornecedores	(23.187)	(183)
Obrigações tributárias	15.565	(59.280)
Obrigações trabalhistas	(145)	302
Adiantamentos de clientes	(1.558)	(1.670)
Recursos Federais Pac	(2)	-
Recursos municipais – Eventos	3.434	-
Outros passivos	249	47
Recursos líquidos originados (aplicados) em atividades operacionais	**(15.321)**	**34.676**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(Aquisição) / baixa de ativo imobilizado	(4.494)	(262)
(Aquisição) / baixa de ativo intangível	(15)	(1.861)
Recursos líquidos aplicado em atividades de investimento	**(4.509)**	**(2.123)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) passivo de arrendamento	(1.629)	530
Recursos líquido originado em atividades de financiamento	**(1.629)**	**530**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(21.459)**	**33.083**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**91.089**	**58.006**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**69.630**	**91.089**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(21.459)**	**33.083**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS).

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	614.034	729.830
Outras Receitas	2.484	8.647
Receitas Canceladas	(67)	(610)
	616.451	**737.867**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(276.070)	(283.233)
	(276.070)	**(283.233)**
Valor Adicionado Bruto	**340.381**	**454.634**
Retenções		
Depreciação e amortização	(4.456)	(7.583)
	(4.456)	**(7.583)**
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa	**335.925**	**447.051**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	35.591	8.355
	35.591	**8.355**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**371.516**	**455.406**
Distribuição do Valor Adicionado	**371.516**	**455.406**
Remuneração do trabalho	17.381	41.877
Remuneração (consumo) dos Governos	80.227	17.151
Federal	61.820	5.493
Estadual	9	6
Municipal	18.398	11.652
Impostos municipais	18.398	11.652
Remuneração de capitais de terceiros	**234.695**	**246.143**
Lucros (prejuízos) dos acionistas	**39.213**	**150.235**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS – R$ MIL, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Turismo S.A ("Companhia" ou "SPTuris"), com sede na Rua Boa Vista, 280, 16º andar, Centro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos de pequeno, médio e grande porte, carnaval, congressos e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia aprovou em 25 de março de 2026 as presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2026.

1.1. Empresa Estatal Independente

Durante o exercício de 2024, após 03 (três) anos, de resultados positivos e sem nenhum pedido de subvenção, a Companhia, por meio de Processo SEI 7210.2024/0003213-9, formalizou o pedido de exclusão da dependência e, com a aprovação dos órgãos colegiados da Secretaria Municipal da Fazenda (SF), a SPTURIS voltou a ser independente a partir do exercício de 2025.

1.2. Concessão Complexo Anhembi

Em 14 de janeiro de 2021 foi homologado o procedimento licitatório promovido pela "Concorrência Internacional nº 001/20", o qual adjudicou a concessão do "Complexo Anhembi" à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Em 27 de maio de 2021 foi assinado o contrato CCN/GCO nº 014/2021, entre o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e o Interveniente-Anuente (Município de São Paulo). O contrato estabelece que a Companhia tem direito a receber uma outorga onerosa dividida em fixa e variável. A outorga fixa no valor de R$ 53.740 mil foi integralmente paga pela Concessionária ao longo do ano de 2022.

A outorga variável consiste no maior valor entre a outorga varável mínima de R$ 12.783 mil – valor atualizado anualmente pela variação do IPCA, na data base do contrato, e a aplicação da alíquota de 12,5% sobre a Receita Bruta total anual da Concessionária.

A assinatura da "ORDEM DE INÍCIO" ocorreu em 11 de novembro de 2021 e, em 05 de janeiro de 2022, o controle do equipamento passou a ser exercido pela Concessionária.

Os bens vinculados à Concessão são reversíveis para a SPTuris, ao final do contrato, sem direito à indenização em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção.

Os autos do processo licitatório da Concessão constam do processo SEI Nº 7210.2020/0000956-3.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das suas atividades, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Administração da Companhia declara e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurados a valor justo.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, estão sendo ajustadas levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas, seguindo as orientações do Ofício-Circular/Anual-2026-CVM/SEP de 26 de fevereiro de 2026.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos de cálculos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do exercício social anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

a) Moeda funcional – As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da

spturis eventos turismo

SÃO PAULO TURISMO S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ NO 62.002.886/0001-60

PREFEITURA DE SÃO PAULO

Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados;

b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

• A receita referente à Outorga do Complexo do Anhembi é reconhecida de forma linear durante a vigência do contrato, e os valores contingentes são reconhecidos conforme se tornem exigíveis:

• Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;

• Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;

• A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;

• Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 ("Ajuste Valor Presente");

c) Estimativas contábeis – A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, propriedade para investimentos, receita diferida, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

d) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Assim como neste exercício de 2025, bem como durante o exercício de 2024, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

e) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor justo, com objetivo de atender a compromissos de curto prazo e limites utilizados de conta garantida;

f) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

g) Propriedade para investimento – Inclui os ativos cujo direito de uso foi cedido por 30 (trinta) anos do âmbito do Contrato de Concessão Onerosa de Uso do Complexo Anhembi. A Companhia adota o método do custo. Os terrenos foram reavaliados na data base 10/2006. Edifícios, benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos também foram reavaliados na data base de 10/2006 e, a partir desta, são incorporados pelo custo de aquisição. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa nº 8;

h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – "impairment" -: O saldo de imobilizado, outros ativos e propriedade para investimentos serão revistos anualmente ou durante o ano, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos;

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Intangível – A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos de terceiros.

Os ativos arrendados são contabilizados pelo reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

• Arrendamento de ativos de baixo valor e

• Arrendamento com duração igual ou inferior a 12 meses.

São inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos de quaisquer incentivos recebidos, acrescidos por:

• Pagamentos de arrendamento feitos até a data do início do contrato; e

• Custos diretos incorridos iniciais.

Os ativos arrendados são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento;

j) Adiantamentos de Clientes – A Companhia recebeu antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. Os contratos de serviços/locações, a partir da concessão, foram repassados à Concessionária;

k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

m) Arrendamento – Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao longo do prazo do arrendamento, com a taxa de desconto implícita do contrato. Após a mensuração inicial, os passivos do arrendamento aumentam como resultado dos juros/reajustes cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados;

n) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram- se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, Resolução CVM nº 72/22 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

o) Imposto de renda e contribuição social – O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados.

p) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

q) Reconhecimento da receita – A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47). A receita de prestação de serviços é reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

r) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 31 de dezembro de 2025, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

Alterações de novas normas que estão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025.

Norma	Descrição	Vigência
Resolução CVM n° 223 I OCPC 10	**Crédito de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO):** Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A orientação técnica que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2025 não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 7 I OCPC 40	Divulgação de instrumentos financeiros: Apresentado novos requisitos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimos; (iii) volume de riscos inerentes aos contratos de energia elétrica, performados ou não, dependetnes de fontes naturais.	01/01/2026 aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48)	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: Apresentado novos requisitos de divulgação relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamentos eletrônicos; (i) avaliação das características contratuais do fuxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ESG); e (ii) aumento das isenções para aplicação da abordagem de uso-próprio e/ou abordagem de Hedge accounting em contratos de energia elétrica, que dependem de fontes naturais altamente sensíveis às oscilações climáticas.	01/01/2026 aplicação retrospectiva
IFRS 18	Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras: Esta norma substituirá a IAS 1/ CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Introduzido 3 (três) categorias definidas para receitas e despesas: operacionais, de investimento, e de financiamento. Essa mudança visa melhorar a estrutura da demonstração de resultado, e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura aprimorada e os novos subtotais proporcionarão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. Exigência da digulgação de esclarecimentos sobre as medidas específicas relacionadas à demonstração dos resultados, conhecidas como medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027 aplicação retrospectiva

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos Conta movimento	42	(3)
Aplicações financeiras	69.588	91.092
	69.630	**91.089**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia tem plíticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração média de 98%, contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento, sem risco de mudança de valor. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

São compostas por:

Circulante	31/12/2025	31/12/2024
Clientes no País	21.887	17.928
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo) (a)	70.793	61.409
Contas a receber transferência para não circulante (b)	(48.113)	
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(4.842)
Não Circulante	**44.567**	**74.495**
Contas a receber transferência para não circulante (b)	48.113	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.842)	-
	43.271	**-**
Total Circulante e Não Circulante	**87.838**	**74.495**

(a) Refere-se principalmente ao contas a receber com as Secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo.

(b) Valores a receber em aberto até 30/06/2025, reclassificados para o Longo Prazo.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são constituídas com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquidas da estimativa de perdas, classificadas no ativo circulante estão demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer:	38.320	33.054
Vencidos até 30 dias:	2.980	9.717
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	641	9.297
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	-	4.708
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	2.626	7.527
Vencidos há mais de 180 dias: (a)	48.113	15.034
Total:	**92.680**	**79.337**

(a) Valores referem-se, em sua maioria, com o Contas a Receber com a Prefeitura do Município de São Paulo.

Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	4.842	4.842
Aumento da provisão	-	-
Reversão de provisão	-	-
Saldos no final do exercício	**4.842**	**4.842**

8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Investimentos – Propriedades para investimentos	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/12/2025	Líquido 31/12/2024
Terrenos	-	121.122	-	-	121.122	121.122
Complexo Anhembi	3,73%	170.636	(98.755)		71.881	74.655
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	-	-	-	-	-
Túnel de serviços	4,14%	-	-	-	-	-
Estacionamento	3,45%	-	-	-	-	-
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	-	-	-	-	-
Instalações	10%	-	-	-	-	-
Propriedades para Investimento	**2% a 25%**	**291.758**	**(98.755)**	**-**	**193.003**	**195.777**

A movimentação de investimentos está demonstrada a seguir:

Investimentos - Propriedades para Investimentos	Líquido 31/12/2024	Baixas líquidas	Transferências	Adições	Depreciação	Líquido 31/12/2025
Terrenos	121.122	-	-	-	-	121.122
Complexo Anhembi	74.655	-	-	-	(2.774)	71.881
Total de Investimentos	**195.777**	**-**	**-**	**-**	**(2.774)**	**193.003**

Com base no item 53 do CPC 28 – Propriedades para Investimento – tendo em vista que não estão disponíveis mensurações no mercado de alternativas de valor justo em operações semelhantes à propriedade objeto da concessão, e que não há bases suficientemente seguras para projeções de fluxos de caixa descontados pelo fato de que a propriedade para investimento só terá seu valor justo confiável a partir da conclusão das obras da concessionária, mensuramos a propriedade para investimento utilizando o método do custo do CPC 27.

Nesse momento, não há parâmetros para que seja feita uma avaliação a valor justo.

9. IMOBILIZADO

Imobilizado	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/12/2025	Líquido 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	5.900	(5.241)	-	659	669
Veículos		688	(688)	-	-	-
Móveis e utensílios	10%	2.134	(2.041)	-	93	99
Outros ativos fixos	20% e 10%	281	(270)	-	11	13
Total imobilizado		**9.003**	**(8.240)**	**-**	**763**	**781**

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Imobilizado	Líquido 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Reversão de desvalorização	Líquido 31/12/2025
Máquinas e equipamentos	669	309	(60)	(259)	-	659
Moveis e Utensílios	99	5	(100)	89	-	93
Outros ativos fixos	13	-	-	(2)		11
Total imobilizado	**781**	**314**	**(160)**	**(172)**	**-**	**763**

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor.

10. INTANGIVEL

	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2025	Líquido 31/12/2024
Arrendamentos	20%	7.040	(4.533)	2.507	4.129
Software	20%	15	(12)	3	-
Total				**2.510**	**4.129**

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Líquido 31/12/2024	Adição	Baixa	Depreciação	Líquido 31/12/2025
Arrendamentos	4.129	51	(175)	(1.498)	2.507
Software	-	15	-	(12)	3
Total	**4.129**				**2.510**

A adição refere-se ao prédio da nova sede, e a inclusão do aluguel do 10º Andar.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2025	31/12/2024
Rescisões	-	1
INSS empresa	1.908	1.995
INSS retido	189	136
Férias e encargos	4.415	4.487
IRRF	789	882
FGTS	268	273
Consignações	11	29
Dissídio e encargos salariais	147	142
	7.727	**7.945**

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
IRPJ a recolher		2.414	-
CSLL a recolher		295	-
Parcelamento IPTU/ISS/	(a)	17.576	15.417
Impostos a recolher:			
COFINS a recolher	(b)	22.270	1.223
PIS a recolher	(b)	5.219	800
Impostos retidos		1.036	1.048
		48.810	**18.488**
Não circulante			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	(a)	114.956	116.251
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		3.500	3.886
		118.456	**120.137**
Total circulante e não circulante		**167.266**	**138.625**

(a) Em 23/06/2006, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Saldo de R$ 73.382 em 31/12/2025 referente a 113 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora.

Em 01/10/2021 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 17.557/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações decorrem de autuações adicionais de IPTU de 2014 a 2020. Saldo de R$ 48.573 em 31/12/2025, referente a 69 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 60% dos juros de mora.

Em 24/11/2023 a Companhia aderiu à Transação de Débitos Municipais – TDM, regulamentada pelo Decreto nº 60.939/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essa obrigação refere-se ao IPTU do exercício de 2021. Saldo de R$ 10.577 em 31/12/2025, referente a 95 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 95% da multa e 95% dos juros de mora.

Os benefícios de redução de encargos, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, caso haja inadimplência

Os parcelamentos do PPI classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	R$ mil
2027	17.576
2028	17.576
2029	17.576
2030	17.576
2031 em diante	44.652
Total	**114.956**

(b) Em novembro de 2022, a SPTuris aderiu à Instrução Normativa RFB nº 2.114/2022, que dispõe sobre a aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), atualizada pelos artigos vetados pelo Presidente da República, mantido pelo Congresso Nacional e publicação na Edição Extra B do DOU de 18/3/2022. Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia do COVID-19 e Instrução Normativa RFB nº 2.121/2022. Esta consolida as normas sobre a apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação.

spturis eventos turismo

SÃO PAULO TURISMO S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ NO 62.002.886/0001-60

PREFEITURA DE SÃO PAULO

3/3

A oportunidade dessa adesão contempla a aplicação da alíquota zero para os tributos de PIS/Pasep e Cofins sobre as atividades permitidas.

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos,
entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) e Resolução CVM Nº 72/22.

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	11.361	9.635
Trabalhistas	5.576	8.532
Provisão para dissídios e encargos	-	22.449
Total	**16.937**	**40.616**

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Dissídios
Saldos no final do exercício 31/12/2024	**9.635**	**8.532**	**22.449**
Novos processos	52	147	
Processos baixados	(649)	(3.342)	(22.449)
Alterações nos processos existentes	2.323	239	
Saldos no final do exercício 31/12/2025	**11.361**	**5.576**	**-**

Cíveis – O aumento mais relevante na provisão das contingências cíveis decorre de ações por prejuízos causados a expositores em razão de gotejamento ocorrido durante uma grande feira no Pavilhão de Exposições em 2016.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Provisão para dissídio e encargos – O estorno do saldo provisionado, refere-se a decisão judicial transitada em julgado, dando ganho de causa à Companhia, desobrigando do pagamento dos dissídios de acordos coletivos de trabalho de 2017 e 2018.

(b) Passivos contingentes não provisionados

Tipo de Ação	31/12/2025	31/12/2024
Ações Cíveis	47.653	23.833
Trabalhistas	2.264	4.402
	49.917	**28.235**

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco de perda possível no médio prazo considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R$ 2.430 (R$ 3.464 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia acredita que a resolução destes processos judiciais classificados nas probabilidades de perdas possíveis e prováveis não produzirão efeitos significativamente diferentes aos montantes provisionados, suportados pela opinião de nossa área Jurídica.

27. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média de 5%, e impostos. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	70.793	61.409
	70.793	**61.409**
Passivos		
Curto prazo	256	256
PMSP Eventos a realizar (Repasse)	17.576	15.417
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	-	137
SPTrans	**17.832**	**15.810**
Longo prazo	114.956	116.251
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	**114.956**	**116.251**
	31/12/2025	**31/12/2024**
Receita Bruta de eventos	580.612	716.437
Deduções da receita	(39.096)	**(1.669)**
Receita líquida	541.516	714.768
Custos variáveis e fixos	(485.079)	(533.080)
Lucro bruto	**56.437**	**181.688**

Receitas com Prestações Serviços com Partes Relacionadas	31/12/2025	31/12/2024
Câmara Municipal de São Paulo	2.340	181
Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Mun. de São Paulo	13	-
Fundo Municipal de Saúde	11.107	10.671
São Paulo Parcerias S.A.	6	7
Secretaria de Governo Municipal	83.869	195.228
Secretaria de Turismo	15.619	7.475
Secretaria Especial de Relações Institucionais	-	(16)
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	6.075	3.080
Secretaria Municipal das Subprefeituras	-	1.259
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	47.414	52.073
Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa	62.689	84.413
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	2.776	-
Secretaria Municipal de Educação	16.067	9.480
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	330.903	350.907
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	1.734	1.679
TOTAL	**580.612**	**716.437**

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2026 foram veiculadas, na imprensa, notícias relativas às suspeitas de conflito de interesses, favorecimento e irregularidades na contratação de serviços prestados por determinado prestador de serviço da Companhia, o que é objeto de apuração interna.

Frente à estas notícias a nova Administração da Companhia, que assumiu em março de 2026, determinou a imediata adoção de medidas para fins de saneamento e fiscalização dos contratos relacionados a este fornecedor, mediante processo interno, com o levantamento preliminar e a análise de conformidade documental dos processos de medição deste fornecedor. No âmbito da referida auditoria, estão sendo realizados, entre outros, as seguintes verificações:

· Análise da regularidade formal e documental dos processos de medição;

Verificação da aderência entre os serviços efetivamente executados e aqueles registrados nas medições apresentadas;

· Exame da correspondência entre medições, atestes, notas fiscais emitidas e eventuais pagamentos realizados, de modo a verificar a regularidade da cadeia de liquidação da despesa;

· Avaliação da observância das disposições contratuais, normativas e administrativas aplicáveis aos processos de medição e pagamento.

Existem outros procedimentos apuratórios instaurados pela Controladoria Geral do Município – CGM, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM.

Os procedimentos apuratórios estão em andamento, em fase inicial (recém-inaugurados), devendo-se aguardar a instrução dos feitos, destacando-se, de todo modo, que, até a presente data, não há elementos que demandem ajuste dos saldos ou reconhecimento de provisão nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Eventuais desdobramentos futuros dessas apurações serão acompanhados e avaliados tempestivamente, para fins de divulgação e/ou reconhecimento contábil, conforme aplicável.

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 25 de março de 2026, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da Carta de Representação da Administração relativa às presentes demonstrações financeiras.

Não temos conhecimento de eventos ocorridos no período compreendido entre 01 de janeiro de 2026 e 25 de março de 2026, além dos que já estão reportados nestas demonstrações financeiras, segundo nosso melhor entendimento.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

São Paulo Turismo S.A

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da São Paulo Turismo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Paulo Turismo S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Processo de investigação interna

Conforme nota explicativa nº 29 às demonstrações contábeis, em 26 de fevereiro de 2026, o Ministério Público do Estado de São Paulo, instaurou inquérito civil para investigação e apuração de eventuais irregularidades em contratos de prestação de serviços vigentes com a Companhia fruto de notícias veiculadas pela imprensa. Adicionalmente a Controladoria Geral do Município – CGM e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM também iniciaram processo de apuração. Nesse contexto, a Administração da Companhia declara que vem colaborando com as investigações, entretanto, como o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas ainda está em fase inicial, não podemos assegurar, até a presente data, a existência ou não de efeitos que possam resultar em alterações significativas nessas demonstrações contábeis, incluindo aspectos relacionados à insuficiência de divulgação nas notas explicativas. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Transações entre partes relacionadas

Chamamos a atenção às notas explicativas nº 6 e 27, que demonstram que as transações com partes relacionadas representam parte significativa das operações de serviços da São Paulo Turismo S.A. Essas operações foram realizadas em condições firmadas entre as partes e, se caso fossem realizadas em condições usuais de mercado, poderiam gerar resultados diferentes dos apresentados nestas demonstrações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Concessão Onerosa

Conforme divulgado pela Companhia em Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, a São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela "Concorrência Internacional nº 001/20", o qual adjudicou a concessão do "Complexo Anhembi" à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo pelo prazo de 30 anos. Em 27 de maio de 2021 foi assinado o contrato CCN/GCO nº 014/2021, entre o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e a Interveniente-Anuente (Município de São Paulo). O contrato estabelece que a Companhia tem direito a receber uma outorga onerosa dividida em fixa e variável. A outorga fixa no valor de R$53.740 mil foi integralmente paga pela Concessionária ao longo do ano de 2022. A outorga variável consiste no maior valor entre a outorga variável mínima de R$12.783 mil e a aplicação da alíquota de 12,5% sobre a Receita Bruta total anual da Concessionária. A assinatura da "Ordem de início" ocorreu em 11 de novembro de 2021 e, em 05 de janeiro de 2022, o controle do equipamento passou a ser exercido pela Concessionária. Os bens vinculados à Concessão são reversíveis à São Paulo Turismo S.A., ao final do contrato, sem direito à indenização em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção. Nossa conclusão não contém modificação em virtude desses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Transações com partes relacionadas

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: A Companhia obteve grande parte de suas receitas auferidas de transações entre partes relacionadas, cuja operações tiveram efeito significativo nas demonstrações contábeis da Companhia, podendo acarretar risco quanto à capacidade do auditor em obter evidências de auditoria de que todos os aspectos da transação com parte relacionada são equivalentes aos de transação similar sob condições usuais de mercado. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, contemplaram: (i) entendimento das transações entre partes relacionadas para identificação de operações fora do curso normal dos negócios da Companhia; (ii) análise do reconhecimento, mensuração das transações entre partes relacionadas; e (iii) exame da divulgação das transações entre partes relacionadas em nota explicativas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as informações contábeis de partes relacionadas e seus reflexos nas demonstra¬ções contábeis, bem como suas respectivas divulgações apresentadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezem¬bro de 2025.

Provisão para contingências

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: A Companhia possui diversos processos judiciais e administrativos em andamento, principalmente de natureza cível e trabalhista, cuja Administração, amparada de seus assessores jurídicos internos, classifica probabilidades de perdas entre remota, possível e provável. Esse assunto exige julgamento crítico envolvendo estimativas significativas baseadas em opiniões legais de assessores jurídicos, em relação à probabilidade de êxito e estimativa de perdas relacionadas às discussões judiciais ou riscos. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, contemplaram: (i) entendimento dos procedimentos adotados pelos assessores jurídicos no controle e avaliação de processos judiciais e administrativos, e da base de julgamento das estimativas de perdas e prognósticos adotados diante das informações disponíveis; (ii) obtenção da carta de confirmação junto aos assessores jurídicos internos da Companhia e avaliação da classificação das probabilidades de perda de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, comparando com os registros extracontábeis; (iii) teste de aderência entre as informações contábeis registradas e divulgadas em nota explicativas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as informações contábeis de provisão para contingência e seus reflexos nas demonstra¬ções contábeis, bem como suas respectivas divulgações apresentadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezem¬bro de 2025.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito em "Base para Abstenção de Opinião" essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzida sob a nossa responsabilidade, cuja opinião em 26 de março de 2025, não continha ressalva. Constou de parágrafo de ênfase sobre os mesmos assuntos descritos em "concessão onerosa" e "partes relacionadas", e ajustes de exercícios anteriores.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2026.

Luiz Carlos Soares da Silva
Contador CRC 1SP-228.054/O-4

Conatus Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-037.537/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado aos 31 de dezembro de 2025, com base nos acompanhamentos realizados durante o exercício financeiro, e à vista do relatório dos auditores da Conatus Auditores Independentes S.S., são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2025, observados o parágrafo de ênfase, razão pela qual encaminham para aprovação na Assembleia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 26 de março de 2026.

THIAGO RUBIO SALVIONI
EDUARDO NORDSKOG DUARTE
ISABELLA FARAH COSTA
JOSÉ CARLOS PALACIOS MUNOZ
PATRÍCIA DI DONATO FIRMINO

seminariosfolha
Os temas mais necessários e relevantes a um play de distância de você.
Acesse o site folha.com/seminariosfolha
FOLHA NÃO DÁ PRA NÃO LER.

Recuo de Trump com eólica offshore é oportunidade para Brasil, diz associação

Republicano cancelou contratos no segmento de turbinas no mar, que ainda não entrou em operação no mercado brasileiro; setor vive crise por causa de cortes por excesso de energia

João Gabriel de Lima

LISBOA O setor brasileiro de energia eólica vive sua maior crise e está diante de uma enorme oportunidade, na visão de Elbia Gannoum, presidente-executiva da Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica).

A oportunidade está no setor offshore, que produz energia a partir de turbinas eólicas instaladas em ambientes marinhos, e que ainda não entrou em uso comercial no Brasil. "Donald Trump quebrou vários contratos nessa área, o que gerou uma oportunidade de mercado para outros países", disse Gannoum à **Folha**.

No fim do ano passado, o governo Trump suspendeu as concessões de todos os grandes projetos de energia eólica offshore, citando preocupações com a segurança nacional.

Gannoum esteve em Lisboa na sexta-feira (17) para uma reunião no Conselho Global de Energia Eólica (GWEC, na sigla em inglês), sediado na capital portuguesa. A ocasião serviu para apresentar na entidade a CEM (Coalizão Eólica Marinha), que reúne empresas e organizações brasileiras ligadas a projetos futuros em offshore, entre elas a Abeeólica.

Turbinas eólicas em produção nos EUA; Trump suspendeu contratos Brian Snyder - 23.set.25/Reuters

"É um setor que pode impulsionar várias cadeias industriais no país", disse Roberta Cox, diretora-presidente da CEM —referindo-se, entre outras coisas, à construção e reposição de equipamentos de turbinas eólicas.

Na segunda-feira (20), o GWEC divulgou os números de seu relatório anual. O levantamento apontou um crescimento recorde na geração de energia eólica no mundo —onshore e offshore— com a instalação de 28,4 mil novas turbinas em 57 países diferentes, o que provocou um acréscimo de 165 GW (gigawatts).

A maior responsável por essa expansão foi a China, que contribuiu sozinha com 120 GW.

No caso do Brasil, se a oportunidade está na retração temporária dos Estados Unidos, a crise está na área de eólicas onshore, geradas por turbinas eólicas instaladas em terra.

O setor, que já responde por cerca de 16% da energia gerada no país, enfrenta dificuldades por causa do excesso de energia solar no sistema em alguns momentos do dia. Na ausência de demanda, o operador do sistema solicita o desligamento das turbinas, fenômeno conhecido como "curtailment".

"Isso gerou um prejuízo de cerca de R$ 5 bilhões em três anos às empresas que investiram no Brasil", diz Gannoum. Ela cita a nova lei que aguarda regulamentação, 15.269/2025, como algo fundamental para gerar mais segurança jurídica para os investidores. A ideia é que a regulamentação dê às empresas garantias contra os prejuízos do curtailment.

Essa segurança jurídica é fundamental para que o mercado offshore possa deslanchar no Brasil, visto que se trata de um investimento de longo prazo.

"Entre estudos de viabilidade e de impacto ambiental, além da própria construção das turbinas, o processo pode levar de oito a dez anos", diz Roberta Cox. "O impacto ambiental existe, mas ele é incomparavelmente menor que o de uma plataforma de petróleo", afirma a diretora-presidente da CEM, que já ocupou cargos no Ibama.

No espaço europeu, a liderança no offshore está com o Reino Unido. "Escolheu-se esse caminho porque o país é superpovoado e havia pouco espaço em terra para construir turbinas eólicas", disse Ben Backwell, CEO do Conselho Mundial de Energia Eólica (GWEC). "Foi um bom investimento porque, com a nova geopolítica mundial, os países que têm mais renováveis enfrentam menor oscilação nos preços da energia".

Sem ter iniciado ainda a pesquisa e o licenciamento da energia eólica offshore, o Brasil já tem cerca de 90% de sua matriz elétrica em renováveis, e cerca de metade da matriz energética como um todo — ainda há enorme dependência de combustíveis fósseis, por exemplo, na frota de veículos.

Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul - Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária Virtual dia 27/04/2026 - A Presidente do Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul - SINPRO ABC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 53.714.440/0001-77, entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, registro sindical nº 914.027.422.86563-0, com sede à Rua Pirituba, 61/65 - Bairro Casa Branca - Santo André - SP, CEP: 09015-540, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca as Professoras e os Professores e as Técnicas e os Técnicos de Ensino empregados do SESI-SP e do SENAI-SP, sindicalizados ou não, nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, para a Assembleia Geral Extraordinária Virtual que se realizará no dia 27 de abril de 2026, às 18h30min, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 19h30min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores e trabalhadoras presentes, por meio da plataforma remota Zoom, cujo link para acesso será encaminhado às Professoras e aos Professores e às Técnicas e aos Técnicos de Ensino que o solicitarem, mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador ou trabalhadora do SESI-SP e do SENAI-SP, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: https://us-02web.zoom.us/meeting/register/mgAeaV18SDmFp4WMfwRXdg, impreterivelmente, até às 17h30min da data de realização, acima referida. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A) Análise e deliberação sobre eventual contraproposta patronal; B) Em caso de recusa da contraproposta patronal, discussão e deliberação sobre a mobilização e formas de luta; C) Deliberação sobre deflagração de greve geral, nos termos da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989. Santo André, 18 de abril de 2026. Edilene Arjoni Moda - Presidente.

Fundação Educacional de Votuporanga
CNPJ (MF) nº 45.164.654/0001-99

AVISO DE LICITAÇÃO. FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO FEV Nº 017/2026 – PROCESSO FEV Nº 026/2026. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para prestação de serviços de decoração, onde serão realizadas as solenidades de Colação de Grau dos discentes dos Cursos de graduação do Centro Universitário de Votuporanga – UNIFEV e Formatura dos discentes do Colégio UNIFEV, incluindo o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais, alimentação, hospedagens, transporte e outros necessários a perfeita execução dos serviços, conforme especificações constantes no Edital de Pregão FEV nº 017/2026 e seus Anexos. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR GRUPO ÚNICO DE ITENS. DATA DA REALIZAÇÃO: 08 de maio de 2026. INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 23 de abril de 2026. FIM RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/ABERTURA SESSÃO: 08 de maio de 2026 às 8h00 (oito horas). INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 08 de maio de 2026 às 08h15 (oito horas e quinze minutos). DOCUMENTAÇÃO: Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Fundação Educacional de Votuporanga – Setor de Compras/Licitação, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.196, Centro, em Votuporanga/SP, nos dias úteis no horário das 8:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas; ou, ainda, pelo site www.unifev.edu.br (*link:* Institucional/Licitações), na plataforma eletrônica: www.bll.org.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Votuporanga/SP, 22 de abril de 2026. Celso Penha Vasconcelos - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA/SP
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026
Processo Administrativo n° 46/2026

OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO PARA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: INÍCIO DIA 27/04/2026 ÀS 08H E ENCERRAMENTO ÀS 13:00 H DO DIA 14/05/2026 COM ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS ÀS 13:30 H. PORTAL ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL: WWW.BLL.ORG.BR INFORMAÇÕES DO EDITAL: NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: HTTPS://WWW.RESTINGA.SP.GOV.BR; NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: HTTPS://WWW.BLL.ORG.BR, "ACESSO IDENTIFICADO"; NA PREFEITURA MUNICIPAL, SALA DE LICITAÇÕES, RUA DE JOSÉ DE ANDRADE VILELA, 131 – CENTRO CEP: 14430-100, CONTATO: (16) 99256-8423 -WHATSAPP – HORÁRIO: DAS 8:00 ÀS 11:00 E 13:00 ÀS 16:00; WWW.RESTINGA.SP.GOV.BR; OU PELO E-MAIL LICITACAO@RESTINGA.SP.GOV.BR.

RESTINGA, 22 DE ABRIL DE 2026.
PREFEITO MUNICIPAL, DE RESTINGA
FELIPE TALVANI SONTINI

SINDICATO DOS PROFESSORES DE CAMPINAS – SINPRO CAMPINAS E REGIÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REMOTA

A Presidente do Sindicato dos professores de Campinas – Sinpro Campinas e Região, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 46.108.239/0001-80, entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, registro sindical n.º 911.027.422.89444-8, sito à Av. Professora Ana Maria Silvestre Adade, 100 – Parque das Universidades – Campinas, SP, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca as Professoras e os Professores e as Técnicas e os Técnicos de Ensino empregados do SESI-SP e do SENAI-SP, sindicalizados ou não, nos municípios de Campinas, Americana, Amparo, Araras, Limeira, Piracicaba e Santa Barbara d'Oeste, para a Assembleia Geral Extraordinária Remota que se realizará no dia 27 de abril de 2026, às 18h30min, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 19h30min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores e trabalhadoras presentes, por meio da plataforma remota Zoom, cujo link para acesso será encaminhado às Professoras e aos Professores e às Técnicas e aos Técnicos de Ensino que o solicitarem, mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador ou trabalhadora do SESI-SP e do SENAI-SP, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: https://us02web.zoom.us/meeting/register/mgAeaV18SDmFp4WMfwRXdg, impreterivelmente, até às 17h30min da data de realização, acima referida. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
A. Análise e deliberação sobre eventual contraproposta patronal.
B. Em caso de recusa da contraproposta patronal, discussão e deliberação sobre a mobilização e formas de luta.
C. Deliberação sobre deflagração de greve geral, nos termos da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989.

Campinas, 23 de abril de 2026
Conceição Aparecida Fornasari - Presidente

SAAEB SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO – SAAEB AMBIENTAL –
EXTRATO DE ATA FINAL, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PE 06/2026

Às 09h00min do dia 22/04/2026 no endereço eletrônico www.bll.org.br, nos termos da convocação de aviso de licitação, estiveram reunidos a pregoeira Daiane F. de S. Rodrigues, juntamente com a equipe de apoio para proceder à sessão pública do pregão com o objetivo resumido de: registro de preços para aquisição futura e parcelada de materiais de construção, conforme especificações constantes do Anexo I - TR e demais anexos que integram o Edital. As empresas Fábio Domingues, Felipe Gurgel, Jesus Manuel e Otávio Kaleco apresentaram propostas para os itens 01 a 05. Os itens 07 e 08 receberam propostas apenas de Jesus Manuel, enquanto os itens 06 e 09 restaram desertos. Após as etapas de lances, negociação e diligência, a empresa Fábio Domingues foi habilitada para os itens 01 a 05, com valor total de R$ 94.410,00. Vale notar que, nos itens 03 e 05, a primeira colocada foi inabilitada, sendo a Fábio Domingues convocada como segunda classificada. Transcorrido o prazo sem intenção de recursos, a pregoeira encerrou a sessão e encaminhou o processo à autoridade competente para adjudicação e homologação. Os documentos estão disponíveis na íntegra no site do SAAEB AMBIENTAL: https://saaebambiental.sp.gov.br e no site www.bll.org.br. Bebedouro, 22/04/2026

Antônio Francisco Armelin Gomes
Presidente

Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de São Paulo, CNPJ nº 43.014.778/0001-62. Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores da categoria profissional Cobrança e Recuperação de Crédito, para assembleia a realizar-se no dia 21 de maio de 2026, às 16h00, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 16h30, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes. A Assembleia se realizará na sede da Entidade, Rua Gaspar Lourenço, nº 514, Vila Mariana, na cidade de São Paulo/SP, conforme consulta aos trabalhadores da categoria com a seguinte ordem do dia: 1º) Aprovar, ou não, a pauta de reivindicações para negociação da convenção coletiva de trabalho, cuja data-base é 1º de agosto de 2026; 2º) Aprovar, ou não, a continuação da Assembleia, que se manterá permanente até o final da solução da negociação de 2026, ficando autorizado o presidente da Federação a convocar através de boletins, sessões de Assembleia extraordinárias presenciais e virtuais para deliberar sobre proposta feita pelo Sindicato Patronal em caso da mesma não atender a pauta que foi aprovada pela Assembleia; 3º) Concessão de poderes à diretoria do entidade para, em conjunto com os demais Sindicatos da Categoria, ou isoladamente, manter negociações coletivas, celebrar acordos, convenções coletivas de trabalho ou aditivos, bem como tomar as medidas necessárias buscando solucionar as negociações coletivas, seja através de pedido de mediação ou arbitragem, ou ainda através de medidas junto à Justiça do Trabalho; 4º) Tomar conhecimento e votar sobre a aprovação, ou não, da Contribuição Assistencial a ser descontada de todos os trabalhadores(as) da categoria supramencionada, bem como fixar seu percentual, forma de desconto, estabelecer a forma do direito de oposição, índice de multa a ser aplicada no caso de não recolhimento e datas previstas para desconto e recolhimento, conforme definido pelo STF, Tema 935; 5º) Discussão e deliberações quanto ao estabelecimento da contribuição/taxa negocial a ser descontada em folha de pagamento de todos os trabalhadores, que reverterá em favor da entidade como forma de solidariedade e retribuição ao grupo associativo, pela representação das negociações coletivas e abrangência do instrumento normativo que delas resultarem. São Paulo, 23 de abril de 2026. Lourival Figueiredo Melo - Presidente.

Passarela de aço provisória usada na China para apoiar construção de pontes, semelhante à que será construída no Brasil Divulgação

Navio chinês traz 800 toneladas de peças para ponte Salvador-Itaparica

Embarcação, que chega em maio, dará início à construção de via de 12,4 quilômetros de extensão, a maior do tipo na América Latina; inauguração está prevista para 2031

André Borges

BRASÍLIA Um navio carregado com mais de 800 toneladas de equipamentos partiu da China com destino a Salvador (BA). A embarcação que zarpou no dia 30 de março leva 44 contêineres de materiais que serão utilizados nas primeiras etapas de construção da ponte que vai ligar a capital baiana à Ilha de Itaparica.

A previsão é que o navio ancore em Salvador na segunda quinzena de maio, para que as obras comecem em junho. Com 12,4 quilômetros de extensão, a ponte será o maior eixo de ligação sobre o mar já construído na América Latina.

Na semana passada, a concessionária Ponte Salvador-Itaparica, formada pelas estatais China Communications Construction Company (CCCC) e China Railway Construction Corporation (CRCC), pediu os alvarás que autorizam o início dos trabalhos na Baía de Todos-os-Santos.

Os documentos entregues às prefeituras de Salvador e de Vera Cruz —municípios que serão os pontos de partida e chegada da ponte— têm previsão de serem liberados em até 30 dias, segundo a concessionária.

As obras da ponte têm prazo total de cinco anos, com previsão de inauguração em junho de 2031. A concessionária vai operar a estrutura por mais 29 anos, chegando aos 35 anos de contrato, período que inclui um ano na etapa de licenciamento.

A remessa de equipamentos da China será usada para erguer uma plataforma lateral que apoiará a construção da ponte. Trata-se de uma tecnologia chinesa ainda não usada na América Latina.

Fixada no fundo do mar, essa plataforma serve de apoio para o trabalho de funcionários e recebimento de materiais para a ponte, que será erguida paralelamente à plataforma. Quando as obras forem concluídas, todo material é desmontado e retirado.

"Com essa engenharia, conseguimos reduzir em 70% o número de embarcações que seriam necessárias para apoiar a construção da ponte", diz Carlos Prates, porta-voz da concessionária Ponte Salvador-Itaparica.

A implantação da plataforma já possui todas as licenças ambientais necessárias, dependendo agora apenas dos alvarás das prefeituras. Já as obras da ponte aguardam autorização do Inema (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos), órgão estadual que emite as licenças.

No segundo semestre deste ano, mais oito embarcações virão da China para o Brasil. Serão equipamentos específicos de apoio ao projeto, como rebocador multiuso, navio de cravação de estacas e navio misturador de materiais.

O material da obra em si, porém, será produzido no Brasil. A contratação de funcionários também será local, se concentrando na região do projeto. Está prevista a geração de 7.000 postos de trabalho, diretos e indiretos.

Serão usados, entre a laje da ponte e seus 169 pilares, 660 mil metros cúbicos de concreto. Um dos canteiros funcionará em estaleiro de Maragogipe, onde serão fabricados os pré-moldados.

A operação da ponte incluirá a cobrança de um pedágio que, segundo Carlos Prates, deverá ter preço próximo do que é praticado pelos serviços de ferry-boat.

Hoje, um carro pequeno paga R$ 64,70 em dias úteis para fazer a travessia. Nos fins de semana e feriados, o preço sobe para R$ 91,70. A travessia marítima feita em cerca de uma hora é conhecida pelas longas filas para embarcar.

Embora a instalação da plataforma seja o marco formal do início da construção, a etapa mais visível para a população, que é a execução da ponte no mar, está prevista para começar apenas em 2027, com o avanço das intervenções estruturais sobre a água.

Além dos 12,4 quilômetros de extensão sobre a água, o projeto inclui 4,4 quilômetros de acessos viários na capital, com túneis e viadutos, bem como a construção de uma via expressa de 22 quilômetros na ilha e a duplicação de um trecho da BA-001.

O governo baiano diz que a obra estimada em cerca de R$ 15 bilhões trará impacto econômico na vida de 70% da população baiana —cerca de 10 milhões de pessoas que vivem em 250 municípios.

Hoje, a ponte Rio-Niterói é considerada a maior da América Latina em extensão total, com 13,29 quilômetros. Ocorre que seu trajeto inclui não apenas o trecho sobre a água, mas também acessos em terra e viadutos urbanos. Sobre o mar carioca são aproximadamente 9 quilômetros. No caso da ponte Salvador–Itaparica, os 12,4 quilômetros correspondem ao trecho contínuo sobre a água.

"Esse projeto é o símbolo da aliança do Brasil com a China, um projeto que reúne esforços das duas nações. É muito mais do que a construção de uma obra física, é o símbolo das relações comerciais que vão desenvolver e impactar diretamente a população baiana", disse Carlos Prates.

A estrutura é uma promessa antiga das gestões petistas da Bahia. As conversas para viabilizar a ponte datam de 2009, ainda no governo de Jaques Wagner (PT), hoje líder de Lula no Senado. As negociações chegaram a uma nova etapa somente em 2020, quando o governo estadual estava sob Rui Costa.

R$ 15 bilhões
é o valor estimado para as obras da ponte Salvador-Itaparica, segundo o governo baiano

Como será a construção da ponte de Salvador

Concessionária Ponte Salvador Itaparica

1
Uma plataforma provisória será erguida do lado da orla de Itaparica. Essa base faz parte do processo de construção da ponte em si e se desloca conforme a obra avança

Durante a construção, a plataforma será usada para o transporte de trabalhadores, equipamentos e insumos

2
Paralelamente, uma segunda estrutura começará a ser erguida na região central da baía de Todos-os-Santos, onde ficam o trecho mais alto e as pilastras centrais

3
Outra parte da plataforma será instalada em Salvador e avançará rumo à parte central da estrutura

Essas plataformas são mais seguras e reduzem em até 70% o volume de barcos necessários para apoiar a construção

Ao final da obra, a plataforma será removida e seus materiais serão reaproveitados

Infografia Luciano Veronezi

GALERIA

JHSF
SURPREENDENTE

FAZENDA SANTA HELENA
BRAGANÇA PAULISTA

A NOVA FAZENDA DA JHSF.

CLIMA DE MONTANHA, VISTAS SERRANAS
E NATUREZA INCOMPARÁVEL.

AGENDE
SUA VISITA.

FOTO REAL DA FAZENDA SANTA HELENA

Consumidora confere sacola em loja da Pop Mart em Xangai, na China Go Nakamura - 13.jun.25/Reuters

Rede de lojas Allmini aceita pagar multa à Pop Mart e retirar Labubus falsos de lojas

Varejista reconhece venda de produtos piratas em shoppings; dona do personagem tem planos de abrir unidades físicas no Brasil em 2026

Paulo Passos

SÃO PAULO A rede de lojas Allmini chegou a um acordo com a Pop Mart, dona do Labubu, no qual se compromete a não vender mais versões falsas do boneco que virou febre global em 2025. O grupo chinês, que tem capital aberto na Bolsa de Hong Kong e valor de mercado de mais de US$ 25 bilhões (R$ 129 bilhões), será indenizado pela rede brasileira.

A **Folha** revelou que, em março, a multinacional entrou na Justiça para tentar retirar do mercado local os produtos piratas com referências às suas marcas.

A Allmini foi o primeiro alvo da Pop Mart. Após ser autuada, a rede reconheceu ter comercializado produtos piratas da marca chinesa e aceitou pagar uma multa.

Dalton Felix de Mattos, advogado da empresa brasileira, confirmou a informação e disse que o valor da indenização está entre as cláusulas de confidencialidade do acerto e não pode ser divulgado. Já o representante da multinacional chinesa, o advogado Diogo Squeff Fries, celebrou o fato de a autuada concordar com a retirada dos produtos falsos de seus estabelecimentos.

Em fevereiro, seis lojas da Allmini foram alvo de operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro, que apreendeu 665 itens falsificados.

A ação para retirar versões piratas do Labubu do mercado faz parte dos planos da Pop Mart ao chegar ao país. A empresa abriu uma subsidiária no Brasil e tem planos para lançar seu site de vendas nos próximos meses e lojas físicas no segundo semestre.

Em 2025, o Google apontou que o Labubu foi o produto mais desejado por usuários que fizeram buscas na plataforma no país. Versões originais do boneco podem ser adquiridas hoje somente em sites que fazem importação direta e em poucas lojas físicas, caso da Ri Happy.

Com a chegada ao mercado local, a Pop Mart vai centralizar e ampliar essa distribuição. A presença da empresa no país faz parte de um plano de expansão global. Após virar febre com megalojas na Ásia, na Europa e nos EUA, o grupo desembarcou na América Latina, e já opera no México, na Colômbia e na Bolívia.

Carro-chefe da marca, o Labubu foi criado há mais de uma década pelo artista de Hong Kong Kasing Lung. O boneco é um elfo da floresta inspirado na mitologia nórdica e parte da série de livros de Lung "Os Monstros".

O personagem catapultou o faturamento da Pop Mart, fundada em 2010 por Wang Ning, aos 20 anos, em Henan, no centro da China. Em 2020, a empresa abriu capital na Bolsa de Hong Kong, o que fez o seu dono figurar entre os 12 mais ricos do país no ano passado, segundo o índice de bilionários da Bloomberg.

O modelo de "caixa de surpresa" é apontado como um dos fatores de sucesso. Quem compra o brinquedo na embalagem não sabe qual modelo do boneco está levando. Nos EUA, a versão pequena do personagem custa a partir de US$ 30 (R$ 156). Há outras opções de tamanho por mais de US$ 1.200 (R$ 6.000).

Em 2024, eram 130 lojas físicas e 192 máquinas de venda automática fora da China continental. Números que quase dobraram no ano passado.

O grupo se tornou um dos exemplos de empresas chinesas com sucesso global. Em 2025, 39% da receita veio de vendas fora do país. O faturamento chegou a 37,1 bilhões de yuans (R$ 28 bilhões) em 2025, salto de 185% ante 2024.

POP MART

Sede: Pequim

Receita (2025): 37,1 bilhões de yuans (R$ 28 bilhões)

Funcionários: 10,8 mil

Concorrentes: Hasbro e Mattel

US$ 30

ou R$ 150 é quanto custa a versão pequena dos bonecos nos Estados Unidos, mas há outras opções de tamanho, por mais de US$ 1.200 (R$ 6.000)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026

O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Compras o Edital nº 016/2026 do Pregão Presencial de Registro de Preços nº 011/2026 – Processo nº 030/2026, para o fornecimento parcelado de Suplementos Alimentares destinados a atender à demanda da população carente que procuram a Assistência Social e Saúde do Município, pelo período de 12 (doze) meses. O Edital minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor Compras desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira e no site www.iacri.sp.gov.br, Informações à distância serão fornecidas pelo fone (14) 3489-8509 ou pelo e-mails: compras@iacri.sp.gov.br / compras.iacri@gmail.com. A presente licitação realizar-se-á no dia 11/05/2026, às 09h00min.

Iacri, 22 de abril de 2026.

Cleber Rogério Cerbantes Panhozzi – Prefeito Municipal

MITSUI & CO.(BRASIL) S.A.

CNPJ/MF 61.139.697/0001-70 - NIRE 35.300.172.108

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Horário e Local: 01/04/2026, às 15:00 horas na Sede Social, em São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Quórum:** Presente a totalidade do capital social. **Mesa: Presidente Hayato Yanagisawa; Secretário Norihisa Tanaka. Deliberação unânime:** Aprovada, a alteração de cargo do Sr. **Noriyuki Yoshimoto**, que de Diretor Comercial passará a ocupar o cargo de Diretor de Departamento. Nada mais a tratar, formalidades legais. A íntegra da presente Ata e seus anexos estão registrados na JUCESP sob o nº 173.653/26-1 em 10/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos o comparecimento de **ARIANA ALVES PEREIRA**, ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT. **ECOLIMP SISTEMAS DE SERVIÇOS LTDA.** AV. IRERÊ, 1892 – PLANALTO PAULISTA – SP - CEP: 04064-004.

Data: 23/04/2026

Prefeitura de SOROCABA

PUBLICAÇÃO DE REABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 162/2025

Acha-se aberto na Prefeitura de Sorocaba o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 162/2025 - CPL Nº. 423/2025, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS DE USO DIÁRIO PELOS INTEGRANTES DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE SOROCABA - REABERTURA.** O limite para o recebimento das propostas no site **bnc.org.br** será até às **09h00minh do dia 07/05/2026** e a **abertura da Fase de Lances será dia 07/05/2026 às 09h30minh.** Informações pelos sites; **www.bnc.org.br, https://bit.ly/3N3cfdk** (Licitações II) e (PNCP) **https://l1nk.dev/qyfs9v8,** pelo fone (15) 3238-2158 ou e-mail **duvidaspregao@sorocaba.sp.gov.br.** Sorocaba, 22 de abril de 2026. **Paulo Horácio Fontes Bandeira Gomes – Agente de Contratação / Pregoeiro.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

Objeto: AQUISIÇÃO, COM ENTREGA PARCELADA, DE FILTROS, REFIS E CARCAÇAS PARA PURIFICADORES E BEBEDOUROS, BEM COMO A PRESTAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO. **Tipo**: Menor preço unitário. **Recebimento das propostas por meio eletrônico:** A partir das 12h00min do dia 23/04/2026. **Fim do recebimento das propostas/Inicio da Disputa**: Às 08h59min do dia 08/05/2026. **Abertura da Sessão de Disputa de Preços**: Às 09h00min do dia 08/05/2026. **Disputa de lances**: Às 09h30min do dia 08/05/2026. **Valor estimado da licitação**: R$ 492.706,22. **Fonte de recursos**: Própria. **Informações**: O Edital do Pregão Eletrônico nº 021/2026 estará disponível a partir das **12h00min do dia 23/04/2026** nos seguintes acessos: Portal eletrônico oficial do **Municipio de Igarapava/SP**, pelo link: https://igarapava.sislicita.com.br/licitacoes/pesquisa/; Portal Nacional de Compras Públicas **(PNCP),** pelo link: https://www.gov.br/pncp/pt-br; Plataforma eletrônica de licitações **(BLL COMPRAS),** pelo link: https://bll.org.br; Demais informações podem ser obtidas pelo telefone/whatsapp: (16) 3520-0231 ou pelo e-mail: igarapava.lic3@gmail.com. Igarapava/SP, em 22 de abril de 2026. **JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - PREFEITO MUNICIPAL**

ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos o comparecimento de **YARA JULIA DE OLIVEIRA**, ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT. **ECOLIMP SISTEMAS DE SERVIÇOS LTDA.** AV. IRERÊ, 1892 – PLANALTO PAULISTA – SP - CEP: 04064-004.

Data: 23/04/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI D' OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2026 PROCESSO Nº. 014/2026. A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI D'OESTE, através do Pregoeiro Municipal e Equipe de Apoio, faz saber que se encontra aberta a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, regida pela Lei Federal nº. 14.133/21, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, para **CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DOIS (2) ORIENTADORES SOCIAIS PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS. CARGA HORÁRIA DE PELO MENOS 40 HORAS SEMANAIS GARANTINDO A TOTAL EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, pelo período de 12 (doze) meses. O envelope Proposta e o envelope Documentos de Habilitação, serão recebidos no **Paço Municipal de Guarani d'Oeste, na Rua João Neves Pontes, n° 1000, centro, Guarani D'Oeste – SP**, durante a Sessão Pública de Processamento do Pregão, iniciando-se às **09:00 hs. do dia 11 de maio de 2026.** O edital completo acha-se à disposição dos interessados, de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, no Paço Municipal de Guarani D'Oeste-SP, pelo telefone (17) 3834-1179 das 09:00 às 11:00, ou pelo e-mail licitacao@guaranidoeste.sp.gov.br. Guarani D'Oeste, 22 de abril de 2026. **EDMILSON PIRES DO CARMO - Prefeito Municipal.**

MUNICÍPIO DE CATANDUVA – SP

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026 – Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços de manutenção de área e estruturas de parada de ônibus, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ O DIA 08/05/2026 ÀS 08:30 HORAS. **DATA E HORA DO PREGÃO:** DIA 08/05/2026 ÀS 09:00 HORAS. O edital completo encontra-se disponível: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br); e site do Município www.catanduva.sp.gov.br – link: https://www.catanduva.sp.gov.br/portal/editais/1. Informações: Prefeitura do Município de Catanduva – Divisão de Licitações e Contratos – 5º Andar, sito à Praça Conde Francisco Matarazzo, 01 – Centro – Catanduva-SP ou, através do e-mail: licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br. Catanduva, 22 de abril de 2026. Ozório Ap. Morais - Pregoeiro.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 90028/2026 - UASG 153031

Nº Processo **23089.001274/2026-36**. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças de Comunicação Visual (placas e elementos de orientação, sinalização e identificação, comuns e em braile), incluindo instalação, para os elementos de maior porte, para suprir as necessidades do Campus Osasco. Total de Itens Licitados: 11. Edital: 23/04/2026 das 09h00 às 11h59 e das 13h00 às 16h59. Link: **https://www.gov.br/compras/edital/153031-5-90028-2026**. Entrega das Propostas: a partir de 23/04/2026. Abertura das Propostas: 06/05/2026 às 14h00 no site **www.gov.br/compras**.

Marlene Rodrigues

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 02/2026 - PROCESSO Nº 30/2026

OBJETO: CONCESSÃO DE USO E EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES NO BALNEÁRIO MUNICIPAL DE FARTURA, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 3° DA LEI MUNICIPAL N° 2.450/2021. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS: até às 09h00 do dia 19/05/2026. ABERTURA DA LICITAÇÃO: às 09h05 do dia 19/05/2026. LOCAL: Prefeitura Municipal de Fartura, Praça Deocleciano Ribeiro, 444 - Centro. O edital poderá ser retirado na íntegra através do site: www.fartura.sp.gov.br.

Fartura, 22 de abril de 2026.
Luiz Marcos de Souza - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 016/2026 - Processo Administrativo n° 3.426/2025

Comunicamos aos interessados em participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR COM MOTORISTA, MONITOR, MONITORADO POR SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL (GPS), PARA OS ALUNOS RESIDENTES EM BAIRROS PERIFÉRICOS DO MUNICÍPIO MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, em atendimento ao Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes, **que a abertura da sessão de disputa de preços agendada para o dia 29/04/2026 às 09h00min e disputa de lances às 09h30min do mesmo dia, fica SUSPENSA**, sine die, devido à necessidade de análise e adequações nos instrumentos que compõem o Edital. Informamos que, tão logo seja encaminhada nova deliberação pelo Departamento Requisitante, haverá nova publicação, a qual será divulgada nos mesmos meios anteriormente utilizados (diário oficial, jornal de grande circulação e PNCP). Igarapava/SP, na data da assinatura digital.

JOSE HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - PA 7.562/2026** – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços ambulatoriais de atenção especializada em Doença Renal Crônica, incluindo terapia renal substitutiva por hemodiálise e procedimentos correlatos, com fornecimento de estrutura física, equipamentos, insumos e equipe multiprofissional, destinados ao atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde no Município de Cotia. Abertura da sessão em 11/05/2026 às 09h00min, na plataforma da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda. O edital estará à disposição a partir de 23/04/2026, através dos sites da Prefeitura Municipal de Cotia: www.cotia.sp.gov.br e da BLL: www.bll.org.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (11) 4616-4846, ramal 2114.

a) Roberto Alves de Sales – Secretário Municipal de Saúde.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DO INTERIOR – DEINTER 7 – SOROCABA/SP

Encontra-se aberto neste Departamento de Polícia de São Paulo Interior – Deinter 7–Sorocaba/SP, PREGÃO nº 90005/2026, tipo menor preço – Processo SEI nº 058.00013240/2026-10, objetivando a contratação de empresa para fornecimento de peças automotivas, pneus e baterias para Deinter 7 - Sorocaba. O início da sessão pública ocorrerá em 08/05/2026 às 8h00, através do portal de Compras do Governo Federal. Maiores informações poderão ser obtidas através do emailadm.deinter7@policiacivil.sp.gov.br ou no site da Imprensa Oficial do Estado.

urbs

FUC - FUNDO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA
CNPJ n.º 14.682.109/0001-60.

OUTORGA DE CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

O Presidente da URBS – Urbanização de Curitiba S.A., em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº. 8.987/1995, e após autorização do Conselho de Administração da companhia, faz saber à sociedade em geral que, no exercício das competências atribuídas ao Município de Curitiba e à URBS, e com base em estudos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, concluiu-se ser oportuna e conveniente para o interesse público que a prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros no Município de Curitiba se mantenha de forma indireta, por meio de concessão comum, a ser oportunamente formalizada.

A medida decorre do exercício da competência administrativa atribuída ao Município para organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, nos termos do art. 30, inciso V, da Constituição Federal, bem como das disposições da Lei Municipal nº 12.597/2008 e do Decreto Municipal nº 1.356/2008, que atribuem à URBS as funções de delegar, regular, gerenciar, planejar e fiscalizar o sistema de transporte público coletivo.

A outorga da concessão mostra-se conveniente e necessária para assegurar a adequada prestação de serviço público de caráter essencial e de natureza contínua, a ser prestado em observância aos princípios da regularidade, eficiência, segurança, atualidade, modicidade tarifária e universalidade de atendimento, bem como para viabilizar os investimentos indispensáveis à modernização do sistema e à melhoria da qualidade dos serviços.

O objeto da concessão será outorgado mediante prévia licitação e compreenderá a prestação e exploração do serviço público de transporte público coletivo por ônibus no Município de Curitiba, incluindo o fornecimento, a implantação, a operação, a manutenção e a conservação da infraestrutura de recarga destinada ao atendimento do material rodante elétrico; a automatização, a operação, a manutenção e a conservação da infraestrutura de mobilidade urbana do Sistema Integrado de Mobilidade; o provimento do material rodante e das baterias, bem como a manutenção de seus componentes elétricos, para a composição da frota operacional e de reserva; e a operação dos serviços, com a correspondente manutenção mecânica do material rodante, tudo com a realização dos investimentos necessários à adequada prestação, expansão e modernização do sistema, nos termos a serem definidos no futuro contrato.

A área de abrangência da concessão corresponde à totalidade do território do Município de Curitiba, admitida a integração com a Rede Integrada de Transporte e com os municípios da Região Metropolitana, na forma da legislação vigente e nos termos a serem definidos no instrumento convocatório e nos contratos.

O objeto da concessão será estruturado em 5 (cinco) lotes, organizados em dois conjuntos, sendo 2 (dois) lotes estruturais, denominados BRT 1 e BRT 2, voltados à operação das linhas de maior demanda do sistema, e 3 (três) lotes de atendimento regional, denominados Norte, Sul e Oeste, destinados à operação das linhas alimentadoras, convencionais e de caráter local, conforme estudos empreendidos pelo BNDES.

O prazo da concessão será de 15 (quinze) anos, prorrogável por até 5 (cinco) anos, e foi definido com base em estudos técnicos e econômicos que contemplaram, dentre outros aspectos, os investimentos a serem realizados pelos concessionários, os custos de operação, a depreciação dos bens, a amortização dos investimentos, a remuneração do investidor e a estrutura tarifária, nos termos do disposto no art. 14 da Lei Municipal nº. 12.597/2008.

Curitiba, 17 de abril de 2026.
OGENY PEDRO MAIA NETO
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM-SP

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunica aos interessados a abertura do Processo 322/26, Pregão Eletrônico 05/26 para **"Aquisição de Gêneros Alimentícios."**. Data do término de cadastro das propostas: 07/05/2026 8h30. Disputa: 07/05/2026 8h31. O edital na íntegra poderá ser obtido nos sites: www.bll.org.br, www.jumirim.sp.gov.br e e-mail licitacao@jumirim.sp.gov.br. Informações tel.: (15) 3199-9800. Daniel Vieira - Prefeito.05

Edital de Convocação - O Presidente do **SIEMACO - ABC Sindicato dos empregados em empresas de prestação de serviços de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, e Manutenção de Áreas Verdes Públicas e Privadas de São Bernardo do Campo, Diadema, São Caetano do Sul, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra**, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social e a Legislação vigente, convoca todos os empregados das empresas de Prestação de serviços de Asseio e Conservação associados ou não ao SIEMACO ABC, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 24/04/2026, As 08:30h em 1ª Convocação e não havendo quórum suficiente para realização da Assembleia, a mesma será realizada as 09:00h em 2ª Convocação, com números de trabalhadores presentes na Avenida Humberto de Alencar Castelo,4355 Bairro Assunção - São Bernardo do Campo - SP, para discutir e aprovar a seguinte ordem do dia: a) aprovação do funcionamento do espaço de Evento do SIEMACO ABC . São Bernardo do Campo, 18 de Abril de 2026. **Roberto Alves da Silva -** Presidente.

Oportunidade:
IMÓVEL COMERCIAL EM CAMPINAS/SP

Conjunto Comercial Desocupado c/ 150m² | 2 Salas
2 Vagas. Ed. Campinas Commercial Center
Cond. Governadores Gerais

Agende sua visita!
Informações: (11) 4950–9602
imoveis.sac@superbid.net

Encerramento: 15/05 às 11h

saiba mais
sold.superbid.net

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 11/05/2026, às 10:05hs / 2º Público Leilão: 13/05/2026, às 10:05hs

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob n° 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Um prédio residencial, sito à Rua Antonio Zandona, nº 186, com 231,90m² de área construída, edificado sobre um lote de terreno, em Vila Sant'Ana, 2ª parte, Bairro Ponte de São João, Jundiaí/SP, constituído de parte do lote 7, da quadra C, com a área de 386,20m². Imóvel objeto da Matrícula CNM: 112623.2.0030941-33 trasladada da Matrícula nº 30.941 do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 1.125.356,64 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 562.678,32 (quinhentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos)**. O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficam os Fiduciantes: RAFAEL MANZATO DE FAVRE, brasileiro, administrador, divorciado, nascido em 28/01/1988, C.I: 344646099 SSP/SP, CPF: 357.383.058-76, declara conviver em união estável, residente e domiciliado na Rua do Retiro, nº 2251, TP 6 AP 72, Bairro Vila das Hortências, Jundiaí/SP, CEP: 13209-355; CAROLINE MANZATO DE FAVRE ZUINO, brasileira, professora, nascida em 31/08/1986, C.I: 344646087 SSP/SP, CPF: 338.751.658-45, casada sob o regime de comunhão parcial de bens com LUIZ OTÁVIO ZUINO, brasileiro, administrador de empresas, nascido em 20/05/1981, C.I: 300259402 SSP/SP, CPF: 316.331.78803, residentes e domiciliados na Avenida Comendador Antônio Borin, nº 2746, Casa 9, Bairro Jardim Colonial, Jundiaí/SP, CEP: 13219-807; SUELI MANZATO DE FAVRE, brasileira, administradora de empresas, nascida em 28/05/1961, viúva, C.I: 158940362 SSP/SP, CPF: 037.627.098-58, residente e domiciliada na Rua Antônio Zandona nº 186, casa, Bairro Jardim Pacaembu, Jundiaí/SP, CEP: 13218-140. FIADOR(ES)/GARANTIDOR(ES) COOBRIGADO(S): PATRICIA APARECIDA BERNARDO, brasileira, administradora, solteira, nascida em 20/05/1985, C.I: 40308725 SSP/SP, CPF: 326.930.138-36, declara conviver em união estável, residente e domiciliada na Rua do Retiro, nº 2251, TP 6 AP 72, Bairro Vila das Hortências, Jundiaí/SP, CEP: 13209-355; LUIZ OTÁVIO ZUINO, já qualificado anteriormente, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

ECOVILLE ASSOCIAÇÃO — unit ADMINISTRADORA

Araçariguama, 17 de abril de 2026.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – VIRTUAL
Dia: 30/04/2026 (quinta feira)
Horário: 18h30 (1ª chamada) e 19h (2ª chamada)

Na qualidade de Diretor Presidente, e no uso das atribuições estatutárias, convoco todos os associados a participarem da **Assembleia Geral Ordinária da Associação Ecoville**, com sede na Alameda Roberto Burle Marx, 1.080, Lote 7, Quadra 13, Ecoville, Araçariguama-SP, a realizar-se **no formato virtual (online)** através do site da UNIT ADMINISTRADORA LTDA. (www.unitadministradora.com.br) pela plataforma do Zoom Meeting, no dia **30 de abril de 2026 (quinta feira), às 18h30** em primeira chamada, com a participação de 50% (cinquenta por cento) dos associados com direito a voto, equiparados a presentes, e às **19h** em segunda chamada, com qualquer número de associados participantes, equiparados a presentes, nos horários acima mencionadas, com **encerramento previsto para às 20h30**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1) Análise e aprovação das contas do exercício de 2025 (janeiro a dezembro/2025);
2) Análise e aprovação do orçamento de abril/2026 a março/2027;
3) Eleição da Diretoria (7 Diretores), Conselho Deliberativo (3 membros efetivos e 3 membros suplentes) e Conselho Fiscal (3 membros efetivos e 3 membros suplentes) para o biênio de abril/2026 a março/2028.

Obs.: Solicitamos que os candidatos aos cargos acima apresentem sua candidatura por cargo a ser concorrido pelo e-mail ecoville@ecoville.org.br até o dia **28/04/2026**, para facilitar a organização do processo de eleição.

IMPORTANTE:

Lembramos a importância da participação na assembleia, uma vez que as decisões tomadas deverão ser cumpridas por todos, mesmo pelos ausentes.

Os associados poderão ser representados por procurador devidamente constituído por meio de procuração, nos termos do artigo 654, § 1º do Código Civil. Somente o associado poderá outorgar procuração para representação na assembleia e o inquilino só poderá votar se estiver munido da procuração outorgada pelo associado. Como a Assembleia será realizada de forma virtual, **os associados com procurações deverão enviá-las para Unit Administradora até o dia 29/04/2026, até às 17 horas**, para que possam ser validá-las e vinculadas ao lote do outorgante. As procurações deverão ser encaminhadas no formato PDF para o e-mail carolyne@unitadministradora.com.br.

Salientamos que somente poderão participar e ter direito a voto na assembleia os associados que estiverem quites com todas as suas obrigações perante a Associação, devidas até o mês da realização da Assembleia, inclusive, conforme estabelece o item 8.23.1 do Estatuto Social.

As deliberações de Assembleias Gerais obrigam todos os associados, inclusive os ausentes às mesmas, bem como aos demais órgãos da Associação.

Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária Virtual:

1) Para participação na Assembleia virtual os associados devem acessar o site ou App da Unit Administradora, através do seu login e senha, e clicar na aba "Assembleia Virtual", e no botão verde escrito "Inscrição". Esta etapa é de suma importância, visto que a inscrição equivale a assinatura na lista de presença quando da assembleia presencial, e encaminharemos a parte um tutorial elucidativo, por e-mail.

2) A inscrição para participação na Assembleia poderá ser realizada a partir do recebimento do presente Edital de Convocação e até a deliberação do último item da pauta.

3) No dia da Assembleia, e a partir das 18h15, o associado deverá acessar o site ou App da Unit Administradora, logar através do seu login e senha, entrar na aba "Assembleia" e clicar no ícone "Ao Vivo" que automaticamente será transferido para o vídeo da plataforma Zoom Meeting por onde acompanhará toda a Assembleia, bem como todos os seus atos.

4) No decorrer da Assembleia, caso algum associado tenha alguma dúvida a ser esclarecida, deverá formulá-la através do chat no APP através do botão participação, e o esclarecimento será praticamente imediato por algum membro da mesa.

5) Não será fornecida cópia de vídeo/áudio da assembleia; assim, caso o participante queira gravar o evento, deverá se utilizar de seus próprios meios.

6) Recomendamos aos associados que ainda não o fizeram, que se cadastrem antecipadamente no site da Unit Administradora, uma vez que a votação do item da pauta dessa Assembleia somente será possível através do site.

7) Para esclarecimento de qualquer dúvida, contate diretamente com a Unit Administradora, através do telefone: (11) 4375-6050, ramal 206, ou através do seguinte endereço de email: carolyne@unitadministradora.com.br .

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br ANTONIO JOSE DE SOUSA FREITAS E SILVA
Data: 17/04/2026 17:04:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Antonio José de Sousa Freitas e Silva
Diretor Presidente
ASSOCIAÇÃO ECOVILLE

economia

Bolsa cai mais de 1% com tensões no Irã; petróleo vai a US$ 101,55

SÃO PAULO A Bolsa fechou em queda de 1,65%, a 192.888 pontos, nesta quarta-feira (22), com ataques no estreito de Hormuz e incertezas sobre o futuro da guerra no Oriente Médio alimentando uma postura mais cautelosa de investidores.

O movimento ocorreu apesar de os EUA terem anunciado, na terça-feira (21), a prorrogação do cessar-fogo com o Irã por prazo indeterminado.

O dólar fechou estável, cotado a R$ 4,973. Na mínima do dia, a moeda americana chegou a R$ 4,955.

No exterior, as Bolsas apresentaram desempenho misto. Nos EUA, os índices S&P 500, Nasdaq e Dow Jones avançaram 0,90%, 1,64% e 0,69%, respectivamente, com investidores otimistas de que a extensão do cessar-fogo possa indicar o fim definitivo do conflito.

Na Europa, o cenário foi de maior pessimismo, com o índice Euro Stoxx 50, referência do continente, tendo queda 0,41% —seguido por Frankfurt (-0,31%), Londres (-0,21%) e Paris (-0,96%).

Analistas voltaram as atenções para o Oriente Médio durante o pregão brasileiro. O Irã atacou navios de carga no estreito de Hormuz nesta quarta, no primeiro dia da segunda prorrogação do cessar-fogo feito por Donald Trump.

A volatilidade seguiu afetando o mercado de energia. Após uma ligeira queda com o anúncio de Trump na terça, o preço do barril do tipo Brent para contratos futuros voltou a ficar acima de US$ 100. A commodity avançou 3,12%, a US$ 101,55.

A Guarda Revolucionária iraniana confirmou ter tomado o controle de dois navios de contêineres junto a sua costa em Hormuz: o MSC Francesca, de bandeira panamenha, e o Epaminondas, que navega sob as cores da Libéria. Ambas as embarcações foram atingidas por tiros, mas ninguém se feriu.

Segundo a UKMTO, agência de monitoramento naval da Marinha britânica, o tráfego de navios na região segue extremamente perigoso devido às ações do Irã e também ao bloqueio naval imposto aos portos da teocracia pelos EUA.

No dia, ações preferenciais da Petrobras, da Prio e da PetroRecôncavo avançaram 1,38%, 1,73% e 3,81%, respectivamente.

Leia mais em Mundo

economia

Aviões da Spirit Airlines no aeroporto de Las Vegas
Mike Blake - 9.fev.24/Reuters

Governo Trump avalia resgate da low cost Spirit Airlines

WASHINGTON, CHICAGO, MONTRÉAL E BENGALURU | REUTERS O governo Trump está em negociações avançadas sobre um possível resgate da companhia aérea de baixo custo Spirit Airlines, que enfrenta dificuldades para sair de um processo de recuperação judicial, disseram à Reuters pessoas familiarizadas com o assunto.

As discussões ressaltam uma das consequências não intencionais da guerra contra o Irã deflagrada por Washington: um aumento nos preços do combustível de aviação, que reduz margens e empurra as companhias aéreas mais fracas para a beira da falência.

Os custos do combustível praticamente dobraram desde o início do conflito, forçando as companhias aéreas a elevar tarifas, cortar voos e lutar para preservar o caixa.

Para a Spirit, que já sofria para obter lucro antes do choque do combustível, o aumento intensificou as dúvidas sobre sua capacidade de sobreviver sozinha.

O governo dos EUA avalia um pacote de financiamento que poderia incluir um empréstimo de até US$ 500 milhões à companhia aérea em troca de garantias, informou o Wall Street Journal.

Uma fonte familiarizada com o assunto disse que a Spirit e o governo estão em discussões avançadas e esperam finalizar os termos em breve, enquanto uma segunda fonte relatou que Washington receberia garantias que poderiam ser trocadas por uma participação acionária significativa como parte de qualquer acordo.

Ainda não está claro qual autoridade o governo usaria para fornecer esse apoio, e qualquer intervenção seria incomum fora dos programas de auxílio mais amplos do setor.

Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Segurança, Vigilância, Segurança Pessoal, Guardas Noturnos e Segurança Patrimonial de Guaratinguetá e Região. CNPJ 01.290.843/0001-32. Rua José Viana Credidio, 80, Campo do Galvão, Guaratinguetá/SP. EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados por este edital, os associados em dia com suas obrigações sindicais, para se reunirem em assembleia geral ordinária na sede em Guaratinguetá/SP, no dia 30/04/2026 às 14:30h em 1ª convocação, com quórum qualificado ou, 15h em 2ª convocação com qualquer número presente, para deliberação e aprovação da seguinte ordem do dia: 1) ata anterior, leitura e votação; 2) prestação de contas da diretoria do exercício 2025, balanço financeiro patrimonial / suplementação de verbas e relatório das atividades do exercício sob parecer do Conselho Fiscal.
Guaratinguetá, 22/04/2026. Leonel Teodoro de Oliveira - Presidente

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREALVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 050/2026

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a Aquisição de Materiais de Construção, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 11/05/2026 às 08h30 (horário de Brasília). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço. **MODO DE DISPUTA:** Aberto. **AMOSTRA:** Não. **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Sim. **LINK:** SCPI Portal de Compras (https://scpi.arealva.sp.gov.br:5885/comprasedital/).

AREALVA, 22 DE ABRIL DE 2026.
PAULO JULIANO NICOLIELO JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL DE AREALVA

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO

Chamamento – Súmula – Pregão Eletrônico nº06/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PLAYGROUND INFANTIL MODULAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES APRESENTADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ABERTURA/SESSÃO: 06/05/2026 às 08:30h. O Edital estará à disposição dos interessados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, endereços eletrônicos https://scpi.santoanastacio.sp.gov.br/comprasedital/, www.santoanastacio.sp.gov.br e no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel.(18) 3263-9425.

Santo Anastácio, 22 de abril de 2026.
LUIZ INFANTE – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREALVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 051/2026

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a Aquisição de 02 (dois) Veículos, Diretoria de Desenvolvimento Social e para a Coordenadoria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 12/05/2026 às 08h30 (horário de Brasília). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço. **MODO DE DISPUTA:** Aberto. **AMOSTRA:** Não. **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Sim. **LINK:** SCPI Portal de Compras (https://scpi.arealva.sp.gov.br:5885/comprasedital/)

AREALVA, 22 DE ABRIL DE 2026.
PAULO JULIANO NICOLIELO JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL DE AREALVA

PREFEITURA MUNICIAPL DE GUARÁ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/26. Acha-se aberto no Serviço de Licitações desta Prefeitura o Pregão Presencial epigrafado, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E TESTES DE UM RESERVATORIO CILINDRICO METALICO VERTICAL, COM CAPACIDADE PARA 100.000(CEM MIL LITROS) PARA ATENDER O BAIRRO JARDIM MARIANA, NO MUNICIPIO DE GUARA-SP. Prazo limite para entrega dos envelopes e credenciamento: as 09h00min horas do dia 08.05.2026. O edital completo e demais informações serão obtidos no Serviço de Licitações da Prefeitura, na Rua Dr. Washington Luiz, nº 188, das 08h00min às 17h00min, segunda à sexta-feira, como também pelo site www.guara.sp.gov.br. PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, 22 de abril de 2026. TULIO DE MATTOS FIGUEIREDO - Prefeito Municipal

---

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2026

O Município de Urupês, Estado de São Paulo, através de seu Prefeito Municipal, torna pública a retificação do Edital e reabertura do prazo do Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto resumido é o **registro de preços para aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos para atender as necessidades dos setores desta Municipalidade, conforme especificações constantes do Edital Retificado. A realização da sessão pública fica remarcada para o dia 12/5/2026 (terça-feira)**, às **9h (nove horas - horário de Brasília/DF)**, no sítio eletrônico oficial do Município de Urupês: **www.urupes.sp.gov.br**. O texto integral do referido Edital Retificado poderá ser lido e obtido no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: **www.urupes.sp.gov.br\licitacoes**. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br.
MUNICÍPIO DE URUPÊS, 22 de abril de 2026. ROBERTO CACCIARI FILHO - Prefeito Municipal

---

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS EMPREGADOS DA LIPESA DO BRASIL ESPECIALIDADES QUIMICAS LTDA. Pelo presente edital, o Sindicato dos Comerciários de São Paulo, representado por seu Presidente Ricardo Patah, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os comerciários da empresa **LIPESA DO BRASIL ESPECIALIDADES QUIMICAS LTDA. CNPJ n. 09.321.052/0001-34,** filiados ou não à entidade, da abrangência territorial do município de São Paulo/SP, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de forma virtual no dia **28/04/2026, das 10h00 às 16h00**, por intermédio de link próprio a ser disponibilizado para os empregados, com objetivo de deliberarem, através de votação, sobre proposta de Acordo Coletivo de Trabalho para compensação de dias-pontes e outras cláusulas. São Paulo, SP, 22 de abril de 2026. **Ricardo Patah. Presidente.**

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**, a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026**, referente ao processo nº **136.00121662/2025-61**, cujo objeto é Registro de preços para contratações futuras de mobiliário

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (https://www.gov.br/compras) - UASG nº 102401, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às 09h (horário de Brasília) do dia **08 de maio de 2026**. O edital na integra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site https://cmp.cps.sp.gov.br/licitacoes/.

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária - O **Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras nas Indústrias de Instrumentos Musicais e de Brinquedos do Estado de São Paulo**, por sua presidente, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social e a legislação vigente, convoca todos os empregados das empresas de instrumentos musicais e de brinquedos, filiados ou não ao Sindicato, para reunirem-se em **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada nas seguintes datas, horários e locais: **Dia 27 de abril de 2026**, na Avenida Celso Garcia, nº 391, Brás, São Paulo/SP, às 16h, em primeira convocação; **Dia 29 de abril de 2026**, na Rua Conselheiro Antônio Prado, nº 126, Centro, Laranjal Paulista/SP, às 16h, em primeira convocação, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da pauta de reivindicações referente à Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos exercícios de 2026, 2025, 2024, 2023 e 2022; 2) Decretação de greve; 3) Instituição de taxa negocial relativa à Participação nos Lucros e Resultados; 4) Concessão de poderes à diretoria do Sindicato para celebrar acordos, firmar convenção coletiva de trabalho e ajuizar dissídio coletivo em caso de insucesso nas negociações. Não sendo atingido o quórum em primeira convocação, as assembleias serão realizadas em segunda convocação, uma hora após, no mesmo local, com qualquer número de presentes. São Paulo, 23 de abril de 2026. **Maria Auxiliadora dos Santos - presidente.**

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

CNPJ/MF 60.633.674/0001-55

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, a serem realizadas no dia 27 de abril de 2026, às 11 horas, em sua sede social, Edifício da Diretoria, situada nesta Capital, na Avenida Professor Almeida Prado, nº 532. - Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", Butantã, a fim de deliberar sobre a Ordem do Dia:

Assembleia Geral Ordinária: 1) Exame, discussão e aprovação das contas e documentos da Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras com os Pareceres do Comitê de Auditoria Estatutário, do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes; 2) Eleição de Conselheiros de Administração; e 3) Eleição de Conselheiros Fiscais. **Assembleia Geral Extraordinária:** 1) Fixação da remuneração dos membros dos órgãos estatutários; 2) Alterações do Estatuto Social da Companhia: Alterações do artigo 3º, "caput", em decorrência do aumento do capital social aprovado pelo Conselho de Administração; e 3) Consolidação do Estatuto Social da Companhia; e 4) Referendo das eleições de Conselheiros de Administração.

Stephanie Yukie Hayakawa da Costa - Presidente do Conselho de Administração

ipt INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ – E EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2026 O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará torna público que realizará, no dia **18 de maio de 2026, às 10h** (horário de Brasília), um **Pregão Eletrônico** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que tem como objeto o "**registro de preços visando eventual aquisição de INSUMOS PARA CONFECÇÃO DE CRACHÁS, a fim de atender as necessidades do Poder Judiciário Cearense**". As propostas de preços serão recebidas, por meio eletrônico, até o dia 18 de maio de 2026, às 10h (horário de Brasília). Edital e demais informações estão disponíveis nos sites tjce.jus.br e **https://licitacoes-e2.bb.com.br**. Contato pelo e-mail **cpl.tjce@tjce.jus.br** ou WhatsApp: (85) 3207-7100. **Fortaleza-CE, aos 22 de abril de 2026. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO DO TJCE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBAUBA

ATO DE SUSPENSÃO E REDESIGNAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº014/2026 PREGÃO Nº 006/2026 O Município de Embaúba/SP, por intermédio de seu Pregoeiro e equipe de apoio, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados a SUSPENSÃO do processo licitatório na modalidade Pregão nº 006/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual fornecimento de gêneros alimentícios de panificação. A presente suspensão se faz necessária em razão de instabilidade no sistema de compras, o que compromete a regular condução do certame, especialmente quanto à garantia da transparência, competitividade e segurança dos atos praticados. Diante do exposto, fica o referido processo suspenso temporariamente, sendo desde já redesignada a nova data de abertura para o dia 05 de maio de 2026, em horário a ser mantido conforme previsto no edital, salvo nova publicação. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações do Município. Embaúba, 22 de Abril de 2026. MARCOS ANTONIO DERMONDE Pregoeiro

---

HOSPITAL MUNICIPAL "DR. TABAJARA RAMOS"

AVISO DE RETOMADA DE SESSÃO PÚBLICA

O Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos", de Mogi Guaçu/SP, torna público que, em razão da procedência parcial do recurso administrativo interposto pela empresa Confiance Medical Produtos Médicos S/A, referente ao Lote 01 do Pregão Eletrônico nº 04/2026 – Processo Licitatório nº 250/2025 (objeto: locação de materiais para procedimentos laparoscópicos de urologia, pelo período de 12 meses), fica agendada a retomada da sessão pública para o dia 29/04/2026, às 09h00min (horário de Brasília/DF), com retorno à fase de julgamento. As empresas participantes deverão acompanhar os atos por meio da plataforma BNC – www.bnc.org.br. Mogi Guaçu, 22 de abril de 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

AVISO DE REABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90146/2026 PROCESSO Nº 01-P-31009/2025
Id contratação PNCP: 46068425000133-1-000625/2026

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 3 (três) Sistemas de Tratamento de Água por Osmose Reversa do Hospital de Clínicas da UNICAMP. A Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP torna público o Aviso de Reabertura referente ao edital do Pregão Eletrônico mencionado acima, para alteração nos subitens 4.1.1 e 4.4.1 do Termo de Referência - Anexo I do Edital. Em razão da suspensão para retificação do edital, em atendimento ao disposto no § 1o do artigo 55 da Lei Federal no 14.133/2021, a data para a realização da licitação passa a ser a seguinte: **Abertura da sessão pública em: 11/05/2026 às 09h30min. Coordenação da Divisão do Centro de Serviços de Compras - DGA**

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

CNPJ/MF nº 33.042.730/0001-04 - NIRE: 35.300.396.090

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 09/04/2026
Data, Hora e Local: 09/04/2026, às 18h, na sede da Companhia, em São Paulo/SP. **Convocação e Presenças:** Dispensadas as formalidades de convocação pela presença da totalidade dos conselheiros. **Mesa:** Secretária: Ana Paula Alves Carneiro Hajnal. **Ordem do Dia e Deliberações:** 1. Autorizada a celebração de operação de financiamento (Credit Facility Agreement) no valor de até USD 1,4 bilhão, envolvendo a CSN Inova Ventures como tomadora e a Companhia e CSN Cimentos Brasil S.A. como garantidoras. 2. Autorizada a constituição de garantias, incluindo alienação fiduciária de ações da CSN Cimentos, CSN Mineração S.A. e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A., para assegurar as obrigações da operação. 3. Autorizada a outorga de garantia fidejussória pela Companhia, de forma irrevogável e incondicional, para cumprimento das obrigações relacionadas à operação. 4. Autorizada a celebração de todos os documentos necessários, incluindo notas promissórias e eventuais aditamentos, bem como a contratação de prestadores de serviços. 5. Ratificados todos os atos já praticados pela Diretoria relacionados à operação. **Encerramento:** Ata aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 09/04/2026. **JUCESP** nº 152.252/26-5 em 14/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral, e sua versão na íntegra está disponível nos websites: https://ri.csn.com.br/ e https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JORGE APARECIDO LOPES, Secretário de Governo e Administração, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** as empresas **ARQUIOBRA REFORMAS E CONSTRUÇÃO LTDA, COMERCIAL VANGUARDEIRA LTDA, CREATIVE LICITAÇÕES LTDA, FOX INDUSTRIA METALURGICA LTDA**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 015/2026 – Processo Licitatório nº 023/2026 – Registro de Preços**, cujo objeto é a eventual aquisição de equipamentos e mobiliários para diversos setores. **Homologado em:** 22/04/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 015/2026 – Processo Licitatório nº 023/2026 – Registro de Preços **Contratante:** Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP. **Contratadas: ARQUIOBRA REFORMAS E CONSTRUÇÃO LTDA, COMERCIAL VANGUARDEIRA LTDA, CREATIVE LICITAÇÕES LTDA, FOX INDUSTRIA METALURGICA LTDA. Objeto:** Eventual aquisição de equipamentos e mobiliários para diversos setores. **Data de Assinatura das Atas de Registro de Preços:** 22/04/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA

Extrato de Contrato nº 017/2026 - Contratante: Prefeitura Municipal de Uchoa – Contratada: NOROMIX CONCRETO S/A, inscrita no CNPJ n°. 10.558.895/0001-38. Objeto: Execução de obras de infraestrutura - Recapeamento Asfáltico, de acordo com o Contrato de Repasse nº 980584/2025– MCIDADES/CAIXA - Operação 1101583-30, firmado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Uchoa, nos moldes da planilha orçamentária e do cronograma físico financeiro em anexo. Valor Total do Contrato: R$ 1.005.628,61 (um milhão, cinco mil, seiscentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos). Condições de Pagamento: mediante a medição mensal das etapas concluídas, atestadas pela fiscalização de obras do Município, mediante emissão de nota fiscal, respeitado o prazo de até 30 (trinta) dias para fins de liquidação observando-se os repasses de recursos provenientes do Contrato de Repasse nº 980584/2025– MCIDADES/CAIXA. Vigência: 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Contrato. Data da Assinatura: 22/04/2026 - Modalidade: ADESÃO (como participante) da ARP/ CINDESP nº. 006/2024 do Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado de São Paulo – CINDESP - CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº. 003/2024 - CINDESP, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 010/2024 – CINDESP. Suporte Legal: Lei Federal n.º 14.133/21.
Uchoa (SP), 23 de abril de 2026.
JOSE CLAUDIO MARTINS- Prefeito Municipal

---

win leilões

LEILÃO DE LEVES E MOTOS
23/04/2026 - 11h00 (11) 97864-3470

CHEVROLET-ONIX-2024-2025; CHEVROLET-ONIX-2023-2024; CHEVROLET-TRACKER-2021-2022; CHEVROLET-ONIX-2020-2020; FIAT-STRADA-2007-2007; FIAT-FIORINO-2017-2018; HYUNDAI-HB20X-2015-2015; RENAULT-SANDERO-2013-2014; FIAT-SIENA-2008-2009; FIAT-UNO-2009-2010; VOLKSWAGEN-GOL-2011-2011; FORD-FUSION-2009-2010; LIFAN-X60-2017-2018; RENAULT-LOGAN-2020-2021; FIAT-UNO-2011-2012; PEUGEOT-307-2007-2008; CITROEN-C4-2009-2010; YAMAHA-NMAX-2019-2019; YAMAHA-YBR 150 FACTOR ED/FLEX-2025-2025; SHINERAY-SHI 175-2024-2024; SHINERAY-SHI 175-2025-2025; AVELLOZ-AZ-2024-2024; HONDA-CG 160 FAN-2019-2020; ROYAL ENFIELD—2025-2025; SHINERAY-XY 150 GY-2024-2024; YAMAHA-XTZ 150 CROSSER S-2024-2024; SHINERAY-SHI 175-2024-2024; YAMAHA-XTZ 150 CROSSER E-2023-2024; HONDA-NXR 160 BROS ESDD-2021-2022; HONDA-CG 160 START-2024-2024; HONDA-CG 160 TITAN-2023-2024; HONDA-CG 160 FAN-2021-2022; SHINERAY-JET 125-2024-2025; SHINERAY-PHOENIX 50-2024-2025; SHINERAY-XY125-6A CBS-2023-2024; JTZ-DK 150-2024-2025; HONDA-POP 110I-2023-2024; HONDA-POP 110I-2023-2024; HONDA-POP 110I-2024-2025; JINCHENG-AVELLOZ-2024-2025; HONDA-POP 110I-2024-2025; JTZ-DK 150-2022-2023; HONDA-CG 160 FAN-2023-2024; YAMAHA-YS 150 FAZER SED-2024-2025; YAMAHA-NEO 125-2023-2024; SHINERAY-XY150-8-2024-2025; YAMAHA-XTZ 150 CROSSER S-2021-2022; HONDA-CG 160 TITAN-2024-2024; YAMAHA-NMAX-2018-2019; YAMAHA-YBR 150 FACTOR ED/FLEX-2023-2024; YAMAHA-MT-03 ABS-2023-2024; YAMAHA-YBR 150 FACTOR ED/FLEX-2022-2023; YAMAHA-NEO 125-2023-2024; YAMAHA-XTZ 150 CROSSER E-2018-2018; YAMAHA-YBR 150 FACTOR ED/FLEX-2023-2023; YAMAHA-FZ15 FAZER-2022-2023; YAMAHA-XTZ 150 CROSSER S-2023-2023; YAMAHA-YBR 150 FACTOR ED/FLEX-2023-2023; YAMAHA-YBR 125 FACTOR ED-2022-2023; YAMAHA-XTZ 150 CROSSER S-2021-2022; YAMAHA-XTZ 150 CROSSER S-2021-2022; HONDA-CG 160 TITAN-2019-2020; YAMAHA-FLUO-2022-2023; HONDA-CG 160 START-2023-2024; HONDA-CG 160 FAN-2024-2024; YAMAHA-NEO 125-2022-2023; YAMAHA-YBR 150 FACTOR ED/FLEX-2020-2020; HONDA-CG 160 TITAN-2021-2022; SHINERAY-JET 125-2023-2024; JTZ-NK150-2024-2025; SHINERAY-XY150-8-2024-2024; SHINERAY-XY125-6A CBS-2024-2025; SHINERAY-JEF-2025-2025; HONDA-CG 150 TITAN ESD-2013-2014; HONDA-CG 160 FAN-2025-2025; YAMAHA-XTZ 150 CROSSER S-2021-2022; CHEVROLET-PRISMA-2017-2018; RENAULT-DUSTER-2019-2020; VOLKSWAGEN-AMAROK-2017-2018; CHEVROLET-AGILE-2010-2011; CAOA CHERY-CELER-2014-2015; CITROEN-C4-2010-2011; LAND ROVER-DISCOVERY 4-2011-2012; KIA-CERATO-2010-2011; CITROEN-C3-2012-2012; VOLKSWAGEN-PASSAT-2010-2011; RENAULT-KWID-2018-2018; NISSAN-VERSA-2021-2021; RENAULT-LOGAN-2017-2018; CITROEN-C4 PICASSO-2009-2009; CITROEN-C3-2014-2015; CITROEN-C4-2009-2010; PEUGEOT-207-2010-2010; LIFAN - 2018-2019; MERCEDES-BENZ-GLA 200-2017-2017; FIAT-PALIO-2013-2013; FORD-FIESTA-2013-2014; VOLKSWAGEN-AMAROK-2010-2011; FIAT-UNO-2011-2012; VOLKSWAGEN-GOL-2012-2013; RENAULT-SANDERO-2021-2022; FIAT-CRONOS-2021-2022; CHEVROLET-PRISMA-2018-2018; FORD-FIESTA-2014-2014; RENAULT-LOGAN-2016-2016; FIAT-TORO-2021-2022; CHEVROLET-CELTA-2011-2012; RENAULT-SANDERO-2013-2014; FIAT-ARGO-2018-2018; CITROEN-C4-2009-2010; CHEVROLET-S10-2014-2014; RENAULT-SANDERO-2018-2019; VOLKSWAGEN-GOL-2021-2022; RENAULT-LOGAN-2014-2014.

Valparaíso - GO
Av. Marginal QD 31 lote 06
Bairro Esplanada III, Valparaíso - GO
CEP: 72876-319 - Ao lado do Shopping Sul

Venda somente no estado em que se encontram. Consulte a relação completa de lotes e o edital no site para obter detalhes. Cadastre-se antecipadamente na win para poder participar do leilão.

Veículos recuperados de financiamento - www.winleiloes.com.br - Email: atendimento@winleiloes.com.br

JORGE VINICIUS DE MOURA CORRÊA - LEILOEIRO OFICIAL - JUCEG nº 178/2025

Mitsui & CO. (Brasil) S.A.

MITSUI&CO

CNPJ nº 61.139.697/0001-70

Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Relatório da Administração

Senhores acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento. São Paulo, 22 de abril de 2026. A Administração.

Aviso: as demonstrações financeiras apresentadas são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. As demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação aplicável, incluindo o respectivo parecer do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/. O referido parecer do auditor independente foi emitido em 15 de abril de 2026, sem modificações.

Balanço Patrimonial

Ativo	**Controladora**		**Consolidado**	
Circulante	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Caixa e equivalentes de caixa	122.618	139.967	131.975	149.418
Contas a receber - terceiros	1.096	440	1.096	440
Créditos com partes relacionadas	24.532	29.091	28.835	34.716
Estoques	7	-	7	-
Impostos a recuperar	3.453	2.068	3.453	2.068
Outros créditos	2.994	2.025	3.024	2.580
Total do ativo circulante	154.700	173.591	168.390	189.222
Não Circulante				
Realizável a longo prazo:				
Aplicações financeiras	-	-	37.041	34.383
Créditos com partes relacionadas	18.862	29.396	18.862	29.396
Impostos a recuperar	-	-	3.933	3.401
IR e CS diferidos	1.238	2.745	1.238	2.745
Depósitos judiciais	873	873	13.845	12.573
	20.973	33.014	74.919	82.498
Investimentos em controladas e coligadas	81.275	77.023	55.117	48.902
Outros investimentos	137	137	137	137
Imobilizado	11.664	12.883	11.664	12.883
Ativos de direito de uso	3.562	3.571	3.562	3.571
Intangível	1	2	420	421
Total do ativo não circulante	117.612	126.630	145.819	148.412
Total do Ativo	**272.312**	**300.221**	**314.209**	**337.634**

Passivo e Patrimônio Líquido	**Controladora**		**Consolidado**	
Circulante	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Contas a pagar	1.110	3.288	1.144	3.330
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	6.523	6.542	7.381	7.345
Obrigações tributárias, incluindo IR e CS	1.996	3.782	2.644	4.167
Obrigações com partes relacionadas	2.347	6.434	2.347	6.434
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	-	7.107	2.758	8.528
Arrendamentos a pagar	1.109	873	1.109	873
Outras obrigações	-	-	9	9
Total do passivo circulante	13.085	28.026	17.392	30.686
Não Circulante				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	36	-	36
Arrendamentos a pagar	2.742	2.786	2.742	2.786
IR e CS diferidos	-	-	1.432	1.000
Total do passivo não circulante	2.742	2.822	4.174	3.822
Patrimônio Líquido				
Capital social	238.569	238.569	238.569	238.569
Reserva legal	7.180	6.154	7.180	6.154
Reserva de capital	1.766	1.766	1.766	1.766
Ajustes de avaliação patrimonial	1.195	1.244	1.195	1.244
Reserva de lucros	7.775	21.640	7.775	21.640
Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora	256.485	269.373	256.485	269.373
Participação de não controladores	-	-	36.158	33.753
Total do patrimônio líquido	256.485	269.373	292.643	303.126
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**272.312**	**300.221**	**314.209**	**337.634**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora		**Consolidado**	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro Líquido do Exercício	**20.518**	**29.925**	**27.499**	**36.593**
Outros resultados abrangentes	48	48	48	48
Resultado Abrangente Total do Exercício	**20.566**	**29.973**	**27.547**	**36.641**
Resultado Abrangente Atribuível a				
Participação de controladores			20.566	29.973
Participação de não controladores	-	-	6.981	6.668

Demonstrações do Resultado

	Controladora		**Consolidado**	
Operações Continuadas	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Receita Operacional Líquida	**82.259**	**80.900**	**81.779**	**80.420**
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	**(42.645)**	**(40.498)**	**(42.645)**	**(40.498)**
Lucro Bruto	**39.614**	**40.402**	**39.134**	**39.922**
Despesas Operacionais e Equivalência Patrimonial				
Vendas	(61)	(27)	(61)	(27)
Gerais e administrativas	(37.184)	(23.537)	(37.516)	(23.871)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(3.183)	(2.527)	(3.183)	(2.506)
Resultado de equivalência patrimonial	5.742	5.472	12.430	12.027
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**4.928**	**19.783**	**10.804**	**25.545**
Resultado Financeiro, Líquido	**18.685**	**20.277**	**19.850**	**21.210**
Lucro Operacional antes do IR e da CS	**23.613**	**40.060**	**30.654**	**46.755**
IR e CS				
Correntes	(4.598)	(11.397)	(4.658)	(11.424)
Diferidos	(1.507)	(353)	(1.507)	(353)
Lucro Líquido do Exercício das Operações Continuadas	**17.508**	**28.310**	**24.489**	**34.978**
Operações Descontinuadas				
Lucro Líquido do Exercício das Operações Descontinuadas de Controlada	**3.010**	**1.615**	**3.010**	**1.615**
Lucro Líquido do Exercício	**20.518**	**29.925**	**27.499**	**36.593**
Atribuível a:				
Participação de controladores			20.518	29.925
Participação de não controladores			6.981	6.668
			27.499	36.593
Lucro Líquido por Ação (Básico e Diluído) - R$				
Proveniente das operações continuadas e descontinuadas	0,002	0,003		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	238.569	4.658	1.766	1.291	16.724	263.008	30.394	293.402
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	29.925	29.925	6.668	36.593
Constituição de reserva legal	-	1.496	-	-	(1.496)	-	-	-
Dividendos propostos do exercício	-	-	-	-	(7.107)	(7.107)	(1.421)	(8.528)
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	-	-	-	-	(16.453)	(16.453)	(1.888)	(18.341)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(48)	48	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	238.569	6.154	1.766	1.243	21.641	269.373	33.753	303.126
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.518	20.518	6.981	27.499
Constituição de reserva legal	-	1.026	-	-	(1.026)	-	-	-
Dividendos propostos do exercício	-	-	-	-	(12.084)	(12.084)	(2.758)	(14.842)
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	-	-	-	-	(21.322)	(21.322)	(1.818)	(23.140)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(48)	48	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	238.569	7.180	1.766	1.195	7.775	256.485	36.158	292.643

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora		**Consolidado**	
Operações Continuadas				
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	23.613	40.060	30.654	46.755
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	2.578	2.076	2.578	2.076
Equivalência patrimonial	(5.742)	(5.472)	(12.430)	(12.027)
Variação cambial não realizada sobre contas a receber e contas a pagar	2.198	3.040	2.198	3.040
Reversão para realização de ativos	(6)	-	(6)	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(36)	(4.806)	(36)	(4.806)
Baixa de imobilizado	9	16	9	16
Baixa de ativos de direito de uso	28	79	28	79
Despesa de juros - arrendamento (direito de uso)	516	193	516	193
Receita de juros sobre empréstimo para partes relacionadas	(3.257)	(2.988)	(3.257)	(2.988)
Provisão ganho de atualização monetária de depósito judicial	-	(213)	-	(213)
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber - terceiros	(650)	316	(650)	316
Estoques	(7)	-	(7)	-
Impostos a recuperar	(3.421)	(4.289)	(3.611)	(4.559)
Créditos com partes relacionadas	4.162	(11.114)	4.165	(11.114)
Outros ativos	(969)	1.596	(969)	1.596
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(19)	373	(19)	373
Obrigações tributárias	(1.786)	2.043	(1.786)	2.044
Contas a pagar	(2.178)	1.880	(2.188)	1.829
Obrigações com partes relacionadas	(4.087)	2.481	(4.087)	2.481
Caixa gerado pelas operações, antes de impostos pagos	10.946	25.271	11.102	25.091
Dividendos recebidos	2.700	2.700	5.737	5.860
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.561)	(6.461)	(2.622)	(6.487)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	11.085	21.510	14.217	24.464
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de imobilizado	(266)	(1.941)	(266)	(1.941)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(45.000)	-	(45.000)	-
Recebimento do principal de empréstimos concedidos a partes relacionadas	55.000	-	55.000	-
Adição a outros investimentos	-	(30)	-	(30)
Recebimento de juros de empréstimos concedidos a partes relacionadas	3.790	3.131	3.790	3.131
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	13.524	1.160	13.524	1.160
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Dividendos pagos	(40.513)	(21.937)	(43.753)	(25.224)
Amortização de arrendamento mercantil - principal	(1.445)	(1.143)	(1.445)	(1.143)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(41.958)	(23.080)	(45.198)	(26.367)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações descontinuadas	-	-	14	(21)
Redução Líquida do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(17.349)**	**(410)**	**(17.443)**	**(764)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	139.967	140.377	149.418	150.182
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	122.618	139.967	131.975	149.418
Redução Líquida do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(17.349)**	**(410)**	**(17.443)**	**(764)**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional: A Mitsui & Co. (Brasil) S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.842 - 23º andar. A Companhia tem como objetivos principais: (a) a intermediação de negócios para terceiros e partes relacionadas; (b) a participação societária em outras companhias, principalmente do Grupo Mitsui, do qual a Companhia faz parte e, adicionalmente, (c) a comercialização, nos mercados interno e externo, de produtos primários, manufaturados e semimanufaturados, mediante compra e venda, exportação e importação. A estrutura societária da Companhia tem a Mitsui & Co. Ltd. (Japão) como controladora final, com participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia possuía investimentos diretos ou indiretos nas seguintes sociedades: Fertilizantes Mitsui Indústria e Comércio Ltda. ("FM") - controlada: A FM tinha como objetivo a industrialização e a comercialização de fertilizantes e adubos, sendo seus principais produtos o Yoorin, o Yogen, a linha de adubos foliares líquidos e o NPK. O mercado consumidor desses produtos era local, concentrado basicamente nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Sua principal base produtiva ficava sediada na cidade de Poços de Caldas - MG. Em 2010, a Companhia decidiu pela interrupção das atividades operacionais da FM. Tri-Net Logística do Brasil Ltda. ("Tri-Net") - controlada: A Tri-Net tem como principal objetivo a participação em outras companhias, civis ou comerciais, como sócia, acionista ou cotista. A Tri-Net atualmente possui 75% de participação societária no Japão Logística S.A., que, por sua vez, possui 40% de participação societária na Libraport Campinas S.A. ("Libraport"), cujas atividades estão concentradas na operação, movimentação e armazenagem de cargas e contêineres em estação aduaneira de interior no município de Campinas - SP, sob a permissão da Superintendência da Receita Federal. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras, controladora e consolidado, são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme orientação técnica OCPC 07 (R1). **Base de consolidação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações das controladas diretas FM e Tri-Net e da controlada indireta Japão Logística. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem os seguintes procedimentos: • Eliminação dos direitos e das obrigações, das receitas, dos custos e das despesas decorrentes de negócios realizados entre as companhias incluídas na consolidação. • Eliminação do investimento na controladora contra o patrimônio líquido das controladas. • Identificação da participação dos não controladores no resultado das controladas consolidadas e no balanço patrimonial consolidado no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora. Conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 18 (R3) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, no item 34, e pelo artigo 248 da Lei nº 6.404/76, os balancetes de verificação para cálculo da equivalência patrimonial podem ser de até 60 dias anteriores à data do balanço patrimonial da Companhia. Pela impossibilidade de uniformidade entre as datas de fechamento anuais da Companhia e da coligada Libraport, sobre a qual a Companhia detém apenas 18% de participação indireta e sem controle, a Companhia toma equivalência da controlada Tri-Net e Japão Logística com base em balancetes de novembro todo ano. No ano de 2025, a diferença de resultado de equivalência patrimonial é imaterial. **3. Políticas Contábeis Materiais:** As políticas contábeis materiais, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.1. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas e serviços e os respectivos custos são registrados quando as seguintes condições são satisfeitas: A Companhia transferiu ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos. A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade, tampouco controle efetivo sobre tais bens. O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. O estágio de execução da transação ao término do período de reporte dos serviços pode ser mensurado com confiabilidade. As despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, podem ser mensuradas com confiabilidade. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos pela Companhia. **3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"), nesse caso, o Real (R$). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.3. Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas do balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. **3.4. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar a fornecedores, sendo reconhecidos pelo custo amortizado. **3.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. **3.6. Aplicações financeiras:** Representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o valor de mercado ou de realização. **3.7. Contas a receber e provisão para perda de crédito esperada:** As contas a receber são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para perdas esperadas em contas a receber de clientes é estimada a partir da ponderação dos riscos de perda de cada grupo do "aging list". A Companhia adota a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo **3.8. Imobilizado:** Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **3.9. Intangível:** Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados nas datas de encerramento dos exercícios, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **3.10. Arrendamentos:** A Companhia registra o direito de uso dos ativos arrendados no início do contrato pelo seu custo, que inclui a soma do saldo do passivo de arrendamento, custos diretos iniciais, pagamentos adiantados e custos estimados de desmontar, remover ou reformar menos incentivos recebidos. Após o reconhecimento inicial o passivo de arrendamento é atualizado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os valores registrados são mensalmente atualizados por meio da dedução de sua depreciação e dos juros incorridos. O passivo de arrendamento é remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário - a Companhia considerou, para todos os contratos, taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares aos ativos arrendados na data de assinatura do contrato. As taxas adotadas pela Companhia consideram o custo de captação baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário), somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Depreciação do ativo de direito de uso - a vida útil desses ativos é o prazo contratual deduzidas de quaisquer perdas por valor recuperável. A Companhia adota a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento - O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil. Valor recuperável do ativo de direito de uso - A Companhia continuará aplicando o pronunciamento técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade das unidades. **3.11. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** O valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis é avaliado anualmente para identificar indicadores e evidências de perdas não recuperáveis, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda, a ser registrada no resultado, quando identificada, corresponde ao maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda do ativo. **3.12. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas de encerramento dos exercícios, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. A provisão para riscos está atualizada até o fim de cada exercício pelo montante provável de perda, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Para fins das demonstrações financeiras, os fundamentos e a natureza para constituição da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 16. **3.13. Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes:** Registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. **3.14. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada na data do balanço e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera seja recuperado. **3.15. Investimentos:** Os investimentos em empresas coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Os demais investimentos são mantidos ao valor de custo ajustado ao valor justo, quando esse for menor. Quando as demonstrações contábeis da investida utilizadas para aplicação do método da equivalência patrimonial forem de data diferente da data usada pela Companhia, a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da investida e do investidor não é superior a dois meses. A controlada descontinuada em 2010 foi apresentada como operação descontinuada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme o pronunciamento técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, que sumariamente requer que tais operações descontinuadas sejam segregadas e apresentadas em separado das operações continuadas nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa. **3.16. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos de longo prazo, quando relevantes, são ajustados a valor presente. **3.17. Receita operacional:** A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de performance e/ou os serviços são concluídos. A Companhia reconhece provisão para linearização da receita de serviço de assessoramento com base nas modificações de contratos, quando há revisão dos preços estabelecidos em seus contratos com clientes, uma vez que os serviços restantes formam parte da única obrigação de performance que é parcialmente satisfeita na data da modificação do contrato, conforme pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. **3.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas revisadas vigentes e ainda não vigentes: (a) Alterações às normas brasileiras e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** As normas brasileiras (CPC) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas normas novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o exercício corrente.

Pronunciamento	**Descrição**
Alterações ao pronunciamento técnico CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis	Alteram os critérios de classificação de passivos em circulante ou não circulante, considerando apenas covenants a serem cumpridos até ou na data do relatório para avaliar o direito de postergar a liquidação por pelo menos 12 meses. Não afetam mensuração e nem reconhecimento.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeito nas mudanças nas taxas de câmbio	Especificam quando uma moeda é considerada conversível ou não, como determinar a taxa de câmbio quando não há conversibilidade observável e novas exigências de divulgação sobre os efeitos da falta de conversibilidade.
OCPC 10 – Créditos de carbono, permissões de emissão e crédito de descarbonização (CBIO)	Estabelece orientação técnica para reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono e instrumentos similares, alinhada à regulamentação da CVM para companhias abertas.

(b) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

Pronunciamento	**Descrição**
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	Substitui a IAS 1 (CPC 26 (R1)) – Apresentação das Demonstrações Financeiras e introduz novas exigências para apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; apresentar divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração; e melhoria em requisitos de agregação e desagregação de informações. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.
IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40(R1)) – contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza	Adicionar orientações de aplicação à IFRS 9 (CPC 48) para tratar se um contrato de compra de eletricidade, gerada a partir de uma fonte dependente de condições naturais, é mantido para uso próprio da entidade (own--use). Permitir que uma entidade designe uma quantidade nominal variável de eletricidade como item objeto de hedge quando aplicar os requisitos de contabilidade de hedge da IFRS 9 (CPC 48) e designar um contrato com quantidade nominal variável como instrumento de hedge. Adicionar requisitos de divulgação relacionados à IFRS 7 (CPC 40 (R1) que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender os efeitos desses contratos em termos de valores, prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.
IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40(R1)) – alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros que alteram a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e que abordam os seguintes tópicos: Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica; Classificação de ativos financeiros – termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo; ativos financeiros com características sem recurso; instrumentos contratualmente vinculados; Divulgações – investimentos em instrumentos patrimoniais designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; termos contratuais que podem alterar a época ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração da Companhia, preliminarmente, não identificou efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras decorrentes da aplicação desses pronunciamentos. Contudo, ao longo de 2026, efetuará análise mais aprofundada para avaliar a existência de eventuais impactos, se algum. **4. Principais Fontes de Julgamento e Estimativas:** Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revisados, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. **a) Redução dos valores de recuperação dos ativos:** Nas datas de encerramento dos exercícios, a Companhia e suas controladas revisam os saldos dos ativos imobilizados e ativos de direito de uso, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). **b) Provisão para perdas esperadas em contas a receber de clientes:** A provisão para perdas esperadas em contas a receber de clientes é estimada a partir da ponderação dos riscos de perda de cada grupo do "aging list". As características do contas a receber da Companhia são: • Componente financeiro insignificante. • Carteira de recebíveis sem complexidade. • Baixo risco de crédito. A Companhia adota a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo. **c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** As provisões constituídas para processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. **d) Demonstrações financeiras elaboradas pelos valores de liquidação - operações descontinuadas:** As demonstrações financeiras da controlada FM foram elaboradas pelos valores estimados de liquidação devido à descontinuidade de suas operações sem previsão de retomada.

Hayato Yanagisawa – Diretor Presidente
Tomonori Katsuki – Diretor Financeiro
Kenji Chikaraishi – Contador – CRC 1 SP 207408/O-1

Deutsche Telekom negocia fusão com T-Mobile, diz agência

BERLIM, ESTOCOLMO E MILÃO (ITÁLIA) | REUTERS A Deutsche Telekom está em negociações para fundir sua unidade nos EUA com a T-Mobile US, criando uma gigante das telecomunicações avaliada em US$ 400 bilhões (R$ 1,99 trilhão) —no que seria a maior fusão pública da história, segundo duas pessoas familiarizadas com o assunto informaram à agência de notícias Reuters.

As ações do grupo alemão caíram 3% na manhã desta quarta-feira (22) após a notícia ser divulgada pela agência de notícias Bloomberg. A Telekom já detém participação de 53% na T-Mobile.

O complexo acordo tem como objetivo reacender o crescimento em um setor de telecomunicações estagnado, mas que pode enfrentar grandes obstáculos regulatórios e geopolíticos.

A movimentação ocorre em meio a tensões nas relações diplomáticas e econômicas entre a Alemanha e os EUA, marcadas por tarifas de importações e discussões relacionadas à guerra no Irã.

Qualquer acordo exigiria apoio do governo alemão, o maior acionista individual da Deutsche Telekom, com participação de 28% dividida aproximadamente de forma igual entre o governo e o banco estatal KfW—cuja presença poderia ser diluída em um grupo resultado de uma fusão.

A Deutsche Telekom não quis comentar. A T-Mobile e o governo alemão não responderam imediatamente aos pedidos de comentário.

Sobrecarregadas por bilhões de euros em dívidas, as empresas europeias de telecomunicações operam em mercados fragmentados e altamente competitivos e têm buscado novos caminhos para o crescimento.

As negociações também ocorrem em um momento em que as fusões e aquisições começaram a se recuperar após o conflito no Irã.

A fusão criaria uma empresa avaliada em aproximadamente US$ 400 bilhões, o que aumentaria muito a liquidez e facilitaria futuras transações, disse uma das pessoas ouvidas.

Analistas do Deutsche Bank afirmaram que um grupo transatlântico poderia ter mais facilidade para acessar os mercados de capitais e buscar acordos transfronteiriços na Europa e nos Estados Unidos.

Thomas Seythal, Hakan Ersen, Supantha Mukherjee e Elvira Pollina

economia

Câmara aprova obrigação de comprovação da origem do ouro

ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Laura Scofield

BRASÍLIA A Câmara aprovou nesta quarta (22) projeto que obriga a comprovação da origem do ouro, cria um sistema de rastreabilidade e abre espaço para responsabilizar toda a cadeia de compra e venda do metal.

As medidas visam a dificultar a comercialização do metal extraído de áreas ilegais, como terras indígenas e reservas ambientais. O texto segue para o Senado.

O projeto define que o sistema de rastreabilidade deverá incluir o registro obrigatório de todas as transações e dos envolvidos na cadeia produtiva, com marcação física e digital para identificar a origem legítima e combater a comercialização ilegal em todo território nacional. O sistema servirá para registro, controle e gestão das informações.

A marcação será confeccionada, aplicada e gerida pela CMB (Casa da Moeda do Brasil) e conterá dispositivos de segurança aprovados pela ANM (Agência Nacional de Mineração), possibilitando a verificação de sua autenticidade por meio de equipamentos de inspeção.

As pessoas e as empresas que exerçam atividades autorizadas de extração, tratamento, refino, beneficiamento, depósito, custódia, transporte, primeira aquisição, compra e venda de ouro, inclusive para exportação, serão obrigadas a utilizar o sistema.

O texto que reformula as regras de comércio e transporte de ouro no Brasil foi enviado ao Congresso pelo governo em 2023. O projeto foi criado após o Supremo decidir pela suspensão da presunção de boa-fé e da legalidade do ouro.

A lei de 2013 dizia que as distribuidoras de ouro poderiam aceitar a palavra do garimpeiro como garantia de que o metal vinha de uma área legal, ou seja, as empresas compradoras não eram obrigadas a checar a real origem do ouro, o que facilitava a entrada ilegal no mercado.

A proposta também exige que o transporte e a custódia de ouro ocorram acompanhados de Guia de Transporte e Custódia de Ouro, a ser gerida pela ANM. O ouro que circular fora dessas condições poderá ser apreendido e repassado à União.

A FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE faz saber que se encontra em aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO SEADE Nº 90008/2026, autos do Processo SEI 270.00000006/2026-81** referente à **contratação da prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e com disponibilização de saneantes domissanitários, materiais e equipamentos.** O critério de julgamento é de Menor Preço. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico ocorrerá às **10:00 horas do dia 11/05/2026**, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br. As informações poderão ser obtidas pelos telefones: 3324-7221 e 3324-7474. O edital completo estará disponível nos seguintes endereços: www.seade.gov.br e também no sítio do Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP), no endereço eletrônico: www.gov.br/pncp, por correio eletrônico: licitacoes@seade.gov.br.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO / SUPRIMENTOS
SUPRI.MATERIAIS@DGA.UNICAMP.BR | DGA.UNICAMP.BR / AQUISIÇÃO DE MATERIAIS
AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, o Pregão Eletrônico PE DGA 90192/2026, UASG 450161, Processo nº. 01-P-17874/2025, do tipo menor preço unitário por item, destinado ao Registro de Preços de Endopróteses de Quadril e Joelho, com instrumentos cirúrgicos específicos para implantação dos produtos. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia 08/05/2026 às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**).
O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**).
Campinas, 22 de abril de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JULIO MESQUITA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 023/2026 – Pregão Presencial Nº 004/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisições de pneus automotivos novos, serviços de troca de pneus, alinhamento e balanceamento, destinados à frota de veículos da Prefeitura Municipal de Julio Mesquita.
A Prefeitura Municipal de Julio Mesquita, torna público aos interessados que o Pregão Presencial nº 004/2026, com abertura marcada para o dia 23/04/2026 às 09:30h, foi prorrogado para o dia 28/04/2026 às 09:30h. ELTON FRANCISCO DE BRITO – PREFEITO MUNICIPAL.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITÁPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP - O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itápolis-SP informa aos interessados a abertura da licitação em epígrafe, que tem como objeto a aquisição de transformador de energia elétrica, do tipo selado, potência nominal 150 kVA, frequência 60 Hz, isolação em óleo mineral, tensão 380/220 V, destinado ao Complexo do Recalque do sistema público de abastecimento de água do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital. Abertura de Propostas Iniciais e Início da Sessão de Disputa de Preços: às **09h00min do dia 05/05/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).** Plataforma de realização: https://bll.org.br. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente através do site www.saaeitapolis.sp.gov.br (aba "Downloads") ou no site https://bll.org.br. Maiores informações através do telefone (16) 3263-9494 e pelo e-mail licitacao.itapolis@gmail.com. Itápolis/SP, 22 de abril de 2026. **ANDRÉ RICARDO BAZONI - Superintendente do SAAEI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DEL-REI/MG:
AVISO DE LICITAÇÃO:

PL 077/26 PE 018/26 Futura e Eventual aquisição de Kits de uso individual para Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias, em 08/05/2026 às 09h02min. Edital disponível no site **www.saojoaodelrei.mg.gov.br,** acesso rápido - licitação em saúde. Disputa: **https://fmssaojoaodelrei.licitapp.com.br/** Informações: e-mail: **licitacao.saude@saojoaodelrei.mg.gov.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Edital n.º 464/2025 - Processo nº 168.260/2024 – **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 90.218/2025 – **Tipo:** Menor Preço por Lote – Ampla Disputa – pelo Sistema de Registro de Preços. **Modo de Disputa:** Aberto e Fechado – **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TOLDOS, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL – Interessada:** Secretaria Municipal da Educação. **RECEBIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: Até às 9h do dia 11 de maio de 2.026. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 11 de maio de 2.026, às 09h**. Informações na Gerência de Compras e Licitações, Alameda Dama da Noite nº 3-14 – Pq. Vista Alegre, Cep 17.020-050, Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3235-1310/1311. O Edital está disponível através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, e poderá ser acessado também através do site www.comprasnet.gov.br, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico.

Bauru, 22/04/2026 – Cassia C. Nunes Pereira – Gerente de Compras e Licitações–SME.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6312/2025
REPUBLICAÇÃO

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de empresa especializada para a cessão de licença de uso de plataforma de gerenciamento de dados por prazo determinado, com locação de equipamentos e prestação de serviços, incluindo implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, em atendimento às necessidades do Departamento de Trânsito e Transporte e da Guarda Civil Municipal, de acordo com o Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Defesa Social. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da plataforma BLL Compras, **na data de 07 de maio de 2026. Início do Recebimento de Propostas: 24/04/2026 às 8hs. Fim do Recebimento de Propostas: 07/05/2026 às 08h30min. Início da Disputa: 07/05/2026 às 08h45min. Modo de Disputa: Aberto.** O Edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão no site da Prefeitura: www.salto.sp.gov.br. – Publicações Oficiais – Licitação, no Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias: www.bll.org.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Para retirada na Divisão de Licitação – Secretaria de Administração e Governo Digital, 4º andar, situada na Prefeitura Municipal de Salto, na Avenida Tranquilo Giannini, nº 861, Distrito Industrial Santos Dumont, nos dias úteis, das 08hs às 16h30min, devendo a interessada comparecer munida de CD regravável, pen-drive ou outra mídia para gravação do arquivo do Edital e anexos. Maiores informações, na Divisão de Licitação – Secretaria de Administração e Governo Digital, através dos telefones nºs (11)4602-8533, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br

Estância Turística de Salto, 22 de abril de 2026.
Nicolau Iusif Santarém
Secretário de Defesa Social

FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

E D I T A L

Encontra-se aberto, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS **Nº 226/2026**, do tipo menor preço, destinado à aquisição ALTEPLASE INJETAVEL... A realização da Sessão será no dia 06/05/2026, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90226/2026. Data de início do envio da proposta eletrônica: 23/04/2026. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS **Nº 227/2026**, do tipo menor preço, destinado à aquisição BECLOMETASONA, MANITOL, CLONIDINA, METOPROLOL, SACUBITRIL, SIROLIMO.... A realização da Sessão será no dia 06/05/2026, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90227/2026. Data de início do envio da proposta eletrônica: 23/04/2026. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS **Nº 228/2026**, do tipo menor preço, destinado à aquisição DEXRAZOXANO, CITARABINA, CARBOPLATINA... A realização da Sessão será no dia 06/05/2026, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90228/2026. Data de início do envio da proposta eletrônica: 23/04/2026. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS **Nº 229/2026**, do tipo menor preço, destinado à aquisição EQUIPO PARA IRRIGADOR, EQUIPO PARA INFUSÃO SOLUÇÃO PARENTERAL.... A realização da Sessão será no dia 06/05/2026, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90229/2026. Data de início do envio da proposta eletrônica: 23/04/2026. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS **Nº 230/2026**, do tipo menor preço, destinado à aquisição CICLOFOSFAMIDA, METOTREXATO, GABAPENTINA, HIDRALAZINA, DEXAMETASONA, CALCITRIOL, SAIS PARA HIDRATAÇÃO ORAL.... A realização da Sessão será no dia 06/05/2026, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90230/2026. Data de início do envio da proposta eletrônica: 23/04/2026. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS **Nº 231/2026**, do tipo menor preço, destinado à aquisição CAMPO ESTERIL IMPERMEAVEL.... A realização da Sessão será no dia 06/05/2026, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90231/2026. Data de início do envio da proposta eletrônica: 23/04/2026. O edital na íntegra está disponível no site: www.gov.br/pncp/pt-br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 215

Ribeirão Preto, 22 de abril de 2026
ANDREIA APARECIDA GAIOTTO DE CARVALHO
DIRETORA DO SERVIÇO DE COMPRAS
Matr.: 12083

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ/SP

EDITAL RETIFICADO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2026

A Prefeitura do Município de Apiaí/SP torna público aos interessados que encontra-se disponível a retificação do edital Concorrência Pública Eletrônica n° 11/2026, para Contratação de empresa especializada para a instalação de hidrantes na EMEIEF EMTI ALA e CEMAE, integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Apiaí/SP, especificações e condições descritas no edital e seus anexos, que estará disponível a partir desta data no https://licitacao.apiai.sp.gov.br/concorrencia-publica/2026-concorrencia-publica/, terá recebimento das propostas até dia 11/05/2026 às 8h30 na plataforma bll.org.br, sessão de disputa no mesmo dia as 9h.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026 - PROCESSO Nº 053/2026

OBJETO: Permissão de Uso a Título Oneroso pela utilização de bens públicos, relativos aos 08 (oito) quiosques localizados na praça de alimentação da Praça São Bento, no Município de Votuporanga/SP, durante o período de 60 (sessenta) meses. DATA DA SESSÃO: 11/05/2026. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelo endereço eletrônico: www.votuporanga.sp.gov.br.
LEANDRO VINÍCIUS DA CONCEIÇÃO – Secretário Municipal da Administração – 22/04/2026.

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 031/2026** PROC. ADM. n.º 0289/2026 Tipo da Licitação: Menor Valor Unitário Por Item. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, VISANDO EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO "EXPEDIENTE", DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM ENTREGA PARCELADA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL. A realização da sessão será no dia 12/MAIO/2026 – Às 09h00 no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/Home/Login. O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): WWW.pncp.gov.br/app/editais. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3728-2427. São Joaquim da Barra, 22 de abril de 2026. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI

Processo de Licitação nº 083/2026
Pregão Eletrônico nº 022/2026

Abertura do Processo Licitatório nº 083/2026, Pregão Eletrônico nº022/2026 cujo objeto é registro de preços para futuras e eventuais aquisições de barracas em atendimento das demandas das Secretarias Municipais. Abertura dia 11/05/2026 às 09 horas, na plataforma **https://saojoaodelrei.licitapp.com.br/**. Edital disponível no site: **www.saojoaodelrei.mg.gov.br** na aba de Licitação. Aurélio Suenes de Resende - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital 87/26, Pregão 23/26, Eventual e Futura contratação de Pessoa (s) Jurídica (s) para prestação de serviço de análise de exames especializados. 11/05/2026 às 9h02min. Edital disponível no site **www.saojoaodelrei.mg.gov.br,** acesso rápido: licitação em saúde. Disputa e informações : **https://fmssaojoaodelrei.licitapp.com.br/**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO Nº 039/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, FRALDAS DESCARTÁVEIS E MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDIMENTO A DEMANDA JUDICIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA QUE INTEGRA O EDITAL. Recebimento das Propostas: das 09h00min do dia 27/04/2026 às 08h30min do dia 11/05/2026. Abertura das Propostas: às 08h31min do dia 11/05/2026. Início da Sessão de Disputa: às 09h00min do dia 11/05/2026. Modo de Disputa: Aberto
OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.guararapes.sp.gov.br e www.bll.org.br. Maiores informações via e-mail: compras@guararapes.sp.gov.br

Guararapes, 22 de abril de 2026
Enevaldo Albano
Diretor do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

AVISO DE ALTERAÇÃO (DATA DA LICITAÇÃO)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026
Processo nº 0005646-13.2026.6.02.8000

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, através da Seção de Licitações e Contratos, torna pública a alteração da data de realização do procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, que passou para o dia **07 de maio de 2026, às 14:00h**. (horário de Brasília), no site www.comprasnet.gov.br, cujo objeto é o Registro de Preços de material permanente - geladeiras e ventiladores, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O edital poderá ser obtido nos sites: www.comprasnet.gov.br ou https://www.tre-al.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/contratacoes/licitacoes/pregoes/pregoes-2025 ou, ainda, na Seção de Licitações e Contratos, localizada na Avenida Aristeu de Andrade, nº 377 – Farol - Maceió/AL, 6º andar, mediante gravação em mídia eletrônica (pen drive) trazida pelo interessado. Esclarecimentos: Fone: (82) 2122-7764/7765.

Maceió, 20 de abril de 2026.
Ingrid Pereira de Lima Araújo
Chefe da Seção de Licitações e Contratos

PREFEITURA DA ESTANCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

RESUMO DE EDITAL – PE 024/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMPLETO DE MONITORAMENTO POR ALARME DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS. Encerramento às 08h45 horas do dia 13/05/2026. O edital estará à disposição a partir do dia 24/04/2026, no site **www.saoroque.sp.gov.br**
RESUMO DE EDITAL – PE 017/2026 - REGISTRO DE VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE OFICINAS CULTURAIS E WORKSHOPS, A SEREM PROMOVIDOS PELA DIVISÃO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE. Encerramento às 08h45 horas do dia 12/05/2026. O edital estará à disposição a partir do dia 24/04/2026, no site **www.saoroque.sp.gov.br**
- REVOGAÇÃO - PRÉ QUALIFICAÇÃO 001/2025 – PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE EMPRESAS QUE REÚNAM CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO TÉCNICA PARA PARTICIPAR DE FUTURA LICITAÇÃO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ASSESSORAR O MUNICÍPIO NA GESTÃO, ELABORAÇÃO DE AUDITORIAS E LAUDOS TÉCNICOS, MEDIANTE A CONFERÊNCIA DAS FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DE CÁLCULO DE CONSUMO E POTÊNCIA DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, A VERIFICAÇÃO DO MODELO TARIFÁRIO APLICADO EM CADA UNIDADE CONSUMIDORA, VISANDO A REPETIÇÃO DE INDÉBITOS DECORRENTES DE COBRANÇAS INDEVIDAS (A MAIOR) NAS CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA DE TITULARIDADE DO MUNICÍPIO" Em 22/04/2026, o Sr. Prefeito **REVOGOU** o presente processo pelos motivos expostos nos autos.
- REVOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PRESENCIAL 008/2026 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REQUALIFICAÇÃO E INOVAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM SÃO ROQUE/SP. Em 22/04/2026, o Sr. Prefeito **REVOGOU** o presente processo pelos motivos expostos nos autos.
- REVOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PRESENCIAL 009/2026 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM LÂMPADAS LED, EM SÃO ROQUE/SP. Em 22/04/2026, o Sr. Prefeito **REVOGOU** o presente processo pelos motivos expostos nos autos.
- REVOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PRESENCIAL 010/2026 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM LUMINÁRIAS EM LED EM VIAS DA VILA DARCY PENTEADO, EM SÃO ROQUE/SP. Em 22/04/2026, o Sr. Prefeito **REVOGOU** o presente processo pelos motivos expostos nos autos.
- REVOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2024 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. Em 22/04/2026, o Sr. Prefeito **REVOGOU** o presente processo pelos motivos expostos nos autos.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE BOM JESUS DOS PERDÕES

Pregão Eletrônico Nº 06/2026 – (MENOR PREÇO por ITEM)

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIETAS ENTERAIS, SUPLEMENTOS E FÓRMULAS INFANTIS; conforme especificações constantes do edital. A disputa de preços marcada para o dia 08 de maio de 2.026, às 09h00, ocorrerá na plataforma da BLL COMPRAS www.bll.org.br. O Edital encontra-se na íntegra no sítio www.bjperdoes.sp.gov.br.

Bom Jesus dos Perdões, 22 de abril de 2.026.

PAULO AFONSO FERREIRA BUENO – Prefeito.

---

megaleilões

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo BANCO BRADESCO S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Bairro Vila Buarque. Rua Santa Isabel, nº 272. Apto. 701 no 4º pavimento do Condomínio Edifício Helbor Trend Higienópolis, com direito à 01 vaga indeterminada na garagem coletiva. APARTAMENTO. Área privativa 40,500m². Matr. 103.053 do 5º RI local. Obs.: Ocupado (AF). **1º Leilão:** 06/05/2026, às 15:00 Lance mínimo: R$ 914.640,98. **2º Leilão:** 08/05/2026, às 15:00 Lance mínimo: R$ 367.151,17. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br.** Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844

---

megaleilões

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo BANCO BRADESCO S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** Mairiporã-SP. Bairro Roseira. Alameda Pau-Incenso, nº 18 - esquina com Alameda Ipê Amarelo - Chácaras 16, 17 e 18 da Qd. "J" do loteamento Parque Petrópolis Paulista. CASA. Áreas totais: terr. 4.096,90m² e constr. 411,00m² (estimada no local 702,00m²). Matr. 23.387 do RI local. Obs.: (i) Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da áreas de terreno e construída que vierem a ser apuradas no local, com as averbadas na citada matrícula e lançadas no Cadastro Municipal, correrão por conta do Comprador; (ii) Ocupada (AF). **1º Leilão:** 06/05/2026, às 15:00 Lance mínimo: R$ 2.845.210,93. **2º Leilão:** 08/05/2026, às 15:00 Lance mínimo: R$ 1.758.300,38. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br.** Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, COM ENTREGA PARCELADA, DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, POSTES METÁLICOS, CONES E FITA DE SINALIZAÇÃO. **Tipo:** Menor preço unitário. **Recebimento das propostas por meio eletrônico**: A partir das 12h00min do dia 22/04/2026. Fim do recebimento das propostas/Início da Disputa: Às 08h59min do dia 05/05/2026. **Abertura da Sessão de Disputa de Preços**: Às 09h00min do dia 05/05/2026. **Disputa de lances**: Às 09h30min do dia 05/05/2026. **Valor estimado da licitação:** R$ 2.074.705,50. **Fontes de recursos:** Própria. **Informações:** O Edital do Pregão Eletrônico nº 019/2026 estará disponível a partir das **12h00min do dia 22/04/2026** nos seguintes acessos: Portal eletrônico oficial do Município de Igarapava/SP, pelo link: https://igarapava.sislicita.com.br/licitacoes/pesquisa/; Portal Nacional de Contratações Públicas **(PNCP),** pelo link: https://www.gov.br/pncp/pt-br; Plataforma eletrônica de licitações **(BLL COMPRAS),** pelo link: https://bll.org.br; Demais informações podem ser obtidas pelo telefone/whatsapp: (16) 3520-0231 ou pelo e-mail: igarapava.lic3@gmail.com .Igarapava-SP, em 17 de abril de 2026. **JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - PREFEITO MUNICIPAL**

Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2026 – PROCESSO Nº 21/2026

OBJETO A contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza urbana e rural e manejo de resíduos sólidos no Município de Votuporanga e nos Distritos de Simonsen e Vila Carvalho, abrangendo a coleta e o transporte de resíduos domiciliares e comerciais – tanto da zona urbana quanto rural - até o aterro sanitário devidamente licenciado, com o fornecimento e a manutenção de contêineres móveis; a varrição manual de vias e logradouros públicos. **Data da realização/Inicio lances: 11/05/2026. Recebimento das propostas:** a partir do dia 23/04/2026 ao dia 11/05/2026 até as 08h00 (oito horas). **Informações, juntada de documentação, edital completo:** pelos endereços eletrônicos: www.saev.com.br e www.bll.org.br. Informações:(17) 3405-9195.

Votuporanga, 22 de abril de 2026.
Osvaldo Carvalho da Silva
Superintendente

---

unesp **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS – CÂMPUS DE RIO CLARO

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto no Instituto de Biociências de Rio Claro – UASG 102322, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90008/2026 – IB/CRC, objetivando o Registro de preços para futuras aquisições de hipoclorito de sódio, cujo critério de julgamento é o de menor preço por item e modo de disputa aberto. A abertura da sessão pública "on line" será no dia 08 de maio de 2026 às 09:00 horas, junto ao endereço eletrônico www.compras.gov.br. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para o endereço eletrônico citado, durante o período de 23 de abril de 2026 até o dia e horário previstos para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais, situado à Avenida 24-A nº 1515 – Bairro Bela Vista – Rio Claro, Estado de São Paulo. O Edital na íntegra consta dos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://ape.unesp.br/licitacao/ - Processo nº 287/2026 - IB/CRC.

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 60.770.336/0001-65 e NIRE 35 3 0005322 2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

I. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem nas **ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**, a serem realizadas presencialmente no dia 30 de abril 2026, às 10h30, na Avenida Paulista, n° 2.150, Bela Vista, São Paulo - SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **A. EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2025; **2.** Destinar o lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2025; e **3.** Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Sociedade para o ano de 2026. **B. EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1.** Eleger membros para compor a Diretoria da Sociedade; **2.** Cancelar as ações de emissão da Sociedade atualmente em mantidas em tesouraria, nos termos do artigo 30, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, sem redução do valor do capital social; e **3.** Reformar e consolidar o Estatuto Social para refletir a alteração acima. **II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 1.** Nos termos do §2º do artigo 9º do Estatuto Social, para participar de Assembleia Geral é necessário ser acionista no mínimo 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é, 22 de abril de 2026, inclusive. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias antes da data da Assembleia Geral, ou seja, até 25 de abril de 2026, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante. 2. Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, prevê que, para ser admitido, participar e deliberar na Assembleia Geral, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante.

São Paulo, 22 de abril de 2026
Marcos Lima Monteiro - Diretor Presidente

EDITAL DE INTIMAÇÃO LEILÃO EXTRAJUDICIAL ELETRÔNICO

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – LEI Nº 9.514/97. **Alberto José Marchi Macedo**, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 978, autorizado pela credora fiduciário, realizará **PÚBLICO LEILÃO**, de modo presencial e online, nos termos do artigo 27 e parágrafos da Lei nº 9.514/97, no dia **29/04/2026 às 11:00 horas**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com **lance mínimo igual ou superior** a **R$ 91.778,38** *(noventa e um mil, setecentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos)*, referente ao valor do imóvel atualizado (01.04.2026) pelo índice IGP–M/FGV, **com encerramento presencial e on-line no dia 10/06/2026, às 11:00 horas**, no escritório do leiloeiro na Rua Nestor Pestana nº 125 – Conjunto 74, Consolação, São Paulo/SP, sendo que não havendo licitante, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** no dia **10/06/2026 às 11:01 horas**, no mesmo local, estendendo-se até o dia **19/06/2026, às 11:00 horas**, **com encerramento on-line e presencial**, no endereço Rua Nestor Pestana, nº 125 – Conjunto 74, Consolação, São Paulo – SP, CEP 01303-010, com **lance mínimo igual ou superior ao valor da dívida atualizada**, **R$ 50.681,86** (*cinquenta mil, seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos*), com incremento mínimo de **R$ 2.000,00** (*dois mil reais*). **DO BEM IMÓVEL**: *"LOTE URBANO Nºs "17 e 19" - QUADRA "Z07", localizado na Travessa América, nº 25 e 27 Lotes 17 e 19 Quadra Z07 Bairro Santa Maria Tailândia/PA, com área de 670,00m² (seiscentos e setenta metros quadrados); perímetro de 107,00 metros; desmembrado da Matrícula nº 344, do Livro 2 deste CRI; sendo um polígono irregular de 04 (quatro) lados, com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE: medindo 20,00 metros com a Travessa América; LADO DIREITO: medindo 33,60 metros com o Lote 21 da Quadra Z07; LADO ESQUERDO: medindo 33,40 metros com o Lote 15 da Quadra Z07; FUNDO: medindo 20,00 metros com os Lotes 16, 18, e 20 da Quadra Z07. - Procedo a abertura desta matrícula conforme Título Definitivo de Propriedade nº 2945, folha: 145 - Ano: 2023, do Livro 014, expedido em 24 de março de 2023, pela Prefeitura Municipal de Tailândia/PA*." **Matrícula nº 7250, do CRI de Tailândia - PA. VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL ATUALIZADO PELO ÍNDICE IGP-M/FGV: R$ 91.778,38** *(noventa e um mil, setecentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos)*. **ENDEREÇO DO IMÓVEL**: Travessa América, nº 25 e 27 Lotes 17 e 19 Quadra Z07 Bairro Santa Maria Tailândia/PA. **OBSERVAÇÕES IMPORTANTES**: Trata-se de um **TERRENO URBANO com área total de 670,00 m²**, localizado na Travessa América, S/N, Bairro Santa Maria, na cidade de Tailândia - PA, posicionado em meio de quadra, terreno plano, com presença de vegetação, em área livre de alagamentos. A venda será efetuada em caráter "***AD CORPUS***" e no estado de conservação em que se encontra, sem garantia. **TAXAS E IMPOSTOS**: **Na hipótese de débitos de IPTU e Condomínio até a data da arrematação serão de responsabilidade do Credor fiduciário.** Para acessar o edital completo entre no site do gestor www.albertomacedoleiloes.com.br.

Alberto José Marchi Macedo, JUCESP nº 978.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO 009/2026 – MEMORANDO 8074/2025 – Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, utensílios e mobiliários para as unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Nazaré Paulista, conforme Termo de Referência- Anexo I. RETIFICA-SE a garantia dos itens no Anexo I – Termo de Referência. A reabertura da sessão será no dia 06 de maio de 2.026, às 14h30min. O Edital encontra-se na íntegra no sítio www.nazarepaulista.sp.gov.br ou através do e-mail: licitacao@nazarepaulista.sp.gov.br – Divisão de Licitações e Contratos – Telefone (11) 4597-1526 – Nazaré Paulista, 22 de abril de 2.026 – Avanilde Aparecida Gonzaga Canêdo – Prefeita.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 803/2026
CADASTRAMENTO:
A PARTIR DE 22/04/2026, DAS 08h00min ÀS 11h00 E DAS 13h00min ÀS 16h00.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS, SP, situada na Rua Dr. Luiz Vergueiro, 151. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento e da Secretaria da Educação, comunica a quem possa interessar que estará cadastrando Agricultores Familiares interessados em fornecer FLV (Frutas, Legumes e Verduras), para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Os documentos deverão ser encaminhados para o setor de licitações desta Prefeitura Municipal de Pereiras, para que sejam formalizados os meios de contratação. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (14) 3888-1262 / 3888-1734, com Silvana. Pereiras/ SP, 22 de Abril de 2026. OSMAR RODRIGUES PASQUALINO RODRIGUES RAMOS JÚNIOR - Prefeito Municipal.

LDP CANELA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 38.710.193/0001-47 - NIRE 35.300.560.515

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da LDP CANELA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 30/04/26, às 10h, na sede da empresa localizada na Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha, 75 - 2º andar, conjunto 21, Bairro Vila Cruzeiro, CEP 04726-170, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovação do aumento do capital social da Companhia com emissão de ações preferenciais classe B - Renda Fixa; (ii) Em caso de aprovação do item (i), a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social e criação de artigos e parágrafo correspondente; (iii) Consolidação do Estatuto Social da Companhia; (iv) Autorização para que a Diretoria pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações. São Paulo 20 de abril de 2026. José Ernesto Marino Neto e Jose Paim de Andrade Junior - Diretores.

---

bradesco

LEILÃO SOMENTE ONLINE 29 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 07/05/2026 a partir das 12h00

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

LOCALIDADES:
AM CE DF GO MA PR RJ RN RS SP TO

✔ À VISTA COM 10% DE DESCONTO
✔ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS*

LOTE 17 - BARUERI/SP - CASA
Loteamento Vila São Luiz - Rua José Carlos Pace (antiga Rua Zâmbia), 74 - (Lt. 15 da qd. G) - **BAIRRO CRUZ PRETA**
Área Terreno: 250,00m² | Área construída: 174,99m²
Lance Mínimo: R$ 351.000,00 | Mínimo à Vista: R$ 315.900,00

Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro.
Mais informações: **https://VITRINEBRADESCO.com.br/**
(11) 3117.1001 | sac@freitasleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

www.freitasleiloeiro.com.br

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 17.193.806/0001-46 e NIRE 35 3 0002366 8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

I. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a ser realizada, presencialmente, no dia 30 de abril de 2026, às 11h, na Avenida Paulista, nº 2.150, Bela Vista, São Paulo - SP, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2025; **2.** Destinar o lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2025; e **3.** Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Sociedade para o ano de 2026. **II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 1**. Nos termos do item 7.2 do artigo 7 do Estatuto Social, para participar de Assembleia Geral é necessário ser acionista no mínimo 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é, até 22 de abril de 2026, inclusive. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias antes da data da Assembleia Geral, ou seja, até 25 de abril de 2026, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante. **2**. Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, prevê que, para ser admitido, participar e deliberar na Assembleia Geral, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante.

São Paulo, 22 de abril de 2026.
Marcos Lima Monteiro - Diretor Presidente

FRAZÃO Leilões — itaú

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório na Rua Heryal, 1052, Belenzinho, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10166306507, firmado em 20/08/2021, no qual figura(m), como fiduciante(s) **MARCO ANTONIO LULA**, brasileiro, divorciado, RG nº 35.745.970-2-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 352.040.278-58, residente e domiciliado em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 08/05/2026, às 16h00min**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 340.579,00** (trezentos e quarenta mil quinhentos e setenta e nove reais), o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo "Apartamento nº 124, localizado no 12º andar do Bloco II, do " Edifício Boulevard des Champs Elysées", situado a Rua dos Guaianazes nº 1003, no 11º Subdistrito – Santa Cecília, possuindo a área privativa de 37,67m², a área comum de 34,16m², e a área de garagem de 11,00m², totalizando a área construída de 82,83m², competindo-lhe a fração ideal de 1,1008% no terreno e demais partes comuns do edifício; sendo que, a já mencionada área de 11,00m², corresponde uma vaga na garagem coletiva do 1º e 2º Subsolos, com direitos a guarda e estacionamento de um carro de passeio, em local indeterminado - sujeito a manobrista". **Imóvel objeto da matrícula nº 40.802 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Inscrição Municipal:** 008.023.0228-9 [Av.08]. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 18/05/2026, às 16h00min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 308.360,36** (trezentos e oito mil e trezentos e sessenta reais e trinta e seis centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no sítio do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (BP-3572-07).

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

I. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem nas **ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**, a serem realizadas, presencialmente, no dia 30 de abril de 2026, às 10h45, na Avenida Paulista, nº 2.150, Bela Vista, São Paulo - SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **A. EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2025; **2.** Destinar o lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2025; e **3.** Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Sociedade para o ano de 2026. **B. EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1.** Eleger membro para compor a Diretoria da Sociedade; **2.** Alterar a denominação social da Sociedade; **3.** Cancelar as ações de emissão da Sociedade atualmente em mantidas em tesouraria, nos termos do artigo 30, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, sem redução do valor do capital social; **4.** Reformar e consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações mencionadas nos itens 2 e 3 acima. **II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 1.** Nos termos do §2º do artigo 9º do Estatuto Social, para participar de Assembleia Geral é necessário ser acionista no mínimo 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é, até 22 de abril de 2026, inclusive. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias antes da data da Assembleia Geral, ou seja, até 25 de abril de 2026, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante. **2.** Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, prevê que, para ser admitido, participar e deliberar na Assembleia Geral, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante. São Paulo, 22 de abril de 2026. **Marcos Lima Monteiro -** Diretor Presidente

---

spturis eventos • turismo

SÃO PAULO TURISMO S/A

CNPJ/MF Nº 62.002.886/0001-60 - NIRE 35300015967

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, **às 11h (onze horas**) dia **28 de abril de 2026 (terça-feira)**, virtualmente, via plataforma Microsoft Teams, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;

(ii) Eleição, pela acionista controladora da Companhia, de novos membros para compor o Comitê de Elegibilidade da Companhia, **Sr. Gilvan Almeida Santos** e **Sr. Thiago Marques Dutra**, conforme indicação da Administração da SPTURIS, nos termos do art. 38 do Estatuto Social da Companhia.

A solicitação do link para participação na AGO deverá ser feita pelo e-mail simonecristina@spturis.com até as 11h do dia 27/04/2026, dia útil anterior a realização da AGO.

As Informações aos Acionistas, bem como todos os documentos necessários à apreciação dos senhores, se encontram à disposição na sede da SPTURIS, na Rua Boa Vista, nº 280, Centro Histórico- São Paulo/SP, aos cuidados da Secretaria de Governança Corporativa, desde 31/03/2026, por ocasião da publicação do Aviso aos Acionistas. Referidos documentos também podem ser consultados no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.com.br).

MARCELO VIEIRA SALLES
Diretor Presidente

---

economia

VIDA PÚBLICA

Prêmio Espírito Público, destinado a servidores, paga R$ 12 mil

SÃO PAULO A República.org abriu nesta quarta (22) as inscrições para a 8ª edição do Prêmio Espírito Público, iniciativa que recompensa projetos de servidores públicos que melhoram serviços prestados à população.

Os vencedores recebem R$ 12 mil. As inscrições vão até 1º de junho e devem ser feitas pelo site premioespiritopublico.org.br.

Podem concorrer profissionais vinculados a instituições da administração pública direta ou indireta (incluindo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista) de todas as unidades federativas (União, estados e municípios).

Exige-se pelo menos cinco anos de experiência no serviço público, e os projetos inscritos precisam já ter sido implementados.

As iniciativas, individuais e coletivas, devem se enquadrar em uma das sete categorias do prêmio: desenvolvimento social, educação, gestão de pessoas, gestão e transformação digital, meio ambiente e emergência climática, saúde e segurança. Os critérios de avaliação de cada uma estão no edital.

Mais de 4.000 projetos foram avaliados, ao todo, nas sete edições anteriores.

VIDA PÚBLICA 2

Governo autoriza nomeação de 3.147 candidatos aprovados no CNU

SÃO PAULO O MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) autorizou a nomeação de 3.147 candidatos aprovados na segunda edição do CNU (Concurso Nacional Unificado) nesta quarta-feira (22).

Os órgãos federais beneficiados são responsáveis por gerir suas próprias convocações e posses.

Entre as 34 instituições contempladas, o MGI concentra o maior volume de vagas, com 1.250 oportunidades, destinadas principalmente a cargos que podem atuar em mais de um órgão ou entidade da administração pública federal. Em segundo lugar aparece o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), com 300 vagas.

Em sua primeira edição, o CNU registrou que 48,4% das pessoas aprovadas eram mulheres e 40,5% eram pessoas negras, indígenas, quilombolas ou com deficiência. Além disso, os aprovados vinham de 578 cidades de todos os estados do país, mais o DF. **Alana Morzelli**

ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos o comparecimento de **PRISCILA DE PAULA**, ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT. **ECOLIMP SISTEMAS DE SERVIÇOS LTDA.** AV. IRERÉ, 1892 – PLANALTO PAULISTA – SP - CEP: 04064-004.
Data: 23/04/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREALVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 049/2026

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender diversos setores do Município de Arealva, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 08/05/2026 às 08h30 (horário de Brasília). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço. **MODO DE DISPUTA:** Aberto. **AMOSTRA:** Não. **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Sim. **LINK:** SCPI Portal de Compras (https://scpi.arealva.sp.gov.br:5885/comprasedital/).

AREALVA, 22 DE ABRIL DE 2026.
PAULO JULIANO NICOLIELO JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL DE AREALVA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01050569962026
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00004574/2026-11
Número do Pregão: 532101 - 90509/2026
Objeto: Aquisição de LUVAS PARA PROCEDIMENTOS
Total de Itens Licitados: 2 LOTES (Vide termo de referência)
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 23/04/2026.**Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino, CEP: 04029-000, São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais
Entrega das Propostas: a partir de 23/04/2026 às 08h00 no site:**www.gov.br/compras.**
Abertura das Propostas: 06/05/2026 às 09h00 no site: **www.gov.br/compras.** **Fonte:** DOESP e PNCP

ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos o comparecimento de **MAIARA BRUNA DOS SANTOS ROSARIO**, ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT. **ECOLIMP SISTEMAS DE SERVIÇOS LTDA.** AV. IRERÉ, 1892 – PLANALTO PAULISTA – SP - CEP: 04064-004. **Data: 23/04/2026**

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01050558022026
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00004574/2026-11
Número do Pregão: 532101 - 90411/2026
Objeto: Aquisição de Equipamento de ar-condicionado tipo split com capacidade de 12.000BTU/h de refrigeração.
Total de Itens Licitados: 2 (DOIS).**Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 23/04/2026.**Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino, CEP: 04029-000, São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais
Entrega das Propostas: a partir de 23/04/2026 às 08h00 no site: **www.gov.br/compras.**
Abertura das Propostas: 06/05/2026 às 09h00 no site: **www.gov.br/compras.** **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 31/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

Objeto Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para eventual prestação de serviços de manutenção dos veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Fartura, incluindo serviços de borracharia, com eventual fornecimento de peças de reposição e acessórios novos, originais ou similares de primeira linha, a vigorar por 12 meses. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS: às 09h00 do dia 18/05/2026. LOCAL: Prefeitura Municipal de Fartura, Praça Deocleciano Ribeiro, 444 - Centro. O edital poderá ser retirado na íntegra através do site: www.fartura.sp.gov.br.

Fartura, 22 de abril de 2026.
Luiz Marcos de Souza - Prefeito Municipal.

ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos o comparecimento de **SELMA APARECIDA RIBEIRO FERREIRA,** ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT. **APOIO FACILITIES SISTEMAS DE SERVIÇOS LTDA.** AV. IRERÉ, 1892 – PLANALTO PAULISTA – SP - CEP: 04064-004
Data: 23/04/2026

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90016/2026

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia torna pública a realização do Pregão Eletrônico n.º 90016/2026, cujo objeto é Registro de Preços para eventual contratação de serviços gráficos para a confecção de impressos eleitorais. A Licitação será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, no site **www.gov.br/compras** (Portal de Compras do Governo Federal). Código UASG: 70013. Abertura das propostas: às 9h (horário de Brasília) do dia 12.05.2026. O Edital, contendo todas as informações, encontra-se disponível no endereço acima, no site **www.tre-ba.jus.br**, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Outras informações pelo telefone (71) 3373-2143.

Salvador, 23 de abril de 2026
Gilson Soares da Conceição
Pregoeiro

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026
Processo nº 0008544-96.2025.6.02.8000

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, através da Seção de Licitações e Contratos, torna pública a realização de procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, no dia **11 de maio de 2026, às 14:30h.** (horário de Brasília), no site www.comprasnet.gov.br, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de material gráfico, consistente em manuais tipo cartilha e guias rápidos, destinados à instrução dos mesários que atuarão nas Eleições Gerais de 2026, de acordo com as especificações do Edital e seus anexos. O edital poderá ser obtido nos sites: www.comprasnet.gov.br ou https://www.tre-al.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/contratacoes/licitacoes/pregoes/pregoes-2025 ou, ainda, na Seção de Licitações e Contratos, localizada na Avenida Aristeu de Andrade, nº 377 – Farol - Maceió/AL, 6º andar, mediante gravação em mídia eletrônica (pen drive) trazida pelo interessado. Esclarecimentos: Fone: (82) 2122-7764/7765.

Maceió, 20 de abril de 2026.
Ingrid Pereira de Lima Araújo - Chefe da Seção de Licitações e Contratos

ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos o comparecimento de **GEANE DA SILVA SANTOS DE JESUS,** ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT. **APOIO FACILITIES SISTEMAS DE SERVIÇOS LTDA.** AV. IRERÉ, 1892 – PLANALTO PAULISTA – SP - CEP: 04064-004.
Data: 23/04/2026

BOTAFOGO FUTEBOL S.A.

CNPJ/MF n° 31.082.433/0001-67 - NIRE 35.300.519.337

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas convocados para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 30 de abril de 2026, às 15h00, na sede social do Botafogo Futebol S.A, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Praça Francisco Oranges, 100, Lote SR, Ribeirânia, CEP 14.096-079. A Assembleia se instalará às 15h00, do dia 30 de abril de 2026, caso atingido o quórum, ou às 15h30, independentemente da quantidade de acionistas presentes. A Assembleia deliberará sobre a seguinte **Ordem do Dia: (i)** Análise, discussão e deliberação sobre o Relatório da Administração, as Contas dos Administradores, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 2025, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, sendo certo que todos os documentos e informações complementares relativos à matéria encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia, podendo ser examinados, mediante solicitação prévia, em horário comercial, junto à Diretoria Financeira; **(ii)** Deliberação sobre matérias relacionadas à administração da Companhia, incluindo a composição dos órgãos de administração e eventuais ajustes em sua estrutura, recomposição e funcionamento, bem como outras providências correlatas; **(iii)** Outros assuntos de interesse da Companhia.

Ribeirão Preto, 22 de abril de 2026.
ADALBERTO PANZENBOECK DELLAPE BAPTISTA
Presidente do Conselho de Administração

PRÓ SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO
DOE SANGUE
(11) 4573-7800

GJD Administração e Participações S.A.

CNPJ nº 10.699.558/0001-60

Balanço Patrimonial em 31/12/2025 - Em R$

Ativo	2025	2024
Circulante		
Caixa e bancos	-	1.000
Aplicações vinculadas	395	797
Adiant. fornc./terc./outros	-	7.447
Total circulante	**395**	**9.244**
Não circulante		
Outros créditos	7.539	7.539
Total não circulante	**7.539**	**7.539**
Permanente		
Propriedade para investimentos	1.724.056	1.724.056
Imobilizado	2.711.956	2.678.225
(-) Depreciações	(87.491)	(80.576)
Total permanente	**4.348.521**	**4.321.705**
Total ativo	**4.356.455**	**4.338.488**

Passivo	2025	2024
Circulante		
Fornecedores	2.160	23.606
Adto. de clientes	-	-
Salários e encargos sociais	-	-
Obrigações tributárias	22.123	39.158
Lucros a distribuir lei 15.270/2025	3.474.173	-
Total circulante	**3.498.455**	**62.764**
Não circulante		
Total não circulante	-	-
Patrimônio líquido		
Capital social	715.000	715.000
Reserva legal	143.000	143.000
Reserva de lucros	-	3.417.724
Total patrimônio líquido	**858.000**	**4.275.724**
Total passivo	**4.356.455**	**4.338.488**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2025 - Em R$

Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Lucro (Prej.) Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2024	**715.000**	**143.000**	**3.417.724**	**4.275.724**
(+/-) Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Incorporação de lucros ao capital social	-	-	-	-
Constituição de reserva de capital	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	586.709	586.709
Lucros distribuídos	-	-	(530.260)	(530.260)
Lucros a distribuir lei 15.270/2025	-	-	(3.474.173)	(3.474.173)
Saldo em 31/12/2025	**715.000**	**143.000**	**-**	**858.000**

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2025 - Em R$

Lucro líquido do período	**586.709**
Resultado abrangente total	**586.709**

Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados em 31/12/2025 - Em R$

Reserva de lucros em 31/12/2024	**3.417.724**
(+/-) Ajustes de exercícios anteriores	
(+) Lucro líquido do exercício	586.709
(=) Lucro (prejuízo)	4.004.433
(-) Destinação do lucro:	-
a. Reserva legal	-
b. Reserva estatutária	-
c. Reserva para contingência	-
d. Reserva orçamentária	-
e. Reserva de lucros a realizar	
f. Lucros aportados ao capital	-
g. Lucros distribuídos	(530.260)
h. Lucros a distribuir lei 15.270/2025	(3.474.173)
Saldo de lucros (prejuízos) acumulados do final do exercício (31/12/2025)	**-**

Demonstração do Resultado em 31/12/2025 - Em R$

Descrição	Acumulado 2025	Acumulado 2024
Receita bruta	951.090	1.867.796
Devolução de vendas		
Impostos incidentes	(34.715)	(68.175)
Receita líquida	**916.376**	**1.799.622**
Custo mercadoria		
Lucro bruto	**916.376**	**1.799.622**
Despesas operacionais		
Gerais	(227.333)	(181.204)
Administrativas	-	-
Despesas financeiras	(3.859)	(4.326)
Total despesas operacionais	**(231.192)**	**(185.530)**
Receitas financeiras	-	-
Despesas diversas operacionais	-	-
Despesas tributárias	(18.997)	(22.244)
Lucro (prej.) operacional	**666.187**	**1.591.847**
Outras receitas		
Outras despesas		
Lucro (prej.) antes contribuição social	**666.187**	**1.591.847**
Contribuição social sobre o lucro	(27.391)	(53.793)
Lucro (prej.) antes do imposto de renda	**638.796**	**1.538.055**
Imposto de renda	(52.087)	(125.424)
Lucro (prej.) líquido do exercício	**586.709**	**1.412.631**
Lucro (prej.) líquido do exercício	**586.709**	**1.412.631**

Giesela Inge Drechsler - Diretora
Johann Peter Drechsler - Diretor
Daniel Parizi - Contador - CRC/SP 1SP253416/O-3

Demonstração de Fluxo de Caixa em 31/12/2025 - Em R$

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	586.709	1.412.631
Ajuste para reconciliação do lucro		
Depreciações	6.915	576
Distribuição de dividendos	(530.260)	(1.028.711)
	(523.345)	**(1.028.135)**
(Aumento) redução de ativos		
Adiant. empreg./forneced./outros	7.447	13.762
	7.447	**13.762**
(Redução) aumento de passivos		
Fornecedores	(21.446)	(7.212)
Obrigações tributárias	(17.035)	(33.666)
	(38.482)	**(40.878)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(554.380)**	**(1.055.251)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do imobilizado	(33.731)	-
Aquisições de imobilizado em andamento	-	(357.596)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(33.731)**	**(357.596)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Caixa líquido nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento (diminuição) líquido no caixa	**(1.402)**	**(216)**
Caixa no início do exercício	1.797	2.014
Caixa no final do exercício	395	1.797
	(1.402)	**(216)**

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, notas explicativas estão disponíveis na sede social da companhia. Versão Digital disponível em: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/

ÁGUAS DE PALHOÇA

ÁGUAS DE PALHOÇA S.A.

CNPJ nº 57.341.135/0001-38

Mensagem da administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025. Santa Catarina, 14/04/2026. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2025	31/12/2024 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	2.523	476
Aplicações financeiras	126.395	137.805
Contas a receber de clientes	7.610	794
Estoques	602	114
Tributos a recuperar	4.970	138
Outros créditos	685	81
Total do ativo circulante	**142.785**	**139.408**
Contas a receber de clientes	102	–
Ativo fiscal diferido	9.766	–
Outros créditos	14	–
Total do realizável a longo prazo	**9.882**	**–**
Imobilizado	7.321	–
Ativo de contrato da concessão	9.303	1.428
Intangível	229.495	211.625
Total do ativo não circulante	**256.001**	**213.053**
Total do ativo	**398.786**	**352.461**

Passivo	2025	31/12/2024 (reapresentado)
Fornecedores e empreiteiros	10.337	3.160
Debêntures	1.961	1.205
Obrigações trabalhistas e sociais	1.027	197
Obrigações fiscais	1.075	383
Outras contas a pagar	58.011	39.875
Total do passivo circulante	**72.411**	**44.820**
Fornecedores e empreiteiros	56	2
Debêntures	119.777	119.295
Passivo fiscal diferido	–	298
Provisão de benefício pós-emprego	52	–
Outras contas a pagar	64.103	119.000
Total do passivo não circulante	**183.988**	**238.595**
Total do passivo	**256.399**	**283.415**
Patrimônio líquido		
Capital social	160.000	80.000
Prejuízos acumulados	(17.613)	(10.954)
Total do patrimônio líquido	**142.387**	**69.046**
Total do passivo e patrimônio líquido	**398.786**	**352.461**

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	(13.723)	(10.656)
Ajustes para:		
Amortização e depreciação	10.409	1.762
Provisão para benefício pós-emprego	52	–
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	903	35
Baixa (reversão) de títulos do contas a receber	49	(13)
Margem de construção ativo intangível	(653)	(28)
Rendimentos de aplicações financeiras	(18.100)	(1.865)
Encargos sobre debêntures	18.987	1.724
Amortização do custo de captação	619	54
Ajuste a valor presente de clientes	48	–
Juros de arrendamentos	570	–
	(839)	**(8.987)**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(7.918)	(816)
Estoques	(488)	(114)
Tributos a recuperar	74	(18)
Outros créditos	(618)	(81)
Aumento/(Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	7.231	3.162
Obrigações trabalhistas e sociais	830	197
Obrigações fiscais	692	383
Outras contas a pagar	18.605	158.875
Juros pagos sobre arrendamentos	(570)	–
Juros pagos sobre debêntures	(18.130)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.836)	(23)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	**(2.967)**	**152.578**
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas	21.448	(136.364)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	4.992	327
Aquisição de imobilizado	(1.008)	–
Aquisição de ativo de contrato da concessão	(32.062)	(1.400)
Aquisição de intangível	(62.553)	(213.387)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(69.183)**	**(350.824)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Debêntures captadas	–	120.000
Custo na captação de debêntures	(238)	(1.278)
Aumento de capital social	80.000	80.000
Dividendos pagos	(3.000)	–
Pagamentos de arrendamentos	(2.565)	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**74.197**	**198.722**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**2.047**	**476**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	476	–
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2.523	476
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**2.047**	**476**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 9 de setembro de 2024 (data da constituição)	–	–	–	–	–
Aumento de capital social	400.000	(320.000)	80.000	–	80.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	(10.954)	(10.954)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	**400.000**	**(320.000)**	**80.000**	**(10.954)**	**69.046**
Aumento de capital social	–	80.000	80.000	–	80.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	(3.659)	(3.659)
Destinações:					
Dividendos intercalares	–	–	–	(3.000)	(3.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**400.000**	**(240.000)**	**160.000**	**(17.613)**	**142.387**

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024 (reapresentado)
Receita operacional líquida	111.438	4.188
Custos dos serviços prestados	(90.274)	(6.373)
Lucro bruto	**21.164**	**(2.185)**
Despesas administrativas e gerais	(15.464)	(789)
Outras receitas operacionais	775	261
Outras despesas operacionais	(72)	(24)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	**6.403**	**(2.737)**
Receitas financeiras	18.556	1.865
Despesas financeiras	(38.682)	(9.784)
Resultado financeiro	**(20.126)**	**(7.919)**
Resultado antes dos tributos	**(13.723)**	**(10.656)**
Imposto de renda e contribuição social diferido	10.064	(298)
Prejuízo do exercício	**(3.659)**	**(10.954)**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024 (reapresentado)
Prejuízo do exercício	**(3.659)**	**(10.954)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**(3.659)**	**(10.954)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: Águas de Palhoça S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de propósito específico, de capital fechado com sede em Palhoça, Santa Catarina, constituída em 09 de setembro de 2024 e têm por objeto social prestação dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água no município de Palhoça sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos a partir da ordem do início do contrato de concessão nº 393.2024, que se deu em 01 de dezembro de 2024. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). **Políticas contábeis materiais:** Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura e Receita de contrato com cliente.

Diretoria

Reginalva Santana Mureb - Diretor Presidente
Maraisa Mendonça Oliveira - Diretor sem Designação Especifica

Contador

Marcelo Bogas - CRC 1SP253488/O-2

Resumo do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras completas da Águas de Palhoça S.A. ("Companhia") referentes ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. estão disponíveis em sua sede. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 14 de abril de 2026, sem modificações.

As Demonstrações Financeiras completas, juntamente com Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. na data de 14 de abril de 2026, sem ressalvas estão à disposição em sua sede.

Aviso: A demonstração financeira está disponível também no endereço eletrônico da Folha de S. Paulo (https://publicidadelegal.folha.uol.com.br)

O SINDIVERSÕES - Sindicato dos Empregados em Casas de Diversões de São Paulo e Região (CNPJ 62.636.246/0001-01) convoca todos os seus associados para AGE a ser realizada na Avenida Prestes Maia nº 241, 11º andar - sala 1120, Centro, São Paulo/SP (CEP 01031-902), no dia 29/04/2026, nos seguintes horários: 1ª convocação: 10h, com quórum de maioria absoluta dos associados quites; 2ª convocação: 11h, com quórum mínimo superior a 1/3 dos associados, sendo as deliberações aprovadas por 2/3 dos presentes. Ordem do Dia: Deliberação e aprovação da alteração do Estatuto Social e do Regimento Eleitoral. São Paulo, 23/04/2026. Homero do Couto - Presidente

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE BOM JESUS DOS PERDÕES

Pregão Eletrônico Nº 26/2026 – (MENOR PREÇO por LOTE)

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO E PALCO PRATICÁVEL; conforme especificações constantes do edital. A disputa de preços marcada para o dia 08 de maio de 2.026, às 09h00, ocorrerá na plataforma da BLL COMPRAS www.bll.org.br. O Edital encontra-se na íntegra no sítio www.bjperdoes.sp.gov.br.

Bom Jesus dos Perdões, 22 de abril de 2.026.

PAULO AFONSO FERREIRA BUENO – Prefeito.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE PIRACICABA

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 - **Nº Processo:** 024.00022280/2026-77 - **Objeto:** Aquisição de materiais de consumo de escritório, para atender as necessidades deste Departamento e ARE- Limeira. **Total de Itens Licitados:** 39 (trinta e nove) itens. **Valor total da licitação:** sigiloso. **Disponibilidade do edital:** 24/04/2026. **Horário:** das 08h00 às 18hs. **Endereço:** Rua do Trabalho, 602 - Vila Independência - Piracicaba/SP. **Link do PNCP:** www.gov.br/compras. **Entrega das Propostas:** a partir de 24/04/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas:** 14/05/2026 às 09hs no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

MUNICÍPIO DE CATANDUVA – SP

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026 – Objeto: contratação de empresa especializada em fornecimento de veículos de passeio tipo HATCH para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades descritos no Termo de Referência - Anexo I deste edital. LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ O DIA 08/05/2026 ÀS 08:30 HORAS. **DATA E HORA DO PREGÃO:** DIA 08/05/2026 ÀS 09:00 HORAS. O edital completo encontra-se disponível: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br); e site do Município www.catanduva.sp.gov.br – link: https://www.catanduva.sp.gov.br/portal/editais/1. Informações: Prefeitura do Município de Catanduva – Divisão de Licitações e Contratos – 5º Andar, sito à Praça Conde Francisco Matarazzo, 01 – Centro – Catanduva-SP ou, através do e-mail: licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br. Catanduva, 22 de abril de 2026. Lourival Formis Junior - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA-SP

A Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia comunica a todos os interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras e Licitações o(s) seguinte(s) processo(s): **CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 005/2026 (MODO DE DISPUTA ABERTA) – Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais e mão de obra destinados à execução de Infraestrutura Viária na Estrada Municipal do Bairro Bela Vista ao Bairro do Barreiro, conforme quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo III deste edital *(Serviço Especial de Engenharia)*.** Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **28/04/2026 às 09h00**; Abertura de Propostas iniciais: **03/06/2026 às 09h00;** Início (fase competitiva): **03/06/2026 às 09h30**; **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.bnc.org.br. **O EDITAL** se encontrará disponível de: **28/04/2026 a 02/06/2026** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br. Disponibilização: Secretaria de Administração, Departamento de Compras e Licitação, sito a Rua Prof.ª Carolina Fróes, 321, Centro, Águas de Lindóia - SP, mediante o recolhimento de preço público pela despesa de impressão de acordo com regulamento municipal vigente e/ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal www.aguasdelindoia.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (19) 3924-9305, no horário comercial, exceto aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. As datas acima referem-se aos dias úteis e em que haja expediente na Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, quer seja, excluindo-se os sábados, domingos, feriados e pontos facultativos **– Gabriel José Ramos Junqueira Ferreira – Secretário Municipal de Administração**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA/SP

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

Processo Administrativo n° 39/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FRALDAS e EQUIPAMENTOS PARA O ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: INÍCIO DIA 27/04/2026 ÀS 08H E ENCERRAMENTO ÀS 08:30 H DO DIA 11/05/2026 COM ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS ÀS 09:00. PORTAL ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL: WWW.BLL.ORG.BR INFORMAÇÕES DO EDITAL: NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: HTTPS://WWW.RESTINGA.SP.GOV.BR; NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: HTTPS://WWW.BLL.ORG.BR, "ACESSO IDENTIFICADO"; NA PREFEITURA MUNICIPAL, SALA DE LICITAÇÕES, RUA JOSÉ DE ANDRADE VILELA, 131 – CENTRO CEP: 14430-100, CONTATO: (16) 99256-8423 -WHATSAPP – HORÁRIO: DAS 8:00 ÀS 11:00 E 13:00 ÀS 16:00; WWW.RESTINGA.SP.GOV.BR; OU PELO E-MAIL LICITACAO@RESTINGA.SP.GOV.BR.

RESTINGA, 22 DE ABRIL DE 2026.

PREFEITO MUNICIPAL, DE RESTINGA

FELIPE TALVANI SONTINI

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Abrasivos, Químicos, Farmacêuticos, Material Plástico, Perfumaria e Artigos de Toucador e Resinas Sintéticas de São João da Boa Vista e Região - CNPJ 54.683.115/0001-57 - situado na Avenida Mauá, nº 490 - Vila Nossa Senhora de Fátima - São João da Boa Vista - SP, Eleições Sindicais - Edital de Convocação - Pelo presente edital, cumprindo o disposto no Estatuto Social desta entidade, faço saber que nos dias 19 e 20 de agosto de 2026, será realizada a eleição deste Sindicato, para composição dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal e respectivos suplentes, ficando aberto o prazo de 04 (quatro) dias úteis para o registro de chapas, nos termos do Estatuto Social. O requerimento acompanhado de todos os documentos exigidos para o registro, conforme artigo 63º do Estatuto Social será dirigido ao Presidente da Entidade, sendo assinado pelo seu encabeçador. Ficam cientes ainda os interessados que a secretaria da Entidade funcionará, no período destinado ao registro de chapas, no horário compreendido das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, onde se encontrará à disposição dos interessados, pessoa habilitada para atendimento, prestação de informações concernentes ao processo eleitoral, recebimento de documentação e fornecimento do correspondente recibo. A impugnação de candidaturas deverá ser feita no prazo de 5 (cinco) dias a contar da divulgação da(s) chapa(s) registrada(s) que se dará através de edital afixado na sede da entidade no dia 04 de maio de 2026. Fica definido que no dia 10 de agosto de 2026 o Presidente providenciará através de edital afixado na sede da entidade a divulgação da quantidade de mesas coletoras constituídas, com seus respectivos horários e locais de funcionamento, ficando cópia à disposição dos encabeçadores de chapa na secretaria da entidade. A Eleição ocorrerá a partir das 5h00 do dia 19 de agosto de 2026 até as 15h00 do dia 20 de agosto de 2026. Não havendo número legal de votantes na primeira convocação, as Eleições se realizarão em segunda convocação nos dias 24 e 25 de agosto de 2026, nos mesmos horários e locais constantes no Edital de Convocação. Assim, atendidos os requisitos Estatutários torna público este Edital, que também se encontra afixado na Sede da entidade. São João da Boa Vista, 23 de abril de 2026. Carlos Alberto Tomé - Presidente.

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Araçatuba - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Fazendo uso das atribuições que me são conferidas pelos Estatutos Sociais e pela Legislação em vigor, CONVOCO TODOS OS INTEGRANTES DA CATEGORIA, ASSOCIADOS OU NÃO A ESTE SINDICATO, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2026, na Rua Afonso Pena, 1.328, Araçatuba/SP, às 09:00 horas, em primeira convocação, com a presença de metade mais um dos integrantes da categoria, ou em segunda convocação às 11:00 horas, com a presença de qualquer número de integrantes da categoria. A Ordem do Dia deverá ser votada por todos os integrantes da categoria presentes à Assembleia. ORDEM DO DIA: 1 - Leitura, discussão, votação com aprovação ou não pelos trabalhadores da pauta de reivindicações da categoria para 2026/2027 (data-base 01/06/2026) a ser apresentada aos sindicatos patronais ora suscitados: SINDHOSP - SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS E DEMAIS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO; SINDHOSFIL - SINDICATO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO; SINANGE - SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE MEDICINA DE GRUPO; SINOG - SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ODONTOLOGIA DE GRUPO; SINDICATO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE SERVIÇOS MÉDICOS; SINDICATO PATRONAL DOS VETERINÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO; SINBIFIR - SINDICATO DAS INSTITUIÇÕES BENEFICIENTES, FILANTRÓPICAS E RELIGIOSAS DO ESTADO DE SÃO PAULO , bem como a todas as demais entidades de representação econômica e empregadores que contratam empregados da categoria da Saúde, inclusive os estabelecimentos de serviços de saúde que celebram Acordo Coletivo de Trabalho com esta entidade sindical profissional; 2 - Delegar poderes à direção do Sindicato Profissional para iniciar as negociações coletivas, assinar Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou instaurar Dissídio Coletivo; assinar Acordos Coletivos de Trabalho com todo e qualquer estabelecimento que empregue trabalhadores da saúde; 3 - Fixação de contribuição a todos os integrantes da categoria para o custeio da entidade sindical e autorização para desconto em folha de pagamento; 4 - Declarar a assembleia aberta em caráter permanente até o final do processo de negociação coletiva. Obs: a pauta de reivindicações poderá ser acessada no site do sindicato profissional: www.sinsaudearacatuaba.com.br. Araçatuba-SP, 22 de abril de 2026. Erivelto Corrêa de Araújo - Presidente.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Itaú

Nome: GLAUCIA SHIOZUKA - CPF: 193.525.758-73 - Endereço do Imóvel financiado: Um prédio, situado na Rua Cândido Mota, nº 512, Bairro Jardim Penha, do distrito, município e comarca de São Paulo/SP, CEP: 03759-000 - Número do Contrato de Financiamento Imobiliário: 10130528004. Prezado(a) Senhor(a), O **ITAÚ UNIBANCO S.A**. vem, **NOTIFICÁ-LO** que o imóvel acima identificado será levado a leilões extrajudiciais, nos termos da Lei 9.514/97, os quais ocorrerão nas seguintes datas: **1º leilão:** Data: 07/05/2026 Horário: 11h Local: Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – São Paulo/SP. **2º leilão*:** Data: 14/05/2026 Horário: 11h Local: Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – São Paulo/SP * O segundo leilão será realizado apenas em caso de não arrematação do imóvel no primeiro leilão. Você tem o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida, somado aos encargos e despesas de que trata o § 2º B do artigo 27 da Lei 9.514/97, aos valores correspondentes ao ITBI e ao laudêmio, se for o caso, pagos para efeito de consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do Itaú, e às despesas inerentes ao procedimento de cobrança e leilão, incumbindo-lhe, também o pagamento dos encargos tributários e despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel, inclusive custas e emolumentos. **Importante:** o Direito de preferência poderá ser exercido até a arrematação do imóvel, que poderá ocorrer no primeiro público leilão. Caso não ocorra a arrematação no primeiro público leilão, você poderá exercer o seu direito de preferência até a data de realização do segundo público leilão, mediante pagamento ao Itaú, valendo-se das formas previstas nesta notificação. Caso queira exercer o seu direito de preferência e obter maiores informações sobre os valores atualizados, contate o Leiloeiro nos canais indicados abaixo. **Leiloeiro**: (11) 3003-0677, www.portalzuk.com.br – Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis - São Paulo/SP, CEP: 01244-010 – Zuk. **Forma de pagamento**: Caso você tenha interesse em exercer o direito de preferência, você poderá realizar o pagamento por meio de transferência bancária ao Itaú ou a quem este indicar. Caso ao receber esta notificação, V.Sa. já houver exercido o direito de preferência referente ao imóvel, solicitamos que desconsidere esta carta. Atenciosamente, **Itaú Unibanco S.A.** Canais de Atendimento do **Itaú**: Central de Atendimento **Itaú** Imobfone (4004-7051) (capitais e regiões metropolitanas) ou 0300-7897051 (demais localidades), em dias úteis, das 9 às 21 horas, SAC – **Itaú** (0800-7280728), SAC exclusivo para atendimento ao deficiente auditivo ou de fala (0800-7221722), Fale Conosco (www.itau.com.br) todos os dias, 24 horas e Ouvidoria Corporativa **Itaú** (0800-5700011) em dias úteis das 9h às 18 h, Caixa Postal nº 67.600 – CEP 03162-971.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026. Tipo: menor preço. O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Subsecretaria de Compras Públicas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG/MG, comunica que realizará a licitação que tem por objeto o Registro de Preços para a eventual COMPRA CENTRAL - NUTRIÇÃO ENTERAL I, conforme especificações, quantitativos e condições constantes no edital e seus anexos. A sessão do pregão iniciará no dia 07/05/2026, às 09h00min, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG 23/04/2026. Alisson Maurílio Rodrigues Santos – Superintendente Central de Licitações e Contratações – SEPLAG-MG.

GOVERNO DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ALICC – N.º 054/2026

(90054/2026) - UASG Nº 926703

Processo nº: 12500.128050/2024

Objeto: Registro de preços para fornecimento de brinquedos lúdicos III.

Abertura das Propostas: 07/05/2026 às 08h30 (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 22 de abril de 2026.

Cristina de Oliveira Barbosa

Pregoeira ALICC-PMM

Prefeitura Municipal de Glicério

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2.026

Encontra-se aberto no Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Glicério-SP, o **PREGÃO PRESENCIAL nº 13/2.026**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a contratação de empresa especializada em Sistema Integrado de Avaliações com Materiais de Apoio Pedagógico e Tecnológico Educacional, (Língua Portuguesa e Matemática) e livros de atividades complementares, com Sistema específico/Plataforma digital para correções de Avaliações, da Rede Municipal do Ensino Fundamental I, nas Escolas Municipais de Glicério/SP, conforme especificações descritas no Termo de referência, parte integrante deste Edital, que será regido pela Lei 14.133/2.021. **Abertura dos envelopes dar-se-á no dia 08/05/2026, às 08h30min**. O **EDITAL COMPLETO** estará à disposição dos interessados **no SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLICÉRIO** (www.glicerio.sp.gov.br), também de 2ª a 6ª feira, das 08h às 11h e das 13h às 16h, na Rua Prefeito Fuad Eid, nº 320, na cidade de Glicério-SP. Outras informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo Telefone (18)3647-9900, ou pelo endereço de e-mail: licitacoes2@glicerio.sp.gov.br.

Prefeitura Municipal de Glicério, 22 de abril de 2.026.

Hairton Kelsine Carvalho Oliveira

Prefeito Municipal

Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Americana e Região, inscrito no CNPJ nº 62.474.853/0001-12. Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores da categoria profissional de: **Assessoramento e Contabilidade,** para Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia **15 de maio de 2026**, às 17h00 em 1ª convocação, com metade + um dos trabalhadores, ou às 17h30min, em 2ª convocação, com qualquer número de membros presentes. A Assembleia será na sede do Sindicato à Rua Bolívia nº 186, Vila Cechino, Americana/SP, com a seguinte ordem do dia: **1-** Aprovar, ou não, a Pauta de Reivindicações para negociação da Convenção Coletiva de Trabalho, cuja data-base é **1º de agosto de 2026**; **2-** Aprovar, ou não, a continuação da Assembleia, que se manterá permanente até o final da solução da negociação de 2026, ficando autorizada a Presidenta do Sindicato a convocar através de boletins, sessões de Assembleias Extraordinárias, para deliberar sobre proposta feita pelo Sindicato Patronal, em caso de não atender às reivindicações que foram aprovadas pela Assembleia dos trabalhadores; **3-** Concessão de poderes à diretoria da entidade sindical para, em conjunto com os demais Sindicatos da Categoria e a Federação, ou isoladamente, manter negociações coletivas, celebrar Acordos, Convenções Coletivas de Trabalho ou Aditivos, bem como tomar as medidas necessárias buscando solucionar as negociações coletivas, seja através de pedido de Mediação ou Arbitragem, ou ainda através de medidas junto à Justiça do Trabalho; **4-** Tomar conhecimento e ratificar, ou não, a Contribuição Assistencial que foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em **25 de novembro de 2025,** de acordo o TAC - Termo de Ajuste de Conduta, assinado com Ministério Público do Trabalho e conforme definido pelo STF-Tema 935; Contribuição a ser descontada de todos os trabalhadores Associados ou não ao Sindicato da categoria supramencionada, bem como fixar seu percentual, forma de desconto e estabelecer regras que tratem sobre o modo, o momento e lugar para o trabalhador exercer seu direito de oposição, índice de multa a ser aplicada no caso do não recolhimento; e **5-** Discussão e ratificação da proposta aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia **25 de novembro de 2025**, que deliberou quanto à criação da Contribuição Negocial, a ser descontada em folha de pagamento dos trabalhadores, que se opuserem, a Assistencial, que reverterá em favor da entidade sindical, como forma de solidariedade e retribuição ao grupo associativo, pela representação nas negociações coletivas e abrangência do instrumento normativo que delas resultarem. Americana, 23 de abril de 2026. Helena Ribeiro da Silva - Presidenta.

MUNICÍPIO DE GUARANTÃ/SP

Comunicado de Abertura de Licitação

Processo n° 039/2026

Pregão Eletrônico n° 011/2026

Edital n° 016/2026

Objeto Aquisição e Instalação Painel de LED Outdoor P5 mm, incluindo infraestrutura metálica, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. Tipo: Menor Preço. Arealização da sessão será no dia 21/05/2026, às 09h00 no endereço eletrônico: http://compras.guaranta.sp.gov.br:8787/comprasedital/. Prazo limite para solicitação da chave de acesso: 20/05/2026,até às 12:55 horas. A Retirada do edital acima mencionado, em seu completo teor, e demais informações, poderá ser solicitada na Prefeitura do Município de Guarantã/SP, no Departamento de Licitação e Contratos ou pelo site: http://www.guaranta.sp.gov.br/ e http://compras.guaranta.sp.gov.br:8787/comprasedital/. Maiores informações, poderão ser obtidas pelo fone (14) 3586-3300 – Ramal 8, em dias úteis, no horário de expediente: 07:00 às 13:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, na Avenida Altino Cardoso, n° 156 – centro – Guarantã/SP, E-mail: licitacao@guaranta.sp.gov.br.

Guarantã, 22 de abril de 2026.

Marcos Roberto Frugeri – Prefeito Municipal

PECINI LEILÕES — EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - PRESENCIAL

DATA: 1º Público Leilão: 07/05/2026 às 10h45 | 2º Público Leilão: 11/05/2026 às 10h45

LOCAL: Avenida Rotary nº 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP – CEP: 13.092-509

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada por **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, CNPJ nº 04.200.649/0001-07, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, **na modalidade exclusivamente PRESENCIAL**, de acordo com os art. 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: PRÉDIO RESIDENCIAL Nº 795,** situado na Rua João Consentino, no desmembramento denominado **RESIDENCIAL RIO VERDE**, Pirassununga/SP, com **ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 53,62m²**, e com **ÁREA TOTAL DE TERRENO DE 250,00m²**, mais bem descrito e caracterizado na Matrícula Imobiliária nº 24.535 do Registro de Imóveis de Pirassununga/SP. Cadastro Municipal nº 6887.075.001.004.12-6. Inscrição nº 075001004126 – Código do Imóvel nº 24625. Consolidação da propriedade em 10/04/2026. **Lances Iniciais: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 225.408,69. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 145.427,97**. **Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, a área informada, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira em até 24h do encerramento do leilão nas contas correntes a serem indicadas, bem como todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI e emolumentos de qualquer natureza, decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** A escritura de venda e compra será lavrada em cartório indicado pela Credora Fiduciária e por minuta padrão por ela aprovada; **4.** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **5.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **6.** O Arrematante arcará com as custas, impostos, taxas e despesas para regularização de eventual aumento construtivo e benfeitorias junto a todos os órgãos competentes, devendo observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **7. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes do ato; **8.** Consta a existência de ação judicial, cuja análise é de responsabilidade do interessado: Processo nº 4000783-03.2026.8.26.0457 da 1ª Vara da Comarca de Pirassununga/SP; **9.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Fica a Devedora Fiduciante **CLÁUDIA APARECIDA FERNANDES PORTEIRO**, inscrita no CPF nº 192.026.598-85, comunicada e intimada das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fones (19) 3794-2044 / (19) 3295-9777. Avenida Rotary, nº 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

GUARIGLIA LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO QUINTA-FEIRA - 23/04/2026 - 09h00 - APROXIMADAMENTE 200 VEÍCULOS

PRESENCIAL E ONLINE — **VEÍCULOS DE BANCOS E FINANCEIRAS**

VISITAÇÃO: HOJE, 23/04/2026, NO LOCAL DO LEILÃO: das 7 às 9h. | Rod. Pres. Dutra - Km 132 - Sentido SP/RJ - CAÇAPAVA/SP

CHASSIS: 9882261RMPKE90251 - 9BHCU51AAPP384967 - 988611152GK003933 - 9BWDJ5162GP001057 - 9BRBB48EX95051475 - 9BD196263D2086419 - 9BD195102D0452263 - 93HGM2620AZ106210 - 9BD15802AB6539218 - 93HFA66808Z266542 - 93HGD18407Z108503 - 9BGSU19F0BB207971 - 9BGRZ08F0BG181153 - 9BRB29BT7L2253638 - 988611152GK020056 - 9BWAG45U1LT071297 - KMHJU81DBEU696611 - 9BGEY48H0RG263999 - 93YRBB005RJ864093 - 9BFZB55S1K8757315 - 9BWAG45U0PT105218 - 9BHCP51AANP291899 - 936CLYFY1GB018288 - 9BFZH55L6G8313653 - 9BWAB45Z7E4161142 - 93YADCUH59J199811 - KNCSHX76AD7681459 - WF0XXXTAFATJ48468 - WV1DD42H6DA055140 - SALWA2BY1MA765815 - 9BWKB45U5NP008024 - WDDFH3CW7BJ645817 - 9BD2651PAP9222895 - 9BHCP51BBNP218104 - 9350WNFX1PB524882 - 9BD358A1NNYL77769 - 9BGEY69H0NG198371 - 9BWAG45U2MT098350 - 9BWDG45U7PT055530 - 9BD363AVKRYS32510 - 9882261PJNKE04351 - 93YRBB001SJ881852 - 9BGEB69A0MG146098 - 9BFZH55L3K8282824 - LNNAGCBJ8PD851950 - 9BD358ACFRYM98858 - 9BFZH55L4L8405838 - 94DBFAN17KB102330 - 93YRBB007PJ305688 - SALCA2BE3GH571064 - 9BHBG41DBEP114641 - 9BD197163F3230110 - 93YBSR7RHEJ338623 - 9BWAA05U6BP015390 - 935FCN6AWCB542432 - 9BGRJ69F0BG109198 - 9BFZH54J3G8324500 - 94DJBAL10DJ449920 - 9BGJC69X0DB245287 - 9BWMFD7X9EPD10047 - 9BHBG51CAFP479570 - 9BWAA05U3BT017511 - 9BHBG41CAEP164154 - 953638270KR906976 - 98PTTH430NB120029 - 9531M52P7CR260679 - 9A9B60020C2DF5026 - 9A9B67020C2DF5034 - 9C2KC2200TR410586 - 9C2JA04108R035095 - 9C6RG7710R0070803 - 9C2KC2200SR403209 - 9C2ND1720TR005044 - 9C2KD0810SR079380 - 9C2JC4830RR044482 - LHJYJLLA5SB466343 - 9BGEB48A0SG143489 - 9BGEB69H0RG235919 - 9BGEP76B0MB159790 - 9BGJC7520SB181498 - 9BGEB48A0NG118723 - 98861110XMK347653 - 9BGEA48A0RG249105 - 9BGKL48U0LB158701 - 9BGKS69V0KG439620 - 9BD341ATZPY865322 - 9BGEP69H0MG216961 - 9BGKS69V0KG392360 - 9886751C6MKK73163 - 9BGEB69A0RG140828 - 9BWJL45U4SP061723 - 93YHSRC4AGJ305656 - 98867516RNKL12312 - 9BGKT48V0KG112455 - 9BD17122ZF7526911 - 93Y9SR3H5HJ773164 - 9BD196272E2214656 - 9BGEB48A0PG253251 - 9BD17164LB5714817 - 3VVJ465NXKM188964 - WBAPG5108BA844786 - 93W245L34C2080521 - 93YHSR6P5EJ761253 - 9BD196271E2194540 - 9BGEB48A0LG233598 - KMHDC51EBCU385235 - 9BD341ACZPY850907 - 9BGSU19F0DB239213 - 8AWPB45Z7DA501919 - 9BWLB05U1CP125092 - 9BD135019C2187589 - 9BWAA05Z6D4036823 - 8AD4CNFNVDG035101 - 9BGRX48F0BG236516 - 9BWAA05U7BP187296 - 9BGKS69G0FG428740 - 935FCKFV89B509290 - 9BD17140MA5478274 - 9BGRG08F0CG119690 - 9BFZF55A398418366 - 9BD1105BSG1578210 - 935FCKFVYBB540743 - 9BFZE12P358699079 - 9BWAB05W89T034877 - 9BFZK53A4AB144634 - 9BD15822786055041 - 9V41A1E42E0100358 - 93Y4SRD64FJ692182 - 9BWAA05W1CP064953 - 94DVCGD40BJ731905 - 9BRBB42E3B5149696 - 9BWAB49N8CP010104 - 93YBSR1RH9J208272 - 9BD15802AA6294402 - 9362CKFW98B082933 - 9BFZK53A6BB229203 - 9BWAA05W7EP025397 - 935FLN6AY9B529341 - 9C2KC2200SR512192 - 9C2JC7000NR053934 - 9C6RG5020N0005435 - 9C2JF8500MR024085 - 9C2KC2210NR014112 - 95VZF1F5LMM000223 - 9C2KC2200NR157184 - 9C6DG3340S0005339 - 9C2JC9710SR061839 - 9C2KD0840LR000296 - 92TC41CX4TMB00590 - 9C2JC4830KR418009 - 9CDPDR6X1TM102157 - 9C2MC4400NR022136 - 95V021509CZP70791 - 9BG138KJ0BC466144 - KMHJM81BP9U977256 - WBAPG5104AA594350 - KMHFC41DP9A345893 - 9BGJB75Z0DB200318 - WDDBF4DWXJJ645317 - 9BFZH54S2L8455694 - 93XJRKH8WCCC04788 - KNAJT814AC7358522 - LGXCE4CC7S0017797 - 9C6RG3820K0003201 - 96PEXSG1XNFS00834 - 9C2HA07005R030265 - 9C2MD4100GR012516 - 9C6RG3160P0063494 - 95V6G1K5PRM001707 - 000CB400BR2034875 - 9BGSD08ZWVC664112 - 9BFBSZGDA3B802898 - 9BD146000M3704565 - VF7LARFJ49Y500200 - 988226175HKB25386 - 93HGK5860KZ112257 - 9BFZH55L4K8361693 - 9BRBDWHE0H0333996 - 9BGEN43B0RB181504 - 9BGEA48A0MG172890 - 9BHCN51AARP464374 - 9BGEB48A0SG204113 - 3GNAX9EX7JS612725 - 9BFZH55J0J8152559 - 9BGKT69L0EG188834. **| LOTES DE MÓDULOS FOTOVOLTAICOS / MATERIAIS / EQUIPAMENTOS.**

Consulte relação completa de veículos no site.

Condições de venda e pagamento constarão no catálogo próprio.

VISITE NOSSO SITE: www.GUARIGLIALEILOES.com.br

Informações: (12) 3654-1000 /GUARIGLIALEILOES

ANTONIO LUIZ GUARIGLIA - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 415

CHEVROLET Serviços Financeiros bradesco itaú Santander BANCO PAN STELLANTIS FINANCIAMENTOS Safra Sicredi SUHAI SEGURADORA ITAPEVA SENAI

Irã ataca navios no estreito de Hormuz após extensão da trégua

Negociação com os EUA é incerta durante ampliação do cessar-fogo pelo republicano; Paquistão segue pronto para mediar conversas, mas teocracia islâmica não comenta

Igor Gielow

SÃO PAULO O Irã atacou navios de carga no estreito de Hormuz nesta quarta (22), primeiro dia da segunda prorrogação do cessar-fogo feita pelo presidente Donald Trump na guerra que promoveu com Israel contra a teocracia islâmica.

Desta vez, a suspensão da guerra é por tempo indefinido, em mais um recuo do republicano na condução do conflito que jogou o Oriente Médio em desarranjo e a economia global em crise devido ao aumento do preço do petróleo .

A Guarda Revolucionária iraniana confirmou ter atacado e tomado dois navios de contêineres perto de sua costa em Hormuz: o MSC Francesca, de bandeira panamenha, e o Epaminondas, que navega sob as cores da Libéria. Ambas embarcações foram atingidas por tiros, mas ninguém ficou ferido.

Segundo a UKMTO, agência de monitoramento naval da Marinha britânica, um terceiro navio também foi abordado na região e sofreu danos por tiros, mas não houve confirmação sobre a origem dos projéteis.

A agência alertou que o tráfego de navios na região segue extremamente perigoso devido às ações do Irã e ao bloqueio naval imposto aos portos da teocracia pelos Estados Unidos. Trump, ao cancelar a retomada da guerra, manteve o embargo que começou a valer no último dia 13.

Ao menos um superpetroleiro de bandeira filipina rumo ao golfo Pérsico foi parado por forças americanas e forçado a voltar.

Barcos aguardam liberação de passagem pelo estreito de Hormuz Reuters

Segundo o último levantamento, divulgado na segunda (20), outros 27 navios fizeram o mesmo, e 34 escaparam do bloqueio. O iraniano Touska foi alvejado e apreendido pelos EUA no domingo (19).

A volatilidade continua afetando o mercado de energia, principal arma de pressão de Teerã no conflito. Após ligeira queda com o anúncio de Trump na terça (21), o preço do barril do tipo Brent para contratos futuros voltou a ficar em torno de US$ 100.

Cresce a incerteza em relação às negociações para um acordo de paz mais duradouro, que inclua temas como liberdade de navegação em Hormuz e o destino do programa nuclear dos aiatolás.

A capital do Paquistão, Islamabad, segue mobilizada para receber delegações dos rivais, que já se reuniram sem sucesso. Trump havia anunciado retomada das conversas no fim de semana, mas elas não aconteceram, apesar de a equipe do vice, J. D. Vance, estar pronta para viajar.

O Irã rejeitou negociar com o bloqueio naval, que considera violação da trégua. Antes, havia exigido cessar-fogo nos ataques de Israel ao Hezbollah no Líbano, e conseguiu, por pressão dos EUA. Depois, anunciou a reabertura de Hormuz, e o fechou de novo.

Não houve resposta formal à nova extensão da trégua. "Nenhuma decisão foi tomada", disse nesta quarta Esmail Baghaei, porta-voz da chancelaria.

Ele repetiu não ser possível negociar com o bloqueio em vigor, o que foi ecoado por um dos negociadores, o chefe do Parlamento, Mohammad Ghalibaf, e pelo presidente Masoud Pezeshkian.

Os ataques em Hormuz sugerem que o Irã quer se mostrar o mais inflexível possível, até que algo mude no cenário diplomático.

Mas há sinais confusos também na teocracia. O novo líder supremo, Mojtaba Khamenei, ainda não apareceu em público, gerando dúvidas sobre sua capacidade de comando. Outro negociador importante, o chanceler Abbas Araghchi, foi desautorizado pela Guarda Revolucionária, principal poder no país, após ter anunciado no X a reabertura de Hormuz.

Além do risco de retomada da campanha aérea que dizimou a cúpula do regime, degradou severamente as capacidades militares do país e deixou mais de 3.000 mortos, há pressão econômica — Hormuz fechado e o bloqueio afetam sua economia, dependente da venda de petróleo à China.

Trump jogou essa carta em uma postagem. "O Irã está colapsando financeiramente! Eles querem o estreito de Hormuz aberto imediatamente —faminto por dinheiro! Perdendo US$ 500 milhões por dia. Militares e policiais reclamam que não estão sendo pagos. SOS!!!", escreveu na rede Truth Social.

Secretário da Marinha é demitido em meio a bloqueio

O secretário da Marinha dos Estados Unidos, John Phelan, foi demitido, nesta quarta (22), em mais uma troca de posições do Pentágono, poucas semanas após o secretário de Defesa, Pete Hegseth, destituir o principal general do Exército.

O Pentágono escreveu em comunicado que Phelan deixava o governo, sem informar detalhes.

Bilionário que contribuiu com a campanha de Trump, Phelan vinha manifestando divergências em relação a determinações de Hegseth durante seus 13 meses no cargo, segundo o jornal The Washington Post, citando autoridades com conhecimento da disputa.

O segundo civil mais importante da Marinha, o subsecretário Hung Cao, assumirá como secretário interino.

Guerra de rede social promovida por Donald Trump turva possíveis negociações com o governo de Teerã

Análise

SÃO PAULO Após o avassalador ataque nazista à Polônia de 1939, a Segunda Guerra Mundial entrou em um período de estranha calma. Por oito meses, houve batalhas esporádicas e muitas preparações, sem paz à vista.

Encarnando um senhor da guerra virtual, que ataca e recua por meio de postagens, Donald Trump ensaia a versão 2026 do que foi apelidado pela imprensa britânica de 1940 de sitzkrieg, ou "guerra sentada" em alemão, em oposição à blitzkrieg ("guerra-relâmpago") da abertura do conflito.

Trump optou por recuar mais uma vez no embate com o Irã, deixando em aberto o prazo para que Teerã apresente uma proposta de negociação. Enquanto isso, os rivais mantêm suas posições no teatro de operações navais do estreito de Hormuz, sem ceder.

Os EUA mantiveram o bloqueio a portos iranianos, imposto para forçar a abertura da via vital ao mercado de energia mundial. Parece e é contraditório, mas o Irã também adota ambiguidade: num dia anuncia a liberação do tráfego, no outro o veta, usando o embargo como justificativa.

Sobressai a posição de Teerã, cujo regime teocrático tornou-se um protetorado militar da Guarda Revolucionária. A questão da reabertura de Hormuz é simbólica: ela foi anunciada também numa postagem pelo chanceler e negociador Abbas Araghchi na sexta (17).

No dia seguinte, a Guarda já havia revogado a ordem, que fora celebrada em uma torrente de postagens de Trump, alternando elogios e ameaças ao Irã. A confusão metódica sugere o americano jogando com as divisões no rival, mas também sem interlocutor.

É uma aposta de risco. É fato que a teocracia teve boa parte de sua elite morta e suas forças ofensivas manietadas. Isso dito, ainda controla Hormuz, e o medo de uma retaliação que destrua boa parte da capacidade do golfo Pérsico de produzir petróleo guia os sucessivos recuos de Trump.

Para o regime iraniano, é uma luta existencial. Para o americano, uma corrida contra o cronograma que o porá ante um eleitorado crescentemente hostil nas eleições congressuais de novembro. Deixar o conflito em banho-maria é uma opção, mas ela favorece Teerã.

A tática errática do republicano também dificulta a construção de confiança mínima. Chamado pela diplomacia iraniana de "grupo de WhatsApp de um homem só", Trump parece que terá de ceder se quiser ver uma solução mais rápida, ainda que provisória, para a crise.

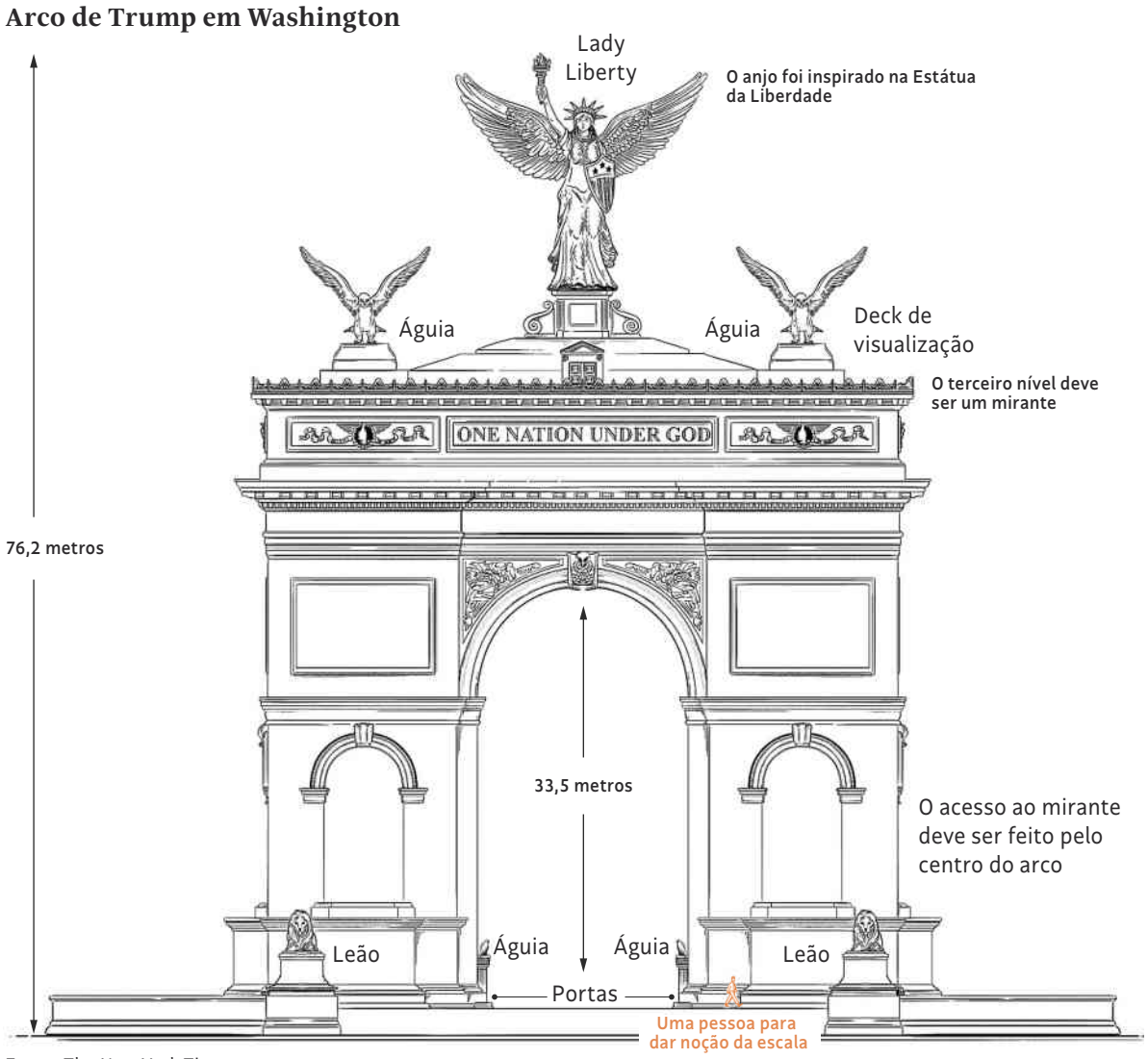
As conversas em Islamabad deverão ocorrer, mas é improvável que Teerã aceite termos restritivos demais a seu programa nuclear. Na prática, tudo sugere que Trump terá de rever sua rejeição ao acordo de 2015, do qual se retirou em 2018.

O bode adicional na sala é Hormuz. O prolongamento dos bloqueios só tenderá a ampliar a crise global e pressionar Trump, e a esta altura o Irã não parece tão preocupado com o impacto na sua já devastada economia. Não é um nó que se desata em duas reuniões.

É um jogo para ver quem pisca primeiro, não muito distante da falsa calmaria de há quase 90 anos na Europa. O problema é que, no mundo ultraconectado atual, do qual Trump é um sintoma agudo, oito meses podem virar oito horas. IG

O prolongamento dos bloqueios só tenderá a ampliar a crise global e pressionar Trump, e a esta altura o Irã não parece tão preocupado com o impacto na sua já devastada economia. Não é um nó que se desata em duas reuniões

Arco de Trump em Washington



Fonte: The New York Times

Arco que Trump quer erguer em Washington é maior que similares pelo mundo

Casa Branca quer obra pronta antes do fim de mandato do republicano, mas não detalha investimento nem cronograma

Marco Hernandez e Anushka Patil

THE NEW YORK TIMES A Comissão Federal de Belas Artes dos Estados Unidos aprovou de maneira preliminar os planos para um imponente arco do triunfo de 76 metros com o objetivo de celebrar os 250 anos do país. Trata-se de um dos vários projetos de construção que o presidente Donald Trump idealizou em um esforço para deixar sua marca estética em Washington.

Apesar da aprovação inicial, o vice-presidente do painel sugeriu mudanças significativas, incluindo a remoção de uma estátua alada no topo do arco que compõe o terço final dos 76 metros de altura desejados por Trump.

A comissão solicitou ao governo Trump que retorne com desenhos atualizados antes de uma votação final pelo painel, que é formado por aliados de Trump e tem apenas função consultiva.

O presidente quer que o arco se erga a partir de uma rotatória próxima ao Cemitério Nacional de Arlington, do outro lado do rio Potomac, em frente ao Memorial Lincoln. O projeto apresenta de forma proeminente os pesados adornos dourados que se tornaram conhecidos como o estilo característico de Trump.

O arco, cujo custo o governo não divulgou, traz a marca de um projeto de Trump por outro motivo: como originalmente proposto, ele é gigantesco.

Embora seja vagamente inspirado no Arco do Triunfo, o monumento neoclássico de Paris encomendado por Napoleão, o arco proposto por Trump faria o francês parecer pequeno, sendo 26 metros mais alto.

Na verdade, o arco submetido ao painel seria mais alto do que quase todos os outros arcos monumentais dos EUA e do mundo.

Muitos dos arcos monumentais do mundo são memoriais de guerra, como o Portão da Índia em Nova Déli e o Monumento aos Soldados e Marinheiros na cidade de Nova York. Alguns comemoram revoluções, como o Monumento à Revolução na Cidade do México, e outros, como o Arco da Rua Augusta em Lisboa, Portugal, simbolizam a força de um povo.

Questionado em outubro sobre para quem seria o arco proposto em Washington, Trump respondeu: "Para mim".

Se construído como o governo Trump planejou, o arco transformaria a paisagem de Washington. Sua localização proposta significa que ele ficaria em total destaque ao entrar ou sair da capital pela ponte Memorial de Arlington. Sua altura significa que ele seria mais alto que o Memorial Lincoln e quase tão alto quanto o Capitólio.

A Casa Branca espera concluir a construção antes do fim do mandato de Trump. Mas ainda há dúvidas sobre como o arco seria construído, incluindo quem pagará por ele.

Ainda é possível que, assim como o salão de festas de 8.400 m² planejado por Trump para a Casa Branca, o arco proposto fique preso em um emaranhado jurídico.

Um grupo de veteranos da Guerra do Vietnã, bem como um historiador de arquitetura, entraram com processo em um tribunal federal para impedir sua construção. A ação argumenta que o arco exigiria aprovação do Congresso sob vários estatutos, incluindo a Lei de Obras Comemorativas, de 1986, que determina que um memorial construído no local proposto deve ser de "significado histórico preeminente e duradouro para os EUA".

Vários democratas do Congresso apresentaram um parecer em apoio a essa ação judicial em março. Washington, afirma o documento, "não é o quintal do presidente para reformar, redesenhar e construir como bem entender".

Jovens americanos não vão às ruas

Idade média de participantes nos atos 'No Kings' saltou de 36 para 48 anos

Lúcia Guimarães

É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT, além de colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo.

Quem se lembra das imagens aéreas de drones documentando as multidões na última edição dos protestos "No Kings" (Sem Reis), contra o governo de Donald Trump? Os protestos atraíram 8 milhões de pessoas, número recorde, mas imagens em close-up do mar de gente nas ruas, em 50 estados americanos, revelam envelhecimento dos participantes.

"Cadê os jovens?", perguntavam, com razão, manifestantes de meia idade e idosos, estes ainda com memória dos protestos contra a Guerra do Vietnã, liderados pelo movimento estudantil.

Uma professora universitária que monitora o perfil demográfico do No Kings registrou que a idade média da manifestação de junho de 2025 foi de 36 anos; a de outubro passado, 44 anos; e o protesto recordista de 28 de março foi o mais grisalho, com média de 48 anos. E foi o primeiro evento marcado por reações à intensamente impopular guerra contra o Irã.

Por que os estudantes americanos resolveram ficar em casa? Eles ocuparam as universidades, indignados com o massacre de civis em Gaza, em 2024, um fator na derrota apertada da democrata Kamala Harris. Em plena pandemia, em 2020, mostraram os rostos mascarados na onda de protestos "Black Lives Matter" (Vidas Negras Importam).

É um quadro que não só começa a registrar sinais evolucionários concretos em cognição e saúde mental, como contribui para passividade social

Um menu variado de explicações começa a emergir. Medo seria um fator, já que o segundo mandato do presidente republicano foi marcado por deportações em massa e pela passividade de administrações universitárias. O slogan "No Kings" —uma referência à rebelião contra a Coroa britânica que levou à independência americana— seria uma mensagem vaga demais para a geração criada sob uma dieta de vídeos curtos, cujo reduzido espectro de atenção afeta seu senso de história.

Haveria também o fator que mais radicalmente distingue a geração de menos de 30 anos, outrora sujeita ao alistamento militar obrigatório durante a Guerra do Vietnã e que enfrentou a violenta repressão policial contra o movimento de direitos civis, nos anos 1960. A tempestade perfeita para jovens criados online, que somou a inteligência artificial à distopia da rede social. É um quadro que não só começa a registrar sinais evolucionários concretos em cognição e saúde mental, como contribui para passividade social.

Especialistas têm avaliado que o Partido Democrata deve pagar o maior custo político por este cenário, já que a preferência de algoritmos por radicalização favorece uma agenda extremista de direita.

Vale notar que a Guerra do Vietnã durou quase duas décadas, enquanto a guerra contra o Irã, que começou há menos de dois meses, não envolve —ainda— tropas no chão, além de constituir um desafio de percepção com anúncios de cessar-fogo, bloqueios e ameaças de devastação constantes, não fruto de negociação diplomática, mas de postagens de rede social, nas madrugadas. A juventude democrática americana deixou claro que Joe Biden merecia punição por Gaza.

Mas há também o fato de que são democratas com "d" minúsculo —cada vez mais eleitores de 18 a 29 anos rejeitam filiação partidária e se identificam como independentes. Isto pode explicar por que, apesar de pesquisas registrando índice mais alto de desaprovação do presidente, jovens americanos não identificam alternativa no único partido de oposição.

DOM. Sylvia Colombo SEG. Bianca Santana
TER. Mundo Leu QUA. Rui Tavares QUI. Lúcia Guimarães
SEX. Laura Greenhalgh SÁB. Igor Patrick

mundo

FBI teria investigado jornalista após reportagem sobre diretor, diz NYT

Segundo o jornal americano, Kash Patel teria mobilizado funcionários da agência para oferecer segurança e transporte à namorada; órgão nega qualquer investigação

Isabella Menon

WASHINGTON O FBI teria determinado, no mês passado, investigação contra a repórter Elizabeth Williamson, do jornal The New York Times, após a publicação de uma reportagem sobre o diretor da agência, Kash Patel. No texto, a jornalista relatava que Patel teria utilizado funcionários do órgão para oferecer segurança e transporte governamentais à sua namorada, Alexis Wilkins, segundo uma pessoa a par do caso.

Durante a apuração do FBI, agentes chegaram a entrevistar Wilkins, consultar bancos de dados em busca de informações sobre Williamson e recomendaram o avanço das investigações para avaliar se a repórter teria violado leis federais relacionadas à perseguição. As informações são do próprio New York Times.

As medidas teriam gerado desconforto no Departamento de Justiça. Parte dos funcionários teriam interpretado a investigação como possível retaliação ao conteúdo da reportagem —que teria desagradado a Patel e sua namorada— e concluído não haver base legal para dar continuidade ao caso.

Ainda de acordo com o jornal, o FBI foi questionado sobre a investigação, mas negou. A pasta teria afirmado que "embora os investigadores estivessem preocupados com a forma como as técnicas de reportagem agressivas ultrapassaram limites de assédio, o FBI não está conduzindo um caso".

Patel estaria vivendo um processo de fritura no governo de Donald Trump. A situação, segundo reportagem da revista The Atlantic, teria se complicado em decorrência do alto consumo de álcool, que seria "fonte recorrente de preocupação em todo o governo".

O diretor do FBI, Kash Patel, em entrevista a jornalistas Annabelle Gordon - 21.abr.26/Reuters

US$ 250 milhões

é o valor da indenização pedida por Kash Patel à revista The Atlantic, que publicou notícias de que ele seria fonte de preocupação em todo o governo Trump

A revista relata que o abuso de bebida teria levado Patel a remarcar compromissos e atrasar investigações. O texto se baseia em relatos de autoridades do Departamento de Justiça e do FBI, a polícia federal americana. O próprio diretor temia estar em risco de perder o cargo, diz a revista.

A repórter responsável pela investigação, Sarah Fitzpatrick, disse à CNN que, segundo pessoas próximas a Patel, ele próprio já manifestou acreditar que sua demissão deva ocorrer em breve.

"Isso é amplamente discutido a portas fechadas. Funcionários administrativos estão discutindo quem deve ser o próximo diretor do FBI." Após a publicação, Patel entrou com um processo relacionado à difamação contra a revista The Atlantic em que pede US$ 250 milhões (R$ 1,2 bilhões) e rebateu as acusações.

"Nunca estive alcoolizado no trabalho, e é por isso que entramos com uma ação por difamação de US$ 250 milhões. E qualquer um de vocês que queira participar, venha. Nos vemos no tribunal", disse Patel aos repórteres. Ele criticou os jornalistas presentes e o trabalho da imprensa.

Pela plataforma X, a revista disse que mantém a reportagem sobre o diretor e que vai defender "vigorosamente a The Atlantic e os jornalistas contra este processo sem fundamento".

A reportagem da The Atlantic motivou críticas de parlamentares democratas. O deputado Jamie Raskin disse, na terça (21), que Patel está a caminho de ser mandado embora. "Esse cara, o público entendeu há um bom tempo, não é qualificado para o trabalho. E não é nada além de um político que não passa de um bajulador político e um serviçal de Donald Trump", afirmou ele.

Em documento endereçado a Patel, Raskin e outros 17 parlamentares demonstram preocupação com o suposto abuso de álcool e comportamento errático do diretor do FBI.

Eles detalham como essas questões teriam prejudicado investigações ligadas à segurança nacional, incluindo casos de terrorismo e buscas por criminosos perigosos. Como medida de fiscalização, exigem que Patel se submeta, sob juramento, a um teste de triagem para transtornos relacionados ao uso de álcool.

Além disso, pedem a apresentação de questionários de segurança e de comunicações internas, para avaliar se a liderança representa vulnerabilidade para o país.

Não é o primeiro escândalo em que Patel se envolve relacionado ao consumo de bebidas. Em fevereiro, durante a comemoração da vitória do time de hóquei nos Jogos Olímpicos de inverno, vídeo feito dentro do vestiário o mostra virando uma garrafa de cerveja.

Ele já esteve na corda bamba em outras ocasiões. Acusado de promover expurgos a mando de Trump, foi alvo de críticas por ter cometido um erro após o assassinato do ativista conservador Charlie Kirk, no ano passado, e por seu posicionamento no caso do financista Jeffrey Epstein.

Sobre Kirk, baleado em uma universidade de Utah, disse que o suspeito foi capturado no dia da morte. O FBI teve que desmenti-lo —o suspeito, Tyler Robinson, só foi detido no dia seguinte.

Também disse não haver "informações confiáveis" nos arquivos da polícia que indicariam tráfico de mulheres por Jeffrey Epstein, empresário acusado de abuso sexual de menores.

Pontífice critica desigualdade em discurso na Guiné Equatorial, última parada de sua viagem à África

MONGOMO (GUINÉ EQUATORIAL) | REUTERS O papa Leão 14 usou esta quarta (22), último dia de sua viagem pela África, para criticar a desigualdade de renda e pedir que fiéis ajudem a reduzir a distância entre ricos e pobres. Ele falou na Guiné Equatorial, país abundante em petróleo.

O pontífice tem irritado Donald Trump por suas críticas à campanha militar no Oriente Médio. E a Guiné Equatorial tem acordo para receber deportados dos EUA —o tratamento de Washington dado a migrantes é outro vetor de crítica de Leão 14. Ele também visitou uma prisão de alta segurança que, segundo grupos de direitos humanos, abriga presos políticos em condições abusivas.

No pátio da prisão, detentos cantaram e dançaram sob uma chuva torrencial para o papa.

Leão 14 assiste a apresentação de jovens na Guiné Equatorial Guglielmo Mangiapane/Reuters

"A administração da justiça tem como objetivo proteger a sociedade, mas para ser eficaz, deve apostar sempre na dignidade e no potencial de cada pessoa", afirmou Leão 14, diante de 600 presos. Ao final do encontro, os detentos dançaram aos gritos de "liberdade".

Segundo a Anistia Internacional, a unidade é uma das três do país onde presos podem ficar anos sem acesso a advogados. O governo rejeita as críticas e diz que o país vive em uma democracia.

Em uma missa na Basílica da Imaculada Conceição, maior estrutura religiosa da África Central, o papa pediu à população do país que "sirva ao bem comum em vez de a interesses privados" para diminuir as distâncias "entre privilegiados e desfavorecidos".

E criticou o tratamento precário de "prisioneiros que frequentemente são obrigados a viver em condições higiênicas e sanitárias preocupantes".

Edifício Peixoto Gomide, nos Jardins, zona oeste de São Paulo, no início da ocupação, em 2006 (à esq.), e 20 anos depois, em 2026 Leonardo Wen - 19.dez.26 e Adriano Vizoni - 13.abr.26/Folhapress

Ocupação na Oscar Freire enfrenta precariedade e ofensas de vizinhos

Defesa Civil aponta risco com paredes mofadas e fiação improvisada em prédio nos Jardins, na zona oeste de São Paulo; Justiça autorizou reintegração de posse

Maria Clara Matos

SÃO PAULO Rato morto, fezes e embalagens de comida formam o cenário na calçada do edifício Peixoto Gomide, nos Jardins, área de alto padrão de São Paulo. A três minutos dali, a pé, fica o restaurante japonês Murakami, premiado com uma estrela Michelin. A dez está o Shops Jardins, complexo de luxo com lojas das grifes Gucci, Dolce&Gabbana e Dior.

Localizado no cruzamento entre as ruas Oscar Freire e Peixoto Gomide, o prédio está ocupado há 20 anos por pessoas que antes viviam nas ruas. No total, 33 famílias compartilham cômodos em condições precárias no edifício art-déco, construído na década de 1950. As paredes estão mofadas, há instalações elétricas improvisadas e o telhado corre risco de desabar, segundo laudo da Defesa Civil de janeiro.

Mas a história do Peixoto Gomide não é como a de tantos outros prédios de São Paulo, invadidos após ficarem anos abandonados. Segundo a própria Justiça, a ocupação do edifício foi incentivada pelo proprietário majoritário, em meio a uma guerra judicial.

Há 26 anos, a construtora Santa Alice começou a comprar os apartamentos com objetivo de demolir a edificação e, no lugar, erguer um prédio de luxo. O projeto, contudo, foi travado pela recusa de dois proprietários em vender seus apartamentos: a psicóloga Mathilde Neder, hoje com mais de cem anos, e o empresário Ricardo Thomé.

Thomé afirmou à **Folha** que vendeu sua unidade há dez anos, mas não para a Santa Alice, e preferiu manter o nome do comprador em sigilo.

Diante do impasse, começaram os problemas. Segundo a Justiça declarou em decisões de 2012 e 2018, a construtora incentivou a ocupação dos apartamentos no prédio por famílias em situação de rua. O objetivo era desvalorizar o local e pressionar os proprietários a vender suas unidades, cada uma com 128 m² —o que lembra o roteiro do filme "Aquarius", de Kleber Mendonça Filho.

"A ré Alice Hotelaria e Construções Ltda. não tomou quaisquer medidas para evitar a invasão por terceiros, restando evidente sua pretensão quanto à desvalorização dos dois imóveis remanescentes para forçar a venda pelos proprietários", escreveu o desembargador Elcio Trujillo em 2018.

Raio-X do Edifício Peixoto Gomide

- Inaugurado na década de 1950
- Quatro andares (nove unidades)
- Apartamentos de 128 m²

Dados cartográficos ©2026 Google

Nos autos do processo, a empresa afirma que o prédio "foi há algum tempo invadido por moradores de rua, enquanto seu titular desenvolvia projetos fora do Estado". Argumenta que realizou reparos e manutenções periódicas no edifício e negou qualquer intenção de abandono. O imbróglio se arrasta há dez anos no Tribunal de Justiça de São Paulo.

No último dia 10, a Justiça autorizou a reintegração de posse em favor da Santa Alice e de Mathilde Neder. "Moro aqui há 19 anos. Foi o dono que nos colocou aqui dentro", relata uma das moradoras mais antigas, que pediu para não ser identificada. "Nós não invadimos. Ele trouxe famílias que viviam na calçada", completa.

O edifício foi ocupado três vezes, em 2006, 2016 e 2017.

O prédio é dividido em nove unidades, cada uma com três quartos. Cada quarto abriga ao menos uma família. Moradores cozinham em fogões dentro dos próprios dormitórios. Em um deles, uma geladeira antiga compete por espaço com armário, cadeira de praia, roupas e brinquedos. Há buracos no teto, fios amontoados e quadros de luz queimados.

Os detalhes foram compartilhados em fotos anexadas ao laudo técnico, um pedido da vereadora Cris Monteiro (Novo). A legisladora recebeu relatos de moradores da região sobre acúmulo de lixo, ligações clandestinas de água e energia e a presença de crianças vivendo em condições precárias.

Os moradores do edifício relatam uma rotina de ofensas no bairro, com frases como "não quero nem que meu cachorro ande próximo ao planeta dos macacos" e "vou jogar uma bomba aí".

Famílias afirmam que auxílio para aluguel é baixo

A renda das famílias vem de benefícios sociais, como o Bolsa Família, além de venda de balas e panos de prato. Vizinhos antigos também ajudam com cestas básicas.

Cada família tem direito a R$ 400 mensais da Prefeitura de São Paulo, com exceção daqueles que apresentaram problemas com documentos. É o caso de Penélope, mulher transsexual que passou a viver na ocupação com o filho de 14 anos após deixar o marido, de quem diz ter herdado um vício em K9. Formada em administração, empreendedorismo e artes cênicas, Penélope hoje conta com empregos temporários, como garçonete em hamburguerias e lanchonetes próximas.

Alegando que o auxílio-aluguel oferecido pela prefeitura é muito baixo, algumas famílias que vivem no Peixoto Gomide dizem que terão que se abrigar em praças e vias próximas —como a avenida Nove de Julho— quando o despejo ocorrer.

A saída, que será acompanhada pela Polícia Militar, não tem data definida.

O edifício está no radar da prefeitura desde 2018, com o desabamento do prédio Wilton Paes de Almeida, no largo do Paissandu, que deixou sete mortos e dois desaparecidos na região central de São Paulo. Na época, a gestão mapeou 51 edifícios na capital que estavam em condições parecidas. O Peixoto Gomide foi um deles.

"Durante esse período, houve uma forte discussão com a prefeitura para pensar uma política pública para garantir a segurança e o atendimento das famílias dessas 51 ocupações", conta Eduardo Abramowicz, advogado no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. O escritório foi designado pelo Ministério Público para acompanhar o caso.

Segundo Abramowicz, no lugar, a prefeitura escolheu enviar pedidos judiciais de remoção das famílias, que, por sua vez, esperavam ser incluídas em políticas públicas como o PIU Setor Central, plano de intervenção urbana cujo objetivo é atrair moradores para o centro da cidade.

"Essa política faz com que as pessoas permaneçam em condições precárias, se mantenham em áreas de risco, iguais ou piores e deixem de morar no centro de São Paulo", ele prossegue. "Com R$ 400, é impossível encontrar qualquer imóvel nesse preço, seja no mercado formal, seja no mercado informal."

Em nota, a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) informou que o auxílio-aluguel é pago regularmente às famílias e que os moradores utilizam a rede socioassistencial, com acesso ao CRAS Pinheiros. Além disso, afirma que estão inseridos em políticas públicas como programas de transferência de renda e atendimento educacional às crianças.

A **Folha** foi à sede da construtora Santa Alice, situada em um estacionamento nos Jardins, a poucos minutos da ocupação. Procurado sobre o futuro do empreendimento, Marcelo Moreira, um dos donos da empresa, disse que não iria se manifestar.

A verdade que só um romance sabe dizer

'Revolução' é trama bem urdida sobre fim da ditadura em Portugal

Sérgio Rodrigues
Escritor e jornalista, autor de "A Vida Futura" e "Viva a Língua Brasileira"

O aniversário da Revolução dos Cravos, neste sábado (25), é um bom pretexto para ler o melhor romance português publicado no Brasil nos últimos anos: "Revolução", de Hugo Gonçalves (Companhia das Letras).

Trata-se da história da família Storm, proprietária de um charmoso hotel em Sintra, que é dilacerada pelos acontecimentos que se atropelam pouco antes e pouco depois do fim da ditadura salazarista. Parece —e se lê com tanto prazer quanto— um romanção de antigamente.

Isso quer dizer que a narrativa, hábil na contação de histórias e versátil na alternância de tons trágicos, melodramáticos e cômicos, combina o olhar vertical com o horizontal. Enquanto um mergulha o leitor na consciência dos personagens principais, o outro registra com mirada larga o painel social em que eles se movem.

Claro que essa é apenas uma das formas de contar histórias com palavras, nenhuma delas preferível de antemão —cada caso é um caso. Contudo, o que algum apressado poderia tachar de reacionarismo estético se revela aquilo que "Revolução" tem de mais ambicioso e provocante.

A aposta na tecnologia do romance realista de matriz oitocentista, com um narrador onisciente oscilando entre compaixão e ironia, é um modo de superar a grande feira contemporânea das pequenas parcialidades autocentradas.

A opção de Gonçalves, que além de romancista é roteirista de séries de TV, lembra a do norte-americano Jonathan Franzen. Em títulos como "Liberdade", Franzen também investe na tradição do romance social-histórico-psicológico como forma de revitalizar o discurso literário, refém da fragmentação pouco generosa dos quadradinhos inatos.

As parcialidades se entrechocam no vácuo deixado por uma das ditaduras mais longas e obscurantistas da história, com liberação sexual e drogas fornecendo temperos de época

Ambos os autores injetam novidade em formas consagradas, mas o português me parece mais bem-sucedido em fugir dos estereótipos e do espírito de gincana —a obrigação de tocar em certo número de temas— que ameaçam uma empreitada do gênero.

Em "Revolução", as parcialidades —sobretudo as de esquerda e direita, mas não só— se entrechocam no vácuo deixado por uma das ditaduras mais longas e obscurantistas da história, com liberação sexual e drogas fornecendo temperos de época.

Os irmãos Storm — a revolucionária Maria Luísa, apelidada Malu Tormenta, a reacionária Pureza e o imaturo Frederico— são os eixos de uma trama sem redenção em que cada agente é capaz de momentos de grandeza e de mesquinhez, como costumam ser as pessoas.

Isso não implica estabelecer equivalências morais entre os vários lados do conflito —nem entre as forças moderadas e radicais que disputaram o futuro da política portuguesa no turbulento período pós-25 de Abril, conhecido como Processo Revolucionário em Curso, nem destas com as viúvas do salazarismo que tentaram sem sucesso tramar uma reação.

A verdade que a linguagem romanesca permite captar como nenhuma outra é de um tipo diferente da mensagem doutrinária predeterminada —"como a injustiça é injusta!"— que serve de ponto de partida e de chegada a tantas histórias atuais. É mais bagunçada e mais adulta. Pode chamar de literária.

DOM. Antonio Prata **SEG.** Becky S. Korich / Giovana Madalosso
TER. Vera Iaconelli **QUA.** Ilona Szabó de Carvalho / Jairo Marques
QUI. Sérgio Rodrigues **SEX.** Tati Bernardi
SÁB. Oscar Vilhena Vieira / Luís Francisco Carvalho Filho

Destombamento da Escola Panamericana opõe herdeiros de fundador a arquiteto em SP

Conselho paulistano decide neste mês se acata recurso; placar está em 4 a 3, e faltam dois votos; empresa diz que não vai demolir prédio

Priscila Mengue e André Fleury Moraes

SÃO PAULO Uma votação marcada para a próxima segunda (27) sobre a manutenção do tombamento da antiga Escola Panamericana de Arte e Design em Higienópolis, área nobre do centro de São Paulo, colocará em lados opostos os dois principais nomes ligados à história do espaço: os herdeiros de Enrique Lipszyc, fundador da instituição, e Siegbert Zanettini, 91, arquiteto que projetou o prédio.

A deliberação será retomada pelo Conpresp (conselho municipal de patrimônio) após pedido de vista do presidente do órgão, o procurador Ricardo Ferrari, em fevereiro.

O voto dele pode definir o julgamento, que está em 4 a 3 pela reversão do tombamento, defendida pela Keeva Investimentos —empresa dos herdeiros de Lipszyc, morto em 2020. Há dois anos, na reunião que definiu o tombamento, Ferrari votou pelo reconhecimento do imóvel como patrimônio cultural. A outra conselheira que também não se manifestou neste ano teve o mesmo posicionamento à época.

O estudo de tombamento ocorreu a partir de pedido da Appit (Associação de Proprietários, Protetores e Usuários de Imóveis Tombados), em 2021, em meio à iminência da demolição de outra unidade da escola, na rua Groenlândia, nos Jardins. O imóvel foi demolido antes da votação, contudo, dando lugar a um condomínio de apartamentos de alto padrão.

O prédio da Panamericana em Higienópolis costuma ser descrito por especialistas como um exemplar de arquitetura em aço e de estética "high-tech". Entre as principais referências internacionais dessa proposta estão o Centro Pompidou e a pirâmide do Museu do Louvre, respectivamente dos anos 1970 e 1980, em Paris.

A Panamericana de Higienópolis foi inaugurada em 1998, em meio às celebrações dos 25 anos da escola. Anos antes, Enrique Lipszyc contou à **Folha** que buscava "um ambicioso projeto estético" para as suas unidades.

O edifício tem quatro andares e características próprias, como o "esqueleto" metálico exposto na parte interna e na fachada, as instalações hidráulicas e elétricas aparentes e os "túneis" cilíndricos de acesso. A decisão que deu aval ao tombamento considerou que o prédio é uma obra pós-moderna e importante para a arquitetura paulistana do fim do século 20.

"O que eu vejo, com todo respeito, é que isso se tornou uma discussão ideológica", disse à **Folha** o advogado Luiz Carlos Andrezani, que representa a empresa. "Não existe fundamento para, tecnicamente falando, dizer que tem de ser tombado", completou.

Ele afirmou que o prédio será mantido: "Ninguém vai demolir coisa nenhuma". Ao Conpresp descreveu o tombamento como uma "restrição permanente ao direito de propriedade".

O prédio foi incorporado à ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing) neste ano. Ao anunciar a novidade, no fim de 2025, o grupo educacional chamou o espaço de um "campus histórico". Em nota, o grupo disse reconhecer a "importância simbólica e cultural" do espaço, e destacou que não tem ingerência sobre o destino do imóvel.

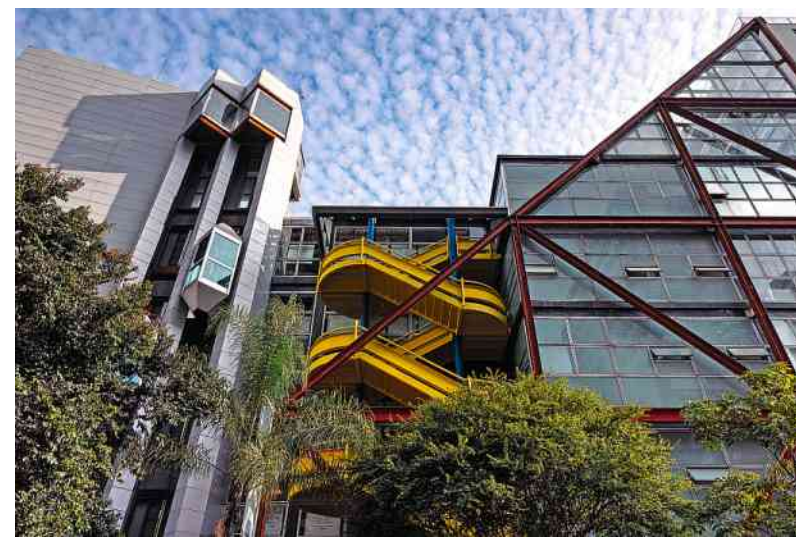
No dia 11, apoiadores do tombamento promoveram um ato em frente à escola, com a presença de Zanettini. O arquiteto declarou, em vídeo publicado pelo coletivo Pró-Higienópolis, que o prédio pode virar "mais massa construída, sem nenhum critério" caso o conselho aceite o recurso.

O núcleo paulista do Docomomo —entidade internacional de preservação da arquitetura moderna— emitiu uma carta a favor do tombamento.

A organização descreveu o espaço como um "capítulo singular da arquitetura brasileira do período ao reinterpretar, em contexto local, debates internacionais sobre tecnologia, industrialização, cultura pop e expressão arquitetônica".

Na reunião de 23 fevereiro, o relator do processo e conselheiro pelo Crea (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), Wilson Levy, votou por reverter o tombamento do prédio. Ele mencionou especialmente o parecer técnico do arquiteto Pedro Taddei, de 2022, contratado pela empresa da família Lipszyc.

"O imóvel não possui características únicas para a linguagem de exoestruturas de aço, tampouco é um exemplar primitivo ou mesmo inaugural. Nem simboliza uma solução projetual rara", afirmou.



Fachada da Escola Panamericana de Artes, hoje utilizada pela ESPM, no bairro de Higienópolis, no centro de SP Pedro Affonso - 16.abr.26/Folhapress

Escola Panamericana pode ser destombada na próxima reunião de conselho de patrimônio

Dados cartográficos ©2026 Google

Projeto na Câmara quer punir uso da Justiça para perseguir mulheres

Texto apresentado em 2024 altera Lei Maria da Penha para contemplar violência processual

Bárbara Sá

SÃO PAULO Um projeto em tramitação na Câmara dos Deputados quer reconhecer o uso abusivo da Justiça como forma de violência contra a mulher. A proposta surge em meio a casos em que ex-companheiros acionam repetidamente o Judiciário para intimidar vítimas.

Apresentado em dezembro de 2024 pelo deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), o texto altera a Lei Maria da Penha para incluir a chamada violência processual como uma das formas de violência doméstica.

A proposta define a prática como condutas abusivas no âmbito judicial, como a apresentação de ações e recursos sem fundamento, com o objetivo de prolongar processos, desgastar a vítima e limitar seu acesso à Justiça.

Na justificativa, o autor afirma que agressores têm utilizado o sistema judicial como extensão do controle exercido sobre a mulher, por meio de disputas repetitivas e incidentes infundados que mantêm o vínculo entre as partes mesmo após o fim da relação.

Hoje, esse tipo de conduta não é tipificado de forma específica na legislação. Na prática, magistrados recorrem a instrumentos já existentes, como o reconhecimento do abuso do direito de ação e a aplicação de multa por litigância de má-fé, para tentar conter esse tipo de comportamento.

Apesar de já ter recebido parecer favorável, o projeto não avançou desde o ano passado e atualmente aguarda a designação de relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

O debate ocorre em um contexto em que especialistas apontam o uso do sistema de Justiça como uma extensão da violência doméstica. Em alguns casos, homens passam a acionar repetidamente a vítima na esfera judicial após o fim do relacionamento, incluindo ações contra familiares, advogados e pessoas próximas.

Em Minas Gerais, um policial militar foi condenado por perseguir a ex-companheira em um caso que incluiu, conforme a decisão, o uso de medidas judiciais para intimidar a vítima e enfraquecer sua rede de apoio. Após a repercussão do caso, outras mulheres passaram a procurar a assistente social Lívia Soares, que atua no apoio a vítimas de violência doméstica em Ipatinga. Os relatos apresentam padrões semelhantes de comportamento.

Soares diz já ter atendido mais de 600 mulheres e relata que, em alguns casos, há repetição de estratégias de intimidação, especialmente quando os envolvidos ocupam posições de poder. Ela afirma que passou a ser alvo após atuar como testemunha em um dos processos.

Os relatos reunidos por ela incluem violência psicológica, ameaças e tentativas de controle, além do uso de processos judiciais como forma de pressão. Há ainda registros de ameaças de divulgação de conteúdo íntimo e de abordagens indiretas a pessoas próximas.

Apoio às vítimas envolve definição de estratégias

A leitura de que a violência se desloca para o Judiciário também aparece entre advogadas que atuam na defesa de mulheres. Para a presidente da Comissão das Mulheres Advogadas da OAB-SP, Maíra Recchia, há uma mudança no espaço em que a violência ocorre.

"O que a gente percebe é que muda a arena da violência. Ela sai de casa e vai para o processo judicial", afirma.

O apoio às vítimas envolve acompanhamento dos casos, orientação e definição de estratégias para garantir proteção.

VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO

Condenado por matar ciclista Marina Harkot é preso em MG após 5 meses foragido

SÃO PAULO O empresário José Maria da Costa Júnior, condenado em novembro de 2025 por atropelar e matar a ciclista Marina Kohler Harkot em novembro de 2020, em São Paulo, foi preso nesta quarta-feira (22) em Pouso Alegre, no sul de Minas Gerais. A informação foi confirmada pelo seu advogado, José Miguel da Silva Júnior.

Ele estava escondido da Justiça desde o início de novembro passado, quando foi condenado pelo Tribunal do Júri a 12 anos em regime fechado por homicídio doloso e mais um ano em regime aberto por omissão de socorro.

Na tarde desta quarta, José Maria da Costa Júnior passou por audiência de custódia e aguarda a resposta de um pedido de habeas corpus feito ao STF (Supremo Tribunal Federal). José Miguel da Silva Júnior afirma à **Folha** que entrará com outros "recursos pertinentes ao caso", mas diz que não há prazo para o habeas corpus ser julgado.

Ainda não há informações se o condenado será transferido para São Paulo.

PREFEITURA DE SÃO PAULO aqui o trabalho não para APRESENTA EstúdioFOLHA

Armazéns solidários registram quase 1,2 milhão de atendimentos, com 12,3 milhões de itens vendidos

Dados do programa da Prefeitura referem-se ao funcionamento das sete unidades em 2024 e 2025; mais dois espaços serão implantados

O programa Armazém Solidário, da Prefeitura de São Paulo, tem atraído cada vez mais famílias, registrando aumento expressivo no número de pessoas que passaram pelos espaços e no volume de produtos vendidos. Em dois anos, 2024 e 2025, o programa realizou quase 1,2 milhão de atendimentos. No mesmo período, a quantidade de itens vendidos atingiu a marca de 12,3 milhões. Em 2026, a tendência se mantém, pois entre janeiro e março, cerca de 2,9 milhões de itens foram comercializados.

Desde que a Prefeitura inaugurou a primeira unidade, em 2024, o volume total movimentado supera R$ 110 milhões. O modelo garante economia média de 30% a 50% em relação aos preços de mercados convencionais, o que contribui para a adesão crescente ao programa. Um quilo de banana nanica, por exemplo, é vendido por R$ 1,99, quando no supermercado está por R$ 6,69. A dúzia de ovos brancos custam R$ 9,99 no Armazém Solidário. No supermercado, saem por R$ 16,34.

O número de atendimentos e a quantidade de itens comercializados estão associados à compra direta com fornecedores, estratégia que reduz custos e impacta o preço final ao consumidor. Também contribuem o reforço das campanhas de divulgação e a instalação de unidades em áreas com maior vulnerabilidade social.

Outro destaque é a integração com a produção local. Parte dos alimentos frescos tem origem em agricultores vinculados ao programa Sampa+Rural, representando mais de 16% do abastecimento de frutas, legumes e verduras, com fornecimento de hortaliças, raízes e temperos.

O programa é destinado a pessoas inscritas no CadÚnico. A procura se concentra em itens básicos do cotidiano. Entre os mais vendidos estão leite, banana, batata, cebola, laranja e detergente.

Os armazéns solidários integram a rede de segurança alimentar do município, reconhecida em dezembro de 2025 pelo Guinness World Records como o maior programa municipal de segurança alimentar do mundo.

Atualmente, são sete unidades em funcionamento, distribuídas em São Miguel, City Jaraguá, Jaraguá, Brasilândia, Guaianases, Cidade Tiradentes e M'Boi Mirim. Outras duas unidades estão em implantação, no Jardim Myrna e no Grajaú.

JFDiorio/PrefSP

Consumidora em uma das sete unidades do programa Armazéns Solidários

cotidiano

Empresário é morto a tiros durante abordagem policial no Rio

Bruna Fantti

RIO DE JANEIRO Um empresário foi morto a tiros durante uma abordagem de policiais militares na madrugada desta quarta-feira (22), na Pavuna, zona norte do Rio de Janeiro.

Daniel Patrício Santos de Oliveira, 29, tinha uma loja de produtos eletrônicos na região e voltava de um pagode com três amigos quando foi baleado por policiais militares do 41ºBPM (Irajá).

Após análise das câmeras pela corporação, os policiais foram presos em flagrante, na tarde desta quarta, por ordem do comando da Secretaria de Polícia Militar.

Segundo a corporação, a investigação conduzida pela Corregedoria Geral e pela 2ª Delegacia de Polícia Judiciária Militar identificou indícios de prática de homicídio doloso, quando há intenção de matar.

Os policiais afirmaram que realizavam patrulhamento quando foram informados por transeuntes de que um carro estaria em situação suspeita. Eles passaram a fazer rondas quando se depararam com o modelo descrito e deram ordem de parada. O veículo teria acelerado na direção deles.

Um dos sargentos efetuou onze disparos de fuzil; o outro, treze, do mesmo modelo de arma. Um dos disparos atingiu Daniel, que dirigia o carro, no rosto. Em nota, a Polícia Civil afirmou que a Delegacia de Homicídios apura o caso. A Polícia Militar afirmou que abriu um procedimento para apurar a conduta dos agentes. O caso também é acompanhado pela promotoria militar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberta o PREGÃO ELETRÔNICO 008/2026 – EDITAL 010/2026 – cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS ATRAVÉS DE CARTÕES DE ABASTECIMENTO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS REQUISITANTES – CONFORME ANEXO I DO EDITAL.** O período de envio das propostas será a partir de 24/04/2026 até 11/05/2026 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 11/05/2026 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 23/04/2026. Ituverava-SP, 22 de abril de 2026. **LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.**

AGROPECUÁRIA SANTO ANTONIO DO AGUDO LTDA

NIRE nº 35.230.877.167 - CNPJ nº 05.847.490/0001-80

CONVOCAÇÃO

Convidam-se os senhores sócios da **AGROPECUÁRIA SANTO ANTONIO DO AGUDO LTDA**, a se reunirem em reunião de sócios, a realizar-se na sede social na Fazenda Agudo, s/n, Cidade de Orlândia/SP, Caixa Postal 100, CEP 14623-899, no dia 30/04/2026, as 09:45 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) aprovação das contas exercício 2025; b) deliberação sobre os lucros do exercício de 2025; c) outros assuntos de interesse da sociedade. A reunião de sócios será realizada com a participação dos sócios de forma presencial na sede da sociedade e por meio de participação virtual, através de plataformas de reuniões virtuais. Caso não haja quórum na primeira convocação, a reunião será realizada em segunda chamada, 30 minutos após o horário marcado, com qualquer número de sócios presentes. Orlândia, 20 de abril de 2026. **ROBERTO LUIZ JUNQUEIRA NETTO** - SÓCIO ADMINISTRADOR.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 0000401-68.2025.8.26.0698. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Pagamento. Exequente: CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A. Executado: Alessandro Cesar Ferreira. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS. PROCESSO Nº **0000401-68.2025.8.26.0698**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Pirangi, Estado de São Paulo, Dr(a). VINICIUS MONERAT TOLEDO MACHADO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ALESSANDRO CESAR FERREIRA, Brasileiro, Casado, Motorista, CPF 171.***.***-10, com endereço à Rua Benjamin Constant, 1217, Casa, Centro, CEP 15820-000, Pirangi - SP, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de sentença por parte de CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A., alegando em síntese: Cumprimento de sentença para pagamento do valor de R$ 23.485,72 (vinte e três mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Pirangi, aos 18 de março de 2026.

FRS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

NIRE nº 35.224.646.612 - CNPJ nº 12.538.713/0001-92

CONVOCAÇÃO

Convidam-se os senhores sócios da **FRS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**, a se reunirem em reunião de sócios, a realizar-se na sede social na Fazenda Paineiras, s/n, Zona Rural, Cidade de Orlândia/SP, CEP 14623-899, no dia 30/04/2026, as 10:30 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) aprovação das contas exercício 2025; b) deliberação sobre sociedade em conta de participação; c) deliberação sobre os lucros do exercício de 2025; c) outros assuntos de interesse da sociedade. A reunião de sócios será realizada com a participação dos sócios de forma presencial na sede da sociedade e por meio de participação virtual, através de plataformas de reuniões virtuais. Caso não haja quórum na primeira convocação, a reunião será realizada em segunda chamada, 30 minutos após o horário marcado, com qualquer número de sócios presentes. Orlândia, 20 de abril de 2026. **ROBERTO LUIZ JUNQUEIRA NETTO** - SÓCIO ADMINISTRADOR.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ABASTECIMENTO
Saab 5 - Diretoria de Licitações e Suprimentos

AVISO DE LICITAÇÕES

PE nº 90039/2026 – Proc. nº 2025/00085107 – Objeto: Fornecimento e instalação dos novos Sistemas de Climatização, Ventilação e Exaustão - Fórum da Comarca de Santo André - Lote Único. **Vistoria Obrigatória:** de 22/04/2026 a 30/04/2026. **Abertura da Sessão Pública:** Dia 06/05/2026 às 11:00 horas.

PE nº 090040/2026 – Proc. nº 2025/00158676 - Objeto: Registro de Preços para serviços de reparos, adequações pontuais e serviços comuns de engenharia para 1ª, 5ª e 9ª RAJs em lotes. **Abertura da Sessão Pública:** 06/05/2026 às 11:00 horas.

FORNECIMENTO DO EDITAL COMPLETO: Gratuitamente no **Portal Nacional de Contratações Públicas** (https://www.gov.br/pncp/pt-br), no **Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl), e no **Portal de Compras do Governo Federal** – (www.compras.gov.br).

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico n° 055/2026 - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal n° 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.421/2024, torna público que realizará Pregão Eletrônico no dia **18 de maio de 2026, às 08h30min**, para o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**, visando a **AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS DE PINTURA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.

Junqueirópolis/SP, 22 de abril de 2026.
JOAQUIM ROSA CORRADI
Diretor de Planejamento, Obras, Serviços e Manutenção

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

ELIDILEI DE OLIVEIRA MARTINS, leiloeiro oficial, inscrito na JUCESP n° 1409, com escritório à Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830 - 12º andar - Torre 4 - Itaim Bibi, São Paulo/SP - CEP: 04543-900, autorizado pelo(a) **Credor(a) Fiduciário(a):** Cooperativa de Crédito Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - **SICREDI Centro Oeste Paulista**, CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36, com sede na Av. Rio Branco nº 1.153, Alto Cafezal, Marilia/SP, por Instrumento Particular de Contrato de Limite de Crédito com Pacto de Alienação Fiduciária, emitido em 22/11/2024, na qual figura(m) como **Devedora Principal: LUIZ AUGUSTO REIS 28616788875,** empresa inscrita no CNPJ nº 18.116.696/0001-81, com sede na Rua Jose Antonio Asmar, nº 96, Jardim São Luiz, Pompéia/SP – CEP: 17586-052 e como **Devedores Fiduciantes**: **LUIZ AUGUSTO REIS**, portador do CPF nº 286.167.888-75, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77 com **FRANCIELE TALITA CORREIA GALHEGO REIS**, portadora do CPF nº 368.762.288-60, empresária, ambos brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Jose Antonio Asmar, nº 96, Jardim São Luiz, Pompéia/SP – CEP: 17586-052, **promoverá** a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente **On-line**, do(s) imóvel(is) abaixo descrito(s), nas datas, hora e local infracitados, dentro dos parâmetros e na forma da lei 9.514/97. **Local da realização dos leilões**: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site **www.tabaleiloes.com.br**. **Descrição do(s) imóvel(is)**: **PREDIO RESIDENCIAL (CASA) e seu respectivo terreno,** situado na Rua Jovino de Oliveira Martins, nº 177, Parque dos Pássaros, Pompéia/SP – CEP: 17580-000. **Matrícula(s) nº: 12.576** do Cartório de Registro de Imóveis de Pompéia/SP. **Datas dos leilões**: **>1º Leilão: 04/05/2026, às 10:00h, pelo valor de R$ 870.000,00 e em >2º Leilão: 06/05/2026, no mesmo horário, pelo valor de R$ 1.147.335,49.** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. Para as demais condições para participação e informações sobre o Leilão, favor consultar o Edital completo, no site www.tabaleiloes.com.br ou ligue (11) 3249-4680.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo.

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 057/2026

Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SWITCHS ETHERNET."
Processo Administrativo: 16.332/2024-D
Data e Hora do Pregão: 15/05/2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote
Modo de Disputa: Aberto
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim
Tipo de Licitação: Ampla Concorrência / Cota Reservada de 25% para ME e EPP
UASG de atuação: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Planejamento, Gabinete do Prefeito, Subsecretaria de Ações de Cidadania Subsecretaria de Assuntos da Juventude, Subsecretaria de Controle Interno, Subsecretaria de Comunicação Social, Secretaria de Governo, Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, Secretaria de Administração, Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Finanças, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Urbanismo, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras Públicas, Secretaria de Habitação, Secretaria de Serviços Urbanos,
Secretaria de Trânsito, Secretaria de Transportes, Secretaria de Assuntos Institucionais, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Diversidade e Inclusão e Secretaria de Projetos Especiais e Estratégicos, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 15 de abril de 2026
JOSIE YABUTA DE LIMA HOLLANDA - Secretária Municipal de Planejamento

AGROPECUÁRIA JARAGUÁ LTDA

NIRE nº 35.230.877.175 - CNPJ nº 05.668.668/0001-25

CONVOCAÇÃO

Convidam-se os senhores sócios da **AGROPECUÁRIA JARAGUÁ LTDA**, a se reunirem em reunião de sócios, a realizar-se na sede social na Fazenda Agudo, s/n, Cidade de Orlândia/SP, Caixa Postal 48, CEP 14623-899, no dia 30/04/2026, as 09:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) aprovação das contas exercício 2025; b) deliberação sobre os lucros do exercício de 2025; c) outros assuntos de interesse da sociedade. A reunião de sócios será realizada com a participação dos sócios de forma presencial na sede da sociedade e por meio de participação virtual, através de plataformas de reuniões virtuais. Caso não haja quórum na primeira convocação, a reunião será realizada em segunda chamada, 30 minutos após o horário marcado, com qualquer número de sócios presentes. Orlândia, 20 de abril de 2026. **SUZANA JUNQUEIRA NETTO** - SÓCIA ADMINISTRADORA.

MATA CHICA AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA

NIRE nº 35.230.877.183 - CNPJ nº 08.096.990/0001-15

CONVOCAÇÃO

Convidam-se os senhores sócios da **MATA CHICA AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA**, a se reunirem em reunião de sócios, a realizar-se na sede social na Estrada Municipal MAG 080, Morro Agudo à Fazenda Perobas, Bairro Zona Rural, Cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo, Caixa Postal nº 6, CEP nº 14649-899, no dia 30/04/2026, as 14:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) aprovação das contas exercício 2025; b) deliberação sobre os lucros do exercício de 2025; c) integralização de quotas da sociedade em outra empresa por sócios; d) outros assuntos de interesse da sociedade. A reunião de sócios será realizada com a participação dos sócios de forma presencial na sede da sociedade e por meio de participação virtual, através de plataformas de reuniões virtuais. Caso não haja quórum na primeira convocação, a reunião será realizada em segunda chamada, 30 minutos após o horário marcado, com qualquer número de sócios presentes. Orlândia, 20 de abril de 2026. **ROBERTO LUIZ JUNQUEIRA NETTO** – SÓCIO ADMINISTRADOR

AGROPECUÁRIA NOVA FAZENDA AGUDO LTDA

NIRE nº 35.230.905.128 - CNPJ nº 05.668.641/0001-32

CONVOCAÇÃO

Convidam-se os senhores sócios da **AGROPECUÁRIA NOVA FAZENDA AGUDO LTDA**, a se reunirem em reunião de sócios, a realizar-se na sede social na Fazenda Agudo, s/n, Cidade de Orlândia/SP, Caixa Postal 48, CEP 14623-899, no dia 30/04/2026, as 14:45 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) aprovação das contas exercício 2025; b) deliberação sobre os lucros do exercício de 2025; c) integralização de quotas da sociedade em outra empresa por sócios; d) outros assuntos de interesse da sociedade. A reunião de sócios será realizada com a participação dos sócios de forma presencial na sede da sociedade e por meio de participação virtual, através de plataformas de reuniões virtuais. Caso não haja quórum na primeira convocação, a reunião será realizada em segunda chamada, 30 minutos após o horário marcado, com qualquer número de sócios presentes. Orlândia, 20 de abril de 2026. **ROBERTO LUIZ JUNQUEIRA NETTO** - SÓCIO ADMINISTRADOR.

FRAROMAS PARTICIPAÇÕES LTDA

NIRE 35.232.335.752 - CNPJ nº 39.871.364/0001-82

CONVOCAÇÃO

Convidam-se os senhores sócios da **FRAROMAS PARTICIPAÇÕES LTDA**, a se reunirem em reunião de sócios, a realizar-se na sede social na Rodovia Altino Arantes, KM 96,5, Zona Rural, Cidade de Orlândia/SP, caixa postal 48, CEP 14623-899, no dia 30/04/2026, as 11:15 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) aprovação das contas exercício 2025; b) deliberação sobre os lucros do exercício de 2025; c) outros assuntos de interesse da sociedade. A reunião de sócios será realizada com a participação dos sócios de forma presencial na sede da sociedade e por meio de participação virtual, através de plataformas de reuniões virtuais. Caso não haja quórum na primeira convocação, a reunião será realizada em segunda chamada, 30 minutos após o horário marcado, com qualquer número de sócios presentes. Orlândia, 20 de abril de 2026. **ROBERTO LUIZ JUNQUEIRA NETTO** - SÓCIO ADMINISTRADOR.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 0005415-19.2024.8.26.0229. Classe: Assunto: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução. Requerente: Cristiano Zeccheto Saez Ramirez. Requerido: Jose Iramilton Gondim Maia. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **0005415-19.2024.8.26.0229**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Hortolândia, Estado de São Paulo, Dr(a). Marta Brandão Pistelli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOSE IRAMILTON GONDIM MAIA , Brasileiro, CPF 283.333.098-79, com endereço à Patativa, 170, Vila Nova Teixeira, CEP 13034-810, Campinas - SP, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Cristiano Zeccheto Saez Ramirez, alegando em síntese: A empresa executada, embora devidamente citada, não apresentou defesa, presumindo-se seu encerramento irregular, o que autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, com a responsabilização dos sócios, nos termos do art. 134 do CPC. Consulta realizada junto à Receita Federal demonstra que a empresa permanece ativa, evidenciando a irregularidade de seu encerramento. Ademais, após diligências realizadas junto a órgãos como instituições bancárias e Detran, não foram localizados bens em nome da executada, inviabilizando a satisfação do crédito. Diante disso, mostra-se necessária a responsabilização dos sócios, sob pena de frustração do direito do credor. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Hortolândia, aos 06 de abril de 2026.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: (13 de maio de 2026, às 14h30min *)
2º LEILÃO: (15 de maio de 2026, às 14h30min *) (*horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 328, com escritório na Rua Minas Gerais, n° 316, Cj. 62, Higienópolis, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **LEILÃO PÚBLICO** de modo **SOMENTE ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ sob n° 90.400.888/0001-42, com sede em São Paulo/SP, à Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 2041, Conj. 281, Bloco A, Vila Nova Conceição, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, n° 0010050631, firmado em 11/12/2019, com a Fiduciante **LUCIANA CIRILLO,** brasileira, analista técnico educacional, separada judicialmente, portadora do RG nº 26.307.796-2-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 180.913.708-06, residente e domiciliada em Bauru/SP, no dia 13 de maio de 2026 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 431.230,31 (quatrocentos e trinta e um mil duzentos e trinta reais e trinta e um centavos)**, o qual encontra-se atualizado conforme disposições contratuais**,** o imóvel constituído pelo **Apartamento nº 2505**, localizado no 5º andar, do Bloco 2, do Castelbello Residencial, situado na Rua Ana Rosa Zuicker D'Annunziata, nº 2-32, Jardim Cruzeiro do Sul, Bauru/SP, com direito a vaga nº 175. Área privativa: 55,00m² e Área total: 99,27m², melhor descrito na matrícula n° 123.254 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Bauru/SP. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. **Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 221.146,32 (duzentos e vinte e um mil cento e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo Whatsapp: (11) 99514-0467 ou pelo e-mail contato@portalzuk.com.br **(Dossiê 26705)**.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: (06 de maio de 2026, às 14h30min *)
2º LEILÃO: (08 de maio de 2026, às 14h30min *) **(*horário de Brasília)**

Mauro Zukerman, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 328, com escritório na Rua Minas Gerais, n° 316, Cj. 62, Higienópolis, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **LEILÃO PÚBLICO** de modo **SOMENTE ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ sob n° 90.400.888/0001-42, com sede em São Paulo/SP, à Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 2041, Conj. 281, Bloco A, Vila Nova Conceição, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, n° 0010108459, firmado em 24/09/2020, com os Fiduciantes **VALDEMIR RIGO**, brasileiro, proprietário, portador do RG nº 20.064.722-2-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 145.815.798-99, e sua cônjuge **TELMA MARTINS CARMARGO RIGO**, brasileira, do lar, portadora do RG nº 26.769.108-7-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 250.063.078-11, casados pelo regime da Comunhão Parcial de Bens, residentes e domiciliados em Bauru/SP, no dia 06 de maio de 2026 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 356.627,25 (trezentos e cinquenta e seis mil seiscentos e vinte e sete reais e vinte e cinco centavos)**, o qual encontra-se atualizado conforme disposições contratuais, o imóvel constituído pelo **Apartamento nº 61**, localizada no 6º andar, Torre Paulo VI, do Residencial Roman Ville, situado na Alameda Padre Antônio Maria, nº 1-45, Parque Alto Sumaré, Bauru/SP, com direito a vaga de garagem nº 95. Área privativa: 55,98m² e Área total: 93,165m², melhor descrito na matrícula n° 120.732 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Bauru/SP. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 212.741,66** (duzentos e doze mil setecentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo Whatsapp: (11) 99514-0467 ou pelo e-mail contato@portalzuk.com.br **(Dossiê 26722)**.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **SINDICATO DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – CNPJ nº 62.700.794/0001-53**, por sua Presidente, no uso de suas prerrogativas legais e estatutárias, **CONVOCA** todos os empregados domésticos da categoria, associados e não associados de todo o Município de São Paulo, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 17/MAIO/2026 às 13:00 horas e às 14:00 horas em segunda e ultima convocação**, na sede do Sindicato à Rua Margarida, 298, Barra Funda - SP – CEP-01154-030, para fins de deliberarem sobre a **ordem do dia: a)** Aprovação da prestação de contas de 2025, **b)** outros assuntos. São Paulo, 22 de abril de 2026.

MARLI DE OLIVEIRA SILVA - PRESIDENTE

FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ

CNPJ 57.538.696/0001-21

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS
PROCESSO Nº 1001765-93.2022.8.26.0009

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dr(a). Cristiane Sampaio Alves Mascari Bonilha, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) OTÁVIO DE OLIVEIRA CARNEIRO, CPF 433.608.818-77, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Fundação Santo André, visando ao recebimento de R$ 30.506,71 (fevereiro/22) alegando, em síntese, que o réu, livre de vícios de consentimento, firmou requerimento de matrícula/contrato de prestação de serviços educacionais para o ano letivo de 2019, comprometendo-se a arcar com as respectivas mensalidades. Contudo, deixou de cumprir integralmente sua obrigação, deixando de pagar as parcelas de abril a dezembro/2019. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da quantia especificada, devidamente atualizada e honorários advocatícios correspondentes a 5% do valor da causa ou apresente embargos monitórios, nos termos do artigo 701 do Código de Processo Civil, sob pena de constituição de título executivo judicial. Não efetuado o pagamento ou apresentado embargos, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de outubro de 2025.

VEM AÍ

ESPECIAL DA FOLHA

11 OS MELHORES LIVROS BRASILEIROS DE NÃO FICÇÃO DO SÉCULO 21

A FOLHA CONVIDOU CEM ESCRITORES, INTELECTUAIS E ESPECIALISTAS COMO JURADOS DE UMA SELEÇÃO ESPECIAL: O MELHOR QUE A LITERATURA BRASILEIRA JÁ PRODUZIU EM LIVROS DE NÃO FICÇÃO. UMA LISTA COM AS PRINCIPAIS OBRAS QUE REFLETEM A RIQUEZA E A DIVERSIDADE DA CULTURA LITERÁRIA DO PAÍS. NÃO PERCA!

ASSINE A FOLHA

NESTE DOMINGO, 26/4
NO ESPECIAL DA FOLHA

FOLHA DE S.PAULO
★★★

Contaminação química atinge praia e afeta pesca em comunidade na Bahia

OUTRO LADO Terminal Itapuã diz que colabora com as investigações e nunca descarregou efluentes na área; pesquisadores dizem que região vive 'acidente ambiental ampliado'

João Pedro Pitombo e Rafaela Araújo

SALVADOR Quando a maré recua na praia de São Tomé de Paripe, em Salvador (BA), as poças se formam entre as pedras na faixa de areia e revelam manchas azuis e amarelas na água. O aspecto brilhante chama a atenção de quem passa, e o cheiro forte incomoda.

As manchas começaram a aparecer em fevereiro e são resultado da contaminação por compostos químicos como nitrato, nitrito e cobre. O caso está sendo investigado pela Polícia Civil e pelo Inema, órgão ambiental do governo da Bahia, que determinou a interdição temporária da praia.

Encravada no Subúrbio Ferroviário de Salvador, a praia é frequentada por banhistas, além de pescadores e marisqueiras que vivem do mar e dos mangues na baía de Todos-os-Santos. A área fica próxima à Base Naval de Aratu, que já hospedou presidentes como Lula (PT), Dilma Rousseff (PT) e Jair Bolsonaro (PL).

As inspeções realizadas pelo Inema constataram irregularidades relacionadas à operação do terminal Itapuã, operado pela Intermarítima, especializado em granéis, minérios e fertilizantes. O terminal fica no mar e as cargas são levadas a terra, em Paripe, por meio de correia transportadora.

O terminal disse que colabora com as investigações e que está cumprindo a interdição temporária determinada pelo Inema. Também afirmou que opera no local desde 2022 e que nunca descarregou efluentes na praia, tampouco produtos como cobre ou nitrato.

O Inema, contudo, afirma que os resultados laboratoriais apontaram, "de forma consistente", a compatibilidade entre o material encontrado na faixa de areia e os insumos manuseados pela empresa.

Relatório técnico elaborado pelos pesquisadores Alexandre Pessoa Dias e Hermano Albuquerque de Castro, ambos da Fiocruz, classifica a contaminação como um "acidente ambiental ampliado", com efeitos contínuos e cumulativos sobre o meio ambiente e as populações vulneráveis da região. O estudo aponta que comunidades periféricas e majoritariamente negras são as mais afetadas.

"A gente vem travando essa luta com a empresa e os poderes públicos. Fizemos várias manifestações, mas nada foi resolvido. É uma situação crítica", diz o pescador Leandro dos Santos Souza, 33, morador de Paripe e que tem no mar o principal sustento de sua família.

Pescadores e marisqueiras também relatam a mortandade de peixes, mariscos e camarões, com impacto na segurança alimentar das comunidades. A possível contaminação da fauna marinha está sendo analisada em pesquisa liderada pelo professor Francisco Kelmo, do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia.

O Terminal Itapuã disse que câmeras de monitoramento registraram pesca com explosivo a poucos metros do píer, uma prática ilegal.

O contato com as substâncias químicas pode causar problemas de saúde como infecções, hepatite A e conjuntivite. Entre os moradores de Paripe, há relatos de sintomas respiratórios, irritações na pele e problemas gastrointestinais.

A vereadora Eliete Paraguassu (PSOL), que acompanha o caso, critica a prefeitura por não adotar um protocolo diferenciado para os pacientes expostos aos produtos químicos e alerta para a dimensão do problema. "É uma das maiores exposições a produtos químicos registradas no Brasil nos últimos anos", afirma.

Em nota, a Prefeitura de Salvador disse que mantém um diálogo permanente com a comunidade local e promoveu uma ação emergencial com a entrega de cestas básicas e atualização do Cadastro Único para acesso a programas sociais.

A origem dos compostos químicos, que está sob investigação, também resultou disputa no campo empresarial.

A Intermarítima diz que "análises de água subterrânea e solo apresentadas ao órgão ambiental pela antiga operadora do terminal justificam a origem pretérita dessas manchas". A antiga operadora do terminal é a Gerdau, que atuou na região entre 1989 e 2022.

Em nota, a Gerdau disse que o terminal foi vendido e a licença ambiental foi transferida para o novo proprietário.

Mancha azulada entre pedras na praia de São Tomé de Paripe, em Salvador; área foi interditada após suspeita de contaminação por nitrato, nitrito e cobre Fotos Rafaela Araújo - 8.abr.26/Folhapress

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE INTERNET E NAS EMPRESAS E CURSOS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIESP SP
CNPJ nº 04.912.405/0001-57
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A Diretoria Executiva CONVOCA todos os Trabalhadores das áreas técnicas, administrativas e operacionais das empresas do segmento das seguintes categorias econômicas: provedores de acesso a internet, provedores de conteúdo e informações, provedores de serviços de aplicação, páginas e portais de busca e hospedagem de site na internet, sites de hospedagem de vídeos, fotos e músicas na internet, sites de correio eletrônico na internet, internet banda larga, internet via rádio, páginas e sites de intermediação de contratação de mão de obra, páginas e sites de vendas e intermediação de vendas na internet, lojas virtuais, provedores de voz sobre protocolo internet (VOIP), páginas e sites de entretenimento na internet, atividades de páginas e sites de jogos na internet, sites e páginas de atividades de salas de acesso a internet, páginas e sites de atividades de salas de "bate-papo" na internet, empresas de anúncios e publicidade on line, empresas de sistemas de segurança digital de internet e informática, instalação, manutenção e reparação de antenas e sistemas de internet e computadores, com direito a voz e voto, para Assembleia Geral Extraordinária designada para o dia 28/04/2026 às 18:00 h, em primeira convocação e às 18:30 h. em segunda chamada com qualquer número, sito a rua Tácito de Almeida nº 87, Sumaré, CEP: 01251-010, para tratar de assuntos da seguinte ordem do dia: **1 -** Leitura, discussão e votação das propostas apresentadas para assinatura de Convenção Coletiva de Trabalho com o sindicato patronal para o exercício de 2026/2027; **2 -** Em não havendo acordo com o sindicato patronal, autorização para ingressar com Dissídio Coletivo e, assinatura de Acordo Coletivo de Trabalho diretamente com às Empresas interessadas. **3 -** Apresentação e votação de proposta para o custeio do sistema sindical, através de Contribuição Assistencial, em conformidade com o art. 513, "e" da CLT, devida por todos os membros da categoria. **4 -** Assuntos Gerais.
São Paulo, 23 de abril de 2026. **Abner Teixeira da Silva - Presidente.**

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 08 de maio de 2026, às 15h00min *.
2º LEILÃO: 11 de maio de 2026, às 15h00min *. (*horário de Brasília)
Santander FRAZÃO Leilões
Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Herval, nº 1052, Belenzinho, São Paulo/SP, CEP: 03062-000, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **LEILÃO PÚBLICO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 0010208293, firmado em 31/03/2021, com o(s) **Fiduciante(s) FABRICIO RODRIGUES SEREIA,** inscrito no CPF nº 352.303.218-06, e seu cônjuge **INGRID NAIR SILVA DE OLIVEIRA SEREIA**, inscrita no CPF nº 428.525.008-09, no dia 08/05/2026 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 164.255,06** (cento e sessenta e quatro mil duzentos e cinquenta e cinco reais e seis centavos), o imóvel matriculado sob nº **81.883 do Oficial de Registro de Imóveis de Birigui/SP**, constituído por "Um prédio residencial, que recebeu o nº 545, da Rua Joaquim Rozendo Guerreiro Sanches, Residencial Planalto, em Clementina/SP, contendo a área construída de 59,21m² (Av.01) e seu respectivo terreno constituído de parte do lote nº 05 da quadra "Q", resultado da subdivisão do lote nº05 da mesma quadra, localizado no lado ímpar da Rua Joaquim Rozendo Guerreiro Sanches, distante 37,00m da esquina com a Rua Juliano Sanches Vasques, no loteamento denominado Residencial Planalto, anexo à Cidade, Distrito, Município de Clementina e Comarca de Birigui/SP, com a área de 125,00m², com as seguintes medidas e confrontações: Pela frente medindo 5,00m confronta com a Rua Joaquim Rozendo Guerreiro Sanches, de quem da rua olha para o imóvel, pelo lado direito medindo 25,00m confronta com parte do lote nº 05, pelo lado esquerdo medindo 25,00m, confronta com o lote nº 06 e pelos fundos medindo 5,00m confronta com o lote nº 34, todos da mesma quadra.". **Cadastro Municipal:** 1471-1. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.03 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. **Imóvel Ocupado.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 11/05/2026, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 91.386,77 (noventa e um mil trezentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site do Leiloeiro(a)**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.26759_RB_3594-01).

TCMSP
TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.006/2026
Processo: TC/000745/2026 - **Objeto:** Aquisição de mobiliários e equipamentos para os espaços de saúde localizados no Anexo I do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP. Acha-se aberta a licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – EXCLUSIVO ME/EPP**, a realizar-se no dia **08 de maio de 2026** às **09h00** no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas. O edital poderá ser obtido gratuitamente, na Internet, por meio do Portal do TCMSP (http://www.tcm.sp.gov.br) ou pelo Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/) – UASG 925462

AGROBAE
BAEPENDI AGROPECUÁRIA S/A
CNPJ: 06.165.908/0001-31
Assembleia Geral Ordinária Convocação
Convidam-se os senhores acionistas da **BAEPENDI AGROPECUÁRIA S/A**, a se reunirem em assembleia geral ordinária, a realizar-se na sede social, na cidade de Orlândia, a Fazenda Agudo, S/N, Bairro Zona Rural, dia 30 de abril de 2026, às 15:30 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação de Balanços Patrimoniais de 2025; b) Destinação dos Lucros da Companhia; c) Outros assuntos de interesse da sociedade. A assembleia geral ordinária será realizada com a participação dos acionistas de forma presencial na sede da companhia e por meio de reunião virtual, através de plataformas de reuniões virtuais. Orlândia, 20 de abril de 2026. **Felipe Junqueira Netto Branco** - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA DE CAPELA DO ALTO/SP
DIVISÃO DE LICITAÇÕES - EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 045/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n° 003/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar, visando atender os alunos da rede pública municipal e estadual de ensino do Município de Capela do Alto/SP, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.
INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 23/04/2026 - Horas 09:00:00
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 18/05/2026 - Horas 09:00:00
ABERTURA/ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 18/05/2026- Horas 09:05:00.
O Edital completo no site: www.capeladoalto.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br e maiores informações na Divisão de Licitações sito à Praça São Francisco nº 26 - centro - Capela do Alto/SP - tel. 15 3267 8812 ou pelo email: contratacao.capela@capeladoalto.sp.gov.br
Capela do Alto, 22 de abril de 2026.
Henrique Daniel Leme - Prefeito Municipal.

30 uol
ANOS

Credibilidade se constrói com o tempo. Nós temos a do Brasil desde sempre.

O UOL tem 30 anos de idade.

Com atualidade para entender o presente.

Com autenticidade para ser verdadeiro.

Com atemporalidade e continuidade, para atravessar gerações e seguir escrevendo a história.

UOL. 30 ANOS DE IDADE.

Reino Unido proíbe cigarro a jovens para sempre

Medida impede que nascidos a partir de 2009 adquiram cigarros e vapes mesmo após atingir a maioridade

LONDRES E SÃO PAULO Os parlamentares britânicos aprovaram um projeto de lei que proíbe a compra de cigarros e vapes por pessoas nascidas a partir de 1º de janeiro de 2009. A medida cria uma restrição permanente e impede que quem hoje tem 17 anos ou menos possa adquirir esses produtos ao longo da vida, mesmo após atingir a maioridade.

A aplicação da Lei de Tabaco e Vapes ficará a cargo das autoridades locais, que poderão emitir multas quando identificarem infrações. As regras abrangem casos como a venda de tabaco para nascidos a partir de 1º de janeiro de 2009, a venda de vapes ou nicotina para menores de 18 anos, a compra desses produtos em nome de terceiros, a exibição irregular de produtos ou preços e irregularidades no licenciamento do varejo.

A multa prevista é de 200 libras (cerca de R$ 1.340). Já para infrações específicas relacionadas a licenças de varejo, o valor da multa segue uma faixa mais alta, que pode chegar a cerca de 2.500 libras (R$ 16.750). Os recursos arrecadados com as penalidades serão alocados em ações de fiscalização da própria lei de tabaco e vapes ou em atividades relacionadas à saúde pública.

O ministro da Saúde, Wes Streeting, classificou a aprovação da lei um "momento histórico para a saúde da nação", que levará à "primeira geração livre do fumo, com proteção vitalícia contra vícios e danos". Assim que receber a sanção real e tornar-se lei, a normativa dará ao governo poderes para ampliar a proibição para áreas externas, como parques infantis e locais próximos de escolas e hospitais.

Também dará às autoridades novos poderes para restringir os sabores e embalagens dos cigarros eletrônicos (vapes), bem como proibir seu consumo em lugares onde fumar já seja proibido.

O projeto de lei é parte de uma série de iniciativas para reforçar as medidas de saúde preventiva e aliviar a pressão a longo prazo sobre o Serviço Nacional de Saúde (NHS, na sigla em inglês) do Reino Unido, financiado pelo Estado.

No Reino Unido, fumar causa cerca de 75 mil mortes por ano e é responsável por aproximadamente um quarto de todas as mortes, segundo o NHS.

Segundo a epidemiologista Vera Luiza da Costa e Silva, secretária-executiva da Conicq (Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco), ligada ao Inca (Instituto Nacional de Câncer), essa abordagem já aparece em diferentes partes do mundo, embora ainda esteja em fase de implementação ou teste.

Em 2022, a Nova Zelândia tornou-se o primeiro país a promulgar uma lei deste tipo contra o tabagismo, proibindo a venda de cigarros aos nascidos depois de 2008. Mas, menos de um ano depois, uma coalizão conservadora que tinha acabado de se eleger revogou a lei, em novembro de 2023.

Para Silva, a iniciativa representa uma resposta a políticas anteriores mais permissivas, sobretudo em relação aos cigarros eletrônicos. "A indústria deixou de ser apenas do tabaco para se tornar uma indústria da nicotina. E o que vimos foi um aumento expressivo do consumo entre adolescentes, especialmente de vapes", diz.

Para a cardiologista Jaqueline Scholz, diretora do Programa de Tratamento do Tabagismo do Incor (Instituto do Coração), esse tipo de política funciona como uma "sinalização de que o produto não é aceitável".

No Brasil, embora a legislação seja considerada avançada, com proibição da venda de cigarros eletrônicos e restrições ao consumo, o principal desafio ainda é a fiscalização. "A lei existe, mas a aplicação e a punição deixam a desejar. Isso acaba criando uma cultura de impunidade", diz Scholz.

O médico de Família e Comunidade Uno Vulpo, especialista em redução de danos no uso de substâncias, vê a medida do Reino Unido com ceticismo e questiona sua eficácia prática.

Na avaliação do especialista, um dos efeitos pode ser o fortalecimento do mercado ilegal. "Quando você restringe muito, abre espaço para produtos clandestinos, sem controle de qualidade", diz.

Com AFP e Laiz Menezes

Veja países com leis restritivas ao fumo

Maldivas
Proíbe tabaco para nascidos a partir de 2007 (inclusive turistas) e baniu vapes

Reino Unido
Proibição permanente para nascidos a partir de 2009

Austrália
Padronizou embalagens, elevou impostos e restringiu vapes a farmácias

México
Proibiu fumar em todos os locais públicos e vetou publicidade

Uruguai
Limita marcas a vender uma única versão por produto

Singapura
Restringe fumo a áreas designadas, com proibição ampla e multas elevadas

Brasil, Turquia, Países Baixos e Maurício
Atingiram o nível mais alto de implementação do conjunto de medidas preconizadas pela OMS (Organização Mundial da Saúde) desde 2007 para reduzir o tabagismo: controle, proteção, tratamento, alerta, proibição de propaganda e impostos

Hungria
Restringe a venda de produtos de tabaco às chamadas Lojas Nacionais de Tabaco, e cortou 85% dos pontos de venda, reduzindo acesso

Nova Zelândia
Aprovou medidas rígidas parecidas com as do Reino Unido, mas depois revogou antes de valer

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Pioneiro do MST em São Paulo, liderou busca da terra para milhares de famílias

VALMIR RODRIGUES CHAVES (1956 - 2026)

Clayton Castelani

SÃO PAULO Em agosto de 2004, Valmir Rodrigues Chaves, o Bill, liderava 200 famílias rumo a um assentamento provisório em Sandovalina (SP), na região do Pontal do Paranapanema. Jagunços entrincheirados atrás de um barranco abriram fogo para repelir o grupo porque suspeitaram de que a movimentação representava uma tentativa de invasão da fazenda. Os trabalhadores rurais conseguiram escapar e apenas um deles se feriu ao cair.

O tiroteio no oeste paulista foi apenas mais um capítulo na jornada de 40 anos de militância de Bill, um dos pioneiros do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em São Paulo.

Nascido em 15 de setembro de 1956 em Rubim, cidade mineira do Vale do Jequitinhonha, conheceu a dureza do campo ainda criança. Aos sete anos, mudou-se com a família para o Paraná, onde trabalhou nas lavouras de café.

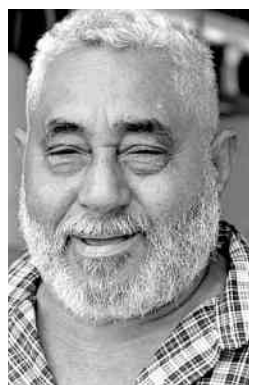
Em novembro de 1983, cruzou a divisa rumo ao Pontal do Paranapanema, trazendo consigo a companheira Dona Cida e os filhos. Em 1985, inseriu-se definitivamente nas reuniões de base do nascente MST. Um ano depois, a conquista da Gleba 15 de Novembro, em Euclides da Cunha Paulista, foi seu primeiro grande marco vitorioso. Bill liderou a mobilização que deu origem ao assentamento que hoje é o segundo maior de São Paulo em população, abrigando mais de 2.000 pessoas.

Em 1990, fincou a bandeira do movimento na ocupação da fazenda Nova Pontal, em Rosana, considerada um divisor de águas para o avanço das lutas camponesas na região.

Tornou-se peça-chave do Setor de Produção do MST, fortalecendo associações e liderando a Coopercampo, dedicada à produção leiteira e assistência técnica que atende mais de 300 famílias.

Valmir Rodrigues Chaves morreu aos 69 anos, em 20 de abril de 2026, em São Paulo. A causa da morte foi uma pneumonia agravada por endocardite. Bill deixa Dona Cida, cinco filhos —João Paulo, Saulo, Ana Paula, Wagner e João Pedro— e netos.

Como último desejo, pediu para ser sepultado no assentamento em que viveu com sua família, na Gleba 15 de Euclides da Cunha Paulista.


Divulgação MST

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE
Serviço Funerário Municipal de São Paulo Central 156 Tel. (11) 3396-3800; prefeitura.sp gov.br/servicofunerario
Anúncio pago na Folha Tel. (11) 3224-4000. WhatsApp (11) 99646-9069. Seg. a sex.: 10h às 19h.

"Parque dos Ipês Cemitério e Crematório, através de sua administradora Itapecerica Participações S/A, na qualidade de CONTRATADA, situada à Estrada Ary Domingues Mandu, 2719, CEP.: 06855-000, Embu Mirim, Itapecerica da Serra/SP, em conformidade com cláusula estabelecida no "Regimento Interno" e "Contrato de Concessão", dá ciência aos contratantes abaixo relacionados, que em 15 (quinze) dias, contados da publicação do presente, ocorrerá, conforme previsão contratual, a exumação dos falecidos sepultados provisoriamente em jazigo comunitário [de uso compartilhado] e guarda de restos mortais em ossuário geral. **Todas as despesas envolvendo as exumações e guarda dos despojos, além das despesas já existentes do contrato original, são de responsabilidade do concessionário".** Legenda: "P" = Proposta / "C:" Concessionário. P-91661 C-HELENO MONTEIRO DA S CPF-048.7XX.XX8-67 /P-91664 C-EPIFANIO ELPIDIO GON CPF-332.0XX.XX5-87 /P-91644 C-RODRIGO DE BRITO ALV CPF-436.3XX.XX8-21 /P-91586 C-MARIA IMACULADA GOME CPF-116.8XX.XX6-82 /P-91625 C-NILTON SEBASTIAO PER CPF-223.7XX.XX8-51 /P-91616 C-JACQUELINE FERREIRA CPF-364.3XX.XX8-00 /P-91609 C-SIRLENE ROSA DE JESU CPF-659.4XX.XX5-20 /P-91607 C-LUCAS FERREIRA DE OL CPF-309.2XX.XX8-94 /P-91610 C-MARCIA ALVES BEZERRA CPF-331.8XX.XX8-03 /P-91674 C-ACACIO DIAS DE OLIVE CPF-347.1XX.XX8-25 /P-91593 C-RAPHAELA PEREIRA DA CPF-511.2XX.XX8-38 /P-91636 C-MARIA CRISTIANE DOS CPF-184.6XX.XX8-81 /P-91606 C-JOSE VANDERLEI DOMIN CPF-100.7XX.XX8-02 /P-5799 C-CRISTIANE COSTA MEND CPF-269.7XX.XX8-11 /P-5574 C-LUIZ FERNANDO SANTAN CPF-254.0XX.XX8-18 /P-6985 C-MARIA APARECIDA MART CPF-371.3XX.XX8-22 /P-7068 C-ALEXANDRA MACIEL CPF-163.3XX.XX8-83 /P-6792 C-JOSE EUSTAQUIO PEREI CPF-689.2XX.XX8-00 /P-7486 C-IZABEL TELES DE OLIV CPF-157.1XX.XX8-24 /P-6653 C-TEREZINHA DE JESUS L CPF-114.2XX.XX8-50 /P-7148 C-MANUEL AILTON VIANA CPF-274.1XX.XX8-10 /P-7617 C-GERVASO DA SILVA OLI CPF-350.3XX.XX1-04 /P-8111 C-RONALDO PEREIRA ALVE CPF-255.3XX.XX8-60 /P-8940 C-CANDIDA LUCIA DE SAL CPF-128.4XX.XX8-96 /P-7921 C-CELISA ESTELA MENDES CPF-073.9XX.XX8-78 /P-6150 C-NELCI ROSA CPF-628.4XX.XX8-04 /P-9124 C-CICERO LUIS DA SILVA CPF-083.9XX.XX8-43 /P-7112 C-SERGIO MOTA MARTINS CPF-030.4XX.XX8-23 /P-6496 C-GILZA MARIA MACHADO CPF-126.0XX.XX8-79 /P-7702 C-MARIO EDSON FRANCA B CPF-055.6XX.XX2-53 /P-7021 C-SILVANA FERREIRA SAN CPF-086.2XX.XX8-70 /P-6125 C-GERALDA ALBUQUERQUE CPF-184.6XX.XX8-40 /P-6583 C-ALEXANDRE DA SILVA CPF-127.4XX.XX8-38 /P-6028 C-ALTIVA DAS MERCES LO CPF-012.4XX.XX8-96 /P-7149 C-MANUEL JOSÉ RIBEIRO CPF-268.6XX.XX8-60 /P-7602 C-CLEONICE BEZERRA BRA CPF-006.0XX.XX8-70 /P-5742 C-MARIA DAS GRAÇAS VIE CPF-112.5XX.XX8-21 /P-9158 C-NORBERTO NOBRE CAMIL CPF-313.4XX.XX4-72 /P-5447 C-LENICE ARLINDA DE SO CPF-279.3XX.XX8-29 /P-5371 C-MARIA KATIA DE OLIVE CPF-225.7XX.XX8-56 /P-4949 C-ANA QUEIROZ DOS SANT CPF-349.9XX.XX5-68 /P-7601 C-MARLENE BARBOSA DE S CPF-294.1XX.XX8-10 /P-7986 C-ELISABETE MARIA DE A CPF-051.4XX.XX8-11 /P-5596 C-APARECIDO SOCHETTI CPF-808.6XX.XX8-15 /P-91650 C-INGRID OLIVEIRA SANT CPF-524.0XX.XX8-64 /P-91638 C-STEFANY DA SILVA ROC CPF-517.1XX.XX8-03 /P-91668 C-JAQUELINE MICHELLE C CPF-378.4XX.XX8-88 /P-91655 C-MONICA RAMOS DOS SAN CPF-275.5XX.XX8-00 /P-91643 C-BRUNA SALVADOR NOVAE CPF-376.9XX.XX8-97 /P-91646 C-ODALIO FERREIRA SILV CPF-176.2XX.XX8-99 /P-91654 C-RAFAEL ALVES DI PIET CPF-396.3XX.XX8-22 /P-91692 C-DANIELA SILVA CONCEI CPF-455.7XX.XX8-12 /P-91696 C-FABIANA REGINA ABREU CPF-224.6XX.XX8-66 /P-91691 C-MARCIA BARROS DE OLI CPF-283.3XX.XX8-18 /P-91686 C-EDNA DE ALMEIDA SILV CPF-282.2XX.XX8-17 /P-91690 C-LUIZ ALBERTO LEMOS D CPF-329.3XX.XX8-13 /P-91680 C-AUDREI CAPELIN RODRI CPF-136.1XX.XX8-32 /P-91642 C-GRACIANA LEMES GOMES CPF-292.9XX.XX8-70 /P-91645 C-ANGELA APARECIDA PUP CPF-329.3XX.XX8-08 /P-91588 C-DAISY DA SILVA ASSIS CPF-353.2XX.XX8-37 /P-91626 C-DAYANA RODRIGUES DE CPF-286.9XX.XX8-58 /P-91622 C-THIAGO SOUZA BEZERRA CPF-337.0XX.XX8-78 / P-91608 C-MARIA JOSE DA SILVA CPF-077.0XX.XX8-92 /P-91617 C-ANTONIO ALVES DA CON CPF-882.2XX.XX5-87 /P-91679 C-ADRIANA APARECIDA RO CPF-386.2XX.XX8-00 /P-91590 C-LILIAN BARBOSA MENDE CPF-153.4XX.XX8-43 /P-91672 C-RAFAELA SANTOS CAZAL CPF-461.0XX.XX8-08 /P-91663 C-ANTONIO CARLOS VILEL CPF-028.5XX.XX8-10 /P-91632 C-JANE CLEDI DE OLIVEI CPF-100.0XX.XX8-48 /P-91591 C-LETICIA CANUTO DE LI CPF-394.8XX.XX8-35 /P-91595 C-EDILEUZA ALVES OLIVE CPF-295.3XX.XX8-70 /P-91597 C-WILBOR RODRIGUES SIL CPF-303.3XX.XX8-78 /P-91601 C-EDSON DE PAULA SOUZA CPF-136.1XX.XX8-39 /P-91600 C-JOAO BATISTA CORDEIR CPF-176.2XX.XX8-93 /P-91584 C-DAYSE VIEIRA DA SILV CPF-268.5XX.XX8-99

Comércio de animais silvestres amplia propagação de doenças, diz estudo

Cientistas analisaram 40 anos de registros de importações e apreensões; mercado de animais vivos em Wuhan é uma das hipóteses para a origem da pandemia de Covid-19

Emily Anthes

Peles de cão-guaxinim em mercado de Chongfu, província de Zhejiang, China William Hong - 13.set.13/Reuters

THE NEW YORK TIMES O comércio global de animais silvestres está impulsionando a disseminação de doenças de animais para pessoas, de acordo com um novo estudo. O trabalho baseia-se na análise de milhares de espécies de mamíferos selvagens e em 40 anos de registros de comércio internacional.

Espécies que foram vendidas no mercado internacional de animais silvestres, que inclui tanto animais vivos quanto produtos de origem animal, tinham 50% mais probabilidade de compartilhar patógenos com humanos do que espécies que não foram comercializadas, segundo os cientistas. E quanto mais tempo uma espécie fazia parte do comércio global de animais silvestres, mais patógenos ela compartilhava.

A disseminação de doenças zoonóticas, ou seja, aquelas que podem passar de animais para humanos, é uma parte inerente do comércio global de animais silvestres, concluíram os pesquisadores. Mas mercados de animais vivos e o comércio ilegal de animais silvestres parecem amplificar esses riscos, de acordo com o estudo, publicado no dia 9 deste mês na revista Science.

"Não existe comércio seguro", disse o ecólogo Jerome Gippet, da Universidade de Fribourg (Suíça), um dos autores do estudo. "Enquanto continuarmos comercializando espécies, estaremos expostos a esse problema."

O comércio global de animais silvestres é uma indústria gigantesca, que abrange a venda de carne, peles, animais de estimação exóticos e animais de laboratório. Ele também oferece oportunidades para que diversos patógenos animais —entre os quais Ebola, mpox e outros— saltem para humanos, um processo conhecido como "spillover" (transbordamento zoonótico).

Diversos surtos em humanos foram associados ao comércio de animais silvestres, e evidências sugerem que o vírus causador da Covid-19 pode ter saltado pela primeira vez para humanos em um mercado de animais vivos em Wuhan, na China.

"Temos muitos estudos de caso", afirmou o biólogo Colin Carlson, da Universidade Yale (EUA), coautor do estudo. "Mas temos uma base de evidências muito fraca sobre o que o comércio de animais silvestres está realmente causando."

No estudo, os pesquisadores consultaram vários grandes bancos de dados globais com registros sobre importações legais de animais e apreensões de animais comercializados ilegalmente para determinar quais espécies de mamíferos selvagens estavam incluídas no comércio global de animais silvestres. Eles identificaram mais de 2.000 espécies, aproximadamente um quarto das espécies de mamíferos do planeta.

Em seguida, os cientistas recorreram a um banco de dados que cataloga patógenos animais e as espécies que os hospedam. Eles descobriram que 41% das espécies de mamíferos envolvidas no comércio de animais silvestres hospedavam pelo menos um patógeno que também era conhecido por infectar humanos. Em contraste, apenas 6% das espécies que não haviam sido comercializadas compartilhavam algum patógeno com humanos.

Após controlar alguns fatores —como a extensão com que diferentes espécies haviam sido estudadas—, os cientistas concluíram que espécies comercializadas tinham uma probabilidade maior de abrigar patógenos zoonóticos do que aquelas que não eram compradas e vendidas.

Para um subconjunto de espécies, eles também contaram o número total de anos, de 1980 a 2019, em que o comércio havia sido registrado. Para cada dez anos que uma espécie passou sendo comercializada, ela compartilhou um patógeno adicional com os humanos.

Os pesquisadores também descobriram que espécies comercializadas em mercados de animais vivos compartilhavam mais patógenos com humanos do que aquelas que não eram. Algumas evidências sugeriam que o mesmo era verdade para espécies comercializadas por canais ilegais, onde os animais podem viver em condições mais insalubres e nunca receber inspeções veterinárias.

"Os autores do estudo demonstram por meio de dados o que há muito suspeitávamos ser verdade: o uso e a exploração de animais silvestres pelos humanos aumentam os riscos de transbordamento", disse Ann Linder, diretora-associada do programa de direito e política animal da Faculdade de Direito de Harvard, que não participou da nova pesquisa. "Animais silvestres, deixados em paz em ecossistemas intactos, representam muito pouco risco de transmitir doenças zoonóticas para as pessoas."

Ainda assim, Linder afirmou ser surpreendente que os pesquisadores tenham conseguido documentar uma ligação tão forte com o comércio de animais silvestres, dado que os dados sobre a venda de animais selvagens têm sido notoriamente escassos e incompletos.

"Realmente não conseguimos falar com certeza sobre o tamanho e a escala do comércio em si", disse ela. "Precisamos de mais estudos como esse, mas, talvez de forma mais fundamental, precisamos de mais e melhores dados para ao menos começar a entender nosso próprio risco."

Humanos podem transmitir patógenos aos bichos

Em alguns casos, as pessoas podem estar transmitindo seus patógenos para animais selvagens. Os humanos transmitiram repetidamente a Covid-19 para cervos selvagens, por exemplo.

Porém, considerando quantas espécies são comercializadas e quantos patógenos elas carregam, os cientistas suspeitam que as doenças estão se espalhando principalmente de animais para humanos. Em muitos casos, esses animais podem ter carregado patógenos que já eram capazes de infectar pessoas; o comércio global de animais silvestres apenas lhes deu a oportunidade de fazer isso.

Em outros casos, patógenos animais podem evoluir para ameaças à saúde humana apenas por causa do comércio de animais silvestres, segundo Colin Carlson, da Universidade Yale (EUA), coautor do estudo. Em mercados de animais vivos, por exemplo, patógenos podem saltar entre espécies animais, adaptando-se de maneiras que os ajudam a infectar novos hospedeiros.

classificados ligue 11 3224-4000 whatsapp 11 9 9646-9069

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados classificados@grupofolha.com.br

NEGÓCIOS

ACOMPANHANTES

ANA FURACÃO
Av Jabaquara, 2604 metrô S. Judas A/C e PIX seg.sáb. Fone: (11) 2362-8122

CLÍNICAS E MASSAGENS

MASSAGEM TÂNTRICA
Massagem a 2 mãos. http://samantamature.blogspot.com (19)98103-5513/99284-7648

COMUNICADOS

COMUNICADO
Solicitamos que o senhor Adalto Lima de Oliveira CTPS 6020276 série 5385 retorne ao trabalho ou informe eventual motivo de impedimento. Viação Campo Belo Ltda.

LEILÕES

LEILÃO DE ARTE - ENTRE MODERNISMO E CONTEMPORANEIDADE
27, 28 e 29 de abril de 2026 às 20h. Somente online e via telefone. James Lisboa Leiloeiro Oficial JUCESP nº 336. As relações pormenorizadas dos lotes estão disponíveis p/ acesso no site www.leilaodearte.com.

4º GRANDE LEILÃO LUIZ MELLO ESCRITÓRIO DE ART – BENEFICENTE DA COLEÇÃO RENATO DE BOER
A Leiloeira Oficial Cristina Cruz de Negreiros – JUCESP N. º1224 torna público que realizará leilão nos dias 05, 06 e 07 de maio de 2026, às 20h, por Luiz Mello Escritório de Art e Outros. Exposição aberta até 04/05, das 10h às 18h.
Site: www.luizmelloescritoriodeart.com.br

Abandono de emprego
Supermercados Ayumi:
ANTONY LOPES DE ARAUJO - RG:700011687 CTPS:1244233 2426. Após o envio do telegrama (27/03/26, 02/04/26, 08/04/26) solicitando sua presença para explicar as ausências no trabalho desde 19/03/26, pedimos que compareça em até 24 horas a partir da publicação deste comunicado para justificar as faltas. Se não comparecer dentro do prazo estipulado, irá configurar o abandono do emprego conforme o disposto no artigo 482, letra "I" da CLT./ No caso de não apresentação no prazo determinado, a sua homologação ficará agendada para 02/05/26 ás 14:00 no endereço a seguir: Av. Santa Catarina, 2639 - Jabaquara, São Paulo - SP, 04376-090

EMPREGOS

EMPREGADOS PROCURADOS

P

PCD - ÀREAS DIVERSAS
M/F DEMOP PARTICIPAÇÕES contrata pessoas com deficiências para áreas diversas. enviar currículo para recrutamento@escritoriovotuporanga.com.br

VAGAS DE EMPREGO PARA PCD (PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)
NO HOSPITAL SÃO JOSÉ, EM COLATINA - ES
INTERESSADOS(AS) ENVIAR CURRÍCULO PARA VAGAS@HSAOJOSE.ORG.BR
WHASTSAPP PARA CONTATO (27) 99940-4334

ASSINE A FOLHA
folha.com/assine

Estêvão cai no gramado do Stamford Bridge, em Londres, após sentir dores na coxa Peter Cziborra - 18.abr.26/Reuters

Lesão muscular na coxa sofrida por Estêvão pode tirá-lo da Copa do Mundo

Especialistas explicam que, devido à gravidade, tratamento costuma ser cirúrgico, e retorno aos gramados ocorreria após quatro meses

Lucas Bombana

SÃO PAULO A participação de Estêvão, 18, na Copa do Mundo com a seleção brasileira está em "séria dúvida" após a lesão muscular sofrida pelo atacante no último sábado (18), durante duelo do Chelsea contra o Manchester United no Stamford Bridge, em Londres, pelo Campeonato Inglês. As informações são do site The Athletic.

De acordo com a publicação, que faz parte do conglomerado de mídia The New York Times, pessoas familiarizadas com o assunto disseram que o atacante sofreu uma lesão muscular de grau quatro no posterior da coxa direita.

Segundo especialistas, o prazo médio de recuperação varia de três a quatro meses.

Com isso, há "grandes chances" de o atleta não ter condições de se recuperar a tempo de atuar pela seleção brasileira durante o Mundial na América do Norte, com início previsto para o dia 11 de junho. O Brasil estreia dois dias depois, contra o Marrocos. Além do Marrocos, o Brasil enfrenta Haiti e Escócia no Grupo B.

Estevão se lesionou ainda no início da partida válida pela 33ª rodada da Premier League, vencida por 1 a 0 pelo United. Ao tentar uma arrancada aos 16 minutos do primeiro tempo, ele demonstrou estar sentindo fortes dores e caiu no gramado, precisando ser substituído.

O treinador Liam Rosenior, demitido pela direção do Chelsea nesta quarta-feira (22), afirmou após a partida que o brasileiro estava "devastado" e em lágrimas no vestiário da equipe.

Ortopedista e coordenador científico do Núcleo de Medicina do Exercício e do Esporte do Hospital Sírio-Libanês, Tiago Lazzaretti Fernandes explicou que as lesões musculares são avaliadas conforme sua extensão —em relação ao comprimento da fibra muscular—, podendo variar dentro de uma escala que começa no "grau um", de menor gravidade, só com estiramento muscular, passando pelo "grau dois", quando há ruptura de 50% das fibras, e pelo "grau três", com 50% a quase 100% de ruptura. No "grau quatro", há ruptura total da fibra muscular.

"Esse tipo de lesão costuma acontecer, principalmente, em momentos de explosão muscular, como em uma arrancada para correr atrás da bola. Nessas situações, pode ocorrer uma distensão importante ou mesmo a ruptura do músculo", afirmou Fernandes.

Médico ortopedista do Hospital Ortopédico AACD, Ricardo Soares acrescentou que há também os fatores de riscos associados, como lesões prévias no local —Estêvão já havia ficado afastado por cerca de um mês, entre fevereiro e março, devido a uma lesão muscular na coxa direita.

"É importante lembrar que o atleta está em final de temporada, jogando há praticamente um ano e meio sem parar, já que disputou a Copa do Mundo de Clubes com o Palmeiras e em seguida já se juntou ao Chelsea", afirmou o ortopedista da AACD.

"Acaba tendo uma fadiga dessa musculatura. E é relativamente comum em períodos pré-Copa do Mundo, na final da temporada europeia, a gente começar a ver essas lesões com um pouco mais de frequência", disse Soares.

Ele afirmou ainda que o tratamento nesses casos é cirúrgico, com tempo de retorno aos gramados estimado em torno de quatro meses.

Segundo o fisioterapeuta Avelino Buongermino, que atuou por 13 anos como coordenador de fisioterapia do Santos, a lesão de Estêvão no posterior da coxa é em um "músculo importante do arranque, da potência muscular".

O fisioterapeuta disse que, a depender da confirmação em torno da gravidade da lesão, o staff do jogador pode tentar optar por um tratamento alternativo, na tentativa de recuperá-lo a tempo da disputa da Copa do Mundo.

"Pode ser que seja sugerido tratamento conservador, sem cirurgia, que não é o mais comum nesses casos", afirmou o especialista.

Em sua temporada de estreia pelo clube londrino, o atacante revelado na base do Palmeiras marcou oito gols e distribuiu três assistências em 36 partidas.

Apesar da pouca idade, consolidou-se como um dos nomes de confiança do treinador da seleção brasileira, Carlo Ancelotti.

Lamine Yamal também se machuca e preocupa a seleção espanhola

O Barcelona se aproximou da conquista do bicampeonato espanhol com uma vitória por 1 a 0 sobre o Celta de Vigo nesta quarta-feira (22), mas o triunfo foi ofuscado por uma lesão de Lamine Yamal, que marcou de pênalti o gol que definiu o jogo no primeiro tempo.

Segundo o jornal Mundo Deportivo, Yamal sofreu uma ruptura no tendão da coxa esquerda. O periódico afirma que o tempo de recuperação seria de cinco semanas, o que significa que ele estaria de volta a tempo da disputa do Mundial.

Estêvão, um problema a mais

Ele é um jogador de difícil substituição na seleção, ainda mais sem Rodrygo

Marcelo Bechler

Jornalista e comentarista da TNT Sports. Viu Messi jogar mais de 100 vezes e há dez anos cobre o dia a dia da Liga dos Campeões

A lesão muscular que pode tirar Estêvão da Copa do Mundo é mais um golpe na seleção brasileira na contagem regressiva para o Mundial. Nesta sexta-feira (24), o garoto completará 19 anos com uma remota esperança de se recuperar a tempo de estar em campo em junho com a camisa amarela.

A primeira grande pena é pelo jogador. Estêvão se adaptou ao Chelsea e à seleção. Virou titular dos dois times, mas sua musculatura de adolescente não resistiu às exigências pouco humanas do futebol.

Entre janeiro de 2025 e abril de 2026, fez 80 jogos entre Palmeiras, Brasil e Chelsea. Fez sua última aparição pelo time paulista em 4 de julho, justamente contra o Chelsea, e estreou pela equipe inglesa em 18 de agosto, 44 dias depois, pela Premier League.

A pressa, tão inimiga da perfeição, é também traiçoeira na recuperação física dos jogadores. Entre fevereiro e abril, o atacante já havia ficado de fora de nove partidas por lesão. Três jogos depois do retorno veio o problema muscular na coxa direita que deve privá-lo de jogar a Copa do Mundo.

Carlo Ancelotti começa a ter um problema sério no ataque, que já não contava com Rodrygo. O técnico italiano perdeu seus dois atacantes "temporizadores". Os dois são os mais capazes de jogar como armadores e também se virar bem em espaços reduzidos.

Fazendo contas, Martinelli, Vini Jr., Raphinha, Luiz Henrique, Matheus Cunha e João Pedro parecem garantidos. Igor Thiago e Endrick podem estar um passo à frente dos concorrentes. E sobra uma vaga

Fazendo contas de possíveis convocados, Gabriel Martinelli e Vinicius Jr. parecem garantidos pela esquerda. Raphinha e Luiz Henrique, pela direita. Matheus Cunha e João Pedro, no centro. Se forem chamados nove atacantes, Igor Thiago e Endrick parecem estar um passo à frente dos concorrentes. E sobra uma vaga.

E aqui entra o X do problema do ciclo curto. Ancelotti só teve tempo de pensar e desenvolver uma ideia: quatro defensores, dois meio-campistas defensivos e quatro atacantes. O Brasil não joga com um meia de ligação ou com três volantes no meio. A ideia é ter pontas rápidos, atacantes móveis e constante troca de posições na frente para abrir as defesas rivais. Se for preciso mais trabalho com posse de bola, Matheus Cunha, Estêvão ou Rodrygo apareciam como os principais candidatos a dar um passo atrás e conectar o time.

Sem dois desses, o que fará o selecionador? Levará um outro atacante? Rayan esteve na última lista, mas tem características mais próximas às de Luiz Henrique do que de Estêvão. Antony e Savinho não parecem emocionar a comissão técnica. Um outro centroavante, como Richarlison, Pedro, Vitor Roque ou Kaio Jorge, seria surpreendente, uma vez que a ideia de ter um 9 fixo já é algo circunstancial de jogo. Talvez abra-se um casting para meio-campistas armadores.

E aqui entra em pauta o de sempre: Neymar. Um dos motivos que sempre me fizeram desconfiar de sua possível convocação é a forma como o time joga. No 4-2-4 com atacantes móveis e explosivos, o veterano santista não entra. Não mostra mobilidade para ser um falso 9 nem arrancada para ser um jogador de 1 x 1 implacável. Se Ancelotti quisesse levar um camisa 10, poderia ter testado Matheus Pereira ou insistido em Lucas Paquetá —que jogou assim contra o Japão em outubro.

Se Estêvão não se recuperar a tempo, Ancelotti terá poucos jogadores para executar seu plano de jogo. Na cabeça do técnico fica a dúvida: convocar alguém parecido e manter a ideia inicial ou partir para um plano B sem ter consolidado nem mesmo o plano A?

DOM. Tostão **TER.** No Corre **QUA.** Tostão **QUI.** Marcelo Bechler
SEX. O Mundo é uma Bola **SÁB.** Marina Izidro

ESPORTE AO VIVO Copa do Brasil (5ª fase, jogo de ida)
19h30 Palmeiras x Jacuipense, Prime Video

Autoridades e peritos trabalham no sítio arqueológico de Teotihuacán, no México, após o ataque que matou uma turista Henry Romero/Reuters

México promete segurança na Copa do Mundo após tiroteio em pirâmides de Teotihuacán

Ataque no sítio arqueológico deixou uma turista canadense morta; forças de segurança vão intensificar proteção em pontos turísticos

Raul Cortes e Aida Peláez-Fernández

CIDADE DO MÉXICO | REUTERS Autoridades mexicanas de alto escalão prometeram garantir a segurança dos torcedores antes dos jogos da Copa do Mundo, após um tiroteio nas famosas pirâmides de Teotihuacán que matou uma turista canadense. Elas afirmaram que o atirador aparentemente foi influenciado por incidentes violentos ocorridos no exterior.

Portando uma arma e carregando uma faca na mochila, o homem de 27 anos causou pânico ao abrir fogo do topo de uma pirâmide dentro do extenso complexo arqueológico, uma das principais atrações turísticas do México, disseram as autoridades. Em seguida, ele se suicidou.

Autoridades mexicanas afirmaram que ele agiu sozinho, disparando 14 vezes contra as vítimas e contra a Guarda Nacional.

Documentos em sua posse faziam referência ao massacre escolar de Columbine, ocorrido em 1999 no Colorado, nos EUA, e indicavam comportamento psicopático, disse Luis Cervantes, procurador-geral do Estado do México, onde se localiza Teotihuacán.

"Entre seus pertences, as autoridades também encontraram literatura, imagens e documentos supostamente relacionados a atos de violência que podem ter ocorrido nos Estados Unidos em abril de 1999", afirmou.

Cervantes acrescentou que o tiroteio parece ter sido planejado e que o atirador havia visitado Teotihuacán, a cerca de 50 quilômetros da Cidade do México, muitas vezes antes. Além da arma, o atirador carregava um saco plástico com 52 cartuchos calibre .38 Special. "Este ato não foi espontâneo", afirmou Cervantes.

Um turista que testemunhou o tiroteio disse que os visitantes também ouviram o agressor mencionar Columbine, um dos tiroteios em massa mais notórios da história dos EUA, que supostamente inspirou outros agressores.

Outra pessoa que também presenciou o tiroteio disse que temia um número maior de mortos.

"Ele atirava sem parar e os tiros faziam sons diferentes", disse Barak Hardley, um turista de Los Angeles. "Não sei por que ele parou em uma pessoa só. Graças a Deus que parou."

Medidas de segurança reforçadas em pontos turísticos

O gabinete de segurança do México disse na segunda-feira (20) que 13 pessoas ficaram feridas, incluindo uma brasileira de 13 anos. Elas eram do Canadá, Estados Unidos, Colômbia, Rússia, Brasil e Holanda. Sete das vítimas sofreram ferimentos por arma de fogo, acrescentou Cervantes.

"A resposta do Estado foi imediata e contundente", disse o ministro da Segurança, Omar Garcia Harfuch, acrescentando que as forças de segurança vão reforçar a proteção em sítios arqueológicos e outros pontos turísticos.

Teotihuacán, um conjunto de imponentes pirâmides e templos que foram ocupados pela primeira vez de 100 a.C. a 500 d.C. e posteriormente tomados pelos astecas, atraiu 1,8 milhão de visitantes no ano passado, de acordo com dados do Ministério do Turismo do México.

A presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, reiterou as garantias de segurança do México durante o Mundial, que terá início em 11 de junho na Cidade do México, antes das partidas em outras grandes cidades mexicanas, e disse na segunda-feira que se reuniu com representantes da Fifa (Federação Internacional de Futebol), organizadora da Copa do Mundo, para discutir a logística.

Sheinbaum já havia enfrentado questionamentos sobre a segurança em torno da Copa depois que a captura e morte do narcotraficante El Mencho, em março, desencadeou episódios de violência em várias regiões do país.

Toluca denuncia racismo contra brasileiro Helinho

O clube mexicano Toluca denunciou que o atacante brasileiro Helinho tem sido alvo de insultos racistas desde o último sábado (19), após uma discussão com jogadores do América do México em uma partida do torneio Clausura.

"Helinho e sua família têm sido vítimas de assédio, insultos e ataques racistas, não apenas naquele dia no estádio, mas também nos dias posteriores, nas redes sociais", denunciou o Toluca em nota na terça-feira (21). Diante dos ataques discriminatórios contra Helinho, o Toluca vai colaborar com uma investigação aberta pela Federação Mexicana de Futebol.

VENDA OCORRIDA EM 2013

Supremo da Espanha absolve Neymar por transferência ao Barcelona em 2013

MADRI | AFP O Supremo Tribunal da Espanha confirmou a absolvição do atacante brasileiro Neymar e dos demais réus acusados de irregularidades em sua transferência para o Barcelona em 2013, conforme já havia sido determinado pelo Tribunal Provincial de Barcelona após o julgamento há quase quatro anos.

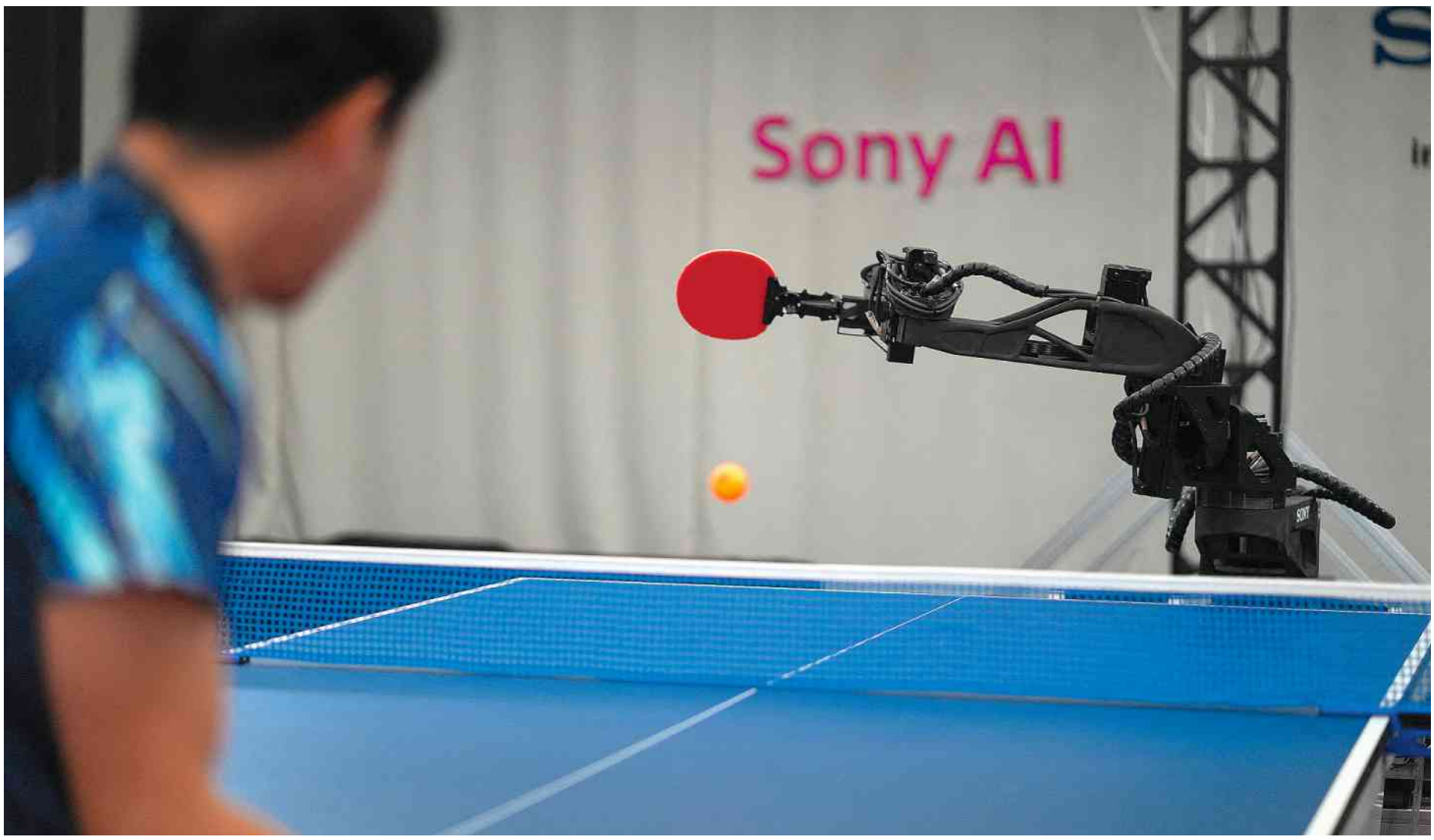
Em comunicado divulgado nesta quarta-feira (22), o Supremo Tribunal espanhol considerou que "os fatos comprovados refletem a inconsistência da acusação", que foi feita exclusivamente pela empresa brasileira DIS, detentora de 40% dos direitos federativos de Neymar quando ele ainda era uma jovem promessa do Santos.

"Não houve corrupção nas negociações, nem fraude indevida. Nem por parte do jogador, dos seus representantes, nem do Barcelona. Tudo se deveu a uma decisão esportiva do clube, que quis assegurar sua contratação e depois decidiu antecipá-la", acrescentou a nota.

A decisão do Supremo Tribunal, datada de 16 de abril, confirma assim a decisão do Tribunal Provincial de Barcelona, que já havia absolvido o jogador brasileiro —agora com 34 anos e de volta ao Santos— os seus pais, os antigos presidentes do Barcelona, Sandro Rosell e Josep Maria Bartomeu, e um antigo dirigente do alvinegro praiano, em dezembro de 2022.

Santos e Coritiba empatam sem gols pela Copa do Brasil

Neymar (à esq.), capitão santista, carrega a bola no duelo na Vila Belmiro; torcida alvinegra protestou contra os jogadores —jogo de volta, em Curitiba, ocorrerá em 13 de maio Mauricio De Souza/Agif/Folhapress



Robô faz história ao derrotar jogadores humanos de alto nível no tênis de mesa

O robô Ace durante duelo contra o mesa-tenista japonês Yamato Kawamata; existem máquinas que praticam o esporte desde 1983, mas até então elas não conseguiam rivalizar com competidores humanos qualificados —no domingo (19), robôs humanoides também superaram corredores humanos em uma meia-maratona em Pequim Sony AI/Reuters

AMOR CRÔNICO

Carol Tilkian
Psicanalista, pesquisadora de relacionamentos e escritora

Um relacionamento a distância pode dar certo?

Este texto é um convite ao otimismo; toda relação é, em alguma medida, uma relação a distância, por sempre haver um abismo entre o eu e o outro

"O amor é a experiência do impossível. É quando dois seres se expõem à ferida de se conhecerem como descontinuidade e ainda assim ousam dizer sim", afirma Georges Bataille.

Entendo que um amor que começa e persevera a distância é a concretização dessa angústia da descontinuidade, mas discordo do "impossível". Para além dos anos de estudo, testemunhei de perto amores que se fazem possíveis, especiais e profundos por lidarem com cuidado com algo que é estrutural em toda relação: a distância.

Este texto é um convite ao otimismo e também uma homenagem à Clara e Arthur, amigos queridos que me deram a honra de celebrar seu casamento. Parte das palavras desta coluna nasceu ali, num ritual em que o amor se afirma possível pela delicadeza e pelo comprometimento necessários para sustentar um vínculo que se alonga, se atravessa de faltas, se tensiona e, ainda assim (ou exatamente por ser assim, flexivelmente carinhoso), se sustenta.

Toda relação é, em alguma medida, uma relação a distância. Há sempre um abismo entre o eu e o outro, um desencontro de tempos, um "fuso horário" emocional. A distância geográfica apenas escancara o que é estrutural: o vínculo não se sustenta pela fusão, mas pelo investimento no risco e na beleza que é entender que o amor é maré, às vezes próxima, às vezes distante, mas sempre viva.

Em tempos de conveniência —compras chegando em dez minutos e entretenimento on demand—, sustentar a ausência do outro e a impossibilidade de chamá-lo para perto, seguindo nosso desejo imediato, parece quase um contrassenso. Mas o amor pode tensionar essa lógica e se tornar mais sólido do que histórias construídas na ilusão da presença contínua, desde que haja coragem de navegar na dúvida e nos percalços que a distância física impõe, com menos hiperfoco nos obstáculos e mais cuidado e respeito à descontinuidade.

Para que o amor a distância funcione, precisamos nos distanciar da ideia de que colocar o amor num Excel é matar o encanto. Logística, tabelas, previsibilidade e organização para comprar passagens em promoção podem ser afrodisíacas: são formas concretas de sustentar o que sentimos e de criar condições para que o amor exista e resista. Programar e planilhar não sufoca o afeto, dá a ele espaço e condições para ele crescer. Não há nada mais romântico do que o compromisso.

A organização dos encontros, no entanto, não pode se estender à tentativa de controlar o estado emocional. Um erro comum é esperar que todo encontro seja "um acontecimento": conexão plena, tesão nas alturas, energia constante. Afinal, no fim de semana anterior ela viajou com as amigas para o Rio, dançou, saiu, andou 20 km de bike —e agora, no seu, está angustiada e exausta. E você, frustrado, tentado a puni-la por essa oscilação de maré de energia, como se fosse intencional. Não é.

É natural sermos um pouco Marina Lima —"Eu espero acontecimentos..."—, ainda mais com encontros espaçados. O desafio é criar espaço para sermos mais companhias, testemunhas e amantes com qualidade de presença e menos "love entertainers" performando versões sempre libidinosas e cheias de programas. Às vezes é só sofá, silêncio, cansaço. Às vezes, conversas difíceis ao vivo (sempre melhores do que DRs por mensagens) sem medo de estragar o único fim de semana juntos. Estraga-se quando se interditam os atritos. Abrir mão da exigência de leveza constante é condição para que o vínculo não sucumba a um peso corrosivo.

Clara e Arthur também me ensinaram que não é a quantidade de horas no mesmo CEP que sustenta o amor, mas a qualidade da presença, a capacidade de encontrar encanto nos "enquantos": enquanto o tempo parece incerto, enquanto a espera se alonga. Para isso há que se cuidar da manutenção. Não basta compartilhar rotinas ou cumprir protocolos diários de conversa, é preciso criar rituais —ver a mesma série e conversar sobre ela, marcar um vinho por vídeo, inventar pequenas formas de presença.

O que não pode caber é o controle disfarçado de cuidado. A angústia da distância, quando não elaborada, vira vigilância. Querer saber onde o outro está, com quem, por que demorou a responder. Não se alimenta a saudade com paranoia. Alimenta-se com confiança e espaço para que outros vínculos também existam.

Sei que não é fácil... Relações a distância são uma pós-graduação em maturidade emocional. Um convite radical a repactuar com a falta, com o fato de que não seremos tudo para o outro.

Faltas e distâncias não serão eliminadas, mas, se em vez de ficar tentando diminuí-las pudermos nos convidar a navegar as marés, honrar a alteridade e fazer do intervalo morada, talvez estejamos menos distantes de amores possíveis, ainda que em fusos, línguas ou DDDs diferentes. Talvez seja isso que Clara e Arthur tenham me ensinado sem precisar dizer: que amar não é eliminar a distância, é aprender a habitá-la com intencionalidade.

A distância geográfica apenas escancara o que é estrutural: o vínculo não se sustenta pela fusão, mas pelo investimento no risco e na beleza que é entender que o amor é maré, às vezes próxima, às vezes distante, mas sempre viva. Em tempos de conveniência, sustentar a ausência do outro e a impossibilidade de chamá-lo para perto, seguindo nosso desejo imediato, parece quase um contrassenso

E se você também tem um dilema ou uma dúvida sobre suas relações afetivas, me escreva por meio do email colunaamorcronico@amorespossiveis.love

ilustrada

FOLHA105

QUINTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2026 B1

Natureza humana

Filme que retrata a vida de Michael Jackson, feito pela família, chega aos cinemas como um retrato polido do rei do pop e esconde as controvérsias de sua trajetória Leia na pág. B4

Jaafar Jackson em cena do filme 'Michael' Divulgação

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

FERIADO DOLORIDO

O ex-banqueiro Daniel Vorcaro urinou sangue no final de semana. O dono do Banco Master passou mal na segunda (20) e recebeu a visita de um médico na prisão, que recomendou que fizesse exames em um hospital, autorizados ontem pelo STF.

FERIADO 2 O ex-banqueiro também enfrentou restrições recentes na prisão. Segundo a coluna de Igor Gadelha, do site Metrópoles, ele ficou cinco dias sem receber advogados devido a uma dedetização na sede da PF que se estendeu até o feriado de Tiradentes.

FERIADO 3 Daniel Vorcaro está detido na Polícia Federal desde 19 de março. Ele cumpre prisão preventiva no âmbito da operação Compliance Zero, que investiga fraudes no sistema bancário.

APOIO Patrícia Kundrát, 48, mulher de Fernando Henrique Cardoso, 94, concordou com a interdição do ex-presidente e com a nomeação de seu filho Paulo Henrique Cardoso como responsável pela curatela do pai.

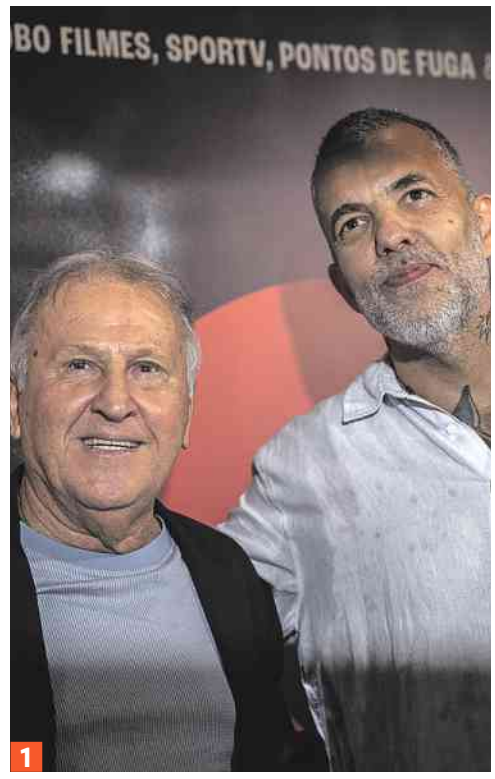
APOIO 2 O termo de anuência foi apresentado na segunda (20) e é procedimento necessário para a formalização da interdição. Os filhos do ex-presidente, Paulo Henrique, Luciana e Beatriz, ingressaram com o pedido por causa do agravamento do quadro de Alzheimer do pai. A solicitação foi instruída com laudo médico que atesta seu estado de saúde.

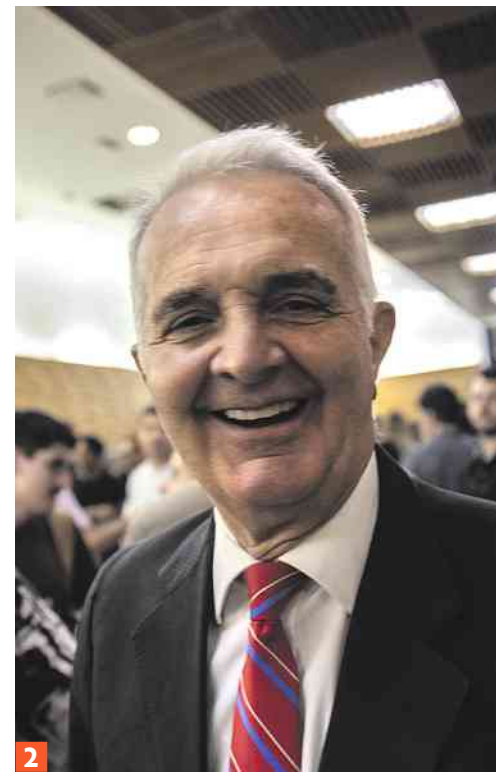
APOIO 3 A interdição foi aceita pela Justiça de São Paulo no dia 15, mas a decisão da juíza dava prazo de 15 dias para que a mulher de FHC fosse ouvida.

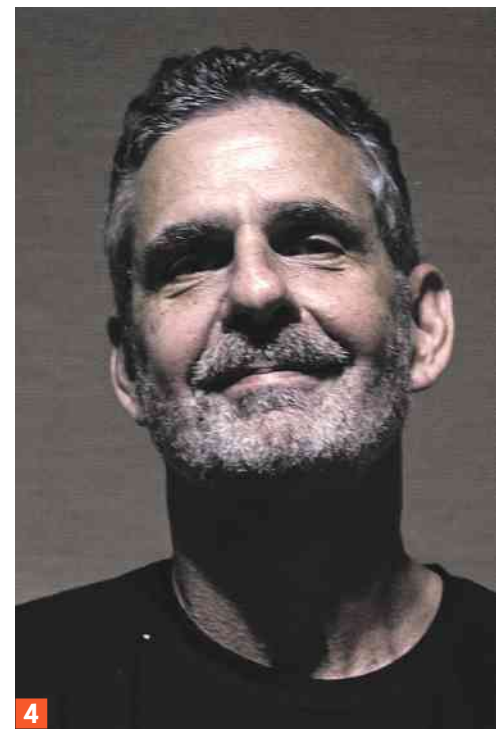
APOIO 4 O ex-presidente formalizou união estável com a ex-funcionária do Instituto Fernando Henrique Cardoso em 2014. Patrícia era exercia o cargo de secretária-executiva na entidade.

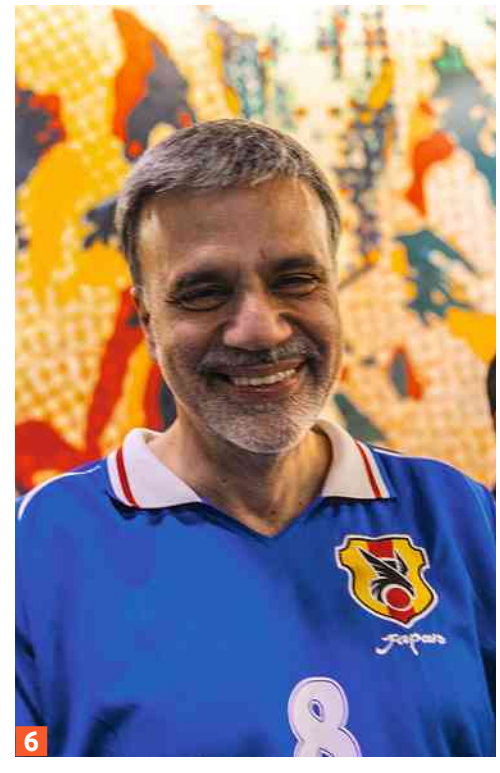
APOIO 5 A família é representada na ação pelos advogados Caetano Berenguer, Fabiano Robalinho e Henrique Avila, do Bermudes Advogados. O pedido de interdição dos filhos afirma que, diante do agravamento do Alzheimer, o ex-presidente tornou-se "incapaz para praticar os atos da vida civil".

APOIO 6 "O delicado quadro de saúde atual de Fernando Henrique Cardoso, e a confirmação de que os ora autores sempre foram os responsáveis pelos cuidados do pai, é igualmente atestada pelos depoimentos escritos apresentados por pessoas que mantêm, há décadas, íntima convivência com a família Cardoso", diz o documento. O processo tramita em sigilo.









BOLA NA REDE

O ex-jogador de futebol Zico e o diretor João Wainer 1 receberam convidados na pré-estreia do documentário "Zico, o Samurai de Quintino", na semana passada, no Cinemark do shopping Iguatemi, em São Paulo. Estavam presentes o ex-jogador de futebol Tita 2, a artista visual Pinky Wainer 3 e o produtor de cinema Bruno Wainer 4. Também compareceram a doleira Nelma Kodama 5 e o jornalista Mauro Beting 6 Fotos Marlene Bergamo/Folhapress

NÃO PODE O TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná) determinou que Gleisi Hoffmann (PT) remova, no prazo de 24 horas, nova publicação em suas redes sociais na qual afirma que o ex-procurador Deltan Dallagnol (Novo) estaria inelegível até 2031. A decisão também proíbe a ex-ministra de publicar outros conteúdos com a mesma afirmação, sob pena de multa diária de R$ 1.000.

NÃO PODE 2 A sentença se refere a uma postagem feita na semana passada por Gleisi em que reproduz uma certidão emitida pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidindo que, em 2023, o assunto da inelegibilidade de Deltan já tinha sido discutido pela corte ao cassar o registro de sua candidatura —e, consequentemente, o mandato dele de deputado federal.

NÃO PODE 3 No entendimento dos advogados de Gleisi, essa certidão é uma prova de que Deltan está inelegível até 2031. A desembargadora federal Gisele Lemke, porém, diz que a "discussão acerca da existência de inelegibilidade para eleições futuras não se resolve automaticamente a partir do indeferimento de registro em pleito pretérito".

LUPA O Instituto Sou da Paz e outras organizações da sociedade civil lançam nesta quinta (23) um manifesto em defesa da criação de uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigar o tráfico de armas e munições no Brasil. O documento reúne mais de 100 assinaturas e aponta a falta de um diagnóstico nacional atualizado sobre as rotas e mecanismos que abastecem o mercado ilegal de armamentos.

APORTE A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação anunciam nesta quinta (23), na Feira Brasil na Mesa, em Brasília, um investimento de R$ 14,9 milhões para adaptar a Embrapa às exigências do Tratado de Budapeste, que define o patenteamento de invenções biotecnológicas.

VIOLA O cantor Gabriel Sater se prepara para lançar, no dia 10 de maio, o disco "25 anos de música", projeto que marca sua trajetória artística com faixas inéditas. Entre as novidades está a canção "Me Ajuda", gravada em parceria com Ivan Lins, que também ganhará clipe. "Está sendo uma honra enorme ter um ícone da música brasileira em um projeto tão importante pra mim. Foi uma gravação emocionante", diz Sater.

PÁGINA A jornalista Marcella Franco lança neste sábado (25) o livro "Solo" na Livraria da Tarde, em São Paulo. O evento conta com uma conversa entre a autora e a psicanalista e colunista da **Folha** Vera Iaconelli. A obra, ilustrada por Paula Schiavon, aborda a maternidade a partir das perspectivas de uma mãe solo e de seu filho.

com Diego Alejandro, Jullia Gouveia e Karina Matias

Vitória de Ana Paula no BBB mostra que o público está atrás de verdade no reality

Opinião

Estratégia da jornalista, que embolsou R$ 5,7 milhões, foi deixar seus oponentes caírem por si, enquanto eles a atacavam pelas suas atitudes do lado de fora da casa

Henrique Artuni
Editor-adjunto da Ilustrada

A vitória de Ana Paula Renault no Big Brother Brasil 26, nesta terça, foi o ápice previsível de uma trajetória que, se não tornou a jornalista mineira uma unanimidade nacional, entregou o que os espectadores queriam e aquilo de que a Globo precisava para revitalizar o reality —pulso firme, coerência e dedicação ao chamado "jogo".

Coroada com 75,94% dos votos, Ana Paula passou por maus bocados nos últimos dias, e isso pode ter sensibilizado parte da plateia. Ela descobriu ser finalista no mesmo dia da morte de seu pai, pouco antes da eliminação de Leandro Rocha, o Boneco.

O baiano saiu sem saber do luto da "sister", mas ela logo deu a notícia para sua melhor amiga na casa, a recreadora Milena Moreira, depois de ter contado o ocorrido ao dançarino Juliano Floss. A partir dessa abertura, a tristeza ecoou no apresentador Tadeu Schmidt, que tentou, entre lágrimas, confortar a participante na transmissão ao vivo de domingo, relatando a morte do irmão, Oscar Schmidt.

O Brasil chorou, mesmo que nas redes sociais alguns tenham reclamado da forma como o programa lidou com a situação. Mas Ana Paula decidiu aguentar o tranco mais um pouco para ver quem embolsaria os R$ 5,7 milhões.

É um gesto compreensível para quem percebeu ter conquistado o público, dez anos atrás, quando foi expulsa por uma agressão quando estava bêbada, e que soube driblar uma passagem pelo concorrente A Fazenda, em 2018, que terminou com críticas dela à Record.

No BBB 26, Ana Paula foi mostrando que a direção acertou ao reviver antigos participantes e juntar todos eles a uma salada de anônimos e famosos —do novinho Juliano à atriz Solange Couto, dos tempos de Osvaldo Sargentelli.

Apesar de não ter sido a figura mais agradável da edição, Ana Paula aprendeu que o público não acaba com um participante apenas pelas besteiras que falou no passado. Seus pares ilustraram isso.

Sol Vega zombou da expulsão de Ana Paula no BBB 16 e acabou, ela mesma, eliminada por agarrar a rival num acesso de raiva. Babu Santana era um dos favoritos do BBB 20 e agradou nesta edição, antes de adotar uma postura mais agressiva e rachar com sua então aliada, Ana Paula —acabou eliminado com quase 70% dos votos.

Solange Couto já era conhecida pelas opiniões conservadoras. Demorou para ir a um paredão, mas, quando saiu com rejeição de 94%, viu que sua derrapada se deu por uma fala rápida, mas agressiva. Disse que Samira Sagr era "infeliz" porque havia nascido de uma "trepada mal dada".

Depois, em ocasiões distintas, Breno Corã e Couto também riram de Ana Paula pelo fato de ela não ter filhos. "Quando Deus não deu filhos a ela, é porque sabe que ela não teria capacidade de amar alguém, já que ela não gosta de gente", disse a atriz carioca.

Contra isso, Ana Paula lembrava sempre que estava num programa. "Todo mundo não quer jogar comigo aqui, tem que trazer uma coisa externa minha. Sobre minha posição política, religião, minha posição social. Por que não jogam comigo aqui dentro?", disse.

Um dos seus grandes méritos foi entender que as redes não deixam escapar nada e se blindar contra possíveis ataques, deixando seus oponentes caírem por si.

O primeiro desentendimento dela foi com a dançarina Aline Campos, que lembrou ter sido criticada por Ana Paula, em 2016, por um look que a jornalista chamou de "'vibe' executiva de filme pornô". A mineira reconheceu o comentário machista e se desculpou; já Aline, logo desgastou sua imagem com disputas banais e foi a primeira eliminada.

Depois, foi a vez de Pedro Henrique Espindola cutucar as crenças políticas e religiosas de Ana Paula, sugerindo que ela teria feito um "trabalho" para que ele engasgasse. Ele acabou desistindo após assediar Jordana Morais, e agora processa a Globo por danos morais.

Depois, o gaúcho Matheus Moreira foi eliminado após uma série de atitudes consideradas homofóbicas e por ter dito que Ana Paula era "patroa" de Milena. Também não pegou bem para Alberto Cowboy ter citado o pai da mineira durante uma discussão, sabendo que ele estava mal de saúde.

Ana Paula, enfim, soube manipular as brigas a seu favor. Não fez tudo sozinha —a amizade com Milena ajudou bastante. De dentro, alguns rivais a rotulavam de "cobra". Pela sua esperteza, pode até ter sido. Mas sua vitória mostra que o espectador quer tudo, menos uma planta ou uma santa.

A jornalista Ana Paula Renault, campeã do Big Brother Brasil 26, reality da TV Globo Beatriz Damy/Divulgação

OUTRO CANAL

Gabriel Vaquer
gabriel.vaquer@grupofolha.com.br

JUNTAS COM A EQUIPE
Fafá de Belém e Gaby Amarantos estão em 'Maravilha!', filme sobre a música nortista protagonizado pelo ator Marcus Majella e produzido pela Globo Angelica Goudinho

Ana Paula não terá 'festa da vitória' após BBB 26

A morte do pai de Ana Paula Renault a dois dias da final do BBB 26 levou a equipe da jornalista a cancelar "festas da vitória" planejadas com antecedência em caso de triunfo no reality. Seriam duas comemorações distintas: uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro, com convites restritos a amigos e pessoas que trabalharam com ela durante o programa. Ana Paula se sagrou campeã na terça-feira (21), e a decisão foi mantida: todos os envolvidos já foram avisados de que não haverá celebração.

ANTES DA VITÓRIA O aviso ocorreu no sábado (18), véspera da morte de Gerardo Renault. A equipe já notava que a jornalista, confinada havia mais de três meses, queria visitar o pai e ficar com família em Belo Horizonte antes mesmo de ter qualquer informação sobre seu estado de saúde. O pai de Ana Paula morreu no domingo (19) aos 96 anos. A notícia foi dada pela família nas redes sociais.

FALANDO NISSO... A Globo tem reunião marcada com Ana Paula para discutir uma possível renovação de contrato após sua vitória no Big Brother Brasil 26. A conversa acontecerá nas primeiras semanas de maio e foi sinalizada para a equipe da jornalista antes de sua saída da casa. Seu atual vínculo com a Globo vai até julho. A empresa não descarta uma continuidade apenas na área artística, sem agenciamento publicitário.

20
pontos foi a audiência em São Paulo da final do BBB 26 na terça; no Rio de Janeiro, o reality alcançou 22 pontos

RISOS O novo humorístico comandado por Eduardo Sterblitch e Tata Werneck já tem data de estreia. "E.T: Edu e Tata" vai ao ar no dia 19 de maio, uma terça-feira, no horário nobre do Multishow, o canal de variedades da Globo na TV paga. Foram produzidos 13 episódios do programa, que pode ir para a TV aberta.

NOVIDADE A TV Gazeta fechou a contratação de Janice de Castro, ex-Record. Ela vai atuar como apresentadora de esporte em noticiários e em transmissões de competições recém-adquiridas pela TV da Fundação Cásper Líbero.

BOLA NA REDE A Globo resolveu ampliar o número de enviados para a cobertura da Copa do Mundo. Tiago Medeiros, apresentador do Bora pro Jogo e do Globo Esporte Pernambuco, viajará aos países-sede do torneio. Durante o Mundial, Medeiros vai comandar o "Churrascopa", quadro que vai ao ar durante as transmissões de algumas partidas.

CASO JUDICIAL Uma das 12 vítimas do golpe do Pix decidiu processar o apresentador Marcelo Castro, que comanda o Alô Juca, da TV Aratu, afiliada do SBT na Bahia. Adriana Fonseca de Jesus entrou com uma ação na qual pede indenização de R$ 500 mil por danos morais. Marcelo nega as acusações.

Filme sobre Michael Jackson estreia e faz 'moonwalk' para se afastar de polêmicas

Produção da biografia é da família do rei do pop, que ignorou Janet Jackson e teria pago por volta de US$ 15 milhões em refilmagens

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Não era exatamente de se esperar que "Michael", a biografia filmada de Michael Jackson que chega agora aos cinemas, fosse tocar nos pontos mais sensíveis da vida e da carreira do rei do pop.

Primeiro porque parece ter se convencionado, nesse subgênero musical que tomou tanto a produção americana quanto a brasileira nos últimos anos, que os filmes devem ser pensados mais como homenagem do que como cinema —que exige pontos de tensão e personagens complexos.

Segundo porque o clã Jackson se apoderou do projeto, se envolvendo em cada detalhe do filme. Até o ator que encarna Michael é seu sobrinho, Jaafar Jackson, num recado de que a narrativa estaria sob o controle da família.

O resultado não poderia ser mais embaraçoso. No momento em que foram publicadas as primeiras críticas, no fim da tarde desta terça, o tom dos comentários de quem teve acesso prévio ao longa se repetia.

"Um filme que distorce a imagem do biografado para limpar a sua reputação. Uma cinebiografia musical padrão, tão familiar que dá para prever a trama até dormindo", disse Alissa Wilkinson, do The New York Times. "Ao ignorar certas questões, o filme foi desprovido de qualquer humanidade. Nenhuma vida, certamente não a de Michael Jackson, é tão organizada e certinha assim", disse Kate Erbland, do IndieWire.

No X, os 33% de aprovação recebidos por "Michael" no agregador de críticas Rotten Tomatoes foram motivo de piada. "Se tirarem as críticas pagas pela família, o filme vai conseguir a primeira porcentagem negativa da história do site", escreveu um fã, numa publicação que passou do milhão de visualizações na plataforma.

Nenhum desses comentários, porém, deve fazer "Michael" afundar nas bilheterias. Na verdade, o sucesso de uma biografia de alguém do tamanho de Michael Jackson parece ser tão certo que até o Lionsgate e o Universal, estúdios por trás do longa, partiram do princípio de que ele fará dinheiro suficiente para justificar uma parte dois. "Michael", afinal, termina nos anos 1980, antes de as grandes polêmicas surgirem. Muito se fala da época dos Jackson 5 e dos discos "Off the Wall" e "Thriller", mas "Bad" só aparece de relance.

A história de Michael continua, diz um letreiro que antecede os créditos finais, confirmando uma intenção ventilada pela imprensa estrangeira —a mesma que disse, a dias da estreia, que o filme originalmente terminaria com as acusações de pedofilia contra ele.

Ponto mais controverso de sua trajetória, isso não é nem mencionado. Segundo a revista Variety, cenas sobre as acusações foram descartadas por violarem um acordo firmado há anos com uma das supostas vítimas. As mudanças causaram atraso no lançamento, além de um gasto de US$ 15 milhões, cerca de R$ 75 milhões, em refilmagens, pagos pela própria família.

Dessa forma, o grande drama do filme foi transferido para a relação de Michael com o pai, Joe Jackson, vivido pelo ator Colman Domingo.

Continua na pág. B5

Jaafar Jackson caracterizado como o tio, Michael Jackson, na biografia do rei do pop Divulgação

Continuação da pág. B4

Um dos clímaxes do longa de Antoine Fuqua é a remontagem do acidente que deu a Michael Jackson queimaduras no couro cabeludo, durante a gravação de um comercial. Numa alusão ao vício em sedativos que o mataria décadas depois, o roteiro põe o artista insistindo com seu médico para não tomar analgésicos. Na sequência, sua mãe culpa Joe Jackson pelo incidente, já que ele havia firmado o contrato para a peça.

Os pontos mais delicados da trajetória do rei do pop são tratados como fruto de pressão externa, isentando Michael de qualquer tomada de decisão. É algo frequente nas cinebiografias, em que se corre o risco, ao limpar a barra dos protagonistas, de os tornar desinteressantes.

O Michael Jackson das telas é ingênuo, e mesmo polêmicas anteriores às acusações de pedofilia, aos vícios e às plásticas ficaram de fora. A compra do catálogo musical dos Beatles, que Paul McCartney, seu grande amigo, tentava reverter, nem é lembrada —o episódio pôs fim à relação e às parcerias musicais dos dois e mostra o perfil obsessivo e controlador do Michael da vida real.

Amy Winehouse —que recebeu 35% de críticas positivas no Rotten Tomatoes com o filme "Back to Black"—, Whitney Houston —43% com "I Wanna Dance with Somebody"— e Freddie Mercury —60% com "Bohemian Rhapsody"—, ficaram igualmente rasos, aos olhos de parte do público, em cinebiografias recentes.

Não é de se espantar, portanto, que o acesso da imprensa aos atores, produtores e diretor de "Michael" tenha sido estranhamente limitado para um lançamento desse porte. Mesmo nos Estados Unidos, foram poucos os veículos que tiveram acesso àqueles que fizeram o filme —só da família Jackson há seis produtores.

Mas o envolvimento do espólio não significa que o resultado final precise ser chapa-branca. Exemplo disso é "Rocketman", que toma certas liberdades, mas nunca deixa de expor os problemas de seu biografado, Elton John.

O músico não só foi ao set de filmagem, como deixou a cargo do marido um dos créditos de produção. O resultado foi um musical hiperbólico, que falou em compulsões por álcool, drogas, sexo e compras, e que retratou Elton John como um sujeito arrogante por boa parte da trama.

No caso de "Michael", houve discordância no próprio seio familiar, como prova a ausência de ninguém menos que Janet Jackson da trama, que dá ampla ênfase aos outros irmãos do astro.

"Perguntamos a ela se queria estar no filme, e ela gentilmente disse que não", disse La Toya Jackson, outra irmã, à Variety. Nos bastidores, Janet Jackson e uma das filhas de Michael, Paris, teriam achado a narrativa "desonesta" e "edulcorada", causando uma rixa interna.

Dessa forma, "Michael" fez um verdadeiro "moonwalk" nas passagens mais suculentas da vida de seu biografado —quando parecia estar chegando perto de alguma das várias polêmica de sua vida, andou para trás e recalculou a rota.

Leia mais na pág. B6

Gravação de clipe de Michael Jackson no Brasil gerou conflito com políticos

'They Don't Care About Us' foi rodado em Salvador, com o Olodum, e em favela no Rio de Janeiro, mas autoridades temiam que cenas afetassem imagem do país no exterior

SÃO PAULO Há três décadas, o astro Michael Jackson se uniu ao cineasta Spike Lee para criar um clipe para sua música "They Don't Care About Us", do disco "History: Past, Present and Future, Book I".

Para essa faixa de protesto, Michael e Lee buscaram no Brasil um cenário que fizesse sentido para representar o verso do refrão, que diz eles não se importam conosco. A proposta era retratar desigualdades sociais e violações de direitos humanos.

Escolheram dois lugares. O morro Dona Marta, no Rio de Janeiro, onde fica a favela Santa Marta, e o Pelourinho, em Salvador, que virou imagem central do clipe da canção.

No Rio de Janeiro, entretanto, o projeto enfrentou resistência. Autoridades temiam que as cenas nas favelas prejudicassem a imagem da cidade no exterior e também a candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004. A controvérsia chegou à Justiça, que inicialmente suspendeu as gravações.

Ronaldo Cezar Coelho, então secretário estadual de Indústria, Comércio e Turismo, disse que "a cidade não perde absolutamente nada em deixar de ser cenário de uma exploração comercial da miséria", sobre a possibilidade do cancelamento do clipe.

Apesar de tentativas para cancelar as gravações, elas foram autorizadas no final das contas. Em contraste com a postura do poder público, as comunidades apoiaram o projeto, vendo nele uma oportunidade de projeção.

"O pessoal da filmagem veio aqui e falou com a gente. Era muito bom que saísse mesmo esse clipe, quem sabe faziam umas melhorias por aqui", disse José Mário dos Santos, líder de um projeto de esportes no bairro, à época.

Ainda assim, a gravação em Santa Marta envolveu um forte esquema de segurança, com policiais e moradores envolvidos. Houve ainda críticas relacionadas à negociação da equipe de produção com lideranças locais para viabilizar as filmagens em áreas dominadas pelo tráfico.

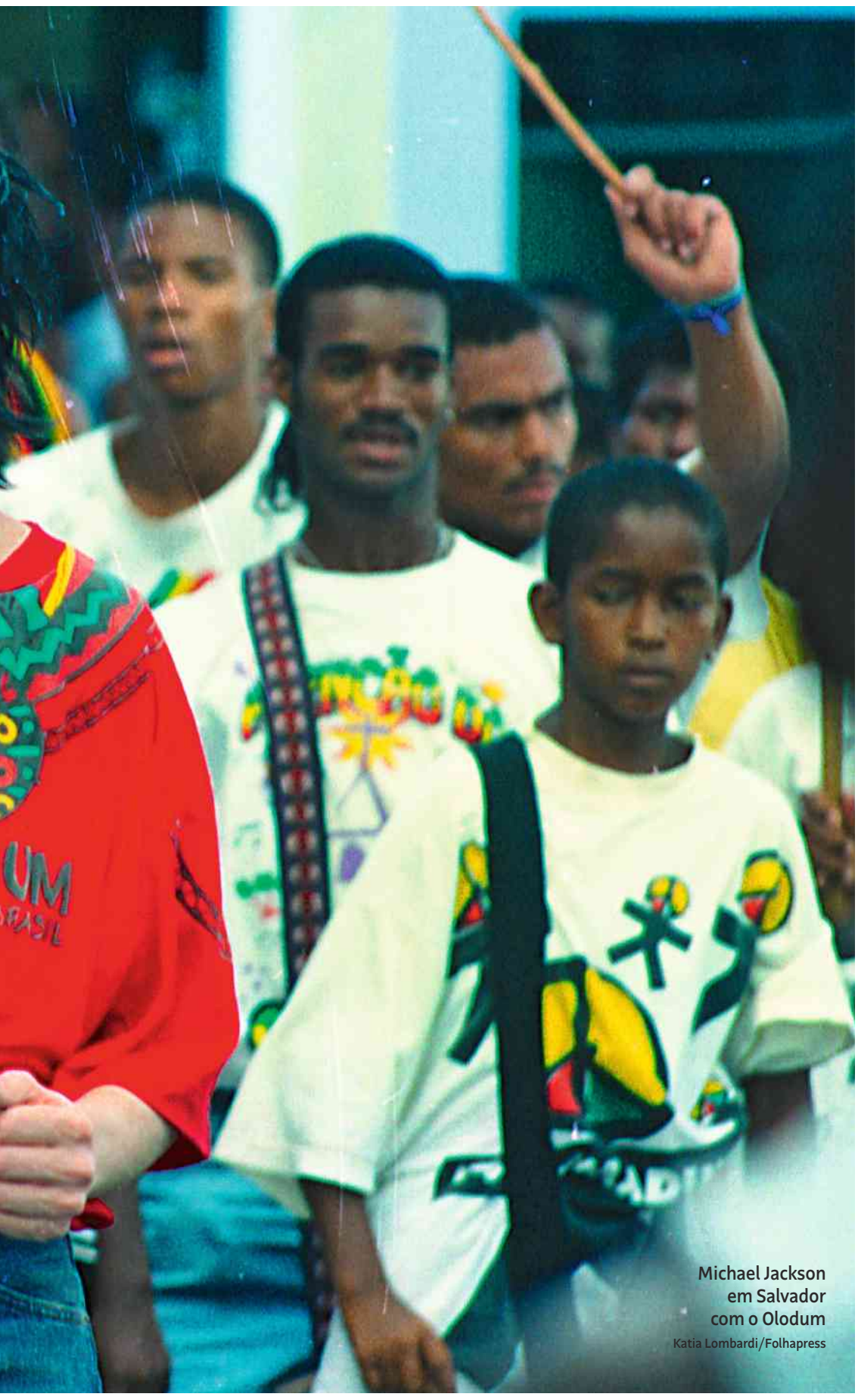
No Rio de Janeiro, políticos temiam que as cenas nas favelas prejudicassem a candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004

Em Salvador, tudo ocorreu em clima de celebração. O astro interagiu com o público, dançou com fãs e ao lado de 200 percussionistas do Olodum

Em Salvador, as gravações no Pelourinho ocorreram em clima de celebração, reunindo milhares de pessoas. Michael interagiu com o público, dançou ao lado de integrantes do Olodum e protagonizou momentos espontâneos —como quando caiu após ser abraçado por fãs, incidente que acabou incluído no próprio clipe.

"Estávamos considerando que este seria mais um Carnaval comum, quando um telefonema de Ana Meire, nossa amiga baiana radicada em Nova York, tocou para avisar que Spike Lee queria falar com alguém do Olodum, pois ele estava vindo à Bahia para fazer um clipe com eles da música 'They Don't Care About Us', de Michael Jackson", escreveu, em fevereiro de 1996, o então presidente do Olodum, João Jorge Santos Rodrigues, neste jornal.

Continua na pág. B7



Michael Jackson em Salvador com o Olodum
Katia Lombardi/Folhapress

Continuação da pág. B6

Então, cerca de 200 percussionistas participaram das filmagens, levando o samba-reggae a uma produção de alcance global. A repercussão foi imediata, projetando o Olodum em mais de 140 países.

"A comunidade negra mundial não é mais a mesma depois do Olodum, Spike Lee e Michael Jackson. Muitos negros começaram a fazer coisas com suas próprias mãos e adquiriram formas mais sofisticadas de atuar. Aos poucos, derrubamos algumas barreiras e continuamos lutando contra o preconceito", escreveu o líder do Olodum.

Não foi a primeira vez, no entanto, que Michael Jackson visitou o Brasil. Em 1974, com 16 anos e ainda parte do conjunto Jackson 5, de que fazia parte com seus irmãos, ele se apresentou nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

Depois, em 1993, o cantor retornou com seu projeto solo. Em turnê com o álbum "Dangerous", Michael Jackson apresentou músicas famosas em seu repertório, como "Black or White" e "Heal the World", em dois shows no estádio do Morumbi, em São Paulo, para cerca de 200 mil pessoas.

Três anos depois, o retorno do artista americano ao país para a gravação do clipe marcaria a última vinda dele ao Brasil. O cantor morreu em 2009, aos 50 anos, vítima de uma parada cardíaca.

Mas deixou sua marca —seja metafórica ou física. "Toda vez que eu ouço qualquer música do meu irmão Michael Jackson, eu lembro de um dos melhores momentos da minha vida, quando estive com o Mike no Brasil. Juro por Deus", afirmou o diretor Spike Lee a este jornal, no ano passado.

Enquanto isso, uma estátua em tamanho real do cantor instalada em 2010 na laje em que o videoclipe foi gravado na favela Santa Marta continua de pé. Lee foi visitar o lugar, no início deste ano. Publicou uma foto em suas redes sociais abraçando a figura de bronze, acompanhada da legenda "they still don't care about us" — eles ainda não ligam para a gente.

Produções sobre Michael Jackson

'Moonwalker' (1988)
O artista estrela uma aventura musical que repassa seus principais hits até o momento
Na HBO Max e em lojas digitais

'Michael Jackson's: This Is It' (2009)
O documentário mostra os bastidores dos shows do artista em Londres, pouco antes da sua morte
Na HBO Max e em lojas digitais

'Deixando Neverland' (2019)
A produção traz depoimentos de dois rapazes que acusam o astro de pedofilia nos anos 1980 e 1990. A série foi retirada das plataformas após uma ação de herdeiros do cantor

Filme chapa-branca sobre rei do pop não consegue ir além de hits mais lembrados

Cinebiografia derrapa em certo descaso com a discografia de Michael Jackson e se limita a ser uma carta de amor que evita a polêmica

CINEMA
Michael
★★★☆☆
Estados Unidos, 2026. Dir.: Antoine Fuqua. Com: Jaafar Jackson, Colman Domingo, Nia Long. 12 anos. Nos cinemas

Sérgio Alpendre

Algumas camadas se impõem entre "Michael", cinebiografia de Michael Jackson, o maior astro pop do século 20, e o espectador. Para ver a obra como ela é, ou seja, um filme, é necessário ter em mente suas implicações.

Em primeiro lugar, a polêmica em torno da omissão de toda e qualquer menção aos casos de pedofilia envolvendo a estrela. Foram rios de dinheiro despejados para que esse passado não viesse à tona, o que é compreensível, embora não desejável de um ponto de vista pedagógico.

Em segundo lugar, a despeito dos milhões de discos vendidos, a música e a dança do astro são mesmo de primeiríssima ordem.

Em terceiro lugar, é um filme chapa-branca. E não teria como ser diferente. Toda a família está envolvida. Até o sobrinho de Michael, Jaafar Jackson, no papel principal, contribui para a impressão de filme em família.

O diretor é o competente Antoine Fuqua, mas precisaria trabalhar nas entrelinhas se quisesse contrabandear alguma ideia. Não foi o que ele fez aqui.

Artista com voz, malemolência e carisma raros, Michael Jackson só nasce um. E é como um cometa —tão especial que parece não ter como durar. Meio século é muito para alguém tão fora de série, no bom sentido.

Com tantas coisas boas para dizer, claro que haveria coisas ruins também. Algumas delas estão sugeridas, na incapacidade de crescer, na infantilidade que irrita, na falta de jogo de cintura para lidar com o pai conforme conquistou fama e fortuna.

Talvez o elemento mais interessante nesse sentido seja a presença do segurança Bill Bray, vivido por KeiLyn Durrel Jones. É ele quem acompanha Michael o dia inteiro, testemunha seu sofrimento e suas angústias.

Em muitos aspectos, "Michael" se limita a ser uma declaração de amor dos irmãos ao rei do pop, um ser humano incrível que se preocupa com crianças doentes e ama os animais.

E há a música, que o fez e o formou. A música é a responsável por Michael Jackson ter chegado ao Olimpo. E é nesse quesito que o filme tem seus maiores problemas, ainda que no fim se sustente porque, justamente, a música é muito boa. E ouvimos sempre as gravações originais, o que é uma grande maravilha.

Vamos, porém, aos problemas. Num filme desse tamanho, não faz muito sentido se preocupar tanto com a veracidade dos fatos. Mas custa informar que "Off the Wall", de 1979, não é o primeiro disco solo de Michael Jackson, como fica sugerido, mas sim o seu quinto?

E, quando ele informa que já está trabalhando no álbum e que pediu umas músicas para Rod Temperton, o grande compositor britânico, custa tocar o segundo maior hit deste disco, "Rock with You", tão acachapante quanto o primeiro?

Não são faltas graves, mas revelam um certo descaso com a história da discografia, comum a tantas outras biografias musicais, para não dizer a todas.

Nesse sentido, o disco solo anterior do astro, "Forever, Michael", de 1975, tem uma das canções mais lindas de todo o repertório da família, "One Day in Your Life", ausente do filme.

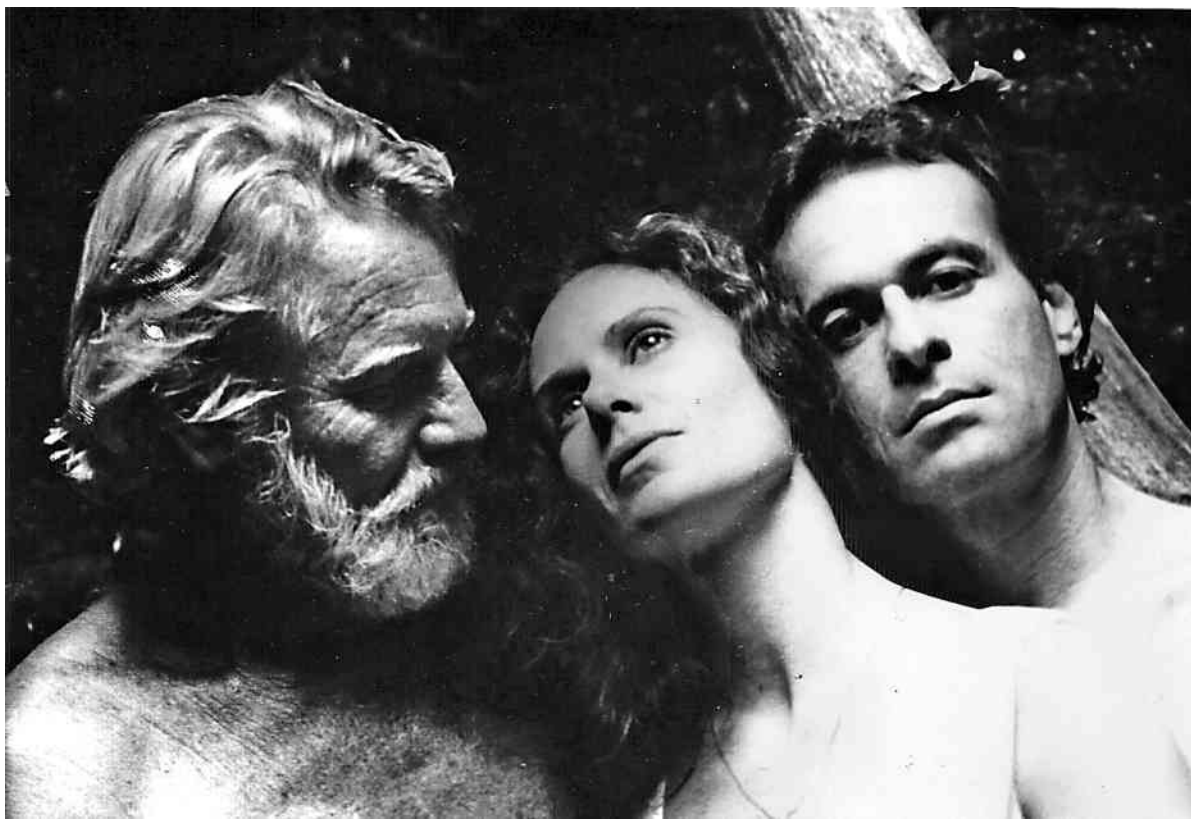
A carreira solo de Michael cresceu em paralelo com o aumento do sucesso dos Jackson 5, grupo rebatizado mais adiante como The Jacksons. Por mais que seus discos solo recebessem mais atenção da gravadora, seu pai tirânico cuidava mais dos trabalhos dos cinco irmãos.

O filme pula todo esse caminho paralelo e preguiçosamente dá a entender que "Off the Wall" surgiu do nada, quando, na verdade, ele já estava havia quatro anos sem lançar nada sozinho.

O destaque vai para o disco "Thriller", de 1982. Vemos o cuidado com as coreografias, as filmagens dos videoclipes de "Beat It" e "Thriller", a pressão de Michael Jackson e da CBS para que fossem veiculados pela MTV, a explosão do disco nas paradas.

O filme não vai muito além do sucesso. Não entra nos anos mais problemáticos, em que as constantes operações plásticas o deixam mais recluso, quando começam as acusações de pedofilia esmiuçadas em documentários.

Assumir que é um recorte da construção do fenômeno foi um acerto nesse sentido. Para dar conta de tudo mais, seria necessário muito mais que um longa.



Arduino Colasanti, Xuxa Lopes e Ney Matogrosso em 'Sonho de Valsa', de Ana Carolina Ayrton de Magalhães/Divulgação

Retrospectiva de Ana Carolina relembra um cinema que sabe unir provocação e inteligência

Opinião

Sessões na Cinemateca Brasileira de longas como 'Mar de Rosas', 'Sonho de Valsa' e 'Amélia' são amostras de uma obra crítica, com gosto pelo lúdico e pelas repetições

Sérgio Alpendre
Crítico e professor de cinema

Provocação e inteligência. Quem acompanhar a bem-vinda retrospectiva da obra de Ana Carolina que a Cinemateca Brasileira inaugura nesta quinta perceberá que os filmes da diretora jamais desviam dessas duas características.

A elas podemos acrescentar algumas outras —onirismo, gosto pelo lúdico e pelas repetições, brincadeiras com frases feitas, sensibilidade crítica, centralidade nos problemas das mulheres, grandes interpretações de atrizes.

A filmografia não é extensa. São sete longas de ficção, alguns curtas, como "Anatomia do Espectador", de 1975, e um documentário, "Getúlio Vargas", de 1974. O destaque da mostra vai, obviamente, para a chamada trilogia da condição feminina, que atravessa duas fases distintas da produção cinematográfica brasileira.

O primeiro longa é "Mar de Rosas", de 1977. É seu filme mais celebrado e foi realizado numa das fases mais ricas da Embrafilme. A personagem de Norma Bengell entende que matou o seu marido, papel de Hugo Carvana, e resolve pegar a estrada com a filha, vivida por Cristina Pereira. Num posto, encontra um homem estranho, vivido por Otávio Augusto. Depois, numa pequena cidade, todos caem na casa das figuras vividas por Ary Fontoura e Myrian Muniz.

O elenco ajuda a criar situações de humor absurdo, em que a personagem de Pereira se torna incendiária, além de encher um quarto de areia, entre outras maluquices.

O segundo da trilogia é "Das Tripas Coração", de 1982, quando a situação econômica do país começava a dar sinais claros de que prejudicaria a produção cinematográfica nos anos futuros. Situado num internato feminino, onde uma espécie de anarquia se instala com a chegada de um novo professor, papel de Antonio Fagundes, o filme tem algumas sintonias com o cinema de Luis Buñuel.

Não se trata de imitação, mas de uma busca que se assemelha à do mestre espanhol no sentimento de criticar a ordem e a autoridade. Dina Sfat, Xuxa Lopes e, novamente, Muniz estão no elenco.

O terceiro da trilogia, "Sonho de Valsa", é um filme de crise. O cinema brasileiro parecia estar no início de uma irreversível derrocada em 1987. Ana Carolina parece tirar forças de todos os lugares e realiza sua obra-prima. Como a protagonista, é um trabalho ambicioso que sai do fundo do poço.

Há algo forte na interpretação de Xuxa Lopes, seja em cenas prosaicas como um quebrar de nozes num fechar de porta, seja nos momentos mais intensos e nos diálogos absurdos —as repetições do "mais ou menos" numa brilhante sequência de festa, por exemplo.

Treze anos depois, vem o sublime "Amélia", de 2000. Realizado já na reta final da retomada, o longa imagina a passagem de Sarah Bernhardt pelo Brasil em 1905, pelo ponto de vista das três irmãs de sua criada brasileira, vividas por Myrian Muniz, Camila Amado e Alice Borges. Se "Sonho de Valsa" é um filme que se vale de uma estrutura cheia de buracos, preenchidos com poesia, "Amélia" é marcado pela perfeição estrutural, pela mise-en-scène elaborada e pela excelência do elenco. É, sobretudo, um filme crítico —os franceses se acham os donos do mundo, os portugueses nos exploram e os mais malandros dos brasileiros os ajudam a nos explorar.

Já em 2003 foi lançado "Gregório de Mattos", sobre o poeta satírico do barroco, aqui interpretado por outro poeta, Wally Salomão. Talvez seja o filme mais bressaniano de Ana Carolina. Muitos não gostam dessas correspondências. No entanto, elas são incentivadas por uma rede invisível que une e sintoniza diversas tentativas poéticas.

Além destes, seus dois longas mais recentes são "A Primeira Missa ou Tristes Tropeços, Enganos e Urucum", de 2014, e "Paixões Recorrentes", de 2022. Imperdíveis para conhecermos a artista, hoje aos 82, em sua maturidade.

A retrospectiva ainda apresenta o raro documentário "Nelson Pereira dos Santos Saúda o Povo e Pede Passagem", de 1978, realizado logo depois de "Mar de Rosas". É mais um evento essencial da Cinemateca Brasileira, pois Ana Carolina é incontornável.

Retrospectiva Ana Carolina
ONDE Cinemateca Brasileira - lgo. Sen. Raul Cardoso, 207, São Paulo.
QUANDO De 22 a 30 de abril. **PREÇO** Grátis; detalhes em cinemateca.org.br

O show tem de continuar

Luto de Ana Paula e Tadeu Schmidt uniu o público e o privado numa coisa única

Mauricio Stycer
Jornalista e crítico de TV, autor de 'Topa Tudo por Dinheiro'. É mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo

Por 30 anos, Truman Burbank, o personagem de Jim Carrey em "O Show de Truman", viveu dentro de um estúdio de gravação gigantesco, sem saber que toda a sua realidade era roteirizada. Todos os seus amigos, parentes e moradores da pequena cidade onde vivia eram atores contratados. O programa que exibia a sua vida se tornou uma atração internacional com grande audiência.

Ao longo dos anos, Truman recebeu inúmeras pistas de que havia algo estranho no seu dia a dia. A maior dica talvez tenha sido a luz de palco que despencou do céu e caiu ao seu lado, numa certa manhã.

Na cena final do filme de Peter Weir, após se dar conta de que é o protagonista de um espetáculo, Truman se vira para a câmera e, reproduzindo um gesto que atores usualmente fazem ao final de uma peça, dobra o corpo em sinal de agradecimento ao público.

Aquele momento comovente, brilhantemente interpretado por Carrey, pode significar que o personagem sempre soube que a sua vida servira como a matéria-prima de um programa de televisão.

Em 1999, um ano depois de "O Show de Truman", John de Mol apresentou na Holanda a primeira versão do Big Brother. Ainda que possa ter sido inspirada pelo filme, a premissa é radicalmente diferente, porque não há roteiro no programa. Voluntariamente, dez ou mais pessoas concordam em ser confinadas numa casa para expor ao público a dinâmica do relacionamento que nasce e se desenvolve entre elas.

Os participantes não são enganados, como Truman, mas são obrigados a se submeter a situações artificiais criadas pela direção do programa para manipulá-los, provocar conflitos e, objetivo maior, divertir os espectadores.

O BBB caminhava para um final previsível, até que a realidade introduziu um elemento novo. Num intervalo de apenas dois dias, morreram Oscar Schmidt, o irmão do âncora Tadeu, e Gerardo Renault, o pai da candidata que era favorita à vitória

Numa mensagem que ficou famosa, certa vez, o então diretor Boninho escreveu no Twitter: "Botamos no BBB os piores, cabe a vocês decidir o menos ruim para ganhar o jogo. Não é um voto para vencer. É um reality para eliminar".

Uma situação que sempre gera conteúdo para o público são as festas movidas a bebida alcoólica. Foi numa dessas que Ana Paula Renault acabou expulsa do BBB 16. Depois de beber demais, ela deu um tapa no rosto de um participante e, em consequência, foi excluída do programa.

Dez anos depois, Ana Paula voltou ao BBB. Além dela, havia outros veteranos, misturados com novatos, estratégia eficaz para provocar conflitos e despertar a curiosidade dos espectadores.

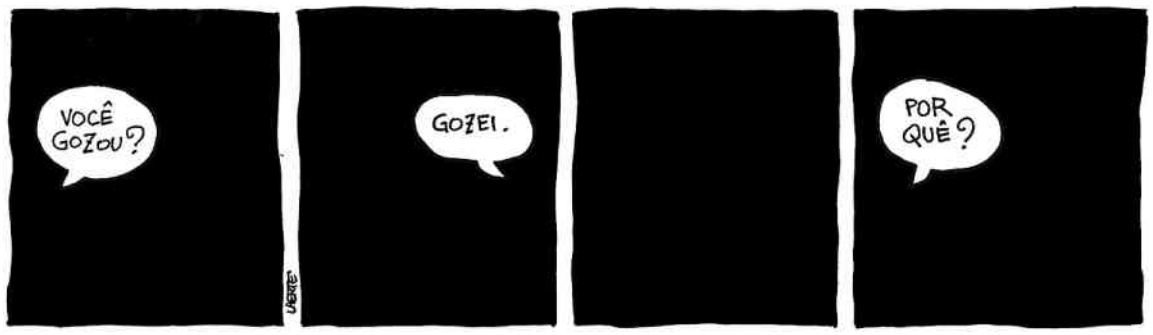
Favorita a vencer o BBB 16, se não fosse o escorregão naquele ano, Ana Paula nadou de braçada na atual edição. Inteligente, soube antagonizar com quem era malvisto pelo público, expôs visões progressistas sobre temas polêmicos e se aliou a participantes que a admiravam. Foi uma das candidatas que mais se destacaram nas enquetes de popularidade e a menos ameaçada nas eliminações.

Sucesso de faturamento comercial, como tem ocorrido há anos, e com resultados razoáveis de audiência, o BBB 26 caminhava para um final previsível, com a vitória de Ana Paula. Até que a realidade introduziu um elemento novo na dinâmica do programa. Num intervalo de dois dias, morreram Oscar Schmidt, irmão de Tadeu, apresentador do programa, e Gerardo Renault, o pai da candidata favorita.

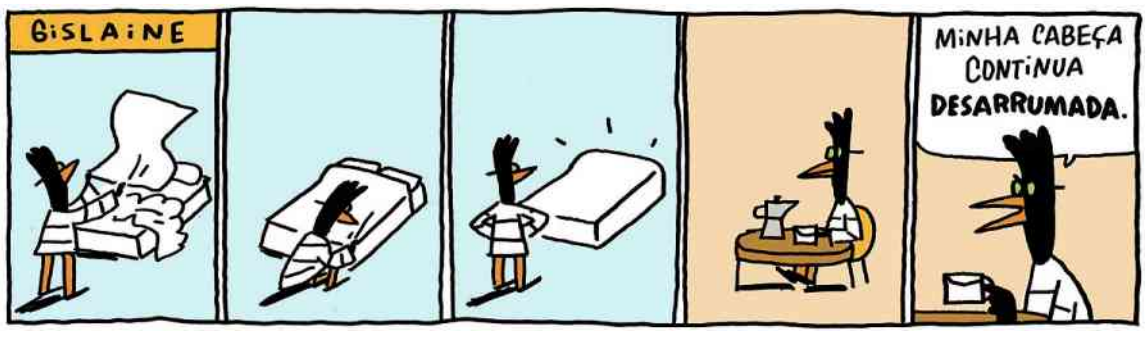
Para surpresa de alguns, que esperavam que eles se retirassem para cerimônias fúnebres entre os familiares, Ana Paula e Tadeu continuaram em cena, protagonizando o reality show da Globo. Expuseram suas dores ao vivo, transformando o público e o privado numa coisa só. Como Truman, entenderam que deviam isso ao espectador. O show tem de continuar.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



Bicudinho Caco Galhardo



Níquel Náusea Fernando Gonsales

Não Há Nada Acontecendo André Dahmer

Espécies de Espaços Fabiane Langona

Péssimas Influências Estela May

Vida Besta Galvão Bertazzi

GODOKU www1.folha.uol.com.br/jogos

	P		I		J			S
M								I
			P	O		A		
E	A							O
		J	L				S	M
A	M		J		L			
J		E		P		S		
	I		M					

As regras do **Godoku** são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido o nome de um famoso artista goianense nascido nesta data, 23 de abril, em 1960.

SOLUÇÃO

E	L	J	S	A	M	P	I	O
A	M	S	I	P	O	E	L	J
P	O	I	L	E	J	S	M	A
M	S	E	A	I	L	J	O	P
O	I	P	M	J	S	L	A	E
L	J	A	E	O	P	M	S	I
I	A	L	P	S	E	O	J	M
J	P	O	M	L	A	I	E	S
S	E	O	J	M	I	A	P	L

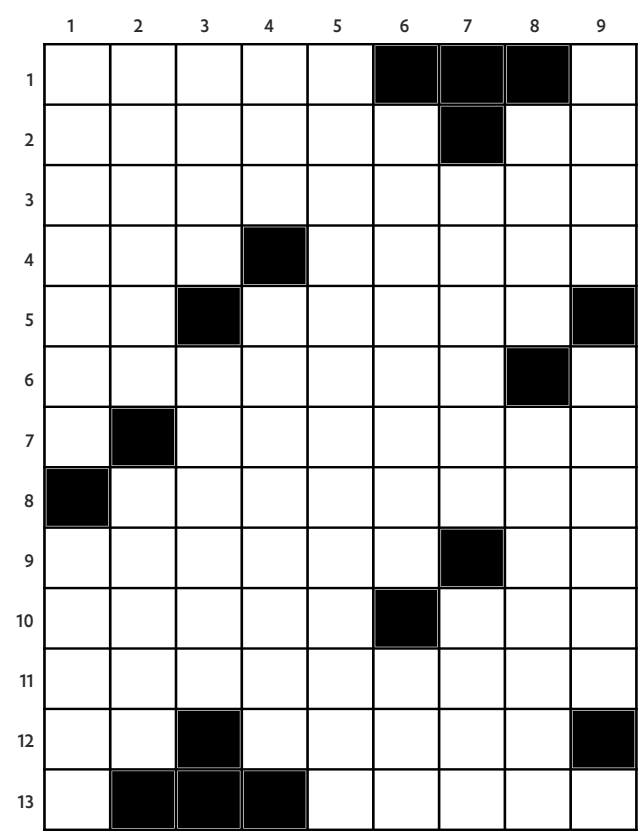
CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Um doce de fruta **2.** Bom conceito resultante de feitos ou virtudes invulgares / Gisele, para os íntimos **3.** (Astron.) Objeto de pouca luminosidade, considerado uma estrela fracassada **4.** A voz do gato / Fenda na terra em função do calor solar **5.** Arquivo Nacional / Sucessão de acontecimentos de uma novela **6.** Mandado judicial **7.** Pôr em leilão **8.** Quantidade de líquido que cabe num recipiente usado para chope **9.** Região do nordeste, muito seca, entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba / Max Verstappen, piloto da F1 **10.** Que deseja com muita vontade / (Rom.) 7 **11.** Criado de quarto **12.** Helena Rizzo, chef gaúcha / (Estrela-) O planeta Vênus **13.** Campo de cereais.

VERTICAIS

1. Campo onde se joga o futebol / Ação de lavrar a terra com pequena enxada bifurcada **2.** O músico pernambucano de "Paciência" / Engordar (os animais) à força de alimentos **3.** Um personagem como Mestre ou Feliz / Uma espécie de corneta de som agudo **4.** Um sufixo da net / Uma das ilhas das Pequenas Antilhas **5.** As canetas usadas indiscriminadamente como opção para perder peso **6.** Que muda continuamente de lugar e direção / A nona consoante do nosso alfabeto **7.** Que vai muito além do tempo (antiguidade, causa, recordação) / Grito de aplauso **8.** Medida de quantidade usada em farmácia / Adorar **9.** Fruto cítrico de sabor agridoce / Selvagem, não domesticado.



HORIZONTAIS: 1. Glace, **2.** Renome, Gi, **3.** Anã Marrom, **4.** Mio, Greta, **5.** AN, Trama, **6.** Decreto, **7.** Licitar, **8.** Caneca, **9.** Seridó, MV, **10.** Ávido, VII, **11.** Camareiro, **12.** HR, Dalva, **13.** Seara.
VERTICAIS: 1. Gramado, Sacha, **2.** Lenine, Cevar, **3.** Anão, Clarim, **4.** Com, Trinidad, **5.** Emagrecedoras, **6.** Errático, Ele, **7.** Remota, Viva, **8.** Gota, Admirar, **9.** Lima, Bravio.

A chegada do fim

Falar sobre os processos biológicos associados à hora da morte é um tabu na medicina

Drauzio Varella
Médico cancerologista, autor de 'Estação Carandiru'

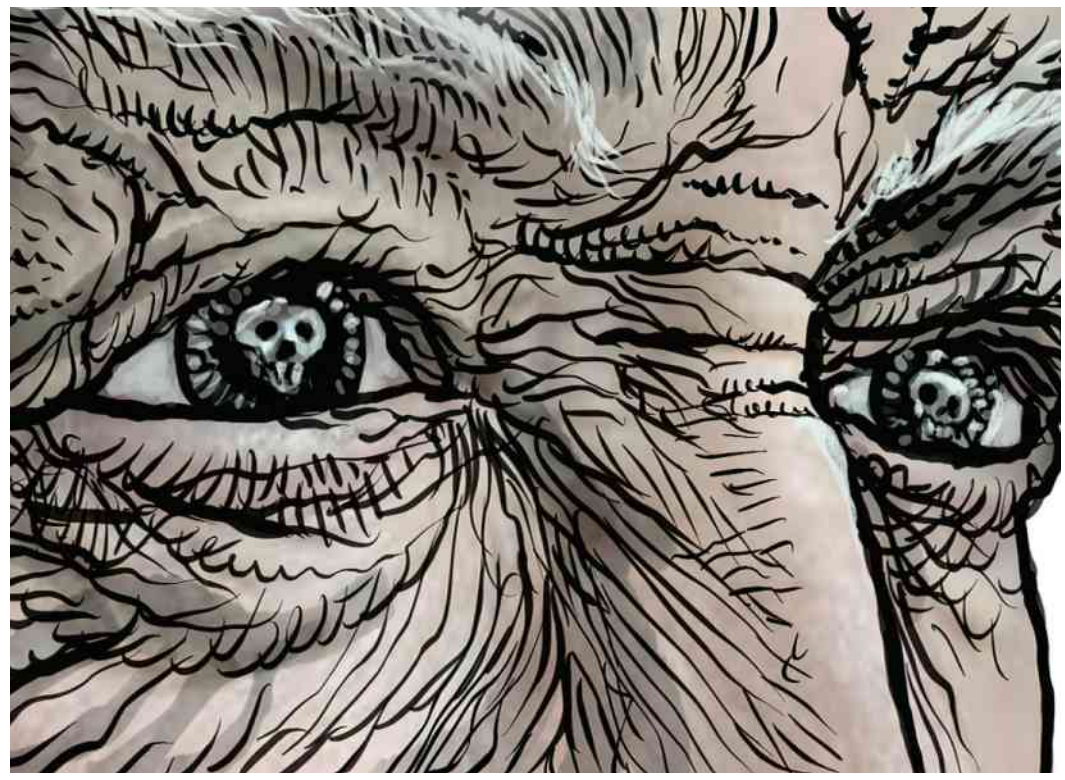
Coisa mais difícil na medicina é prever quanto tempo uma pessoa viverá, por mais doente que esteja. Essa, no entanto, é uma pergunta frequente de familiares e amigos aos médicos.

Nos pacientes com câncer, os médicos antigos se aventuravam a fazer estimativas: "No máximo seis meses". Talvez considerassem prova de competência acertar a data fatídica ou não entendiam o ensinamento de Hipócrates: "O que traz fama ao médico não é sua capacidade de fazer diagnósticos, mas prognósticos".

Minha geração de oncologistas aprendeu que esse tipo de adivinhação não faz sentido — as reações individuais são variáveis. O mesmo tipo de câncer, na mesma localização, com estadiamento idêntico, se torna incompatível com a vida em dois meses para um, enquanto a sobrevida do outro chega a um ano e a de um terceiro passa de cinco.

No começo da carreira, nos anos 1970, um colega recém-formado como eu naquela época observou. "Nosso sucesso profissional deve muito aos cirurgiões que saem do centro cirúrgico dizendo quanto tempo vai viver o paciente que acabaram de operar." Tinha razão, os familiares ficavam agradecidos para sempre quando conseguíamos resultados melhores. "Dez anos atrás, deram seis meses de vida; graças ao senhor, está vivo até hoje."

A duração da vida é sempre imprevisível. O máximo que conseguimos é citar dados estatísticos: "Em casos como o do seu pai, a mortalidade em cinco anos chega a 30%" ou "os índices de cura de pacientes como sua mãe ultrapassam 80%", e por aí vai.



Líbero

A duração da vida é sempre imprevisível. O máximo que conseguimos é citar estatísticas. Mas a verdade é que nós erramos ao tentar estimar a expectativa de vida, mesmo que nas etapas mais avançadas das doenças malignas

São de pouca valia essas informações. Seu pai estará entre os 30% que vão evoluir mal? Sua mãe está entre os 80% que serão curados? Tais níveis de incerteza são fonte de ansiedade e sofrimento para doentes e familiares.

A verdade é que erramos ao estimar a expectativa de vida, mesmo nas fases mais avançadas de doenças malignas. Quantas vezes achei que determinada senhora viveria poucas semanas, mas viveu três meses ou, ao contrário, morreu no dia seguinte.

Faço essas observações ao ter acabado de ler um artigo no British Medical Journal of Supportive and Palliative Care, em que pesquisadores sul-coreanos descrevem um teste simples que permite identificar as horas finais dos que estão à beira da morte.

Na cultura coreana, é tradicional que parentes estejam ao lado de seus entes queridos no momento da morte. Segundo o principal autor do trabalho, o médico Jung Hun Kang, "esse costume conduz a perguntas difíceis e urgentes a respeito do tempo que resta". Eles, então, investigaram o reflexo corneano em pacientes em fase terminal. Esse reflexo é o que faz piscar quando tocamos na córnea.

Participaram 112 pessoas, a maioria das quais com câncer avançado. A média de idade era de 73,5 anos. Morreram no decorrer de uma semana 110 pacientes. Todos foram submetidos ao teste do reflexo corneano três vezes por dia, aplicado com um cotonete por um grupo de enfermeiras.

De acordo com a resposta, eles foram divididos em três grupos. Resposta intacta —fechamento imediato das pálpebras. Diminuída —fechamento lento ou incompleto. Ausente —nenhum movimento das pálpebras.

Naqueles com ausência do reflexo, o risco de óbito nas 24 horas seguintes foi 5,5 vezes maior, do que entre os que mantiveram reflexos intactos ou diminuídos. Neles, a mortalidade nas 24 horas seguintes foi de 70,7%.

A ausência do reflexo dá suporte à previsão de morte iminente, embora a sua preservação não signifique que ela não possa ocorrer a qualquer momento. "A perda do reflexo reflete a deterioração progressiva da função do tronco cerebral, como parte do processo natural da morte", diz Kang.

O desaparecimento desse reflexo tem sido usado como um critério de diagnóstico de óbito há mais de 50 anos. A originalidade do estudo sul-coreano foi a de testá-lo em pessoas ainda vivas.

Falar sobre os processos biológicos associados à chegada da sinistra senhora é um tabu na história da medicina. É fundamental, entretanto, conhecê-los porque fazem parte inseparável da nossa existência. Como escreveu Guimarães Rosa, "viver —não é?— é muito perigoso". Tinha razão, a morte está sempre à espreita.

SEG. Luiz Felipe Pondé TER. João Pereira Coutinho QUA. Wilson Gomes QUI. Drauzio Varella, Marcelo Rubens Paiva, Fernanda Torres SEX. Djamila Ribeiro SÁB. Mario Sergio Conti

MULTITELA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com

'Stranger Things' volta ao streaming na forma de um desenho animado

Stranger Things: Histórias de 85

Netflix, 10 anos

A animação do estúdio australiano Flying Bark reimagina a cidade de Hawkins no inverno de 1985 num formato de desenho clássico, mas com ritmo e suspense contemporâneos. A vida de Onze, Mike, Will, Dustin, Lucas e Max volta ao normal, mas um monstro terrível desperta sob o gelo e ninguém sabe o que é. Os jovens heróis terão de solucionar o mistério e salvar a cidade. A produção executiva é dos irmãos Matt Duffer e Ross Duffer, os criadores do seriado original.

Mexicali: Terra sem Lei

Adrenalina Pura, 16 anos

O filme de ação se passa no norte do México, onde um ex-lutador ajuda a administrar a fazenda de sua parceira Estrella e participa de lutas clandestinas para pagar os trabalhadores. Quando menos espera, enfrenta o ataque de uma gangue perigosa de Chávez.

A Vida de Chuck

Prime Video, 12 anos

O filme de Mike Flanagan é inspirado num conto de Stephen King sobre a beleza e a finitude. Contada de trás para frente, a história apresenta três capítulos da jornada de um homem comum, vivido pelo ator Tom Hiddleston, começando por sua morte

O diretor Alfred Hitchcock aparece em silhueta no início do filme para apresentar a história, que é inspirada num caso real.

Doc

Disney+, 14 anos

O drama médico acompanha a brilhante doutora Amy Larsen depois que ela sofre um acidente de carro e perde oito anos de memória. Esta é a segunda temporada e ela está reaprendendo a trabalhar no hospital onde chefiava o departamento de medicina interna e a reparar laços rompidos.

O Homem Errado

Belas Artes à la Carte, 16 anos

Henry Fonda é Manny Balestrero, um músico honesto que é confundido com um assaltante e vai preso injustamente. À medida que ele enfrenta o sistema judicial, a família fica desolada.

A Memória do Cheiro das Coisas

Canal Brasil, 22h, 14 anos

O filme de António Ferreira acompanha a trajetória de Arménio, um ex-combatente de guerra português que, ao ser internado num lar de idosos, confronta fantasmas do passado e estabelece uma relação transformadora com uma cuidadora angolana.

Tô de Graça

Multishow, 22h30, 12 anos

Nos novos episódios, Graça, personagem de Rodrigo Sant'anna, tenta esticar os seus minutos de fama após uma passagem por um reality show e, já na estreia, Xuxa aparece como convidada. A comédia tem exibição de segunda a sexta e direção de Silvio Guindane.

CINEMA

Novo filme de James Gray com produção de Rodrigo Teixeira competirá em Cannes

SÃO PAULO "Paper Tiger", o novo filme do diretor James Gray, foi incluído, nesta quarta, entre os competidores deste ano à Palma de Ouro, prêmio máximo do Festival de Cannes.

O longa é produzido pelo brasileiro Rodrigo Teixeira, responsável por "Ainda Estou Aqui", vencedor do Oscar. Esta é a terceira parceira entre eles, que já haviam trabalhado juntos em "Ad Astra", de 2019, e "Armageddon Time", de 2022, que também concorreu ao troféu.

Com Adam Driver e Scarlett Johansson no elenco, "Paper Tiger" vai acompanhar dois irmãos que acreditam no sonho americano e tentam se dar bem na vida —até que se comprometem em um esquema com a máfia russa.

Pontapé inicial

Uma das cidades-sede da Copa do Mundo, Miami é local de partida de cruzeiros pelo Caribe e uma velha conhecida dos brasileiros, mas que está em constante reinvenção

Posto de salva-vidas em praia de Miami Beach Guilherme Genestreti/Folhapress

RUMO À COPA

Guilherme Genestreti

MIAMI A próxima Copa do Mundo será incomum em muitos aspectos —número recorde de seleções, três países anfitriões, estádios espalhados a milhares de quilômetros uns dos outros, e o planeta mergulhado em conflitos cujas consequências podem encarecer ainda mais a viagem.

Dentre as 16 cidades-sede do torneio, Miami é uma das mais acessíveis aos brasileiros, tanto por sua proximidade geográfica quanto pela grande oferta de voos.

É velha conhecida —a principal porta de entrada de quem sai do país rumo aos Estados Unidos, e onde o português é onipresente. Tanto é que é comum ouvir histórias de gente que se arriscou pela cidade sem nem saber falar o inglês ou o espanhol. E nem penou.

Série traz atrações das cidades-sede

Com a próxima Copa do Mundo começando em menos de 40 dias, a Folha destaca o que fazer nas principais cidades-sede do torneio de futebol e também o que há para explorar nos entornos

Para quem vai à primeira vez, vale visitar a região de South Beach, com seus casarões típicos em art déco voltados para o mar de cor esverdeada. A música é sempre alta na cidade da festa.

Quem já conhece pode se aprofundar em sua cena artsy, cada vez mais vibrante, e ousar conhecer os arredores, como o Parque Nacional dos Everglades, um conjunto de pântanos que servem de morada a aves e crocodilos.

Miami é também a capital mundial dos cruzeiros. Cerca de 8 milhões de pessoas embarcam ali todo ano rumo ao Caribe e outros destinos. Muitos navios costumam partir dali em suas viagens inaugurais, como foi o caso do Norwegian Luna, em março.

Dá ainda para esticar para Orlando, que fica a 380 quilômetros. O local cresceu ao redor da Disney, mas não se limita a ela.

Leia mais nas págs. B12 a B16

turismo

Fazenda nos Everglades permite ver os parentes americanos dos jacarés

Reserva particular abriga dezenas de aligátores, além de exemplares de outros bichos; visita inclui passeio de barco a hélice sobre o pântano

MIAMI De longe eles parecem estátuas. Dezenas de jacarés estirados, empilhados sobre os outros, fazendo aquilo que jacarés fazem de melhor: ficam paradinhos, sem piscar, à espera do bote.

Até que o treinador, protegido das feras por uma cerca de ferro, abre a caixa térmica, saca dali o corpo de um ratinho branco congelado e o atira. E lá se vai o roedor, voando: zuuuuuum. Eis que os répteis se levantam, abrem suas bocarras e um deles, o sortudo, abocanha o almoço.

Tecnicamente, não são bem jacarés. São aligátores, primos bem próximos. Os norte-americanos costumam ser um pouco maiores e com uma mordida mais potente do que a dos répteis que existem no pantanal e na amazônia. E ainda assim, são menores do que os crocodilos —esses, ainda mais agressivos e encontrados também em água salgada.

Crocodilos, aligátores e jacarés (ou caimans, em inglês) convivem na Flórida, estado americano fincado em pântanos. Estima-se que quase um terço de seu território seja dominado por charcos. O Parque dos Everglades é o símbolo desse ecossistema.

É nas franjas da reserva que fica a Everglades Alligator Farm, propriedade a 45 minutos de carro de Miami. Com ingressos que partem de US$ 38 (R$ 189), é possível ver apresentações como a que abre este texto, em que os aligátores são alimentados na frente do público, incluindo crianças e vovós.

O instrutor aproveita para dar lições sobre os bichos. Aprendemos, por exemplo, que são capazes de ficar horas parados embaixo da água, à espreita de uma vítima em potencial. Algumas anedotas contadas são tristes, sinistras mesmo. Ele repete e repete que moradores da região não podem deixar seus cachorros passearem sem coleira, muito menos à beira da água, ou então...

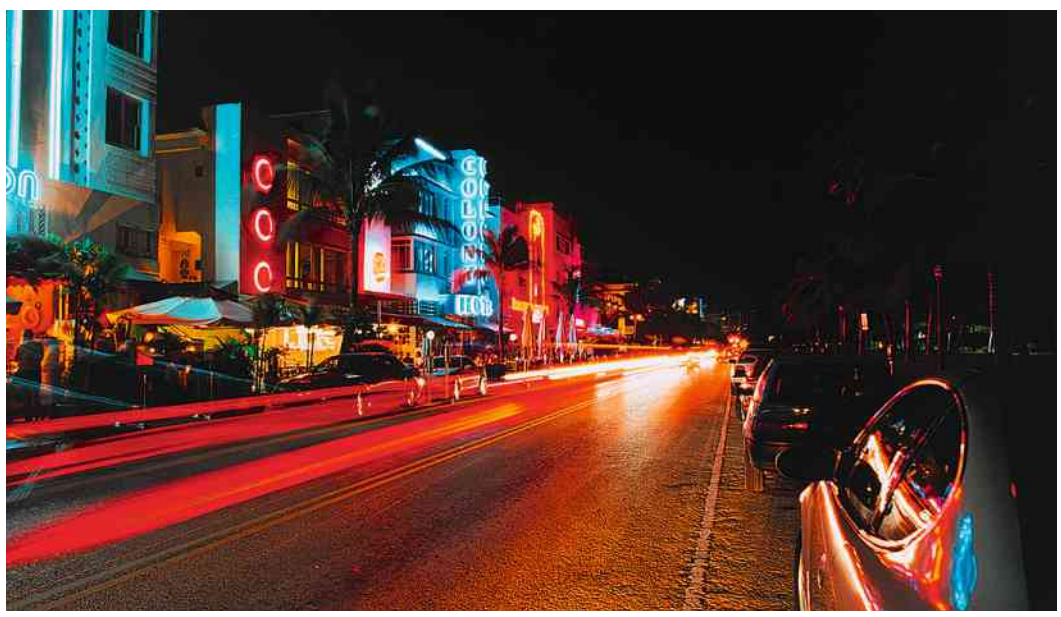
Ao redor há viveiros com outros tantos bichos da fauna subtropical —cobras, tartarugas, aves e capivaras. Para um brasileiro habituado a topar com esses megarroedores talvez eles não causem assim uma comoção, mas como o animal virou pop no mundo inteiro, elas não podiam faltar.

Por mais US$ 39 (R$ 194) dá ainda para encontrar os aligátores e passar a mão neles. Na verdade, filhotes cujo focinho é amarrado por uma fita adesiva.

A visita à fazenda dos répteis também pode incluir um passeio de barco pelos brejos. Tudo acontece nos airboats, típicos da região: são botes movidos a hélices tão barulhentas que é necessário usar um abafador de som para não ficar surdo. Ao longo de 20 minutos, com direito a algumas curvas radicais, o condutor desliza por aqueles rios de grama que parecem não ter fim. Eventualmente dá para ver algum bicho, mas isso não é garantido.

Quando o barulho do motor dá trégua, e o barqueiro dá alguns minutos para contemplar a imensidão de juncos, alguém cochicha que aqueles pântanos são pontos conhecidos de desova de cadáveres. Dá para entender o porquê.

A loja de souvenir tem aligátores de pelúcia e botas com o couro do animal. **Guilherme Genestreti**



Ocean Drive, uma das principais vias de Miami Beach Fotos Divulgação

Público no Frost Science Museum, em Miami

Veja quais são algumas das principais atrações da região de Miami

Ocean Drive
A via fica em Miami Beach, a ilha que é separada do restante do distrito de Miami pela baía de Biscayne. É o coração da vida noturna local e a principal responsável por dar à cidade o título de uma das principais capitais da festa. Ela reúne edifícios em estilo art déco, que hoje abrigam hotéis, restaurantes e baladas. A influência cubana é forte

South Beach
A mais famosa das praias de Miami, que pode ser visitada em conjunto com a Ocean Drive, tem boa oferta de bares e restaurantes. Nela fica a mansão onde o estilista Gianni Versace viveu e foi assassinado, que é aberto a visitas agendadas

Frost Science Museum
É um dos principais museus do mundo destinado às ciências, ideal para levar as crianças. Abriga um planetário, que traz apresentações a laser e com projeções potentes, e um aquário, que destaca a fauna marinha da região, com corais, tubarões-martelo e arraias

Wynwood
Outrora degradado, o bairro cheio de galpões abriga uma das maiores coleções de grafite do mundo, espalhadas por murais, além de restaurantes e bares descolados

Barco a hélice cruza pântano, e, à dir., turistas tentam avistar aligátores na região dos Everglades, na Flórida
Fotos Scott McIntyre/The New York Times

Resorts art déco de South Beach viram hotéis de luxo

MIAMI BEACH South Beach, a ponta sul da ilha de Miami Beach, é a área que legou à cidade as suas imagens clássicas: prédios baixos no estilo art déco, letreiros em neon, tons pastel, música com acento cubano, mar caribenho.

Meca hedonista da América, costuma ser sede do "spring break", uma espécie de semana do saco cheio dos estudantes americanos, regada a muita bebida.

No pós-pandemia, a migração de grandes executivos vindos sobretudo de Nova York transformou a área em reduto de luxo. E quem vem se adaptando a isso são os antigos hotéis da orla, a maioria aberta nos anos 1930 e 1940, hoje alvos de reformas milionárias.

O Shelborne é um dos clássicos. Resort histórico fincado na areia branquinha, foi adquirido pela rede californiana The Proper e reabriu no ano passado após uma renovação na casa dos US$ 100 milhões (R$ 500 milhões).

O lobby, todo em mármore rosado, preserva as linhas do art déco original. Com móveis de madeira clara e poltronas bem lisas, ganhou ar de sofisticação tropical.

O tom terroso e claro se mantém no bar do térreo, que costuma ser animado por sets de DJ aos sábados e que vão até o começo da madrugada, e também nas suítes.

Os 251 quartos dão para a área da piscina ou oferecem vista para a praia, com o seu típico oceano turquesa caribenho. Para os meses de junho e julho, diárias ali partem dos US$ 500 (R$ 2.500).

A área da piscina é a que parece manter mais intacto o estilo original. Tem um trampolim anguloso, hoje desativado, que parece saído de um musical de Esther Williams. Ao redor, os hóspedes se estiram em espreguiçadeiras e bebericam os seus drinques.

Nos fundos, o Shelborne dá acesso ao seu beach club —uma faixa na areia reservada a quem está hospedado nele e que pode ser mimado com bebida e petiscos.

Uma das novidades da renovação milionária pela qual passou o hotel foi a inauguração do Pauline, cujo carro-chefe são os peixes e frutos do mar, preparados com um tempero caribenho e latino. Já o Little Torch é um bar discreto, escondido no lounge, mais voltado a coquetéis clássicos e autorais.

O hotel dispõe ainda de academia 24 horas —claro, Miami é uma cidade de corpos à mostra—, e organiza sessões matinais de ioga, pilates e meditação sonora.

No mesmo trecho da praia do Shelborne, outros hotéis também vêm ganhando cara nova graças a renovações caríssimas. A rede Rosewood, por exemplo, está por trás da reforma do Raleigh. E neste mês reabre as portas o Delano, outro ícone do estilo, inaugurado em 1947. Em Miami, já tem gente chamando South Beach de Billionaire's Beach (ou praia dos bilionários). **Guilherme Genestreti**

O jornalista se hospedou a convite do hotel The Shelborne by Proper

Piscina do Shelborne, em Miami Guilherme Genestreti/Folhapress

Miami, cidade-sede da Copa, mostra a força do turismo brasileiro no tênis

Rafael Carvalho

MIAMI Em meio ao calor previsível do sul da Flórida e ao barulho dos aviões que cruzam o céu do estádio, um som se impunha: o português com sotaque brasileiro. Não só nas arquibancadas, mas nos corredores, nas filas para drinques e comidas e até nos anúncios improvisados entre torcedores.

Em março, poucos meses antes de sediar jogos de futebol da Copa do Mundo, o Hard Rock Stadium foi palco do Miami Open, um dos principais torneios de tênis. Ali exibiu algo que ganha escala: a conexão entre o Brasil e o esporte de raquetes.

Há décadas, o campeonato figura entre os eventos do circuito com maior público vindo do país. Mas em 2026, andar pelo complexo era notar algo a mais, já que o próprio inglês virava idioma secundário em certos momentos e partidas.

A disputa entre o carioca João Fonseca e o espanhol Carlos Alcaraz, ainda nas fases iniciais, teve estádio lotado e atmosfera que lembrava mais a de um clássico de futebol, com gritos, bandeiras e uma energia que destoa do comportamento contido típico do tênis.

Os números ajudam a explicar esse cenário. A Flórida é o maior destino de brasileiros nos Estados Unidos, e grande parte deles entra por Miami, uma cidade em que já se acostumaram a circular, consumir e, sobretudo, a se reconhecer.

Além de Fonseca, apareceram no radar figuras como Beatriz Haddad Maia, Luisa Stefani, Rafael Matos e Orlando Luz, atletas que mesmo sem dominar o circuito, ajudam a manter o país relevante no calendário internacional do tênis. O resultado é um efeito conhecido em outros esportes: o turismo motivado por ídolos.

Ainda que em escala menor do que no futebol, é notável o movimento de brasileiros que organizam viagens em torno dos torneios. Embora Miami seja a escolha mais óbvia, não é de se espantar ver um número expressivo de gente do país voando para Paris, Melbourne, Londres e Nova York para assistir a jogos dessas promessas.

Afinal, o pacote todo, assim como em campeonatos de outras modalidades, vai muito além das quadras. São eventos híbridos entre festival e parque temático, bares, experiências gastronômicas e espaços pensados para socialização.

O hábito de comprar bonés e outros souvenires parecia ser obrigatório, tanto que a bandeira do Brasil figurava entre estampas de camisetas do torneio.

A presença de influenciadores era visível, muitos filmando e saindo antes do fim das partidas. Para uma parte do público, o jogo é mesmo pano de fundo.

turismo

Fogos de artifício ao redor do castelo de Cinderella, no Magic Kingom, o mais conhecido e antigo parque da Disney World Edward Linsmier/The New York Times

Nunca foi à Disney World? Saiba o que fazer numa primeira visita aos parques

Conheça as principais atrações das unidades do complexo de Orlando, na Flórida; pacotes permitem economizar ao comprar ingressos

Montanha-russa inspirada em 'Toy Story', do Hollywood Studios Scott McIntyre/The New York Times

ORLANDO Outrora uma cidade sonolenta no centro da Flórida, menos exposta a furacões do que a região costeira, Orlando entrou no mapa em 1971, quando a Disney abriu um resort de entretenimento, maior do que o inaugurado na Califórnia décadas antes. Sua chegada atraiu a concorrência de outros parques temáticos, como os da Universal e do SeaWorld, além de uma penca de outlets. Prato cheio para brasileiros.

Quem for a Miami por causa da Copa tem à disposição voos diretos, trem e ônibus para Orlando —a viagem na última opção, mais longa e mais barata, não dura mais do que cinco horas.

A Disney não reina mais sozinha, mas ainda é o carro-chefe. E embora o complexo do Mickey se apoie na nostalgia, ele tem se armado para enfrentar seus rivais.

A grande novidade será a abertura do Villains Land, novo setor no Magic Kingdom, baseado nos vilões dos estúdios. Ainda não há data para a abertura, mas o projeto deve ser uma das maiores expansões da história da Disney.

O complexo não divulga números, mas estima-se que cada parque receba uma média de 50 mil visitantes por dia, por isso é bom se preparar para chegar cedo, encarar multidões e, se o bolso permitir, avaliar a compra dos lightning lanes (que furam filas).

*

MAGIC KINGDOM

Aqui é Disney raiz, com todos aqueles clichês —paradas de bonecos, rua principal que imita as avenidas das cidades americanas do começo do século e um punhado de brinquedos mais voltados às crianças do que aos adultos.

Além da Main Street, sua via mais importante, abriga cinco áreas temáticas: Adventureland, Frontierland, Liberty Square, Tomorrowland e Fantasyland.

Os brinquedos têm um jeitão de mais antigos. Crianças pequenas vão gostar de montar em carrosséis inspirados nos tapetes voadores de "Aladdin" ou nos elefantes de "Dumbo" e girar a uma altura modesta. It's a Small World é o nome daquele clássico passeio a bordo de barquinhos que percorre cenários com bonecos robotizados. Já a atração inspirada em "Peter Pan" leva o público a voar —tudo na mesma pegada de quando foram idealizados. É pura nostalgia dos anos 1950.

Um pouco mais radical é o Seven Dwarfs Mine Train, montanha-russa que circula pelas minas dos anões de "Branca de Neve".

Já os mais crescidos podem ir para o Tron Lightcycle Power Run, baseado na franquia de ficção científica "Tron". Cada passageiro monta numa motocicleta futurista e dispara por curvas de uma montanha-russa que circula por ambiente interno e externo.

Outra pedida é o Tiana's Bayou Adventure, ex-Splash Mountain. Como diz o nome, é daqueles brinquedos para se molhar. Termina numa queda de 16 metros, numa inclinação de 45 graus, espirrando água para todo lado.

Costumava trazer personagens do filme "A Canção do Sul", dos anos 1940, hoje tido como racista. Após a morte de George Floyd, a Disney substituiu sua ambientação pela do filme "A Princesa e o Sapo", que tem heroína negra.

Quem esticar no parque até a noite consegue ver a parada Disney Starlight, em que personagens circulam com luzes de LED.

Reserve um dia por parque

Cada um dos quatro parques temáticos da Disney World, além dos dois aquáticos, é imenso. Circular entre os brinquedos (e ainda aguardar na fila) demora um tanto. Para desfrutar de cada um deles sem pressa, o ideal é dedicar um dia inteiro a cada um. Os horários de abertura e encerramento costumam variar a depender dos eventos do dia, mas para o público externo, eles costumam funcionar entre 9h e 21h

EPCOT

O segundo parque mais antigo do complexo ecoa as exposições universais, eventos internacionais que nasceram no século 19 com a proposta de apresentar grandes inovações da humanidade.

Por isso, tem cara de futurismo vintage (ou o que nos anos 1980, quando foi inaugurado, acreditava-se que seria o futuro). É, portanto, voltado à tecnologia e à celebração dos diferentes países.

Seus símbolos são a Spaceship Earth, geosfera metálica na entrada que abriga uma apresentação sobre o progresso da humanidade, além do simpático monotrilho.

Ao redor de um lago ficam pavilhões dedicados a países, cada um com atrações e restaurantes temáticos. O brinquedo de "Frozen" fica no pavilhão da Noruega —é um barquinho que percorre cenários com bonecos realistas retratando os personagens.

Já o da França abriga uma atração inspirada em "Ratatouille": a bordo de carrinhos, circula-se entre imensas projeções que fazem crer que o público tem o tamanho dos ratinhos do filme.

Continua na pág. B15

Réplica de personagem de 'Star Wars' no Rise of the Resistance Divulgação

Continuação da pág. B14

A mais interessante atração do Epcot é a montanha-russa de "Guardiões da Galáxia", campeã de filas. Os trilhos correm dentro de um galpão escuro e fazem todo mundo sacolejar ao som de hits setentistas como "September", do Earth, Wind and Fire, e "One Way or Another", do Blondie,- bem ao estilo do filme da Marvel.

Já o Soarin' é um simulador de voo de asa-delta que percorre pontos como a Muralha da China e o Kilimanjaro. Para fechar as atrações imperdíveis, vale conferir o Test Track. É um trajeto feito em carrinhos que imita os testes realizados pela montadora GM com seus protótipos de veículos.

HOLLYWOOD STUDIOS

Esse talvez seja o mais democrático dos parques da Disney World, já que tem um bom equilíbrio entre atrações que vão agradar mais às crianças e outras que serão mais do gosto dos adultos. A inspiração aqui é o mundo do cinema —tanto que ele é o que mais faz frente à rival Universal.

A atração mais famosa do parque é a Tower of Terror, uma das campeãs de fila. Consiste num elevador de uma torre mal-assombrada, inspirada na série "Além da Imaginação", que sobe revelando fantasmas e outras coisas lúgubres até despencar a uma velocidade de mais de 60 km/h.

O bacana são as áreas temáticas relacionadas a grandes franquias do cinema. Os menores vão gostar bastante do espaço de "Toy Story". Tem um brinquedo de tiro ao alvo e uma divertida montanha-russa feita no formato do cachorro de molas do filme.

Quem é um pouco maior vai se empolgar com a área de "Star Wars", de cenografia caprichada. A principal atração é o Rise of the Resistance. O público, na pele dos rebeldes da saga, é conduzido por cenários que imitam as naves da trama de George Lucas, incluindo um hangar com stormtroopers, os soldados brancos vilões. Depois, embarcando em carrinhos, os visitantes cruzam corredores, entre disparos e faíscas, para terminar num simulador de queda. É o mais imperdível do lugar.

ANIMAL KINGDOM

O mais diferente dos parques da Disney é um grande zoológico. Imenso, na verdade. Suas áreas imitam selvas e savanas e ainda mantêm atrações temáticas.

Seu símbolo é a Tree of Life, árvore artificial de mais de 40 metros esculpida com centenas de animais no tronco, que fica no centro da ilha artificial Discovery Island. Ao redor dela se distribuem as principais áreas do parque.

Na da África, a atração mais concorrida é o Kilimanjaro Safaris, um passeio em veículos abertos que recria a experiência que se tem em parques africanos. Já na da Ásia fica a Expedition Everest, uma montanha-russa que imita uma expedição ao Himalaia interrompida por encontros com o Yeti, o abominável homem das neves. O Kali River Rapids leva o público a se molhar enquanto desce corredeiras selvagens.

A área chamada Pandora faz referência ao universo da franquia "Avatar". É o ponto alto, ao menos para os mais crescidos. Ficam ali as atrações mais disputadas do Animal Kingdom. Um deles é o Na'vi River Journey, passeio de barco por uma floresta bioluminescente, e o Flight of Passage, simulador 3D em que o visitante voa no lombo das criaturas aladas dos filmes de James Cameron.

PARQUES AQUÁTICOS

O complexo abriga dois do tipo. O primeiro, mais antigo, é o Typhoon Lagoon, com piscina de ondas que serve tanto a banhistas quanto a surfistas iniciantes, toboáguas para diferentes idades e rio de correnteza. Toda a cenografia imita a de um cenário pós-tufão, daí o nome. Por isso, há réplica de barco no topo de rochas e simulações de destroços.

O outro é o Blizzard Beach, que faz de conta que é uma estação de esqui derretida sob o calor da Flórida. Sua atração mais famosa é o Summit Plummet, um dos toboáguas mais altos e íngremes do mundo, com uma queda de cerca de 40 metros de altura.

PARA PASSEAR E COMPRAR

Disney Springs não é um parque, mas um complexo de compras, gastronomia e entretenimento à beira do lago Buena Vista. Funciona como uma espécie de centro urbano da Disney, com lojas, cinema e unidades de várias redes conhecidas de lanchonetes.

Quem quiser fugir da comida excessivamente gordurosa acha boas opções. Uma delas é o Jaleo, que serve tapas à espanhola.

O lugar concentra ainda atrações como o balão Aerophile, com vista panorâmica, e o Cirque du Soleil, com espetáculos fixos. À noite, o movimento cresce, com música ao vivo e bares cheios.

Já o Disney BoardWalk é um calçadão à beira-mar cenográfico, inspirado em Atlantic City e Coney Island. **Guilherme Genestreti**

O jornalista se hospedou a convite da Disney

Dicas práticas para visitar

Combo de ingressos
O pacote 4-Day, 4-Park Magic Ticket dá direito a entrar nos quatro parques temáticos do complexo, com a regra de usufruir um por dia. Ele sai mais barato do que comprar ingressos individualmente, com preços a partir de US$ 109 por dia (ou US$ 436 no total, sem taxas). O uso precisa ser feito em até sete dias após a primeira entrada

Filas expressas
Uma dica para não ficar muito tempo nas filas, que podem demorar até duas horas, é comprar os passes chamados lightning lanes. Dão acesso a uma fila paralela, expressa, para brinquedos selecionados. Os preços variam. Alguns permitem agendar horários nas atrações, outros permitem furar a fila sem a necessidade de um agendamento prévio (esses, os mais caros, podem chegar a US$ 449 ou R$ 2.300)

Na palma da mão
O aplicativo Walt Disney World é uma mão na roda. Além de mapas detalhados dos parques, tem um diretório completo de lojas, atrações e lugares para comer. Por ele é possível descarregar os ingressos para entrar na Disney, reservar mesas em restaurantes e saber o tempo de fila nos brinquedos

Hotéis na Disney
Orlando oferece um número imenso de hotéis. Quem quiser dedicar boa parte da estadia à Disney pode se hospedar em alguma das opções existentes dentro do complexo. Como todas são amparadas por vans, eles chegam mais rápido aos parques e evitam as muvucas. Um deles é o Port Orleans Resort - French Quarter, que reproduz casebres da cidade de Nova Orleans e fica encostado num riacho tranquilo. Diárias a partir de US$ 322 (R$ 1.606)

Nova York depois de um grande hiato

Falar sobre essa cidade é esbarrar nos clichês e, sempre que possível, evitá-los

Zeca Camargo
Jornalista e apresentador, autor de "A Fantástica Volta ao Mundo"

Nem arrependimento nem excitação. Estranho como a expectativa de voltar a Nova York depois de 11 anos sem por os pés lá não despertava em mim nenhum sentimento desses. Até eu finalmente sair andando por aquelas ruas pela primeira vez desde 2015.

Não foi uma ausência planejada. Nova York não é uma experiência da qual você enjoa, daquelas que você acorda um dia e diz: "já deu, não preciso ir lá de novo". Apaixonado por cidades como sou, esse é um destino que nunca risco do mapa. Ocorre que, de meados dos anos 2010 para cá, viagens para a Europa e pela Ásia apareceram com mais frequência. Assim, Nova York foi ficando no esquecimento.

O que não me impediu de dizer sim quando surgiu uma ótima oportunidade para voltar para a cidade em que eu já havia morado, como correspondente desta **Folha** (1989), e que eu visitava, no começo deste século, três ou quatro vezes por ano.

Talvez essa falta de empatia com o retorno, como coloquei acima, fosse um disfarce para a minha excitação. Fato é que ele caiu por terra assim que eu fiz check-in e parti para minha primeira missão nostálgica: comprar o jornal The New York Times de domingo, dia em que cheguei.

Era um dos meus rituais favoritos da cidade. Hoje é uma missão impossível. Não achei nas Hudson News do aeroporto JFK, tampouco nas bancas de revistas ali por Times Square, onde me hospedei. A gorda edição dominical de papel do jornal agora deve ser só privilégio de assinantes.

As grandes lojas estão mais parecidas, Times Square é um tapete de telas de LED, parece que menos carros circulam por suas ruas, e a silhueta da cidade conta com estranhos espigões

Outras mudanças detectadas logo de cara: as grandes lojas estão cada vez mais parecidas; Times Square agora é um tapete de telas de LED; parece que menos carros circulam por suas ruas (o que não significa que o trânsito melhorou); e a silhueta da cidade conta com estranhos espigões.

Os novos ninhos de milionários despontam como agulhas duvidosas na paisagem urbana oferecendo estupendas vistas, dos rios, do Central Park, para seus moradores abastados sem contribuir nada para a beleza do conjunto arquitetônico de Manhattan.

Vi esses monstrengos espelhados, uma aberração diante de tantas outras contribuições fantásticas para o desenho da ilha, especialmente em Chelsea, de pontos de vistas privilegiados. Primeiro do Top of the Rock, o rooftop do Rockefeller Center, que eu não sei como eu não tinha visitado até hoje.

Depois, de uma das novidades mais bem-vindas para o turista, o Summit. Que linda surpresa me deparar com aquele observatório espelhado, longe 91 andares da sua irmã mais velha, a Grand Central Station. Uma visão vertiginosa e lúdica.

Centenas de turistas saíam com um sorriso no rosto, e eu não fui uma exceção. Como bônus, ainda subi num elevador especial que te leva até o 101º andar. Sim, eu dancei no céu sobre Manhattan.

Uma espécie de clichê, eu sei, mas falar sobre Nova York é esbarrar constantemente neles —e sempre que possível, evitá-los. Vou enfrentar essa dificuldade nas próximas colunas, ao escrever mais a fundo sobre essas e outras atrações, da Bienal do Whitney à península Gasenvoort.

Se não me sair bem, pelo menos vou estar em boa companhia. Frank Sinatra: a cidade que nunca dorme. Alicia Keys: selva de concreto onde nascem os sonhos. E esta própria **Folha**, que um dia revelou ao mundo que Nova York é, de fato, uma grande maçã.

QUI. Luiza Pastor, Zeca Camargo

turismo

Navio Norwegian Luna, mais nova embarcação da Norwegian Cruise Line, no porto de Miami Fotos Divulgação

Novo navio da Norwegian conta com toboágua modernoso e vai para ilha privativa nas Bahamas

Com partidas de Miami, Luna vai na contramão dos cruzeiros atuais e troca tamanho colossal por mais mordomias para crianças e adultos

MIAMI E BAHAMAS A forma mais tentadora (e, vá lá, inevitável) de se descrever um navio de cruzeiro é elencar a sua numeralha. No caso do novíssimo Norwegian Luna, falamos de 20 andares, 17 restaurantes, 18 bares, cinco piscinas, nove jacuzzis e capacidade para 3.565 hóspedes, entre outros tantos atrativos que jamais seriam zerados numa única viagem.

Mas não importa quão experiente seja o passageiro, é impossível ficar indiferente ao topar com um titã ancorado e imaginar como esse misto de shopping center e resort consegue flutuar. E isso que o barco em questão nem é desses colossos que estão na moda na área, cada vez maiores.

Pelo contrário. A proposta do Luna é ser um pouco mais compacto e exclusivo —ou o tanto possível para o seu porte. O navio, que fez sua viagem de estreia no mês passado entre Miami e as Bahamas, é o mais novo integrante da classe Prima Plus, a mais elitizada da frota da Norwegian Cruise Line. Ao longo deste ano, a embarcação deve se concentrar no Caribe, fazendo rotas entre Flórida, República Dominicana, México e Bermudas, com pacotes de sete dias a partir de R$ 4.239.

Dois são os seus cartões de visita, digamos assim. Um deles é o Aqua Slidecoaster, um toboágua com cara de montanha-russa. Ele comporta até duas pessoas numa boia, lançada em alta velocidade por escorregadores de dez andares. Dá até para fazer corrida com a dupla ao lado.

O outro é o musical "Elton", em homenagem a Elton John. O espetáculo, encenado à noite no teatro de três andares do navio, empilha hits do cantor como "Tiny Dancer", "I'm Still Standing" e "Don't Let the Sun Go Down on Me" enquanto bailarinos fazem coreografias caprichadas em meio a plataformas e projeções. O fôlego deles impressiona.

A escolha do repertório do britânico vai de encontro à proposta do Norwegian Luna, de ser um navio para todas as idades. "Quando pensamos num cruzeiro, temos de pensar que toda a família precisa se divertir, não apenas as crianças, os pais ou os avós", diz Jovo Sekulovic, vice-presidente de operações hoteleiras da Norwegian.

De fato, na plateia até os mais novinhos cantavam os versos de "Your Song" e "Rocket Man".

Enquanto o barco singra o mar do Caribe, adultos podem deixar a criançada na área de fliperama, no parque aquático infantil ou no Moon Climber, um percurso de obstáculos com vários níveis. O Glow Court é uma quadra que usa luzes de LED e pode virar pista à noite. Já o Drop é um tobogã seco, um escorregador em queda livre que desliza em círculos.

Caso não queiram lagartear em alguma das banheiras de hidromassagem ou piscinas, adultos podem caminhar sob o mar no Oceanwalk, passarela com um piso de vidro. O Mandara é o spa, com sauna, academia, mais piscinas, suíte termal com cachoeira de dois andares e toda uma sorte de tratamentos que podem ser feitos com vista para o oceano.

O Luna também conta com o pacote básico de todos os cruzeiros: um amplo cassino, um cardápio de aulas de dança, free shop (que só abre em águas internacionais) e quadras —com destaque para a de pickleball.

As 17 opções gastronômicas abarcam o Hudson's, com seu amplo salão na popa do navio com janelões para o mar, o Indulge Food Hall, em que os pedidos são feitos num tablet, e o Surfside, com bufê requintado de itens frescos, que em nada lembra a comida com cara de xepa de muitos navios que aportam pelos lados de cá. Todos esses são boca livre, isto é, estão incluídos no pacote.

Já a comida nos restaurantes de especialidade é cobrada à parte. Incluem opção mediterrânea, mexicana, italiana, bistrô, sushi e por aí vai. No asiático Hasuki, os cozinheiros filipinos cantam enquanto assam a comida na chapa. Festivo e fumegante. Isso sem contar os 18 tipos de bares, que incluem pub, karaokê, wine bar, de coquetéis, enfim. Até unidade do Starbucks tem no Luna.

Quem põe o pé em terra firme também fica um pouco tonto com tanta opção, sobretudo se descer em Great Stirrup Cay, uma ilha privativa nas Bahamas operada pela Norwegian. Em sua viagem inaugural, o barco saiu de Miami, aportou ali e depois voltou para a cidade da Flórida.

Com parte em obras, o local abriga um menu de passatempos que vão de piscina para crianças a circuito de tirolesa. Na área do Vibe Beach Club, criança não entra: ideia ali é que maiores de 18 anos possam deitar nas espreguiçadeiras, pedir um drinque e olhar o mar do Caribe. Ele é mesmo de turquesa tão translúcido que até parece que alguém carregou no filtro do Instagram.

Um dos passeios que se pode fazer em Great Stirrup Cay é nadar com porquinhos. Por US$ 95 (R$ 473) por pessoa, a excursão leva a uma outra ilha onde os suínos são criados na praia e ensinados a pegar onda com turistas apoiados em suas costas. Dá para tirar algumas fotos e dar fruta no espetinho para os bichos.

O Luna conta com 1.809 cabines. Aquelas viradas para o mar, com varanda, são espaçosas como uma suíte de hotel normal.

O espaço chamado The Haven é um reduto à parte dentro do navio: ali, os quartos são ainda maiores, há mordomo 24 horas, piscina de borda infinita e bar, tudo privado para quem dispõe de pelo menos R$ 21.300 por um pacote de sete dias. É como um cercadinho VIP dentro de um barco que já é VIP. **Guilherme Genestreti**

O jornalista viajou a convite da Norwegian Cruise Line

Dançarinos do espetáculo 'Elton', uma das principais atrações noturnas do navio

Aplicativo é uma mão na roda para se orientar

Passageiros do Luna podem consultar o app da Norwegian Cruise Line para conhecer as atrações do navio e o itinerário da viagem, reservar mesas nos restaurantes de especialidade e comprar passeios externos. Ele também permite a consulta ao status no programa de lealdade na companhia de cruzeiros, que dá vantagens nas próximas viagens.

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Lajeado Energia S.A. (Companhia, Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo - SP, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco ou controlada), sociedade anônima de capital aberto que tem como objeto principal a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

O Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado tem prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2035, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MWm, representando uma potência total instalada de 902,5MWm, uma potência assegurada de 823,3MWm e uma garantia física de 479,9MWm.

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Lajeado de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035 que representa um acréscimo de 980 dias.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48MW e 2.877.660MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais têm compromissos. Foi aprovado o oitavo termo aditivo ao contrato de concessão, com objetivo de adequar a energia assegurada que passará a ser de 3.836.880MWh/ano, após a revisão da garantia física através da Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado entre as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 7), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como a Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, a Companhia e as demais consorciadas são responsáveis pelo pagamento do arrendamento para a Investco. O contrato de concessão não está no alcance do CPC 06 (R2) e segue avaliado como um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Investco, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R$8.582, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente total remanescente da obrigação é de R$63.962 (R$68.907 em 31 de dezembro de 2024). Em caso de falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021 e nº 15.103/2025, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE. A partir de 1º de janeiro de 2026, aplica-se a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025 (Nota 3.2).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. A Administração entende que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras e consolidadas.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2026.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 31.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de beneficio definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercício subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Determinação da receita com arrendamento (Notas 7 e 26); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Arrendamentos e Aluguéis (Nota 15.2); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 17 e 18); Provisões fiscais e cíveis (Nota 24.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 24.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 31.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 16).

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras individuais.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Esse segmento respondeu, em 2025, por 89% da receita operacional bruta consolidada (90% em 2024).

2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis exceto para Concessionárias (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Os ativos não financeiros são revisados anualmente ou com maior periodicidade, se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável nas controladas.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

2.9.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronuncia-mento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronuncia-mento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpre-tação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025

A Administração da Companhia e de sua controlada avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.9.2. Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Pronuncia-mento	Indeterminado
CPC 36 - Demonstrações consolidadas	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou joint ventures, visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IFRS 10	Pronuncia-mento	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuros.	IFRS 9 e IFRS 7	Divulgação	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da IFRS 18 é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtotais obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	IAS 1	Norma	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Publica de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	Divulgação	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Reforma Tributária sobre o Consumo

As leis complementares nºs 214/2025 e 227/2026 regulamentaram a emenda constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

A Reforma Tributária sobre o Consumo extinguirá, de forma gradativa, a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com a substituição pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS e do Imposto Seletivo - IS, ambos de competência da União Federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação desse novo modelo ocorrerá de forma gradual, em etapas sucessivas no período de 2026 a 2033.

O início da transição ocorrerá em 2026 (período teste), com a aplicação das alíquotas de referência de 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, conforme previsto na Lei Complementar nº 214/2025 e exigência de emissão da Nota Fiscal conforme o novo padrão de XML. Nessa primeira fase, haverá a dispensa do efetivo recolhimento, condicionada ao cumprimento de obrigações acessórias ainda a serem definidas. Caso recolhidos, os valores serão compensados com PIS/COFINS devidos no período ou outros tributos federais, ou serão ressarcidos caso não possam ser utilizados para compensação.

Em 2027, ocorrerá a extinção de PIS/COFINS, com substituição pela CBS, e o IPI terá suas alíquotas reduzidas a zero, exceto nos casos de produtos com similar produzido na Zona Franca de Manaus.

Entre 2029 e 2032, será iniciada uma fase de transição mais gradual no âmbito subnacional, com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a majoração correspondente do IBS, em um sistema de convivência. A transferência será faseada, com a redução de 10%, 20%, 30% e 40% das alíquotas de ICMS e ISSQN, paralelamente a uma alíquota IBS estadual e outra municipal correspondente a essa redução (sendo certo que o IBS incidirá tanto sobre mercadorias quanto serviços, indiscriminadamente).

Por fim, em 2033, ocorrerá a consolidação definitiva do novo sistema tributário, com a extinção integral do ICMS e do ISSQN no modelo atual e a plena vigência do novo sistema de tributação do consumo.

A reforma tem como propósito simplificar o sistema tributário brasileiro, com fundamento na tributação no destino, na não cumulatividade plena, na unificação da legislação em âmbito nacional e na gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição ao atual mosaico de regras.

Nesse contexto, com vistas a assegurar a conformidade com o novo regime tributário a partir de 01 de janeiro de 2026, a sociedade havia implementado: (i) Revisão dos cadastros de produtos e de serviços em conformidade com a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, a Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS, o Código de Situação Tributária - CST e o Código de Classificação Tributária - cClassTrib, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025, do Informe Técnico 2025.002, das tabelas vigentes de NCM e NBS; (ii) Adequação dos ERPs e softwares fiscais às especificações da Nota Técnica 2025.001, da Nota Técnica 2025.002, da Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 004 e demais normativos aplicáveis; e (iii) Validação de XMLs com o novo leiaute padrão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Durante 2026, o Grupo EDP concentrará esforços na identificação dos pontos focais das áreas envolvidas, implantação dos planos de ação prioritários, e na revisão de contratos e políticas fiscais, assegurando que toda a organização esteja pronta para operar com segurança e eficiência no novo ambiente tributário.

Ao longo da fase de transição, as entidades deverão avaliar os efeitos sobre a mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, incluindo a recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS à luz do novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a revisão dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades precisarão analisar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime anterior, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou, se for o caso, o reconhecimento de eventual perda de direito creditório.

O CFC e o CPC estão em processo de avaliação dos potenciais impactos contábeis decorrentes da reforma, sem que haja, até o momento, manifestação formal. Nesse ínterim, as entidades devem acompanhar os possíveis efeitos sobre suas demonstrações financeiras e divulgar, nas notas explicativas, as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

3.2 REN nº 1.135 de 14 de outubro de 2025

Em 14 de outubro de 2025, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025, que alterou o Submódulo 5.6 do Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), atualizando o percentual de aplicação e o prazo dos investimentos em P&D, conforme disposto na Lei nº 9.991/2000. Com essa atualização, encerra-se, em 31 de dezembro de 2025, a vigência do recolhimento à CDE de parte do recurso destinado ao Programa de P&D regulado pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2026, o percentual da ROL aplicado em P&D passa a ser padronizado e fixo, substituindo a faixa variável anteriormente vigente. Para a Companhia e a sua controlada, o P&D passa de 0,28% para 0,40%.

3.3 LO nº 1.738/2025 de 2 de dezembro de 2025

Em 2 de dezembro de 2025, na controlada Investco, foi publicada a Licença de Operação (LO) nº 1.738/2025, a qual substitui e renova a Licença de Operação anteriormente vigente, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com prazo de validade de 10 anos, contado a partir da data de sua emissão, conforme demonstrado na nota 24.2.

3.4 Repactuação UBP - MP nº 1.300/25 convertida na Lei nº 15.235/25

A lei nº 15.235/25 trata da Tarifa Social de Energia Elétrica, implementando o programa Luz do Povo, que garante isenção ou desconto na conta de luz para famílias de baixa renda, com gratuidade total para consumo de até 80 kWh/mês para inscritos no CadÚnico e BPC, além de expandir a cobertura para famílias com renda per capita de até 1 salário mínimo (até 120 kWh/mês) a partir de 2026, custeado pela CDE e visando reduzir desigualdades.

A implementação deste programa da Tarifa Social de Energia Elétrica prevê um mecanismo de repactuação do UBP no setor elétrico.

A criação deste mecanismo visa a repactuação de dívidas de geradoras hidrelétricas relacionadas ao UBP, que é o valor de referência para a indenização por ativos de geração não amortizados. Isso permite que empresas do setor renegociem seus

continua

PUBLICIDADE LEGAL NA FOLHA

GRANDES RESULTADOS MERECEM GRANDE REPERCUSSÃO.

ANUNCIE SUA PUBLICIDADE LEGAL NO MAIOR JORNAL DO PAÍS.

Circulação paga multiplataforma[1]:
876.028
exemplares por dia

Audiência qualificada[2]:
28 MM
usuários únicos

Site de jornal com maior tempo de leitura do país[3]:
5,6
minutos/visitante

FOLHA DE S.PAULO
Publicidade FOLHA
O maior e mais influente jornal do país
Pluralismo, apartidarismo, independência e jornalismo crítico, são os princípios editoriais da marca de notícias com maior credibilidade no Brasil. Jornalismo profissional como antídoto às fake news.
CONHEÇA O GRUPO FOLHA >
Credibilidade, engajamento e audiência qualificada
+23 MM Visitantes
+21.6 MM de

(1) FONTE: BDO, CIRCULAÇÃO TOTAL FOLHA - ASSINANTES FOLHA - DEZEMBRO/2025. (2) FONTE: COMSCORE KEY MEASURES - AVERAGE MINUTES PER VISITOR - NOVEMBRO/2025. (3) FONTE: GA GOOGLE ANALYTICS - SET/2025.

UMA GRANDE EMPRESA ANUNCIA EM UM GRANDE JORNAL

WWW.PUBLICIDADE.FOLHA.COM.BR - 11 3224-3690 OU 11 98405-3428

FOLHA DE S.PAULO ★★★

Portal de Publicidade Legal Folha ★★★

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

compromissos financeiros e busquem condições de pagamento mais sustentáveis.
Serão elegíveis à repactuação as Usinas Hidrelétricas - UHEs licitadas nos termos da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, outorgadas mediante critério de máximo pagamento pelo UBP. A repactuação será efetivada por meio de redução percentual do saldo de UBP e pagamento do saldo devedor em parcela única.
A Administração da Investco está em processo de avaliação dos potenciais impactos contábeis decorrentes da lei da antecipação do pagamento do UBP.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Bancos conta movimento		1.853	1.405	4.627	19.314
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.1	118.714	41.891	421.754	262.780
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	4.2				23.020
		118.714	**41.891**	**421.754**	**285.800**
Total		**120.567**	**43.296**	**426.381**	**305.114**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.
As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.
A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 31.
As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia e de sua controlada são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Em 31 de dezembro de 2025 as aplicações financeiras da Companhia e de sua controlada estão remuneradas a taxas que variaram entre 100,00% e 101,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Em 31 de dezembro de 2024, as operações compromissadas lastreadas em Debêntures são referentes à Companhia e sua controlada, e foram remuneradas a taxas que variam entre 94,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Concessionárias

	Nota	Controladora Circulante 31/12/2025	Controladora Circulante 31/12/2024	Consolidado Circulante 31/12/2025	Consolidado Circulante 31/12/2024
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	5.1	70.870	62.383	71.607	63.056
Energia de curto prazo	5.2	122	4.822	157	4.867
Encargos de uso da rede elétrica		4.805	4.003	4.917	4.101
Outros créditos		454	243	454	243
Total		**76.251**	**71.451**	**77.135**	**72.267**

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e da controlada.
Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.
A Companhia e sua controlada avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia e sua controlada não identificaram a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.
A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito está divulgada na nota 31.2.5.

5.1 Suprimento de energia elétrica

A variação refere-se, substancialmente, a um volume maior de 188MWm de energia vendida em dezembro de 2025 quando comparado a dezembro de 2024.

5.2 Energia de curto prazo

A variação refere-se ao recebimento da liquidação da CCEE. No exercício de 2025, a Companhia estava exposta energeticamente no mercado de curto prazo, enquanto no exercício de 2024 a Companhia possuía excedentes no mercado de curto prazo.

6 Títulos a receber

	Nota	Controladora Circulante 31/12/2025	Controladora Circulante 31/12/2024	Controladora Não circulante 31/12/2025	Controladora Não circulante 31/12/2024
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	6.1	3.022	651	16.484	16.868
(–) AVP - Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"				(8.244)	(8.921)
Total		**3.022**	**651**	**8.240**	**7.947**

6.1 Ações preferenciais das classes resgatáveis "A", "B" e "C"

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R$12.779, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social (Nota 21.1).
Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.
O saldo em 31 de dezembro de 2025 de R$8.566 (R$8.598 em 31 de dezembro de 2024) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.
Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

7 Rendas a receber

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Paulista Lajeado	939	960
CEB Lajeado	2.683	2.743
	3.622	**3.703**

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001 e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Companhia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Investco, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 1.1).
Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Investco, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.
O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% a.a. corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo são projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.
A variação no exercício da rubrica de Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 26), é decorrente, substancialmente, da combinação de dois fatores: (i) redução do IPCA projetado para o exercício de 2025 em relação ao exercício anterior de 1,14 p.p.; e (ii) redução do coeficiente de ajuste do contrato de arrendamento entre os exercícios.

8 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Controladora Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		4.491		410	26.008	(1.103)	(25.659)	4.147
Total Circulante		**4.491**		**410**	**26.008**	**(1.103)**	**(25.659)**	**4.147**
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS		293	20.817	229		(521)	(20.818)	
IRRF sobre aplicações financeiras		5.799	5.354				(5.799)	5.354
IRRF sobre juros s/capital próprio		4.594	5.769				(4.594)	5.769
Outros		25						25
Total Circulante		**10.711**	**31.940**	**229**	**–**	**(521)**	**(31.211)**	**11.148**
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		136.314	186.237	2.256	(132.443)		(36.052)	156.312
Total Circulante		**136.314**	**186.237**	**2.256**	**(132.443)**	**–**	**(36.052)**	**156.312**
Outros tributos a recolher								
PIS e COFINS		7.621	84.398		(59.557)	(1.624)	(20.818)	10.020
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		41	155	1	(183)			14
IRRF sobre juros s/capital próprio	8.1	5.087	2.923		(8.010)			
Encargos com pessoal		19	232		(239)			12
Total Circulante		**12.768**	**87.708**	**1**	**(67.989)**	**(1.624)**	**(20.818)**	**10.046**

	Nota	Consolidado Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar		12.720			1.590	45.439	(11.355)	(32.303)	16.091
Total Circulante		**12.720**	**–**	**–**	**1.590**	**45.439**	**(11.355)**	**(32.303)**	**16.091**
Outros tributos compensáveis									
ICMS		183	35	(218)					
PIS e COFINS		5.938	22.307		358	(732)	(5.434)	(22.308)	129
IRRF sobre aplicações financeiras		12.104	12.498			(1)		(10.789)	13.812
IRRF sobre juros s/capital próprio		4.594	5.769					(4.594)	5.769
Outros		35							35
Total Circulante		**22.854**	**40.609**	**(218)**	**358**	**(733)**	**(5.434)**	**(37.691)**	**19.745**
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		136.314	198.376		2.256	(132.990)		(47.644)	156.312
Total Circulante		**136.314**	**198.376**	**–**	**2.256**	**(132.990)**	**–**	**(47.644)**	**156.312**
Outros tributos a recolher									
ICMS		89	753			(791)			51
PIS e COFINS		9.028	102.374		1	(64.366)	(13.330)	(22.308)	11.399
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		179	1.363		1	(1.378)		46	211
IRRF sobre juros s/capital próprio	8.1	12.990	12.181			(21.712)	(3.459)		–
Encargos com pessoal		457	5.340			(5.313)		(46)	438
Total Circulante		**22.743**	**122.011**	**–**	**2**	**(93.560)**	**(16.789)**	**(22.308)**	**12.099**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e sua controlada apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) são compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia ou sua controlada liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

8.1 IRRF sobre juros s/capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia e de sua controlada, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em Adições, de R$12.181 no Consolidado, relativo ao IRRF sobre JSCP, deliberado no exercício em análise, foi integralmente liquidado em dezembro de 2025.

9 Tributos diferidos

	Nota	Controladora Passivo Não circulante 31/12/2025	Controladora Passivo Não circulante 31/12/2024	Consolidado Passivo Não circulante 31/12/2025	Consolidado Passivo Não circulante 31/12/2024
Outros Tributos diferidos	9.1	4	2	57	32
Imposto de renda e contribuição social	9.2	23.973	23.498	42.950	45.480
Total		**23.977**	**23.500**	**43.007**	**45.512**

9.1 Outros Tributos diferidos

Em decorrência das alterações introduzidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e na Lei Complementar nº 214/2025 que determinam a extinção do PIS e da COFINS e sua substituição pela CBS a partir de 1º de janeiro de 2027 (Nota 3.1), a Companhia manteve o saldo diferido de longo prazo classificado como outros tributos diferidos, preservando o tratamento contábil atualmente adotado até que a legislação defina o seu enquadramento e destinação.

9.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

9.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Controladora Ativo Não circulante 31/12/2025	Controladora Ativo Não circulante 31/12/2024	Controladora Passivo Não circulante 31/12/2025	Controladora Passivo Não circulante 31/12/2024	Controladora Resultado 2025	Controladora Resultado 2024
Diferenças temporárias							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.173	2.161			12	9
Ações preferenciais resgatáveis	9.2.1.1	2.778	4.318			(1.540)	1.063
Direito de concessão - GSF				52.937	58.213	5.276	5.430
Arrendamentos - CPC 06 (R2)							(36)
Outras		138	131	29	17	(5)	(229)
Total Diferenças Temporárias		**5.089**	**6.610**	**52.966**	**58.230**	**3.743**	**6.237**
Crédito fiscal do ágio incorporado	9.2.1.2	23.904	28.122			(4.218)	(4.474)
Total bruto		**28.993**	**34.732**	**52.966**	**58.230**	**(475)**	**1.763**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(28.993)	(34.732)	(28.993)	(34.732)		
Total		**–**	**–**	**23.973**	**23.498**		

Natureza dos créditos	Nota	Consolidado Ativo Não circulante 31/12/2025	Consolidado Ativo Não circulante 31/12/2024	Consolidado Passivo Não circulante 31/12/2025	Consolidado Passivo Não circulante 31/12/2024	Consolidado Resultado 2025	Consolidado Resultado 2024
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego		34	202			(168)	121
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		5.191	5.052			139	1.586
Uso do bem público		21.656	23.429	4.223	4.697	(1.299)	(190)
Ações preferenciais resgatáveis	9.2.1.1	2.778	4.318	34.513	37.344	1.291	3.796
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		443	321			244	(62)
Direito de concessão - GSF				53.666	59.029	5.363	5.506
Licenças ambientais		37.652	10.074	42.058	15.972	1.492	(39)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		42	43	37	35	(3)	(137)
Outras		264	274	417	238	(189)	(266)
Total Diferenças Temporárias		**68.060**	**43.713**	**134.914**	**117.315**	**6.870**	**10.315**
Crédito fiscal do ágio incorporado	9.2.1.2	23.904	28.122			(4.218)	(4.474)
Total bruto		**91.964**	**71.835**	**134.914**	**117.315**	**2.652**	**5.841**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(91.964)	(71.835)	(91.964)	(71.835)		
Total		**–**	**–**	**42.950**	**45.480**		

9.2.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se aos tributos diferidos sobre as Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" da controlada, reconhecidos como instrumento de dívida conforme item 19 do CPC 39, como também sobre o ajuste a valor presente destas ações.

9.2.1.2 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da EDP Lajeado Energia S.A. e da Tocantins Energia S.A., ocorrida em novembro de 2009, representada pelo benefício fiscal proveniente da dedutibilidade do ágio pago pela controladora EDP - Energias do Brasil, o qual foi contabilizado de acordo com a resolução CVM nº 78/22 e conforme determinação da ANEEL. Está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo da concessão da Investco, que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R$ 3.324 até dezembro de 2032.

9.3 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.
A Administração da Companhia e de sua controlada elaborou as projeções de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia e sua controlada estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Controladora 2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2033	Total Não circulante
4.999	4.871	4.615	4.442	4.186	5.880	28.993

Consolidado 2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2033	Total Não circulante
13.511	13.383	13.127	11.949	11.861	28.133	91.964

continua

continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora				Consolidado			
	2025		2024		2025		2024	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	6.038	6.038	12.247	12.247	12.076	12.076	24.494	24.494
Usina	1.271.690	200.000	1.004.816	200.000	2.543.380	400.000	2.009.632	400.000
Linhas de Transmissão	2.715	2.715	3.888	3.888	5.430	5.430	7.776	7.776
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	1.000	1.000	1.101	1.101	2.000	2.000	2.202	2.202
Responsabilidade civil		50.000		50.000		100.000		100.000
Transportes (veículos)						360		360
Seguro de Vida	600	(*)	562	(*)	14.157	(*)	14.134	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$1.452.

A Investco possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia e sua controlada, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$31.795;

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$150.000; e

(iv) Responsabilidade Civil de Riscos Cibernéticos, com cobertura de até R$5.657.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Marta e Figueiredo Geraldes
Conselheira

João Manuel Brito Martins
Presidente

Jonatan Ross
Conselheiro

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Conselheiro

Rebecca Oliveira Xavier Santos
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor-Presidente e Diretor Executivo

Hugo Renato Anacleto Nunes
Diretor

Ícaro Igor Castro de Martins Barros
Diretor Técnico

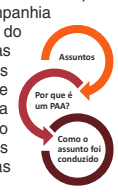
CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor - Accounting S.A.

Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador - CRC 1SP176534/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas - **Lajeado Energia S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lajeado Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento da receita de Suprimento de energia elétrica (Notas 1.1, 5 e 26)	
Conforme descrito nas notas explicativas nº 1.1, 5 e 26 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente do suprimento de energia elétrica comercializada na condição de Produtor Independente, nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Os contratos de venda de energia firmados pela Companhia foram comercializados no Ambiente de Contratação Livre - ACL e no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca do suprimento de energia corresponde ao fator entre o volume liquidado fisicamente e o preço de liquidação das diferenças (PLD) da energia. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância das receitas nas demonstrações financeiras da Companhia.	Nossa abordagem de auditoria inclui, entre outros, a avaliação do desenho controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita. Adicionalmente, examinamos as planilhas de controle da receita e executamos testes de recálculo dos valores considerando os dados e informações contidos no contrato de concessão e contratos de venda de energia. Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão consistentes com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

www.edp.com

seminários folha

Os temas mais necessários e relevantes a um play de distância de você.

saúde
tecnologia
cultura
diversidade
economia
cibersegurança
meio ambiente

educação
agronegócio
indústria
saneamento
sustentabilidade
e muito mais

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

Acesse o site
folha.com/
seminariosfolha

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos - Ativo									
Serviços em curso	15.1		6.510			369	6.768	388	430
Outros		118	38	44	81	857	707	44	81
Total		**118**	**6.548**	**44**	**81**	**1.226**	**7.475**	**432**	**511**
Outras contas a pagar - Passivo									
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			2.755	866			5.889	3.117
Arrendamentos e aluguéis	15.2					123	66		58
Obrigações Sociais e Trabalhistas		223	257			3.689	2.973		
Encargos Setoriais	15.1 e 15.3	5.129	9.816			5.179	9.878		
Outros		13	21			583	584	4	88
Total		**5.365**	**10.094**	**2.755**	**866**	**9.574**	**13.501**	**5.893**	**3.263**

15.1 Serviços em curso

A variação observada em 2025 refere-se, principalmente, à compensação com o passivo dos valores antecipados de P&D. Atualmente, o próprio programa é capaz de se autofinanciar, diferentemente do que ocorria no passado, quando a Companhia e sua controlada precisavam arcar.

15.2 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a controlada efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2025
Circulante						
Edifícios		156	(107)		10	59
Veículos	66	(1)	(77)	74	2	64
Total	**66**	**155**	**(184)**	**74**	**12**	**123**
Não circulante						
Veículos	58	5		(74)	11	
Total	**58**	**5**	**–**	**(74)**	**11**	**–**

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos supracitados arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Consolidado			
	Edifícios		Veículos	
Ano	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2026	59	10,75%	64	13,81%
Total Circulante	**59**		**64**	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os exercícios previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	129	123
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(12)	(11)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como “Ativos de direito de uso” (Nota 17).

15.3 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

		Controladora e Consolidado				
	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	15.1 e 15.3.1	6.318	7.163	(194)	(10.731)	2.556
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		3.333	18.192		(19.139)	2.386
Outros encargos		227	2.851		(2.841)	237
Total Circulante		**9.878**	**28.206**	**(194)**	**(32.711)**	**5.179**

15.3.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, geridos pela controlada, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, 30% serão destinados a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

16 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Controladora, o investimento na Investco, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle da investida.

16.1 Movimentação dos investimentos no exercício

		Controladora						% Participação direta	
	Nota	Saldo em 31/12/2024	Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos/JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos									
Investco		697.508		49.958	(42.820)	173	704.819	73,00	73,00
Direito de Concessão	16.1.1	229.788	(28.723)				201.065		
Total		**927.296**	**(28.723)**	**49.958**	**(42.820)**	**173**	**905.884**		

16.1.1 Direito de Concessão

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 78/22 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Investco.

O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 18).

16.2 Participação direta do investimento

	Investco	
	31/12/2025	31/12/2024
Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		
Ordinárias	293.608	293.608
Preferenciais	197.007	197.007
% de participação da Companhia		
Capital social integralizado	62,39	62,39
Capital votante	73,00	73,00
Ativos totais	1.343.652	1.254.703
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	378.145	299.212
Patrimônio líquido	965.507	955.491
Receitas	157.719	160.130
Resultado líquido do exercício	68.436	57.978

16.3. Reconciliação das demonstrações financeiras do investimento

	Investco	
	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido - Saldo inicial	955.490	970.440
Distribuição de dividendos aos acionistas	(58.657)	(72.868)
Lucro líquido do exercício	68.436	57.978
Outros resultados abrangentes	237	(60)
Patrimônio líquido - Saldo final	**965.506**	**955.490**
Percentual de participação societária - %	73%	73%
Participação nos investimentos	**704.819**	**697.508**
Direito de concessão	201.065	229.788
Saldo contábil do investimento na Controladora	**905.884**	**927.296**

17 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria.

17.1 Composição do Imobilizado

	Controladora e Consolidado							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		116.676		116.676		117.759		117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	697.232	(318.886)	378.346	2,00	697.232	(304.937)	392.295
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,26	336.896	(179.919)	156.977	2,23	336.468	(171.797)	164.671
Máquinas e equipamentos	3,12	443.508	(272.617)	170.891	3,14	441.524	(259.993)	181.531
Veículos	14,29	868	(719)	149	14,29	868	(681)	187
Móveis e utensílios	7,93	1.323	(547)	776	8,46	1.002	(436)	566
		1.596.503	**(772.688)**	**823.815**		**1.594.853**	**(737.844)**	**857.009**
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	529	(399)	130	3,22	529	(377)	152
Máquinas e equipamentos	3,49	16.682	(12.720)	3.962	2,61	16.682	(11.811)	4.871
		17.211	**(13.119)**	**4.092**		**17.211**	**(12.188)**	**5.023**
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	609	(34)	575	12,24	93	(46)	47
Máquinas e equipamentos	10,97	1.410	(748)	662	12,15	1.652	(1.216)	436
Veículos	14,29	1.110	(818)	292	14,29	1.001	(696)	305
Móveis e utensílios	8,38	1.090	(692)	398	8,70	1.009	(562)	447
		4.219	**(2.292)**	**1.927**		**3.755**	**(2.520)**	**1.235**
Total do Imobilizado em serviço		**1.617.933**	**(788.099)**	**829.834**		**1.615.819**	**(752.552)**	**863.267**
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,75	523	(468)	55		367	(367)	–
Veículos	20,71	259	(206)	53	20,00	255	(153)	102
Total Ativos de direito de uso		**782**	**(674)**	**108**		**622**	**(520)**	**102**
Imobilizado em curso								
Geração								
Terrenos		11.071		11.071		11.124		11.124
Outros		21.158		21.158		17.348		17.348
Administração				–		1.057		1.057
Total do Imobilizado em curso		**32.229**	**–**	**32.229**		**29.529**	**–**	**29.529**
Total do Imobilizado		**1.650.944**	**(788.773)**	**862.171**		**1.645.970**	**(753.072)**	**892.898**

Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da controlada da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à sede da Companhia e à filial da controlada localizadas em São Paulo.

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

17.2 Movimentação do Imobilizado

	Controladora e Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos (Nota 17.2.1)	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em serviço							
Terrenos	117.759					(1.083)	116.676
Reservatórios, barragens e adutoras	392.295			(13.949)			378.346
Edificações, obras civis e benfeitorias	164.870		945	(8.133)			157.682
Máquinas e equipamentos	186.838		3.041	(15.447)		1.083	175.515
Veículos	492		109	(160)			441
Móveis e utensílios	1.013		391	(230)			1.174
Total do Imobilizado em serviço	**863.267**	**–**	**4.486**	**(37.919)**	**–**	**–**	**829.834**
Ativos de direito de uso							
Edificações, obras civis e benfeitorias		156		(101)			55
Veículos	102	4		(53)			53
Total Ativos de direito de uso	**102**	**160**	**–**	**(154)**	**–**	**–**	**108**
Imobilizado em curso							
Edificações, obras civis e benfeitorias			(945)			945	–
Máquinas e equipamentos	16.673	7.112	(3.041)		(42)	(681)	20.021
Adiantamento a fornecedores	695		(109)			(586)	–
Depósitos judiciais	11.124				(53)		11.071
Outros	1.037	211	(391)		(42)	322	1.137
Total do Imobilizado em curso	**29.529**	**7.323**	**(4.486)**	**–**	**(137)**	**–**	**32.229**
Total do Imobilizado	**892.898**	**7.483**	**–**	**(38.073)**	**(137)**	**–**	**862.171**

17.2.1 Ingressos

Os ingressos na controlada Investco, correspondem a investimentos destinados à modernização e automação da comporta da usina geradora 05, à integração com a plataforma PI System e à aquisição de barras estatóricas e equipamentos sobressalentes.

18 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

18.1 Composição do Intangível

	Controladora							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - GSF	6,94	229.339	(73.642)	155.697	6,96	229.338	(58.123)	171.215
		229.339	**(73.642)**	**155.697**		**229.338**	**(58.123)**	**171.215**
Administração								
Software	20,00	692	(395)	297	20,00	386	(288)	98
		692	**(395)**	**297**		**386**	**(288)**	**98**
Total do Intangível em serviço		**230.031**	**(74.037)**	**155.994**		**229.724**	**(58.411)**	**171.313**
Intangível em curso								
Administração		223		223		333		333
Total do Intangível em curso		**223**	**–**	**223**		**333**	**–**	**333**
Atividades não vinculadas à concessão								
Ágio na incorporação de sociedade controladora	4,50	375.963	(305.658)	70.305	4,50	375.963	(293.251)	82.712
(–) Provisão para manutenção de dividendos	4,50	(375.963)	305.658	(70.305)	4,50	(375.963)	293.251	(82.712)
		–	–	–		–	–	–
Total do Intangível		**230.254**	**(74.037)**	**156.217**		**230.057**	**(58.411)**	**171.646**

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Consolidado							
		31/12/2025				31/12/2024			
	Nota	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço									
Geração									
Software		20,00	363	(363)		20,00	363	(306)	57
Direito de concessão - Licenças ambientais	24.2	15,95	144.681	(36.488)	108.193	15,95	55.908	(24.894)	31.014
Direito de concessão - GSF	18.2.2	6,94	229.339	(73.642)	155.697	6,94	229.338	(58.123)	171.215
Direito de concessão - Ágio	18.2.3	4,62	742.647	(539.442)	203.205	4,62	742.647	(510.458)	232.189
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	18.2.1	3,23	31.865	(19.445)	12.420	4,46	31.864	(18.048)	13.816
			1.148.895	**(669.380)**	**479.515**		**1.060.120**	**(611.829)**	**448.291**
Administração									
Software		20,00	5.673	(3.225)	2.448	20,00	4.994	(2.275)	2.719
			5.673	**(3.225)**	**2.448**		**4.994**	**(2.275)**	**2.719**
Total do Intangível em serviço			1.154.568	(672.605)	481.963		1.065.114	(614.104)	451.010
Intangível em curso									
Geração			156		156		166		166
Administração			805		805		653		653
Total do Intangível em curso			**961**	**–**	**961**		**819**	**–**	**819**
Atividades não vinculadas à concessão									
Ágio na incorporação de sociedade controladora		4,50	375.963	(305.658)	70.305	4,50	375.963	(293.251)	82.712
(–) Provisão para manutenção de dividendos		4,50	(375.963)	305.658	(70.305)	4,50	(375.963)	293.251	(82.712)
			–	**–**	**–**		**–**	**–**	**–**
Total do Intangível			**1.155.529**	**(672.605)**	**482.924**		**1.065.933**	**(614.104)**	**451.829**

18.2 Movimentação do Intangível

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em serviço					
Software	98		306	(107)	297
Direito de concessão - GSF	171.215			(15.518)	155.697
Total do Intangível em serviço	**171.313**	**–**	**306**	**(15.625)**	**155.994**
Intangível em curso					
Outros Intangíveis em curso	333	196	(306)		223
Total do intangível em curso	**333**	**196**	**(306)**	**–**	**223**
Total Intangível	**171.646**	**196**	**–**	**(15.625)**	**156.217**

		Consolidado				
	Nota	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em serviço						
Software		2.776		680	(1.008)	2.448
Direito de concessão - Licenças ambientais	24.2	31.014	88.772		(11.593)	108.193
Direito de concessão - Uso do Bem Público- UBP	18.2.1	13.816			(1.396)	12.420
Direito de concessão - GSF	18.2.2	171.215			(15.518)	155.697
Direito de concessão	18.2.3	232.189			(28.984)	203.205
Total do Intangível em serviço		**451.010**	**88.772**	**680**	**(58.499)**	**481.963**
Intangível em curso						
Outros Intangíveis em curso		819	822	(680)		961
Total do Intangível em curso		**819**	**822**	**(680)**	**–**	**961**
Total Intangível		**451.829**	**89.594**	**–**	**(58.499)**	**482.924**

18.2.1 Direito de concessão - Uso do bem público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

Em decorrência da aplicação do dispositivo de extensão de concessão, o Direito de Concessão relativo ao UBP foi recalculado para incluir o período adicional de Concessão.

18.2.2 Direito de concessão - GSF

A Administração da Companhia efetuou o registro contábil conforme cálculos divulgados pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR, totalizando um incremento de 980 dias na concessão da Companhia, referente ao ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor - GSF, conforme Resolução Autorizativa nº 12.255/2022.

18.2.3 Ágio na incorporação de sociedade controladora

Como resultado da reorganização societária da incorporação da Tocantins Energia S.A. e da EDP Lajeado Energia S.A. pela Companhia, ocorrida em 30 de novembro de 2009, foi registrado ágio no valor de R$375.963 suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliadores independentes, que será amortizado até dezembro de 2032, conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº 2.218/09.

Em 31 de dezembro de 2023, o teste de recuperação do ágio da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No período não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis, eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

18.2.3.1 Provisão para manutenção de dividendos - Efeitos CVM nºs 319/99 e 349/99

Saldo do ágio não amortizado da EDP Lajeado Energia	70.305
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%
Benefício fiscal de amortização do ágio (Nota 9.2.1.2)	**23.904**
Provisão para manutenção dos dividendos	46.401

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros da Companhia, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio, após a incorporação da EDP Lajeado, ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo da Companhia em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no montante original de R$127.827, no Patrimônio líquido (Nota 25.3.2).

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investco - Arrendamento	9.793	10.011		
Encargos de uso da rede elétrica	9.147	7.750	9.260	7.844
Operações CCEE	19		39	
Materiais e serviços	718	776	4.915	4.049
Total	**19.677**	**18.537**	**14.214**	**11.893**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

20 Debêntures

20.1 Composição do saldo de Debêntures

										Controladora e Consolidado					
										31/12/2025			31/12/2024		
Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Encargos Circulante	Principal Não circulante	Total	Encargos Circulante	Principal Não circulante	Total
Moeda Nacional															
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 15/06/2027	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 0,90% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	971	149.928	150.899	738	153.779	154.517
(–) Custos de emissão				(608)		21/06/2021 a 15/06/2027			Amortização mensal		(127)	(127)		(211)	(211)
Total geral										**971**	**149.801**	**150.772**	**738**	**153.568**	**154.306**

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

As debêntures não possuem garantias.

20.2. Movimentação das debêntures no exercício

	Controladora e Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2024	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2025
Circulante							
Debêntures							
Juros	738	(21.947)	22.180				971
Custo de transação				(84)	84		–
	738	**(21.947)**	**22.180**	**(84)**	**84**	**–**	**971**
Não circulante							
Debêntures							
Principal	153.779					(3.851)	149.928
Custo de transação	(211)			84			(127)
	153.568	**–**	**–**	**84**	**–**	**(3.851)**	**149.801**

20.3 Vencimento das parcelas

	Controladora e Consolidado
	Vencimento
Circulante	
2026	971
	971
Não circulante	
2027	149.801
	149.801
Total	**150.772**

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

• Para todas as emissões:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) descumprimento de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) pedido de autofalência, liquidação, dissolução ou decretação de falência;

(iv) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;

(v) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(vi) não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 5 das escrituras e/ou utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades ilícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;

(vii) rescisão, caducidade, encampação, intervenção, anulação, advento do termo final sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva da Concessão; e

(viii) não observância, pela Companhia, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).

• Específicas para a 5ª emissão:

(i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia no mercado de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$75.000, (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado;

(ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;

(iii) intervenção ou interrupção das atividades da Companhia, por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, (a) por revogação, suspensão ou extinção ou não renovação das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças (excluindo as ambientais necessárias para o período de suas atividades); ou (b) em decorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia;

(iv) revelarem-se falsas, incorretas ou incompletas (nestes dois últimos casos, em seus aspectos relevantes), quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação àquelas relacionadas à Legislação Socioambiental e à Lei Anticorrupção, no momento em que foram prestadas;

(v) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R$75.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;

(vi) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento; e

(vii) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$75.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.

• Específicas para a 6ª emissão:

(i) de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado; ou

(ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;

(iii) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R$100.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;

(iv) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$100.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral; e

(v) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício de 31 de dezembro de 2025 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

21.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

			Consolidado							
			31/12/2025				31/12/2024			
	Característica	Forma de pagamento	Encargos Circulante	Encargos Não circulante	Principal Não circulante	Total	Encargos Circulante	Encargos Não circulante	Principal Não circulante	Total
Moeda nacional										
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis “A”, “B” e “C”	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	8.884	28.675	64.539	102.098	9.435	30.528	59.372	99.335
Total			**8.884**	**28.675**	**64.539**	**102.098**	**9.435**	**30.528**	**59.372**	**99.335**

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes “A”, “B” e “C” emitidas pela Investco no montante original de R$144.556, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes “A” e “C” terão direito à equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O saldo em 31 de dezembro de 2025 de R$95.629 (R$99.335 em 31 de dezembro de 2024) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.
Devido as suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

21.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2024	Pagamentos	Juros provisionados (Nota 21.2.1)	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2025
Circulante						
Juros	9.435	(14.054)	9.166	4.337		8.884
	9.435	**(14.054)**	**9.166**	**4.337**	**–**	**8.884**
Não circulante						
Principal	59.372				5.167	64.539
Juros	30.528			(4.337)	2.484	28.675
	89.900	**–**	**–**	**(4.337)**	**7.651**	**93.214**

21.2.1 Juros provisionados
Referem-se aos dividendos complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Investco, registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 28).

21.3 Vencimento das parcelas

	Consolidado
Circulante	
2026	8.884
	8.884
Não circulante	
2027	3.187
2028	4.018
2029	3.697
2030	3.400
2031 até 2035	78.912
	93.214
Total	**102.098**

22 Benefícios pós-emprego
A Companhia e a controlada mantêm atualmente plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e a controlada Investco mantém plano de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.
Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Investco contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.
A Investco reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data das demonstrações financeiras individuais, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica - Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.
As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Assistência médica - Lei nº 9.656/98	84	80	1.319	1.459
Contribuição definida	9			
	93	**80**	**1.319**	**1.459**

22.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido
De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendia a essa condição.
A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2025 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo atualizados no exercício:

		Consolidado
	Nota	Valor presente das obrigações do plano
Saldos em 31 de dezembro de 2024		(1.539)
Custo do serviço corrente		(51)
Custo dos juros	28	(172)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL		359
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**(1.403)**

22.2 Contribuição definida
A Companhia, sua controlada e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela IFM - Itajubá, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.
Na qualidade de patrocinadora, a Companhia e a controlada contribuíram no exercício com R$357 (R$341 em 2024).
Esses planos em 31 de dezembro de 2025 tem a adesão de 45 colaboradores (50 em 31 de dezembro de 2024).

23 Uso do bem público - UBP
Trata-se de um direito de outorga decorrernte de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).
O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP, até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do intagível (nota 18) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Investco na data da assinatura do contrato de concessão.
Segue abaixo movimentação no exercício:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2024	Ajuste a Valor presente (Nota 28)	Encargos e atualizações monetárias (Nota 28)	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Circulante						
Uso do bem público	8.274		(699)	(8.598)	9.332	8.309
	8.274	**–**	**(699)**	**(8.598)**	**9.332**	**8.309**
Não circulante						
Uso do bem público	60.633	4.143	(61)		(9.332)	55.383
	60.633	**4.143**	**(61)**	**–**	**(9.332)**	**55.383**

24 Provisões

		Controladora		Consolidado			
		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões cíveis e fiscais	24.1	959	904			13.719	13.368
Licenças ambientais	24.2			17.448	9.705	93.293	19.925
Total		**959**	**904**	**17.448**	**9.705**	**107.012**	**33.293**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

24.1 Provisões cíveis e fiscais
A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio de assessores jurídicos.

24.1.1 Risco de perda provável
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Controladora e Consolidado							
		Passivo						Ativo	
	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025	Depósito Judicial 31/12/2025	Depósito Judicial 31/12/2024
Trabalhistas		–	25			2	27	23	
Cíveis	24.1.1.1	12.085	23	(590)	(85)	997	12.430	4.053	3.554
Fiscais	24.1.1.2	523				34	557	257	257
Outros	24.1.1.3	760	113	(132)	(46)	10	705		
Total Não circulante		**13.368**	**161**	**(722)**	**(131)**	**1.043**	**13.719**	**4.333**	**3.811**

O valor total referente às garantias de provisões prováveis na controlada é de R$6.290 em 31 de dezembro de 2025 (R$5 em 31 de dezembro de 2024).

24.1.1.1 Cíveis
Indenizações
Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, devido às atualizações de valores provisionados e de risco o montante em 31 de dezembro de 2025 é de R$2.221 (R$1.469 em 31 de dezembro de 2024).
Refere-se à ação de cobrança proposta pela Construtora Pedra Grande em 2004 requerendo indenização pelos prejuízos suportados pela inexecução dos Contratos firmados com a Companhia para construção e reforma de casas destinadas a reassentados, em setembro de 2024 o processo teve seu risco alterado de remoto para provável, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2025 é de R$2.903 (R$3.082 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.
Desapropriações
Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2025 é de R$6.190 (R$6.590 em 31 de dezembro de 2024), sendo a redução decorrente do encerramento de um caso e da reversão de sua provisão em favor da empresa. O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro de 2025 é de R$11.071 (R$11.124 em 31 de dezembro de 2024) e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 17.2).

24.1.1.2. Fiscais
Processo judicial da Companhia em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento da multa de PIS e COFINS do período de 2004 e reconhecimento da denúncia espontânea, sendo que o débito está garantido por depósito judicial. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R$557 (R$523 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente aguarda-se o cumprimento da sentença e conversão do depósito.

24.1.1.3 Outros
Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

24.1.2 Risco de perda possível
Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

						Consolidado	
						Ativo	
		Controladora		Consolidado		Depósito judicial	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	24.1.2.1	16.883	14.358	165.599	140.536		
Fiscais	24.1.2.2	128.885	109.557	139.223	119.434	486	437
Total		**145.768**	**123.915**	**304.822**	**259.970**	**486**	**437**

O valor total referente às garantias de provisões possíveis em 31 de dezembro de 2025 na Companhia é de R$94.679 (R$89.403 em 31 de dezembro de 2024) e na Controlada R$430 (R$251 em 31 de dezembro de 2024).

24.1.2.1 Cíveis
Indenizações
O saldo no consolidado refere-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 24.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de dezembro de 2025 de R$118.467 (R$100.688 em 31 de dezembro de 2024).

24.1.2.2 Fiscais
• Discussões nas esferas administrativa e judicial decorrentes de autuação da Receita Federal do Brasil - RFB em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R$77.366 (R$72.924 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente, a Companhia aguarda o julgamento na esfera judicial (principal atualizado com acréscimo dos encargos da Procuradoria). Em dezembro de 2025, a Companhia recebeu um novo auto de infração da mesma natureza, lavrado pela RBF, o valor atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R$12.754. A Companhia apresentará defesa administrativa.
• Discussão judicial, objetivando o cancelamento da multa isolada no importe de 75% sobre o crédito não homologado pela Receita Federal do período de 2003 e 2004, o montante atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$17.034 (R$16.214 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.
• Discussão administrativa federal, relativa à compensação de IRPJ e CSLL não homologada pela RFB do período de 2013, e aplicação de multa isolada de 50% sobre essa compensação, o montante atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$5.837 (R$5.510 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.
• Discussão na esfera administrativa relativa à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2014, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2025 de R$10.703 (R$9.923 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

24.1.3 Risco de perda remota
Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais Consolidado em 31 de dezembro de 2025 é de R$994 (R$1.088 em 31 de dezembro de 2024).

24.2 Licenças ambientais
Referem-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação.
A Investco realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 8% a.a., e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.
Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Investco deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.
As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.
A Investco consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimo e máximo para a vigência da LO, portanto, a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.
As adições da controlada Investco, referem-se ao ingresso da Licença de Operação (LO) nº 1.738/2025, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 02 de dezembro de 2025, com prazo de validade de 10 anos, contado a partir da data de emissão.
A Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Investco investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.
Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Investco.
Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R$3.628 (R$7.777 em 31 de dezembro de 2024). O montante total refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2025
Circulante	9.705		(3.628)	11.110	261	17.448
Não circulante	19.925	83.034		(11.110)	1.444	93.293
Total	**29.630**	**83.034**	**(3.628)**	**–**	**1.705**	**110.741**

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social
O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R$6.868.
As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.
As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.
A composição do Capital social em 31 dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações "ON"	% Participação	Quantidade de ações "PNA"	% Participação	Quantidade de ações "PNB"	% Participação	Quantidade Total de ações	% Participação total
EDP - Energias do Brasil	113.690.038	100,00%					113.690.038	55,86%
Governo do Estado de Tocantins					8.278.231	100,00%	8.278.231	4,07%
Eletrobrás (Denominada Axia Energia)			81.549.616	100,00%			81.549.616	40,07%
Outros	3	0,00%	4	0,00%			7	0,00%
Total	**113.690.041**	**100,00%**	**81.549.620**	**100,00%**	**8.278.231**	**100,00%**	**203.517.892**	**100,00%**

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

25.2 Destinação do lucro
O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:
(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		369.716	341.480
		369.716	**341.480**
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	11	19.495	33.911
Dividendos complementares	11	189.118	113.450
Partes beneficiárias	11 e 25.3.1	36.972	34.148
Lucro do exercício a deliberar	25.3	124.131	159.971
		369.716	**341.480**
Dividendos por ação PNA - JSCP		0,11874	0,10481
Dividendos por ação PNB - JSCP		0,09041	0,11738
Dividendos por ação ON - JSCP		0,07972	0,11738
Dividendos intermediários PNA		0,17756	0,37426
Dividendos intermediários PNB		0,41749	0,52046
Dividendos intermediários ON		0,42817	0,52046

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:
(i) As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e
(ii) As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:
• prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R$748; e
• recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".
O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobrás (Denominada Axia Energia) prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; e (ii) garantia de rendimento à Axia Energia equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos.

25.3 Reservas

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Reservas de capital			
Partes beneficiárias	25.3.1	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	25.3.2	127.827	127.827
		579.203	**579.203**
Reservas de lucros			
Legal		1.373	1.373
Dividendo adicional proposto	25.3.3	124.131	113.450
Total		**125.504**	**114.823**
		704.707	**694.026**

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 11), dos saldos a pagar e a receber relativos ao contrato de arrendamento da UHE Lajeado (Notas 7 e 19) e dos montantes a pagar e a receber relativos às ações preferenciais da classe "A", "B" e "C" da Investco (Notas 6 e 21), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentados como segue:

		Controladora							
		Ativo		Passivo				Receitas (Despesas)	
		Circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	
	Relacionamento	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Concessionárias (Nota 5)									
Suprimento de energia elétrica									
EDP São Paulo	Controle Comum	76	89					706	678
EDP Espírito Santo	Controle Comum	67	62					635	609
EDP Trading	Controle Comum	7.192	9.411					107.225	101.006
		7.335	**9.562**	**–**	**–**	**–**	**–**	**108.566**	**102.293**
Fornecedores (Nota 19)									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Trading	Controle Comum							(19.129)	(16.026)
Uso do sistema de transmissão									
Mata Grande Transmissora	Controle Comum (**)							–	(8)
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum (***)				60			(528)	(496)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum			7	6			(73)	(64)
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum (*)							–	(108)
EDP Transmissão Norte	Controle Comum			6	6			(72)	(32)
EDP Transmissão Norte 2	Controle Comum			5				(54)	–
EDP Goiás	Controle Comum			32	31			(391)	(354)
Arrendamento UHE Lajeado								–	–
Investco	Controlada direta			9.793	10.011			(117.519)	(120.135)
		–	**–**	**9.843**	**10.114**	**–**	**–**	**(137.766)**	**(137.223)**
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 15)									
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, serviços de infraestrutura e *Backoffice* (a, b e c)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora					2.755	866	(2.911)	(2.456)
EDP São Paulo	Controle Comum					–	–	(3)	(3)
		–	**–**	**–**	**–**	**2.755**	**866**	**(2.914)**	**(2.459)**
		7.335	**9.562**	**9.843**	**10.114**	**2.755**	**866**	**(32.114)**	**(37.389)**

		Consolidado							
		Ativo		Passivo				Receitas (Despesas)	
		Circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	
	Relacionamento	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Concessionárias (Nota 5)									
Suprimento de energia elétrica									
EDP São Paulo	Controle Comum	422	414					4.584	4.400
EDP Espírito Santo	Controle Comum	67	62					635	609
EDP Trading	Controle Comum	7.192	9.411					107.225	101.006
Uso do sistema de transmissão									
EDP São Paulo	Controle Comum	40	37					431	376
		7.721	**9.924**	**–**	**–**	**–**	**–**	**112.875**	**106.391**
Rendas a Receber (Nota 7)									
Arrendamento UHE Lajeado									
CEB Lajeado	Acionista não controlador	2.683	2.743					32.198	32.713
Paulista Lajeado	Acionista não controlador	939	960					11.268	11.720
		3.622	**3.703**	**–**	**–**	**–**	**–**	**43.466**	**44.433**
Fornecedores (Nota 19)									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Trading	Controle Comum							(19.129)	(16.026)
Uso do sistema de transmissão									
Mata Grande Transmissora	Controle Comum (**)								(8)
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum (***)					61		(535)	(501)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum					7	6	(74)	(64)
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum (*)								(115)
EDP Transmissão Norte	Controle Comum					6	6	(73)	(32)
EDP Transmissão Norte 2	Controle Comum					5		(55)	
EDP Goiás	Controle Comum					32	31	(396)	(358)
Contrato de prestação de serviços (d)									
EDP Goiás	Controle Comum						85	(966)	(1.008)
					–	**– 50**	**189**	**– (21.228)**	**(18.112)**
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 15)									
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, serviços de infraestrutura e *Backoffice* (a, b e c)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora						5.887	3.117 (5.994)	(5.323)
EDP São Paulo	Controle Comum						2	(12)	(3)
					–	**– –**	**– 5.889**	**3.117 (6.006)**	**(5.326)**
					11.343	**13.627 50**	**189 5.889**	**3.117 129.107**	**127.386**

(*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão SP-MG, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.
(**) Em 07 de junho de 2024, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.
(***) Em 30 de abril de 2025, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão Aliança e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.
As operações com partes relacionadas foram realizadas conforme os termos acordados entre as partes.
As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota 33.2.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1° de março de 2023.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigeram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *BackOffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc., compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

(d) Contrato de prestação de serviços: O contrato têm por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. Os contratos possuem vigência até 31 de dezembro de 2025.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás, assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 21 de dezembro de 2024.

10.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

10.1.1 Compromissos contratuais

A Companhia firmou cinco novos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) com a EDP Trading, controlada da EDP - Energias do Brasil. Para o exercício de 2026, foram celebrados dois contratos de 40MWm cada, com vigência de janeiro a dezembro. Para 2027, encontram-se pactuados outros dois contratos de 40MWm cada, também válidos de janeiro a dezembro. Todos os contratos são atualizados anualmente pelo IPCA.

10.1.2 Remuneração dos administradores

	2025			2024		
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Total
Remuneração (a)	359	86	445	367	114	481
Total	**359**	**86**	**445**	**367**	**114**	**481**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

11 Dividendos - ativos e passivos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber são registrados como ativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Dividendos do exercício

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 30 de abril de 2025, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 como constituição de partes beneficiárias, conforme acordo de acionistas da Companhia no valor de R$341.480, como a destinação de JSCP no valor bruto de R$33.911, sendo R$28.825 líquido de Imposto de renda, dividendos adicionais no valor de R$225.411 e dividendos complementares no valor de R$48.008. O pagamento do JSCP foi realizado em 23 de setembro de 2025, e as partes beneficiárias, bem como os dividendos adicionais e complementares, foram pagos em 27 de novembro de 2025.

JSCP

Em 22 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2025 no montante bruto de R$19.495, sendo R$16.571 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	Controladora						
		Dividendos					
	31/12/2024	Complementares	Adicionais	JSCP	Partes beneficiárias	Recebimentos/ Pagamentos	31/12/2025
Ativo							
Investco	25.378		7.920	29.665		(33.298)	29.665
	25.378		**7.920**	**29.665**		**(33.298)**	**29.665**
Passivo							
EDP - Energias do Brasil	52.066	48.679	105.750	7.704		(157.816)	56.383
Eletrobrás (Denominada Axia Energia)	167.086	136.982		8.232	36.972	(167.086)	182.186
Governo do Tocantins	3.791	3.455	7.700	636		(11.491)	4.091
	222.943	**189.116**	**113.450**	**16.572**	**36.972**	**(336.393)**	**242.660**

	Consolidado						
		Dividendos					
	31/12/2024	Complementares	Adicionais	JSCP	Partes beneficiárias	Pagamentos	31/12/2025
Passivo							
EDP - Energias do Brasil	52.066	48.679	105.750	7.704		(157.816)	56.383
CEB Lajeado	6.953		2.170	8.127		(9.123)	8.127
Paulista Lajeado Energia	2.433		759	2.845		(3.192)	2.845
Eletrobrás (Denominada Axia Energia)	167.086	136.982		8.232	36.972	(167.086)	182.186
Governo do Tocantins	3.791	3.455	7.700	636		(11.491)	4.091
Acionistas não controladores (*)	2.817					(34)	2.783
	235.146	**189.116**	**116.379**	**27.544**	**36.972**	**(348.742)**	**256.415**

(*) Os saldos de Acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2025 de R$2.783 (R$2.817 em 31 de dezembro de 2024) referem-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

12 Cauções e depósitos vinculados

		Controladora e Consolidado				
	Nota	31/12/2024	Adição	Atualização	Resgate	31/12/2025
Depósitos judiciais	24	5.336	5	544	(72)	5.813
Total Não Circulante		**5.336**	**5**	**544**	**(72)**	**5.813**

13 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao Generation Scaling Factor - GSF é protegida, o saldo do Ativo Circulante e Não circulante na Companhia de R$8.779 (R$11.481 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado de R$8.935 (R$11.685 em 31 de dezembro de 2024), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com os Despachos nºs 4.130 e 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados os montantes na Companhia de R$2.701 (R$2.701 em 2024) e no Consolidado de R$2.749 (R$2.749 em 2024).

14 Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2025 de R$8.362 (R$8.397 em 31 de dezembro de 2024) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da UHE Lajeado. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 17) pelo montante, em 31 de dezembro de 2025 de R$1.026 (R$991 em 31 de dezembro de 2024).

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.3.1 Partes beneficiárias

A Companhia, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobrás (Denominada Axia Energia).

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Companhia entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido.

25.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado.

25.3.3 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R$113.450 foi distribuído como dividendos (Nota 11) conforme deliberação da AGO realizada em 30 de abril de 2025.

25.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Ganhos e (Perdas) atuariais: Benefícios pós-emprego da controlada	455	173	628
	455	**173**	**628**

26 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia e sua controlada poderão vender a energia produzida na UHE Lajeado em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

• **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e reconhecida em base mensal conforme os contratos de arrendamento.

		Controladora				Consolidado			
		MWh		R$		MWh		R$	
	Nota	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	26.1	2.955.053	2.766.187	803.468	766.590	2.989.965	2.801.006	814.851	777.459
Energia de curto prazo	26.2	25.381	99.326	4.932	17.420	28.333	103.182	5.553	17.816
Arrendamentos e aluguéis				52.893	46.416			96.358	90.849
Outras receitas operacionais								1.239	1.096
Receita operacional bruta		**2.980.434**	**2.865.513**	**861.293**	**830.426**	**3.018.298**	**2.904.188**	**918.001**	**887.220**
(–) Deduções à receita operacional									
Tributos sobre a receita									
PIS/COFINS				(79.670)	(76.814)			(84.916)	(82.067)
				(79.670)	**(76.814)**			**(84.916)**	**(82.067)**
Encargos do consumidor									
P&D				(7.058)	(6.809)			(7.163)	(6.907)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(17.944)	(21.503)			(18.192)	(21.801)
Outros encargos				(2.812)	(2.690)			(2.851)	(2.727)
				(27.814)	**(31.002)**			**(28.206)**	**(31.435)**
				(107.484)	**(107.816)**			**(113.122)**	**(113.502)**
Receitas		**2.980.434**	**2.865.513**	**753.809**	**722.610**	**3.018.298**	**2.904.188**	**804.879**	**773.718**

26.1 Suprimento de energia elétrica

A variação deve-se ao aumento do volume de energia vendida, devido estratégia adotada para 2025 em comparação com o ano de 2024. Além disso, as operações de 2025 apresentam um preço médio mais elevado de, R$170/MWh, em comparação a 2024 de R$146/MWh.

26.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se à diminuição das sobras de energia comercializadas junto à CCEE em 2025 quando comparado a 2024, devido a sazonalização dos contratos e de sazonalização do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE de garantia física dos anos em questão.

27 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1)

Controladora		2025					2024				
		Custo do serviço		Despesas Operacionais			Custo do serviço		Despesas Operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	27.1	13.288				13.288	16.241				16.241
Encargos de uso da rede elétrica		81.319				81.319	71.410				71.410
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	27.2		993	2.356		3.349		544	1.941		2.485
Material				7		7			12		12
Serviços de terceiros	27.3		94	1.224		1.318			1.885		1.885
Depreciação - Ativos de direito de uso						–		68			68
Amortização			5.328	39.020		44.348			44.710		44.710
Provisões cíveis e fiscais	24.1.1				27	27				(11)	(11)
Arrendamentos e aluguéis			106.756			106.756		109.016			109.016
Outras		318	3.324	(3.278)		364	312	1	105		418
Total		**94.925**	**116.495**	**39.329**	**27**	**250.776**	**87.963**	**109.629**	**48.653**	**(11)**	**246.234**

Consolidado		2025					2024				
		Custo do serviço		Despesas Operacionais			Custo do serviço		Despesas Operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	27.1	13.181				13.181	16.346				16.346
Encargos de uso da rede elétrica		82.445				82.445	72.398				72.398
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	27.2		19.506	6.115		25.621		17.336	5.382		22.718
Material			1.205	22		1.227		1.344	103		1.447
Serviços de terceiros	27.3		6.588	5.913		12.501		8.188	6.724		14.912
Depreciação - Imobilizado em serviço			37.513	135		37.648		35.406	97		35.503
Depreciação - Ativos de direito de uso			82	72		154		184			184
Amortização			18.608	39.889		58.497		7.102	45.163		52.265
Provisões cíveis e fiscais	24.1.1				92	92				301	301
Arrendamentos e aluguéis			120	134		254		59			59
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					13	13				(123)	(123)
Outras		323	3.445	(2.030)		1.738	317	1.671	430		2.418
Total		**95.949**	**87.067**	**50.250**	**105**	**233.371**	**89.061**	**71.290**	**57.899**	**178**	**218.428**

27.1 Energia elétrica comprada para revenda

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Contratos de compra de energia por quantidade		22.417	21.748	22.417	21.748
Energia de curto prazo	27.1.1	57.498	30.889	58.496	31.614
Outros		(180)	952	(141)	976
(–) Ressarcimentos CCEE	27.1.2	(65.093)	(35.693)	(66.248)	(36.326)
(–) Créditos de PIS/COFINS		(1.354)	(1.655)	(1.343)	(1.666)
Total		**13.288**	**16.241**	**13.181**	**16.346**

27.1.1 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se a maior exposição energética no mercado de curto prazo no exercício de 2025 quando comparado a 2024, devido ao MRE de garantia física dos anos em questão. Além de uma valoração a um PLD maior no exercício de 2025 (SE/CO R$ 224/MWh), quando comparado ao exercício de 2024 (SE/CO R$ 128/MWh).

27.1.2 (–) Ressarcimentos CCEE

O impacto no ressarcimento do GSF no exercício de 2025 foi superior a 2024, em razão da piora do GSF Flat realizado em 2025 (aproximadamente 83%), frente ao registrado em 2024 (cerca de 87%). Adicionalmente, contribuiu para esse efeito a valoração de um PLD mais elevado em 2025 (SE/CO R$ 224/MWh), quando comparado ao PLD do exercício de 2024 (SE/CO R$ 128/MWh).

27.2 Pessoal e Administradores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal				
Remuneração	1.596	1.245	12.357	11.117
Encargos	579	442	4.522	3.909
Previdência privada - Corrente	57	28	518	394
Despesas rescisórias	38		940	261
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	286	246	2.638	2.085
Outros benefícios - Corrente	387	325	3.331	3.221
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	3	4	58	20
(–) Créditos de tributos recuperáveis	(3)	(2)	(218)	(232)
Outros				40
	2.943	**2.288**	**24.146**	**20.815**
Administradores				
Honorários e encargos	381	235	1.332	1.641
Benefícios dos administradores	25	(38)	143	262
	406	**197**	**1.475**	**1.903**
	3.349	**2.485**	**25.621**	**22.718**

27.3 Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de consultoria	362	735	2.085	2.307
Serviços de manutenção			4.004	5.660
Serviços de limpeza e vigilância			1.567	1.596
Serviços ambientais			82	51
Serviços de informática	202	215	2.479	2.065
Serviços de publicação e publicidade	106	123	424	501
Serviços de telecomunicações			248	255
Serviços de transporte	10		203	306
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria	17		77	106
Serviços Compartilhados	516	666	1.639	2.380
(–) Crédito de PIS/COFINS			(711)	(816)
Outros	105	146	404	501
	1.318	**1.885**	**12.501**	**14.912**

28 Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	24.104	25.612	60.066	51.821
Energia vendida		299	621	305	631
Depósitos judiciais		40	31	544	206
Juros e multa sobre tributos	8	639	689	1.948	2.175
Remuneração das ações preferenciais		4.029	1.566		
(–) Tributos sobre Receitas financeiras		(4.971)	(4.108)	(6.841)	(5.561)
Outras receitas financeiras		152	224	339	311
		24.292	**24.635**	**56.361**	**49.583**
Despesas financeiras					
Encargos de dívida					
Empréstimos e financiamentos	21.2			(9.166)	(15.969)
Debêntures	20.2	(22.264)	(31.185)	(22.264)	(31.185)
Ajustes a valor presente	21.2	3.851		(3.800)	(7.386)
Juros e variações monetárias					
Juros e multa sobre tributos	8	(2.257)	(20)	(2.258)	(26)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	24.1.1	(41)	(32)	(1.043)	(4.161)
Uso do bem público	1.1.1, 23 e 28.1			(3.383)	(6.112)
Benefícios pós-emprego	22			(172)	(124)
Arrendamentos e aluguéis	15.2		36	(23)	218
Outros juros e variações monetárias				(1.651)	(1.805)
Outras despesas financeiras		(144)	(4.996)	(191)	(5.060)
		(20.855)	**(36.197)**	**(43.951)**	**(71.610)**
		3.437	**(11.562)**	**12.410**	**(22.027)**

28.1 Uso do bem público

A variação refere-se a controlada, na rubrica do Uso do bem público - UBP deve-se principalmente à redução na atualização monetária resultante da queda do indexador IGP-M, que teve uma variação de -1,05% no exercício de 31 de dezembro de 2025. Este valor é significativamente menor em comparação com o exercício anterior, que teve uma variação de 6,54% em 2024.

29 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	556.428	507.138	583.918	533.263
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	**(189.186)**	**(172.427)**	**(198.532)**	**(181.310)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações			(49)	(39)
Resultados de equivalência patrimonial	16.986	14.390		
Juros sobre o capital próprio	(5.367)	1.118	15.617	19.031
Juros sobre as ações preferenciais	61	311	(4.195)	(5.429)
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(9.766)	(9.766)	(9.766)	(9.745)
Efeito tributário de créditos extemporâneos	342	490	342	490
Outras	218	226	859	873
Despesa de IRPJ e CSLL	**(186.712)**	**(165.658)**	**(195.724)**	**(176.129)**
Alíquota efetiva	33,56%	32,67%	33,52%	33,03%

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

30 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	173.451	160.204
Preferenciais Classe "A" (PNA)	183.636	169.611
Preferenciais Classe "B" (PNB)	12.629	11.665
	369.716	**341.480**
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	113.690	113.690
Preferenciais Classe "A" (PNA)	81.550	81.550
Preferenciais Classe "B" (PNB)	8.278	8.278
	203.518	**203.518**
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	1,52564	1,40913
Preferenciais Classe "A" (PNA)	2,25183	2,07985
Preferenciais Classe "B" (PNB)	1,52564	1,40913

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes	Resultado por classe de ações
2024			
Ordinárias (ON)	190.758	(30.554)	160.204
Preferenciais Classe "A" (PNA)	136.832	32.779	169.611
Preferenciais Classe "B" (PNB)	13.890	(2.225)	11.665
	341.480	**–**	**341.480**
2025			
Ordinárias (ON)	206.532	(33.081)	173.451
Preferenciais Classe "A" (PNA)	148.146	35.490	183.636
Preferenciais Classe "B" (PNB)	15.038	(2.409)	12.629
	369.716	**–**	**369.716**

31 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

31.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

31.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de sua controlada:

			Controladora			
			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	118.714	41.891	118.714	41.891
			118.714	**41.891**	**118.714**	**41.891**
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	1.853	1.405	1.853	1.405
Títulos a receber	6	Nível 2	11.262	8.598	11.262	8.598
Concessionárias	5	Nível 2	76.251	71.451	76.251	71.451
			89.366	**81.454**	**89.366**	**81.454**
			208.080	**123.345**	**208.080**	**123.345**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	19	Nível 2	19.677	18.537	19.677	18.537
Debêntures	20	Nível 2	150.682	150.558	150.772	154.306
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	15	Nível 2	2.755	866	2.755	866
			173.114	**169.961**	**173.204**	**173.709**

			Consolidado			
			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	421.754	285.800	421.754	285.800
			421.754	**285.800**	**421.754**	**285.800**
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	4.627	19.314	4.627	19.314
Concessionárias	5	Nível 2	77.135	72.267	77.135	72.267
Rendas a receber	7	Nível 2	3.622	3.703	3.622	3.703
			85.384	**95.284**	**85.384**	**95.284**
			507.138	**381.084**	**507.138**	**381.084**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	19	Nível 2	14.214	11.893	14.214	11.893
Debêntures	20	Nível 2	150.682	150.558	150.772	154.306
Uso do bem público	1.1.1	Nível 2	57.845	65.446	63.692	68.907
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21					
Moeda nacional		Nível 2	92.770	85.886	102.098	99.335
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	15	Nível 2	5.889	3.117	5.889	3.117
Licenças ambientais	24.2	Nível 2	91.887	28.893	110.741	29.630
Arrendamentos e aluguéis	15.2	Nível 2	123	126	123	124
			413.410	**345.919**	**447.529**	**367.312**

31.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e sua controlada avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e a controlada possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e a controlada desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

31.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e sua controlada também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

31.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" da Investco mensuradas pelo seu valor de custo acrescidas dos dividendos anuais fixos, acrescidas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(iii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(iv) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(v) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

31.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e da controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

31.2 Gestão de riscos

A gestão de riscos do Grupo EDP - Energias do Brasil segue padrões globais e metodologias amplamente reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e a Norma ABNT NBR ISO 31000 (Gestão de Riscos). A governança do tema é definida na Política de Enterprise Risk Management, aprovada pelo Conselho de Administração e disponibilizada publicamente ao mercado.

A gestão do risco é responsabilidade da Risk Business Enablement Function (RISK), junto dos Centros de Excelência (CoE) e os Business Partners (BP), garantindo a articulação e a comunicação em todo o Grupo EDP - Energias do Brasil, sobre as principais fontes de exposição e medidas de mitigação dos riscos. Além disso, agentes regionais são definidos para garantir a avaliação dos riscos no contexto de cada região.

O modelo adota o conceito das três linhas de defesa, com uma possível quarta linha externa - em casos necessários, auditorias externas e supervisões regulatórias podem complementar o modelo.

(i) Colaboradores e áreas de negócio que gerenciam riscos no dia a dia. Detém a responsabilidade sobre os riscos mapeados e reporta diretamente para a alta administração.

(ii) Formada pelas áreas de Risco e Controle, fornece orientação metodológica e supervisiona a gestão dos riscos identificados.

(iii) Representada pela Auditoria Interna, oferece avaliações independentes que reforçam a solidez do sistema de gerenciamento.

Para garantir um entendimento integrado e uma linguagem comum, a Companhia organiza sua Taxonomia dos Riscos Corporativos em cinco categorias principais: Estratégico e ESG, Negócio de Energia, Financeiro, Contraparte e Operacional.

O processo de gestão está estruturado em cinco fases principais: Estabelecimento do contexto, Identificação, Análise, Avaliação, Tratamento, Monitorização e Comunicação.

31.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures captadas pela Companhia, apresentadas na nota 20, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia e sua controlada estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e sua controlada não possuem exposições à variação cambial e juros atrelados a dívidas em moeda estrangeira.

31.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

			Controladora						
			Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	118.714	9.138		9.138	2.250	4.488	(2.263)	(4.540)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**118.714**	**9.138**	**–**	**9.138**	**2.250**	**4.488**	**(2.263)**	**(4.540)**
Debêntures	CDI	(150.899)	(20.640)	(8.461)	(29.101)	(6.444)	(12.852)	6.672	13.388
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	**(150.899)**	**(20.640)**	**(8.461)**	**(29.101)**	**(6.444)**	**(12.852)**	**6.672**	**13.388**
		(32.185)	**(11.502)**	**(8.461)**	**(19.963)**	**(4.194)**	**(8.364)**	**4.409**	**8.848**

			Consolidado						
			Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	421.754	39.471		39.471	9.710	19.362	(9.770)	(19.603)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**421.754**	**39.471**	**–**	**39.471**	**9.710**	**19.362**	**(9.770)**	**(19.603)**
Debêntures	CDI	(150.899)	(20.640)	(8.461)	(29.101)	(6.444)	(12.852)	6.672	13.388
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	**(150.899)**	**(20.640)**	**(8.461)**	**(29.101)**	**(6.444)**	**(12.852)**	**6.672**	**13.388**
		270.855	**18.831**	**(8.461)**	**10.370**	**3.266**	**6.510**	**(3.098)**	**(6.215)**

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração. O CDI apresentou seu intervalo entre 4,17% e 22,35% a.a.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

31.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e de sua controlada em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprirem adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia e sua controlada são apresentados nas notas 20 e 21.

A Administração da Companhia e de sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e da sua controlada são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Concessionárias (Nota 5) cujos saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que se espera liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora			
	31/12/2025			31/12/2024
	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros				
Fornecedores	19.677		19.677	18.537
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		2.755	2.755	866
Debêntures	971	149.801	150.772	154.306
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	22.437	9.989	32.426	40.174
	43.085	**162.545**	**205.630**	**213.883**

	Consolidado							
	31/12/2025							31/12/2024
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos financeiros								
Fornecedores	19	74	14.121				14.214	11.893
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				5.889			5.889	3.117
Debêntures			971	149.801			150.772	154.306
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			8.884	15.552	85.989	(8.327)	102.098	99.335
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures			22.437	9.989			32.426	40.174
Uso do bem público	715	2.143	5.716	42.924	32.196	(20.002)	63.692	68.907
Arrendamentos e aluguéis	18	18	94			(7)	123	124
Licenças Ambientais	1.004	8.579	8.335	53.547	95.205	(55.929)	110.741	29.630
	1.756	**10.814**	**60.558**	**277.702**	**213.390**	**(84.265)**	**479.955**	**407.486**

31.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants),* normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparece descrita individualmente na nota 20. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

31.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2025 é negativo em R$186.839 (R$236.167 negativo em 31 de dezembro de 2024) e no consolidado é positivo em R$77.659 (R$12.550 negativo em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, na Controladora, representando condições adequadas para cumprir com as obrigações operacionais de curto prazo. A Administração acompanha constantemente a sua liquidez e possui estratégias suficientes para fazer frente às suas necessidades de caixa de curto prazo, seja por meio da própria geração de caixa da Companhia, quanto por captação de dívida, tendo em vista o amplo acesso ao mercado de capitais. Na Controladora, o CCL negativo deve-se, principalmente, aos dividendos pagos, os quais poderão ser pagos com o fluxo de caixa gerado pela operação ou pelas captações de recursos externos.

31.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia e sua controlada depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas podem provocar uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação risco desse ocorre pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN e ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia e sua controlada a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, durante os exercícios de 2015 e 2016, a Companhia e sua controlada aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias- CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Para fazer face a cenários de agravamento do PLD e GSF em decorrência de piora do cenário hidrológico brasileiro, a Companhia e sua controlada implementaram algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

31.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a Controladora, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da Controladora, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

Para garantir a efetividade dessa abordagem, a Companhia adota práticas estruturadas de gestão de riscos ambientais, incluindo:

(i) Conformidade Legal e Licenciamento: Cumprimento rigoroso da legislação ambiental vigente, assegurando que atividades potencialmente poluidoras sejam previamente licenciadas e autorizadas pelos órgãos competentes, com implementação das medidas mitigatórias exigidas; (ii) Identificação e Monitoramento de Riscos: Mapeamento e monitoramento contínuo dos aspectos e impactos ambientais em todas as operações, utilizando indicadores e ferramentas de gestão para antecipar riscos e definir planos de ação preventivos; (iii) Gestão Proativa e Mitigação: Atuação voltada à eliminação, redução e controle antecipado de riscos ambientais, prevenindo incidentes, acidentes e passivos, além de garantir comunicação transparente sobre medidas adotadas; (iv) Planos de Contingência e Melhoria Contínua: Desenvolvimento e implementação de planos de contingência e ações corretivas, assegurando a melhoria contínua da qualidade ambiental nos locais onde o Grupo EDP - Energias do Brasil opera; (v) Governança e Especialização Técnica: Equipes especializadas em temas socioambientais, que reportam à liderança e asseguram que os tópicos mais relevantes sejam tratados pela alta direção local, regional ou do Grupo, conforme a criticidade; e (vi) Certificações e Sistemas de Gestão: Implantação de sistemas de gestão ambiental certificados pela norma ISO 14.001 nas unidades em operação de geração centralizada, transmissão e distribuição de energia, garantindo conformidade com requisitos legais e padrões internacionais.

31.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e de sua controlada não realizarem seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e de sua controlada em apresentarem perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes ser considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contrato de energia no ACR.

• Rendas a receber

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis da Investco decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Investco não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros,` em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia e sua controlada operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

31.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia e de sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, CONAMA, ONS etc.). A Companhia e sua controlada têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

31.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de sua controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e debêntures	150.772	154.306	252.870	253.641
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(120.567)	(43.296)	(426.381)	(305.114)
Dívida líquida	**30.205**	**111.010**	**(173.511)**	**(51.473)**
Total do Patrimônio líquido	712.203	701.349	972.889	959.332
Total do capital	**742.408**	**812.359**	**799.378**	**907.859**
Índice de alavancagem financeira - %	4,07%	13,67%	-21,71%	-5,67%

32 Demonstrações dos fluxos de caixa

32.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caaixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2025					
		Controladora					
			Efeito não caixa				
	Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2025
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Títulos a receber e empréstimos a receber	6	8.598	(831)		3.495		11.262
		8.598	**(831)**	**–**	**3.495**	**–**	**11.262**
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento							
Dividendos	11	222.943	(336.393)		319.138	36.972	242.660
Debêntures	20	154.306	(21.947)	(3.851)	22.264		150.772
		377.249	**(358.340)**	**(3.851)**	**341.402**	**36.972**	**393.432**
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (–) Ativos de financiamento)		**368.651**	**(357.509)**	**(3.851)**	**337.907**	**36.972**	**382.170**

	2024						
	Controladora						
			Efeito não caixa				
	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2024
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Títulos a receber e empréstimos a receber	8.384	(1.352)			1.566		8.598
	8.384	**(1.352)**	**–**	**–**	**1.566**	**–**	**8.598**
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	227.830	(343.792)			304.757	34.148	222.943
Debêntures	354.049	(234.707)	3.779		31.185		154.306
Arrendamentos e aluguéis	792	(135)		(36)	(621)		–
	582.671	**(578.634)**	**3.779**	**(36)**	**335.321**	**34.148**	**377.249**
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (–) Ativos de financiamento)	**574.287**	**(577.282)**	**3.779**	**(36)**	**333.755**	**34.148**	**368.651**

		2025						
		Consolidado						
				Efeito não caixa				
	Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2025
Aumento (diminuição) de passivos financiamento								
Dividendos	11	235.146	(348.742)			333.039	36.972	256.415
Debêntures	20	154.306	(21.947)	(3.851)		22.264		150.772
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21	99.335	(14.588)		7.651	9.700		102.098
Arrendamentos e aluguéis		124	(184)		23	160		123
		488.911	**(385.461)**	**(3.851)**	**7.674**	**365.163**	**36.972**	**509.408**

	2024						
	Consolidado						
			Efeito não caixa				
	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2024
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	240.944	(362.722)			322.776	34.148	235.146
Debêntures	354.049	(234.707)	3.779		31.185		154.306
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	97.245	(21.265)		7.386	15.969		99.335
Arrendamentos e aluguéis	1.895	(373)		(218)	(1.180)		124
	694.133	**(619.067)**	**3.779**	**7.168**	**368.750**	**34.148**	**488.911**

32.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	341.250	322.776
Capitalização no Intangível relativo a contingências	(62)	1.124
Provisão para custos com licença ambiental no intangível	83.034	19.615
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	160	(1.180)
Total	**424.382**	**342.335**

33 Compromissos contratuais e garantias

33.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, dispostos por maturidade de vencimento, não reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de sua controlada, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	Controladora					
	31/12/2025					31/12/2024
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	115.275	176.460	138.417	113.679	543.831	622.077
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	2.187	1.033	529	117	3.866	4.190
Prêmio de risco - GSF				19.384	19.384	21.138
	117.462	**177.493**	**138.946**	**133.180**	**567.081**	**647.405**

	Consolidado					
	31/12/2025					31/12/2024
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	25.216	14.242	2.456	700	42.614	40.331
Prêmio de risco - GSF				19.712	19.712	21.488
	25.216	**14.242**	**2.456**	**20.412**	**62.326**	**61.819**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2025, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora					
	31/12/2025					31/12/2024
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	111.232	222.465	222.465	222.465	778.627	889.859
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	2.092	1.256	787	203	4.338	4.602
Prêmio de risco - GSF				49.179	49.179	49.179
	113.324	**223.721**	**223.252**	**271.847**	**832.144**	**943.640**

	Consolidado					
	31/12/2025					31/12/2024
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	24.127	17.092	3.605	1.256	46.080	43.581
Prêmio de risco - GSF				50.051	50.051	50.051
	24.127	**17.092**	**3.605**	**51.307**	**96.131**	**93.632**

33.2 Garantias

		Controladora		Consolidado	
Tipo de garantia	**Modalidade**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Seguro de vida	Aval de acionista			13.557	13.572
Ações judiciais	Seguro garantia			395	6.679
Contrato de Arrendamento	Recebíveis	35.435	31.192	35.435	31.192
		35.435	**31.192**	**49.387**	**51.443**

Os valores em garantia de Provisões (Nota 24) estão demonstrados; em sua respectiva nota.

34 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

continua

LAJEADO ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84

edp

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	120.567	43.296	426.381	305.114
Títulos a receber	6	3.022	651		
Concessionárias	5	76.251	71.451	77.135	72.267
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	4.147	4.491	16.091	12.720
Outros tributos compensáveis	8	11.148	10.711	19.745	22.854
Dividendos a receber	11	29.665	25.378		
Estoques	14			8.362	8.397
Prêmio de risco - GSF	13	2.701	2.701	2.749	2.749
Rendas a receber	7			3.622	3.703
Outros créditos	15	118	6.548	1.226	7.475
Total do ativo circulante		**247.619**	**165.227**	**555.311**	**435.279**
Não circulante					
Títulos a receber	6	8.240	7.947		
Cauções e depósitos vinculados	12	644	604	5.813	5.336
Prêmio de risco - GSF	13	6.078	8.780	6.186	8.936
Outros créditos	15	44	81	432	511
		15.006	**17.412**	**12.431**	**14.783**
Investimentos	16	905.884	927.296		
Imobilizado	17			862.171	892.898
Intangível	18	156.217	171.646	482.924	451.829
		1.062.101	**1.098.942**	**1.345.095**	**1.344.727**
Total do ativo não circulante		**1.077.107**	**1.116.354**	**1.357.526**	**1.359.510**
TOTAL DO ATIVO		**1.324.726**	**1.281.581**	**1.912.837**	**1.794.789**

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	19	19.677	18.537	14.214	11.893
Debêntures	20	971	738	971	738
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21			8.884	9.435
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8	156.312	136.314	156.312	136.314
Outros tributos a recolher	8	10.046	12.768	12.099	22.743
Dividendos	11	242.660	222.943	256.415	235.146
Benefícios pós-emprego	22			93	80
Uso do bem público	23			8.309	8.274
Provisões	24			17.448	9.705
Outras contas a pagar	15	5.365	10.094	9.574	13.501
Total do passivo circulante		**435.031**	**401.394**	**484.319**	**447.829**
Não circulante					
Debêntures	20	149.801	153.568	149.801	153.568
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21			93.214	89.900
Outros tributos diferidos	9	4	2	57	32
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	23.973	23.498	42.950	45.480
Benefícios pós-emprego	22			1.319	1.459
Uso do bem público	23			55.383	60.633
Provisões	24	959	904	107.012	33.293
Outras contas a pagar	15	2.755	866	5.893	3.263
Total do passivo não circulante		**177.492**	**178.838**	**455.629**	**387.628**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	25.1	6.868	6.868	6.868	6.868
Reservas de capital	25.3	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	25.3	125.504	114.823	125.504	114.823
Outros resultados abrangentes		628	455	628	455
Total do patrimônio líquido		**712.203**	**701.349**	**712.203**	**701.349**
Participações não controladores				260.686	257.983
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		**712.203**	**701.349**	**972.889**	**959.332**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.324.726**	**1.281.581**	**1.912.837**	**1.794.789**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receitas	26	**753.809**	**722.610**	**804.879**	**773.718**
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	27				
Custo do serviço de energia elétrica		(94.925)	(87.963)	(95.949)	(89.061)
Custo de operação		(116.495)	(109.629)	(87.067)	(71.290)
		(211.420)	**(197.592)**	**(183.016)**	**(160.351)**
Lucro bruto		**542.389**	**525.018**	**621.863**	**613.367**
Despesas e Receitas operacionais	27				
Despesas gerais e administrativas		(39.329)	(48.653)	(50.250)	(57.899)
Outras despesas e receitas operacionais		(27)	11	(105)	(178)
		(39.356)	**(48.642)**	**(50.355)**	**(58.077)**
Resultado das participações societárias	16	49.958	42.324		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**552.991**	**518.700**	**571.508**	**555.290**
Resultado Financeiro	28				
Receitas financeiras		24.292	24.635	56.361	49.583
Despesas financeiras		(20.855)	(36.197)	(43.951)	(71.610)
		3.437	**(11.562)**	**12.410**	**(22.027)**
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		**556.428**	**507.138**	**583.918**	**533.263**
Tributos sobre o lucro	29				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(186.237)	(167.421)	(198.376)	(181.970)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(475)	1.763	2.652	5.841
		(186.712)	**(165.658)**	**(195.724)**	**(176.129)**
Lucro líquido do exercício		**369.716**	**341.480**	**388.194**	**357.134**
Atribuível aos acionistas controladores		369.716	341.480	369.716	341.480
Atribuível aos acionistas não controladores				18.478	15.654
Resultado por ação atribuível aos acionistas	30				
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)					
ON		1,52564	1,40913	1,52564	1,40913
PNA		2,25183	2,07985	2,25183	2,07985
PNB		1,52564	1,40913	1,52564	1,40913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado líquido do exercício	369.716	341.480	388.194	357.134
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			359	(91)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	173	(43)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(122)	31
	173	(43)	237	(60)
Resultado abrangente do exercício	**369.889**	**341.437**	**388.431**	**357.074**
Atribuível aos acionistas controladores	369.889	341.437	369.889	341.437
Atribuível aos acionistas não controladores			18.542	15.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Geração do valor adicionado	**861.489**	**830.588**	**926.655**	**897.212**
Receita operacional	861.293	830.426	918.001	887.220
Receita relativa à construção de ativos próprios	196	162	8.667	9.868
Outras receitas			(13)	124
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(108.963)**	**(101.757)**	**(133.128)**	**(130.227)**
Custos da energia comprada	(14.961)	(18.208)	(14.848)	(18.329)
Encargos de uso da rede elétrica	(89.608)	(78.689)	(90.849)	(79.777)
Materiais	(7)	(12)	(6.260)	(6.933)
Serviços de terceiros	(1.514)	(2.049)	(16.984)	(20.056)
Outros custos operacionais	(2.873)	(2.799)	(4.187)	(5.132)
Valor adicionado bruto	**752.526**	**728.831**	**793.527**	**766.985**
Retenções				
Depreciações e amortizações	(44.348)	(44.778)	(96.299)	(87.952)
Valor adicionado líquido produzido	**708.178**	**684.053**	**697.228**	**679.033**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	29.263	28.743	63.202	55.144
Resultado da equivalência patrimonial	49.958	42.324		
Valor adicionado total a distribuir	**787.399**	**755.120**	**760.430**	**734.177**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	2.297	1.726	16.953	15.558
Benefícios	473	319	3.976	3.391
FGTS	133	168	1.378	1.159
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	276.296	255.100	308.042	284.786
Estaduais	2	2	529	326
Municipais			169	155
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	20.855	36.197	43.951	71.610
Aluguéis	117.627	120.128	265	58
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	19.495	33.911	19.495	33.911
Participações dos não controladores			15.451	15.654
Dividendos	189.118	113.450	189.118	113.450
Partes beneficiárias	36.972	34.148	36.972	34.148
	663.268	**595.149**	**636.299**	**574.206**
Lucros retidos	124.131	159.971	124.131	159.971
	787.399	**755.120**	**760.430**	**734.177**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		556.428	507.138	583.918	533.263
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Títulos a receber - variações monetárias e AVP		(3.746)	(1.567)	(2.947)	
Depreciações e amortizações		44.348	44.778	96.299	87.952
Encargos de dívidas, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e AVP		18.412	34.965	38.525	58.319
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				3.383	6.112
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		41	32	1.046	5.597
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				1.705	1.803
Resultado de participações societárias		(49.958)	(42.324)		
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		2.726	2.504	2.660	2.453
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		1.618	(669)	310	(2.149)
Amortização do prêmio de risco - GSF		2.702	2.702	2.750	2.750
Outros		(38)	(66)	(123)	(366)
		572.533	**547.493**	**727.526**	**695.734**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Concessionárias		(4.800)	4.413	(4.868)	4.526
Outros tributos compensáveis		(26.172)	(26.349)	(33.617)	(36.295)
Rendas a receber				10.092	12.116
Outros ativos operacionais		7.298	(2.994)	7.261	(5.915)
		(23.674)	**(24.930)**	**(21.132)**	**(25.568)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		1.139	(3.716)	(7.691)	(13.257)
Outros tributos a recolher		16.513	16.230	15.987	16.230
Provisões		14	(647)	(4.323)	(9.352)
Uso do bem público				(8.598)	(8.095)
Outros passivos operacionais		(6.396)	2.631	(2.729)	7.198
		11.270	**14.498**	**(7.354)**	**(7.276)**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**560.129**	**537.061**	**699.040**	**662.890**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(158.451)	(152.867)	(178.429)	(172.214)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**401.678**	**384.194**	**520.611**	**490.676**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		33.298	51.175		
Adições ao Imobilizado e Intangível		(196)	(162)	(13.883)	(9.868)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento		**33.102**	**51.013**	**(13.883)**	**(9.868)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Títulos recebidos		831	1.352		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(336.393)	(343.792)	(348.742)	(362.722)
Captação de empréstimos e financiamentos			(261)		(261)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos			(200.000)		(200.000)
Pagamentos de encargos de dívidas		(21.947)	(34.446)	(36.535)	(55.711)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos			(135)	(184)	(373)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	32.1	**(357.509)**	**(577.282)**	**(385.461)**	**(619.067)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**77.271**	**(142.075)**	**121.267**	**(138.259)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		120.567	43.296	426.381	305.114
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		43.296	185.371	305.114	443.373
		77.271	**(142.075)**	**121.267**	**(138.259)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total controladora	Não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**6.868**	**579.203**	**117.335**	**498**	**–**	**703.904**	**262.019**	**965.923**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2024			(115.962)			(115.962)		(115.962)
Dividendos destinados a não controladores							(19.674)	(19.674)
Lucro líquido do exercício					341.480	341.480	15.654	357.134
Partes beneficiárias					(34.148)	(34.148)		(34.148)
Destinação do lucro								
Dividendos intermediários (JSCP)					(33.911)	(33.911)		(33.911)
Dividendos complementares					(159.971)	(159.971)		(159.971)
Lucro do exercício a deliberar			113.450		(113.450)			–
Outros resultados abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				(43)		(43)		(59)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**6.868**	**579.203**	**114.823**	**455**	**–**	**701.349**	**257.983**	**959.332**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**6.868**	**579.203**	**114.823**	**455**	**–**	**701.349**	**257.983**	**959.332**
Dividendo adicional aprovado - AGOE de 30/04/2025			(113.450)			(113.450)		(113.450)
Dividendos destinados a não controladores							(15.839)	(15.839)
Lucro líquido do exercício					369.716	369.716	18.478	388.194
Partes beneficiárias					(36.972)	(36.972)		(36.972)
Destinação do lucro								
Dividendos intermediários (JSCP)					(19.495)	(19.495)		(19.495)
Dividendos complementares					(189.118)	(189.118)		(189.118)
Lucro do exercício a deliberar			124.131		(124.131)			–
Outros resultados abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				173		173	64	237
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**6.868**	**579.203**	**125.504**	**628**	**–**	**712.203**	**260.686**	**972.889**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras